



Ensino Médio

1ª  
série

# História Geral e do Brasil

Manual exclusivo do aluno

## Grécia

O período mais extenso da cronologia histórica é a História Antiga e esta teve como seu marco inicial, a Invenção da Escrita – de 4.000 anos a.C, tendo seu final com o fim do poderio do Império Romano do Ocidente – em 476 d.C, surgindo assim, as Grandes Civilizações, o início da história dos Hebreus e a formação da Mesopotâmia e sua importância para o desenvolvimento dos povos.

A origem do Mundo Grego deu pela Região Sul da Península Balcânica, as ilhas do Mar Egeu e o litoral da Ásia Menor. Essa região foi ocupada, num primeiro momento, por cretenses e, logo após, pelos aqueus, dórios, jônios e eólios, povos de origem indo-europeia. Sua localização geográfica e a pouca fertilidade de seu solo possibilitaram com que o comércio fosse a principal atividade econômica dos grupos que ali viviam. A Expansão Comercial da Grécia aconteceu apenas no século VIII a.C, possibilitando a colonização de diversos territórios ao longo do Mar Mediterrâneo, indo até o Sul da Itália, numa região conhecida como Magna Grécia. Por conta do grande movimento de expansão marítima, a Grécia fundou cidades na Costa do Mar Mediterrâneo, solucionando assim, problemas de terras com os mais e pobres e fortalecendo novos acordos comerciais.

No modelo de sociedade da Grécia, existiam os chamados Genos – que eram comunidades agrícolas que tinham autonomia e funcionavam de forma comunal, comandada por um pater – tal título era geralmente atribuído ao homem mais velho da comunidade. Esse período recebe o nome de Pré-Homérico, pois as fontes de pesquisa que restam foram encontradas em obras como a *Ilíada* e a *Odisseia*, ambas atribuídas ao poeta Homero.

O crescimento demográfico dessas comunidades acabou fazendo com que ocorresse a disputa de terras e a união de vários genos, objetivando assim a formação de novas alianças defensivas, permitindo assim, com que acontecesse o fim da divisão interna entre estas comunidades.

Assim, a propriedade da terra passou de comunal (comum a todos), para uma elite proprietária de terras no interior do assim conhecido, Mundo Grego.

Conforme sabemos, as péssimas condições do território grego, acentuado por acidentes geográficos e disputas entre os povos de culturas diferentes (dórios, jônios e eólios), fizeram com que esses mesmos grupos entrassem em isolamento, organizando assim, a criação das chamadas Cidades-estado. Estas cidades possuíam total autonomia política e também economia e cultural. Para fundamental tal autonomia, foi criada a chamada **Acrópole** – que era o Centro administrativo das Cidades-estado. Esta estava situada no local mais

elevado da localidade, o que culminou no desenvolvimento do chamado Centro Urbano. De forma lenta, porém contínua, o poder começou a ser exercido por um pequeno grupo de pessoas – geralmente proprietários de terras, que se revezavam no controle da política formando assim, uma Oligarquia.

Nos anos que compreenderam os séculos VIII a.C. e VI a.C., compuseram o chamado Período Arcaico – pois é a partir dele que começam a surgir as primeiras produções artísticas gregas na Arqueologia.

Dentre as muitas cidades-estados que surgiram no Mundo Grego, duas tiveram maior destaque e são estudadas até os nossos dias, que são elas: Atenas e Esparta.

### ✓ Atenas

Atenas estava localizada ao sul da Grécia e foi ocupada inicialmente pelos aqueus, eólios e jônios. Tornou-se unificada enquanto cidade-estado, no século X a.C., fato este que culminou na formação de uma Monarquia – que tinha como rei o chamado Basileu – o proprietário com a maior quantidade bens, no entanto, após a deposição do último rei, aconteceu a formação de um Regime Oligárquico – baseado no chamado Arcontado – órgão que controlava a política em Atenas. Os arcontes, assim chamados àqueles que eram responsáveis por um cargo, no Novo Regime, eram escolhidos para mandatos anuais. Atenas assim, já seguia a forma aristocrática de governo.

Após a expansão pelo Sul da Itália e pelo Mar Negro, que aconteceu entre os séculos VIII a.C, VI a.C., Atenas passou por uma crise social, o que acarretou um clima de tensão e violência na cidade. O governo começou a organizar um Poder Jurídico, para que pudesse solucionar a situação, neste contexto, destacaram-se dois grandes legisladores – Dracon e Sólon.

Dracon tomou medidas como:

- Transformar o Registro Escrito – conjunto de leis baseado na tradição oral ateniense, reafirmando assim, o poder da elite, ou seja, os eupátridas, que já ocupavam o poder da elite, seriam os detentores do poder em Atenas.

Sólon tomou medidas como:

- Abolir a escravidão por dívidas, enfatizando assim, o direito de qualquer pessoa que prestar queixa, mesmo em nome de terceiros, propondo corrigir a injustiça;
- Propôs também uma divisão censitária da sociedade, ou seja, de acordo com a renda de cada indivíduo.

Essas medidas, além de não resolverem, agravaram ainda mais os problemas, uma vez que por conta delas, surgiram as tiranias, ou seja, a ascensão política de líderes autoritários que não respeitavam as normas tradicionais.

Em 510 a.C, o Legislador Clístenes assumiu o poder, e tomou as providências necessárias para a implantação da Democracia, ou seja, a implantação de um Governo Popular (demos = povo, kratos = governo), utilizado até os dias de hoje pelas sociedades atuais.

### A Democracia em Atenas

Para Atenas constituir seu Regime Democrático, Atenas passou por um longo processo, pois ocorreram diversas formas de resistência contra esse Regime. O fortalecimento da Democracia se deu através da conquista de novas áreas de exploração, uma vez que a prosperidade proporcionada pelos recursos advindos de tais regiões permitiram que o povo ateniense tivessem tempo suficiente para exercer sua vida política.

A Democracia Ateniense era baseada na igualdade e não fazia distinção entre os indivíduos, fato este que a diferenciava por completo da Aristocracia. Assim, Atenas e outras cidades gregas, com exceção de Esparta – que era uma diarquia, optou por uma forma Democracia Direta, ou seja, que não havia uma representação, como no caso das eleições de hoje em dia, assim todo cidadão ateniense podia tomar parte nas decisões públicas.

As Assembleias eram realizadas na Ágora – uma edificação que estava situada no centro da pólis. Estas Assembleias recebiam o nome de Eclésia e aconteciam aproximadamente, quarenta vezes na Ágora. Era convocada para discutir temas políticos, religiosos e festivos. Os cidadãos que quisessem participar dessas reuniões deveriam ser livres, pois os gregos entendiam que a liberdade e a ociosidade estavam ligadas à participação política. Neste caso, os membros da Eclésia deveriam possuir escravos, para que, livres de atividades manuais e tendo quem as fizesse, pudessem praticar a política.

Para o governo de Atenas e sua legislação, só eram considerados cidadãos atenienses homens maiores de 18 anos, filhos de pais e atenienses.

Até o ano de 430 a.C., Atenas possuía aproximadamente 310 mil habitantes e mais ou menos 40 mil cidadãos, isto mostra a exclusão que a Democracia Ateniense cometia com seus habitantes, como por exemplo, a exclusão de estrangeiros, conhecidos como metecos e os próprios escravos que não conseguiam o direito à cidadania ateniense, no entanto, Atenas dava direito a pequenos proprietários e camponeses junto aos grandes proprietários e, na proposta política da Democracia

antiga, os pobres, aparentemente, tinham o mesmo poder de decisão que os mais ricos.

A **Bulé** – conselho ou senado encarregado de analisar e supervisionar a Administração Pública, a diplomacia e os assuntos militares, servia como mais uma instituição política. Seus cargos eram ocupados por meio de sorteios, e seus ocupantes eram remunerados, havia também os magistrados que tinham o dever de executar as decisões da Eclésia.

Para melhor organização dos princípios da justiça, os gregos criaram o ostracismo – pautado no banimento por dez anos de todo indivíduo que fosse considerado uma ameaça à sociedade e, por sua vez, à democracia.

A partir daí, surgiu o chamado Período Clássico, no qual a Democracia Ateniense teve seu maior destaque, principalmente com a atuação do estadista Péricles. O poderio da cidade de Atenas, nesse período, teve um crescimento tão vertiginoso, que p século V a.C, ficou conhecido como o Século de Péricles.

A Democracia Ateniense construiu a noção da participação de todos nos assuntos de Ordem Pública. Neste momento, as leis aprovadas deveriam ser respeitadas por todos os indivíduos, as decisões tomadas eram públicas e a modificação das mesmas só poderia ocorrer com o consenso da maioria.

### A Sociedade de Atenas

A Sociedade era dividida em três grupos – Cidadãos, Metecos e os Escravos.

- Os **Cidadãos** ou **Eupátridas** – eram os homens nascidos em Atenas, controlavam o Poder Político e detinham a maioria das terras e podiam se dedicar à podiam dedicar-se à vida política e seu trabalho era executado por escravos, as mulheres cuidavam das atividades domésticas e a criar os filhos, que seriam os futuros cidadãos.

- Os **Metecos** – eram estrangeiros e tinham que pagar uma taxa para viver na pólis, porém, muitos conseguiam acumular riquezas com o trabalho que lhes eram oferecidos.

- Os **Escravos** – eram a base da sociedade e cabiam todo tipo de função dentro do território ateniense. Ou nasciam na condição de escravo, caso fosse filho de escravo, ou eram escravizados por dívidas ou por ser prisioneiro de guerra. Seu trabalho era importante para que os cidadãos se dedicassem à vida pública, ou seja, às atividades políticas realizadas na Ágora.

- **Esparta**

Foi fundada pelos Dórios, no século IX a.C.; desenvolveu-se na Península do Peloponeso e, estava localizada em terras férteis, por este motivo, sofreu menos com crises econômicas do que as

demais cidades-estados. Sua política era feita por uma oligarquia guerreira que dominava todo o Estado e propriedade da terra. Era oligárquica e aristocrática e o monopólio político estava nas mãos dos cidadãos guerreiros.

Esparta tinha uma assembleia que era conhecida como **Ápela**, e sua política era debatida por representantes na qual eram eleitos os representantes da Gerúsia e do Eforato – órgão com função legislativa e executiva, respectivamente. Possuía dois reis, por isso era uma Diarquia que comandavam a Religião e o Exército.

### Poderes Legislativo e Judiciário de Esparta

- **Eforato** – composto por 5 éforos – verdadeiros chefes do Governo Espartano; guardiões da Constituição Espartana. Presidiam a **Ápela**, davam ordens de guerra e controlavam a administração, no caso, a Diarquia.
- **Diarquia** – composta por 2 reis que comandavam o Exército e o culto religioso.
- **Apela** (Assembleia de Cidadãos) – aprovava as leis e elegiam os magistrados.
- **Gerúsia** – era o Conselho de 28 Anciãos, 1 Rei e 1 Éforo, preparavam propostas de lei e formavam o Tribunal Supremo. Podiam vetar os magistrados eleitos pela Apela.

### A Sociedade de Esparta

A cidade de Esparta tinha sua sociedade estava dividida em Espartanos, Periecos e Hilotas.

- Os **Espartanos** – formavam a elite militar e eram a minoria dos habitantes, tinham total poder político e controlavam a maior parte das terras férteis da região. Os espartanos dedicavam-se à guerra e a assuntos de cunho público, as mulheres criavam os filhos e cuidavam das tarefas domésticas.
- Os **Periecos** – eram livres e não exerciam direitos políticos, dedicavam-se ao comércio e ao artesanato. Estava proibido o casamento entre os periecos e os espartanos, pois aqueles ocupavam apenas os cargos inferiores no Exército e tinham a obrigação de pagar os tributos.
- Os **hilotas** – eram servos e estavam presos à terra, trabalhavam nas propriedades dos espartanos e mesmo assim, pagavam impostos a estes. Não tinham nenhum direito político e eram submetidos a maus-tratos, não dispunham também de proteção legal.

Os espartanos adotaram a militarização e esta, se tornou sua principal característica, os homens espartanos

Os Espartanos adotaram a militarização como a principal característica de Esparta, pois os homens,

desde a infância, eram treinados para a guerra, e sua maior preocupação era a excelência física. O Estado era incumbido da educação militar das crianças, e as mais saudáveis eram instruídas até se tornarem hoplitas, soldados das forças espartanas.



No filme 300, baseado na história em quadrinhos de Frank Miller, fica claro o ideal guerreiro espartano.

### Guerras Médicas

As Guerras Médicas ou Persas foram uma série de batalhas que aconteceram durante o século V a.C.; e neste período, as cidades gregas enfrentaram seguidas tentativas de invasão, quando Dario I e, posteriormente, Xerxes, reis persas, investiram contra o território grego.

Com isto, foi formada a Liga de Delos – uma associação militar entre as cidades gregas que arrecadava impostos depositados na Ilha de Delos, que objetivava o fortalecimento do Exército Grego, assim sendo, as cidades-estado abdicaram de seu isolamento e de sua autonomia.

Com a união da pólis, os gregos venceram os persas e Atenas insistiu na manutenção da Liga, fato este que deu início a um período de superioridade dela em detrimento das demais cidades. Essa fase recebeu o nome de Imperialismo Ateniense.

### Guerra do Peloponeso

Esse domínio de Atenas sobre as demais cidades marcou o apogeu da Cultura Clássica. A cidade viveu sua época de ouro, principalmente durante o governo de Péricles. A democracia ateniense se consolidou e as tradições dessa cidade-estado foram impostas ao restante da Grécia.

Comandadas por Esparta, as demais cidades que não aceitavam o domínio ateniense e, para combatê-lo, criaram a Liga do Peloponeso. No ano de 431 a.C., eclodiu a guerra entre as cidades de Esparta e Atenas, que acabou se expandindo para as demais cidades aliadas. Em 404 a.C, na batalha de Egos Potamos, confirmou-se a vitória dos espartanos. Neste período, várias cidades sucederam-se no controle do poder na região, o que

ocasionou os mais diversos conflitos, gerando assim, o enfraquecimento geral das cidades gregas e permitiu a invasão dos macedônios no século IV a.C.

## Período Helenístico

Esse período é compreendido entre os séculos III a II a.C.; e abrange a expansão territorial e cultural da Grécia, que se dá especialmente pelo Oriente, onde, mesmo após a derrocada grega, manteve-se preservada a cultura helênica.

Alexandre, o Grande – imperador da Macedônia, que havia conquistado a região da Grécia. Durante sua expansão, Alexandre derrotou os persas e atingiu a região da Índia, fundando uma série de cidades que levavam o seu nome, sendo a mais célebre, Alexandria do Egito.



Tal expansão acabou não resistindo após a morte de Alexandre. O Império Macedônico desintegrou-se, por conta de conflitos internos e divisões políticas, formando monarquias na Macedônia, no Egito e na Síria – que foram gradativamente, incorporadas ao domínio romano a partir do século II a.C.

No entanto, as cidades gregas mantiveram suas instituições e parte de sua cultura.



Alexandre Magno e seu cavalo Bucéfalo, na Batalha de Issus (333 a.C.). Mosaico encontrado em Pompeia, na Itália.

## Cultura

O povo grego deixou um legado cultural de fundamental importância para a formação das sociedades ocidentais atuais.

Suas contribuições estão presentes especialmente nos campos da Filosofia e das Artes. Nas Ciências Humanas, destacam-se as obras de Sócrates, Platão e Aristóteles, além das contribuições dos gregos para os estudos históricos, com os trabalhos desenvolvidos por Heródoto e Tucídides.

A Religião Politeísta cultuava vários deuses antropomórficos, que muitas vezes, estavam submetidos aos desejos e paixões humanas, participavam da vida dos homens e eram imortais. Entre as várias divindades, podemos citar: Zeus, Atena, Apolo, Poseidon, Afrodite, Hermes, etc.

Na Literatura, destacam-se dois poemas épicos ambos atribuídos a Homero: *Iliada* e *Odisseia*. O primeiro narra os eventos vinculados à guerra de Troia e à vida do guerreiro Aquiles e o segundo narra a aventura de Ulisses, ou Odisseu, em sua volta após a mesma guerra.

No drama, o teatro destaca-se pelas tragédias e pelas comédias com autores como Ésquilo, de *Prometeu acorrentado* e *Sete Contra Tebas* – considerado o pai da tragédia; Sófocles – que escreveu as grandes tragédias, como *Édipo Rei* e *Antígona*; e Aristófanes – conhecido por suas comédias como *As rãs* e *As nuvens*. Outra grande área de destaque foi a arquitetura, em que se destacaram os estilos jônico, dórico e coríntio, bem como grandes construções, como a do *Partenon*.

## Exercícios de Fixação

1. (Fatec-SP-2009) As civilizações da Antiguidade Clássica – Grécia e Roma – desenvolveram uma estrutura socioeconômica alicerçada no escravismo. Sobre essa temática, pode-se afirmar que

I. a escravidão foi indispensável para a manutenção do ideal democrático em Atenas, uma vez que os cidadãos ficavam desincumbidos dos trabalhos manuais e das tarefas ligadas à sobrevivência.

II. a escravidão foi abolida em Atenas quando Péricles estabeleceu o direito político a todos os cidadãos, reconhecendo, dessa forma, a igualdade jurídica e social da população da Grécia.

III. os escravos romanos, por terem pequenas propriedades e direitos políticos, conviveram pacificamente com os cidadãos romanos, como forma de evitar conflitos e a perda de direitos.

IV. os escravos romanos, que se multiplicavam com o expansionismo de Roma, estavam submetidos à autoridade de seu senhor, e sua condição obedecia mais ao direito privado do que ao direito público.

É correto apenas o que se apresenta em

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

2. (USC-SP-2009) Os antigos gregos autodenominavam-se helenos e a seu país chamavam Hélade. Nunca chamaram a si mesmos de gregos, nem à sua civilização, Grécia, pois essas palavras são latinas, tendo sido a eles atribuídas pelos romanos. É correto afirmar, com relação aos aspectos socioculturais da Grécia Antiga, que
- a cultura grega foi muito influenciada pelas crenças religiosas. Os gregos eram politeístas, a religião não impunha verdades absolutas e os deuses eram dotados de poderes sobrenaturais.
  - Esparta era uma cidade de caráter militarista e oligárquico, e a educação tinha por finalidade formar, inclusive, meninas guerreiras, com direito de participação na vida política.
  - a oligarquia militarista, em Esparta, e a democracia aristocrata, em Atenas, foram retratadas nas obras imortais *Odisseia* e *Ilíada*, de Homero.
  - os escravos das cidades-estado geralmente eram gregos capturados nas cidades da costa marítima. Eram utilizados em todas as atividades produtivas e seu dono possuía plenos poderes sobre eles, podendo castigá-los ou matá-los.
  - foi uma sociedade aberta aos estrangeiros, pois os helenos (gregos) costumavam chamar de bárbaros apenas os espartanos, por apresentarem costumes diferentes dos seus.

3. (UFJF-MG-2009) Leia o trecho a seguir.

A aspiração máxima do escravo, obtido por guerra, era alcançar a alforria. Vários textos aconselhavam a promessa de liberdade como estímulo. A decisão de libertar o escravo partia do senhor na imensa maioria dos casos e, com frequência, o candidato à alforria pagava seu preço ao dono.

CARDOSO, C. O trabalho compulsório na Antigüidade. Rio de Janeiro: Graal, 2003. p. 57 (Adaptação).

Em Atenas, no século V a.C., normalmente quando o escravo de um particular era libertado, ele passava a ser considerado

- cidadão com plenos direitos.
- indivíduo que obrigatoriamente participava do Exército da cidade.
- meteco, estrangeiro livre residente na cidade.
- escravo do Estado, sujeito a trabalhos forçados.
- indivíduo que ameaçava a cidade, sendo, portanto, expulso.

4. (UFPE-2009) O mito grego de Prometeu é bastante representativo na leitura do passado e do presente históricos. Seu grande significado está relacionado com
- a fundação da democracia grega.
  - a condição humana e a criação da cultura.

- o fim da tragédia na época de Ésquilo.
- os escritos de Platão sobre a beleza e a política.
- o término do conflito entre os atenienses e os espartanos.

5. (UFAL) As religiões foram importantes para construir a cultura humana, responder aos anseios e às indagações de cada época vivida. Na Antiguidade, as religiões

- tiveram seus fundamentos baseados na observação da natureza, questionando mistérios e também o seu envolvimento com a força política.
- trouxeram unidade cultural para os povos mais primitivos, com seus deuses portadores de mensagens éticas e libertadoras.
- firmaram princípios importantes para a vida social, além de estarem articuladas com as relações de poder da época.
- restringiram-se a construir rituais de oferendas às divindades, sem preocupação com princípios morais e políticos.
- foram fundamentais para a formação dos governos imperiais, devido ao estímulo que davam aos rituais de poder.

### Exercícios Propostos

1. (UFAL) Graciliano Ramos mostrava preocupação com os votos do eleitor acerca de seu governo. Na Antiguidade Clássica, os atenienses demonstraram a importância da legitimação do poder político. No século V a.C.,

Péricles diz aos seus cidadãos: Nossa constituição política não segue as leis de outras cidades, antes lhes serve de exemplo. Nosso governo se chama democracia, porque a administração serve aos interesses da maioria e não de uma minoria. De acordo com as nossas leis, somos todos iguais no que se refere aos negócios privados. Quanto à participação na vida pública, porém, cada qual obtém a consideração de acordo com seus méritos, e mais importante é o valor pessoal que a classe a que se pertence; isso quer dizer que ninguém sente o obstáculo de sua pobreza ou condição social inferior quando seu valor o capacite a prestar serviços à cidade. Por essas razões e muito mais, nossa cidade é digna de admiração.

AQUINO, Rubim dos Santos Leão de. et al. História das sociedades. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980. p. 201.

No contexto histórico do desenvolvimento da democracia ateniense, pode-se afirmar que o texto

- mostra que os escravos possuíam direitos de participar da vida política porque faziam parte dos negócios privados.

- b) sugere que houve uma ampliação do direito à cidadania mais por atributos individuais do que em função das condições materiais.
- c) revela que somente a classe dominante poderia intervir nos negócios privados e atuar na organização da vida pública.
- d) demonstra que as camadas mais pobres não tinham o direito ao voto, pois eram excluídas da vida pública e da vida privada.
- e) confirma que o governo da maioria é fundamental para a eliminação da pobreza e da luta das classes sociais.

2. (Mackenzie-SP) [...] a massa popular é assimilável, por natureza, a um animal escravo de suas paixões e de seus interesses passageiros, sensível à lisonja, inconstante em seus amores e em seus ódios; confiar-lhe o poder é aceitar a tirania de um ser incapaz da menor reflexão e do menor rigor. PLATÃO (428-348 a.C.)

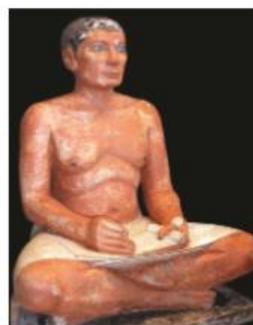
Nas pólis, cidades-estado gregas, o que era de interesse particular converteu-se em interesse público e, como tal, tornou-se objeto de debates.

A respeito desse tipo de governo, assinale a alternativa correta.

- a) O racionalismo grego foi responsável pelo surgimento da noção de individualismo, segundo o qual o ser humano e as ideias por ele defendidas seriam mais importantes do que as coletivas.
- b) Com o declínio de um governo aristocrático, uma nova concepção de igualdade passou a funcionar como princípio regulador da vida pública, na qual todos os cidadãos, sem exceção, estavam nivelados perante a lei.
- c) Com a gradual mudança para um governo no qual o indivíduo estaria sob a autoridade das leis, ocorreram revoltas, pois não foram levadas em consideração as diferenças naturais existentes entre os homens.
- d) A submissão do indivíduo a normas, fossem elas jurídicas ou morais, acabou por gerar nos cidadãos um sentimento de injustiça, pois alguns se consideravam mais leais à cidade do que outros.
- e) Platão definiu o homem como “um animal político” e defendeu a inserção de todos na discussão dos assuntos da cidade, mas, para ele, a autonomia plena só seria alcançada se o indivíduo não se comprometesse com a política.

### 3. (UNESP-SP)

Observe e compare as imagens seguintes.



Egito Antigo:  
O Escriba Sentado,  
século XXVI a.C.



Grécia Clássica:  
Miron - Discóbolo,  
cerca de 450 a.C.

a) Cite uma diferença na forma de representação do corpo humano numa e noutra escultura.

b) Explique a importância da escrita para o Estado egípcio na época dos faraós e a dos Jogos Olímpicos para as cidades gregas do século VIII a.C. ao V a.C.

4. (Fatec-SP) Sabe-se que as mulheres cretenses desfrutaram de direitos e obrigações quase desconhecidos em outras regiões na Antiguidade. Sobre elas, afirma-se que

I. possuíam uma importância que transparecia na religião, uma vez que a sua principal divindade era uma deusa, a Grande Mãe.

II. apesar de todos os direitos, elas estavam proibidas de participar das cerimônias religiosas e das grandes festas.

III. muitas delas eram caçadoras, pugilistas, fiandeiras, sacerdotisas e até toureiras. Dessas afirmações, está (ão) correta(s) apenas

- a) I
- b) II
- c) I e II
- d) I e III
- e) II e III

5. (UFES) O conjunto das reformas políticas que se encontravam na origem da pólis dos lacedemônios estava reunido em um documento proveniente do oráculo de Delfos denominado “Grande Retra”, muito provavelmente um decreto-lei primitivo, anterior ao século VI a.C., sobre o governo espartano. De acordo com esse documento: Depois que o povo estabelecer o santuário de Zeus Silânio, distribuir-se em tribos, e tiver estabelecido um conselho (Gerúsia) de trinta [anciãos], incluindo os reis, que se reúna de estação a estação para a festa de Apelas. Que os anciãos apresentem ou rejeitem propostas, mas que o povo tenha a decisão final. No entanto, se o povo se

manifestar de forma incorreta, que os anciãos e os reis rejeitem [o que o povo tiver decidido].

FUNARI, P. P. A. Grécia e Roma. São Paulo: Contexto, 2001. p. 30 (Adaptação).

A respeito da organização política de Esparta no Período Clássico (séculos V e IV a.C.), NÃO é correto afirmar que

a) o corpo cívico era constituído por indivíduos de sexo masculino, nascidos de pai e mãe espartanos, os assim denominados homoioi ou “iguais”.

b) a pólis era uma oligarquia que, de modo atípico, conservava a instituição da realeza, representada por dois reis escolhidos entre as famílias mais importantes, os quais eram obrigados a jurar lealdade à Constituição espartana.

c) o Estado espartano regulava estritamente o sistema educacional dos cidadãos, razão pela qual as crianças do sexo masculino eram, aos 7 anos de idade, retiradas do convívio familiar para receberem uma formação militar coletiva.

d) o conselho espartano (Gerúsia) era formado por trinta membros, cabendo-lhe a tarefa de elaborar os projetos de lei a serem submetidos à assembleia, e atuava como a mais alta instância da justiça criminal.

e) a assembleia espartana (Eclésia), da qual fazia parte o conjunto da população da Lacedemônia (espartanos, periecos e hilotas), era soberana, sobrepondo-se à capacidade decisória da Gerúsia.

6. (Mackenzie-SP–2006) Berço da Filosofia, a Grécia Antiga legou ao pensamento ocidental obras que o marcaram profundamente, e que ainda hoje o influenciam. É o caso, notadamente, do diálogo A República, de Platão. Assinale, a seguir, a alternativa que traz, em resumo, uma das principais ideias dessa obra.

a) “Os males das cidades devem cessar quando elas forem governadas pelos filósofos ou quando seus governantes se puserem a filosofar seriamente, unindo, como reis-filósofos, o poder político à verdadeira Filosofia.”

b) “O mando e a obediência são condições inevitáveis e convenientes entre os homens. Alguns deles são, por natureza, nascidos para ser mandados, e outros para mandar. Portanto, a escravidão nada tem de injusto ou antinatural.”

c) “Todas as coisas são verdadeiras para aquele que as experimenta, pois o próprio homem é a medida de todas as coisas, das que são e das que não são.”

d) “O universo está em contínua mudança de estado. Um homem jamais entra num mesmo rio duas vezes, pois serão sempre outras as águas que por ele correm.”

e) “A água é o princípio de todas as coisas, o que se prova por serem de natureza úmida os embriões de todos os seres, e de natureza seca as coisas sem vida”.

7. (FGV–2006) Ninguém cuidava de atingir um objetivo honesto, pois não se sabia se se ia viver o suficiente para realizá-lo. Ninguém era retido nem pelo temor dos deuses nem pelas leis humanas; não se cuidava mais da piedade do que da impiedade desde que se via todos morrerem indistintamente.

TUCÍDIDES. In: WOLFF, Francis. Sócrates. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 31.

Sobre a crise provocada pela Guerra do Peloponeso, é correto afirmar:

a) O final da guerra resultou em um período de florescimento cultural e político, denominado “Século de Péricles”.

b) Após o tratado de paz assinado por atenienses e espartanos em 421 a.C., a guerra recomeçou com a traição de Péricles.

c) A primeira potência hegemônica da guerra foi Esparta, sucedeu-lhe Tebas e, por fim, Atenas.

d) A guerra que durou quase trinta anos e provocou uma terrível peste em Atenas, da qual foi vítima o próprio Péricles, criou as condições para a intervenção de Filipe da Macedônia.

e) A guerra foi um conflito entre os persas e os gregos e teve início com a invasão persa da cidade grega de Mileto em 430 a.C.

8. (UEM-PR–2006) A respeito da herança cultural e política deixada pela Grécia Antiga às sociedades ocidentais, assinale o que for correto

a) O voto eleitoral livre, direto e universal, tal como existe hoje nas democracias ocidentais, é uma instituição política herdada diretamente da democracia grega antiga.

b) O processo pelo qual pintores, escultores e escritores europeus do século XVI resgataram os princípios e os valores estéticos gregos e romanos antigos foi chamado de Renascimento Cultural.

c) A doutrina socialista contemporânea, que propõe o fim das classes sociais e a instauração da igualdade social e econômica universal, inspirou-se na sociedade grega antiga, na qual todos os homens eram livres e viviam em regime de comunidade de bens.

d) A ideia de cidadania vigente na atualidade, que pressupõe a extensão de direitos gerais a todas as pessoas, independentemente de cor, raça e classe social, é uma herança recebida dos gregos.

e) No campo da pesquisa histórica, os gregos não deixaram herança científica alguma aos historiadores modernos, porque eram avessos à descrição histórica dos acontecimentos.

9. (UNESP-SP-2007) Platão, na sociedade idealizada em sua obra República, reconheceu que a divisão do trabalho traz maiores benefícios à sociedade e propicia um harmonioso intercâmbio de serviços. Para o filósofo grego, sendo os homens diferentes por natureza, cabe a cada um estar no lugar em que melhor expresse sua habilidade. [...] O também grego e filósofo Aristóteles apregoava que, nos Estados mais bem-governados, a nenhum cidadão poderia ser permitido o exercício de atividades ligadas às artes manuais, pois isso o impedia de dedicar mais tempo à sua obrigação para com o Estado.

CARMO, Paulo Sérgio do. A ideologia do trabalho (Adaptação).

A partir das ideias de Platão e Aristóteles, pode-se concluir que há a defesa

- do trabalho compulsório para todos os homens.
- da interdição do trabalho manual às mulheres.
- de que alguns homens devem ser escravos.
- de que as atividades produtivas devem ficar restritas aos homens.
- de que a atividade econômica só pode ser feita pelo cidadão.

## Seção ENEM

1. (Enem-2009) Segundo Aristóteles, “na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios — esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais —, tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas.”

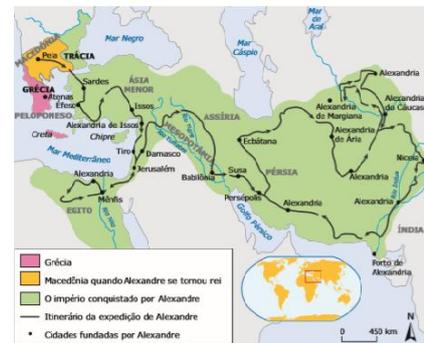
VAN ACKER, T. Grécia. A vida cotidiana na cidade-estado. São Paulo: Atual, 1994.

O trecho, retirado da obra Política, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania

- possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos tem de trabalhar.
- era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.
- estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da pólis a participarem da vida cívica.
- tinha profundas conexões com a justiça, razão pela qual o tempo livre dos cidadãos deveria ser dedicado às atividades vinculadas aos tribunais.

e) vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade.

2. Observe o mapa a seguir:



O mapa anterior retrata um período conhecido como Helenismo, quando Alexandre Magno expandiu o Império da Macedônia para o Oriente.

O Helenismo representou

- a aliança entre as cidades gregas e a Macedônia para conquistar o Oriente.
- um período da decadência das polis da Grécia, mas de expansão de sua cultura pelo Oriente.
- a lenta expansão do Império Macedônio.
- conquista de territórios onde não havia grandes tradições culturais.
- um período de imposição da cultura macedônica.

## Roma

### Formação

Diz-se que o surgimento de Roma deu-se no período em que a Península Ibérica foi sucessivamente ocupada por diferentes povos, como os samnitas, sabinos, latinos, gregos e etruscos, ocuparam a Península Itálica. Nessas ocupações, ocorreu o surgimento da cidade de Roma, por volta do ano 1000 a.C., e a ocupação da Região do Lácio pelos latinos. Uma outra versão sua origem, foi pela mitologia, baseada nas versões de Tito Lívio e Virgílio, seria que a sua fundação foi feita pelos irmãos Rômulo e Remo, que após serem salvos da morte por uma loba, teriam sido amamentados por ela e, posteriormente, Rômulo teria se tornado o primeiro rei da cidade romana.



A loba Capitolina e os gêmeos Rômulo e Remo: escultura etrusca do século V a.C.

O estudo da evolução e desenvolvimento de Roma, geralmente é dividido em três períodos:

- ✓ Período da Realeza ou Monarquia;
- ✓ República;
- ✓ Império.

### Monarquia ou Período da Realeza

O Sistema de Governo prevaleceu em Roma desde a sua fundação até a formação da República, em 509 a.C. A partir do século VII a.C.; prevaleceu o poder dos reis etruscos que invadiram a península e a dominaram.

O rei tinha atribuição sagrada e exercia o Poder Executivo, era chefe militar e religioso. Seu poder era, no entanto, controlado pelo Senado. Também existia a Assembleia ou Cúria, que era formada apenas por homens em idade miliar, que podia concordar ou não com as decisões do Senado.

### República



Os litores levam ao cônsul Brutus os corpos de seus filhos.

A pintura anterior, do pintor francês Jacques Louis David (1748-1825), permite compreender a noção

de República. Nela, o início do Período Republicano é retratado, Brutus um dos cônsules da República, encontra-se sentado enquanto os cadáveres de seus filhos são carregados. A morte dos dois foi ordenada pelo próprio Brutus, ao descobrir que seus filhos tramavam contra a República Romana.

A resignação do personagem masculino entra então em contraste com o desespero das mulheres. O ideal republicano é demonstrado na pintura, segundo o qual a coisa pública (res publica) deve se sobrepor aos interesses privados. Ao assassinar seus filhos, traidores da República, Brutus colocava o interesse de Roma na frente de seus interesses particulares.

O regime republicano de Roma teve características oligárquicas, pois neste período, o poder esteve concentrado nas mãos de uma pequena parcela de pessoas que compunha a elite patrícia, que se manteve a frente do regime entre o século VI a.C. e o século I a.C.

Neste período em que os patrícios detiveram o poder em Roma, não aconteceram mudanças significativas nas estruturas sociais da cidade, porém é interessante entender como se formou a estrutura política da República.

Primeiramente, o poder, que antes estava nas mãos do rei, passou a ser dividido entre os demais representantes da elite. Dois cargos ocupavam a instituição política mais importante – a Magistratura – e, por isso, merecem atenção: o de cônsul e o de pretor. Os cônsules eram sempre nomeados aos pares, representavam o Poder Executivo e podiam propor leis. Já o pretor era responsável pela administração da Justiça. Ainda ocupavam outros cargos de magistrados o questor, o edil e o censor.

Além das Magistraturas, duas outras instituições faziam parte da estrutura política romana: o Senado e as Assembleias. À Assembleia Popular cabia representar os interesses da plebe tanto que, após uma série de revoltas e motins, os plebeus tiveram seus desejos de participação política atendidos com a criação dos tribunos da plebe, que, após serem eleitos por eles próprios, poderiam vetar, inclusive, as decisões do Senado. A este, por sua vez, cabiam a participação na administração pública e as decisões referentes à política externa.



Mesmo atendendo algumas das exigências que faziam, os plebeus ainda entraram em conflito com os patrícios. Essas questões permaneceram, inclusive, após a elaboração da Lei das Doze Tábuas, em 450 a.C., considerada a base do Direito romano, pois oficializou a legislação que antes era baseada no direito consuetudinário. Os plebeus ainda conseguiram a abolição da escravidão por dívidas e a permissão do casamento entre nobres e plebeus.

Um momento muito importante para Roma, aconteceu entre os séculos V a.C. e III a.C., quando ocorreu a expansão geográfica e comercial. Tal conquista se iniciou pelos povos da própria península e estendeu-se até a Península Ibérica, passando por parte do que hoje é a França e a Grécia. Os romanos também dominaram o norte da África e parte da Ásia Menor. Essa expansão só foi possível graças ao domínio do Mar Mediterrâneo, conseguido após a vitória sobre Cartago nas Guerras Púnicas em 146 a.C. Cartago, no Norte da África, controlava o comércio no Mar Mediterrâneo, sua derrota após três guerras, permitiu aos romanos o controle dessa região estratégica.

Roma impunha pesados castigos a população dos territórios por ela conquistados, como escravização e altos valores de impostos, portanto, tornou-se um vasto império, possuidor de grandes quantidades de terras e de escravos. Este crescimento provocou a decadência da República Romana e um dos problemas que contribuíram para a crise romana foi a grande concentração de terras advindas das conquistas territoriais, que sob o governo dos patrícios, provocou a decadência e a revolta dos pequenos proprietários rurais que, arruinados, buscavam encontrar trabalho na cidade, o que, por sua vez, possibilitava a eclosão de revoltas encabeçadas por escravos ou pelas populações submetidas a Roma.

As tensões e os desequilíbrios sociais aumentaram devido a corrupção e o poder dos militares, os gastos com as Guerras Púnicas e o consequente aumento de impostos desagradavam ainda mais a população.

Os irmãos Graco, Tibério e Caio, que era ocupantes da tribuna da plebe propuseram uma

última tentativa para diminuir a tensão entre a população e seus governantes, foi a Reforma Agrária, que, embora tenha visado à diminuição da concentração de terras nas mãos dos patrícios, não se mostrou suficiente para reverter tal problema. Foi criada a Lei Frumentária, que propôs baixar os preços do trigo para vender aos mais pobres, esta lei também foi criada pelos irmãos Graco.

O Império Romano, portanto, surgiu em meio às guerras civis instaladas nos domínios romanos, tendo como motivo, a insatisfação do povo romano.

No começo do Império, os militares se revezaram no poder, tendo Mário e Sila ocupando o cargo de ditador, previsto para comandar a República, excepcionalmente em épocas de crise.

O Senado enfraqueceu tendo em vista o fortalecimento do Exército durante as conquistas territoriais e assim, a partir de 60 a.C., houve a formação dos Triunviratos, ou seja, um governo comandado por três homens e pé de igualdade.

O primeiro Triunvirato foi formado por Pompeu, Crasso e Júlio César. A morte de Júlio César por traição fez retomar a guerra civil que, com a formação do segundo Triunvirato, do qual faziam parte Otávio, Lépido e Marco Antônio.

Após derrotar seus adversários, com apoio do Senado, Otávio recebe o título de imperador e se proclama Augusto. Inicia-se, em 31 a.C., o Império Romano.

## Império

Quando Otávio assumiu o Império, ele passou a concentrar o poder nas suas mãos, subordinando o Senado à força do imperador, que passou a ser considerado uma figura sagrada; daí o nome Augusto, que significa sagrado. Para tentar solucionar os graves problemas sociais, Otávio tomou uma série de medidas, visando pacificar o Império. Estas obtiveram relativo sucesso e seu governo ficou conhecido como o período da Pax Romana (Paz Romana).

Para evitar os conflitos com a elite, foi criada uma vasta burocracia imperial, que possuía uma série de privilégios.

Assim, a antiga elite patricia passou a compor esse grupo juntamente com os novos grandes proprietários das terras recém-conquistadas, já que a expansão do Império não havia cessado.

Com o objetivo de amenizar as tensões entre as classes baixas, foi criada a Política do Pão e Circo, que consistia em distribuir trigo e promover espetáculos para o grupo de desempregados que vivia no Império. O Estado se encarregava de

sustentar esse grupo e, com isso, evitava maiores tensões.

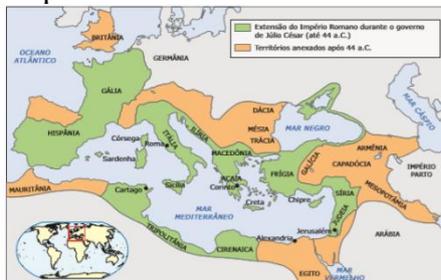
A expansão territorial, como já foi dito, se manteve, e, como consequência, manteve-se também o fluxo de escravos.

A escravidão antiga tem características específicas que a distinguem da escravidão moderna. Em Roma, por exemplo, a escravidão não esteve vinculada a uma questão étnica, como aquela a que foi submetido o africano na Idade Moderna. O escravo poderia executar as mais diversas tarefas no interior da sociedade, não ficando relegado apenas ao trabalho manual. Foi comum, nesse período, a existência de escravos professores, médicos e artistas. A escravidão no campo, no entanto, era a mais desgastante de todas. O homem poderia se tornar escravo após a derrota em uma guerra, devido a uma dívida ou mesmo de forma voluntária, na tentativa de conquistar uma melhor posição social, como no caso daqueles que se tornavam altos funcionários do Império.



O Coliseu comportava cerca de 50 000 pessoas. Nele, eram realizados espetáculos vinculados à Política do Pão e Circo.

Com a expansão romana, o poder do Exército tornou-se cada vez maior, garantindo certa estabilidade nos limites do Império. Após a morte de Otávio, essa estabilidade foi mantida, apesar das dificuldades vividas pelas classes populares. Sucederam Otávio imperadores célebres pelo seu comportamento desregrado e pela postura tirânica, como Calígula e Nero. A expansão do Império voltou a se intensificar a partir do ano 96 d.C. e se encerrou no século III d.C., quando se iniciou a crise do Império Romano.



## O colapso do Império Romano do Ocidente

Após um longo período de expansão territorial e conquistas militares, o Império Romano passou por um processo de declínio que se iniciou no século III d.C. A grande extensão do Império dificultava o controle desse vasto território e sua expansão. As

longas distâncias geraram dificuldades de comunicação, e os povos dominados, assim como a resistência dos vizinhos do Império, passaram a dificultar o controle nas fronteiras romanas.

Como grande parte dos escravos do Império era proveniente das áreas dominadas, a retração das conquistas teve como consequência a diminuição do fluxo de prisioneiros que serviam como escravos. Assim, houve um grande aumento dos preços dos escravos e o consequente aumento dos preços dos produtos no interior do Império. A crise era agravada ainda pela pouca produtividade registrada em virtude da escassez de mão de obra. Na tentativa de solucionar a crise escravista, foi instituído o colonato, que buscava o aumento da produtividade no campo. Nesse sistema, escravos e camponeses passaram a gozar de nova posição jurídica, a de colonos. O camponês, dessa forma, teria direito ao arrendamento de uma porção de terra e, em troca disso, pagaria ao proprietário em dias de trabalho e em produtos. A expansão do colonato ocorreu em um período de ruralização e atendia aos interesses dos grandes proprietários, que necessitavam de mão de obra. Os camponeses tinham, em troca, estabilidade e segurança, o que era importante, já que, naquele contexto, a violência e a penetração dos povos vizinhos se intensificavam.

A relação de dependência entre o trabalhador rural e o proprietário era chamada de *patrocinium* e, com ela, os latifundiários tomavam para si algumas atribuições do Estado. Os colonos estavam vinculados aos lotes em que trabalhavam, não podendo ser vendidos sem a terra e nem a terra vendida sem eles. Assim, como pode-se perceber, as raízes da servidão medieval encontram-se na generalização dessa prática. É importante lembrar que, no entanto, a escravidão não foi completamente abolida, persistindo de forma reduzida no Período Medieval.

Os gastos excessivos do Império também colaboraram para a sua desagregação. A imensa burocracia e o grande contingente militar necessário para a manutenção das estruturas romanas geravam grandes despesas. A paralisação das conquistas e do fluxo de escravos provocou retração nos recursos do Estado e contribuiu para o aumento da crise. Nesse contexto, o poder político foi controlado pelos chefes das grandes legiões romanas. Como consequência, o Império passou por um período de instabilidade, denominado anarquia militar. Nesse período, os militares lutavam pela ocupação do posto de imperador, provocando, com o conflito entre grandes generais e seus companheiros de Exército, a instabilidade

política. Entre os anos 235 d.C. e 285 d.C., Roma teve 26 imperadores, dos quais 25 foram assassinados em disputas pelo poder.

No final do século III e durante o século IV, os chefes políticos tomaram medidas que visavam à contenção da crise, iniciando um período de intervenção direta do Estado na vida social. Diocleciano (284-305), por exemplo, criou o Édito do Máximo, que fixava o preço dos salários e das mercadorias, visando conter a inflação. Estabeleceu, também, a tetrarquia, que dividia o poder político entre quatro generais. Constantino (313-337), em 330, criou uma nova capital, Constantinopla, em um momento de desagregação da tetrarquia e unificação do poder. Constantinopla, antiga cidade de Bizâncio, situada em uma região menos afetada pela crise escravista, seria o centro difusor da cultura bizantina durante toda a Idade Média. Com Teodósio (378-395), o Império foi dividido em dois: o Império Romano do Ocidente, com sede em Roma, e o do Oriente, com sede em Constantinopla. O Império Romano do Oriente, ou Bizantino, perdurou até o fim da Idade Média, quando foi tomado, em 1453, pelos turcos otomanos; já a parte ocidental encontrou o seu fim cerca de mil anos antes.

Além dos fatores internos já citados, as migrações dos povos germânicos colaboraram para a derrocada do Império Romano. O evento, que durante muito tempo ficou conhecido como invasões bárbaras, representou o fim do domínio de Roma. Para os romanos, assim como para os gregos, bárbaros eram todos aqueles que não falavam o seu idioma e não professavam sua cultura. Nesse caso, os bárbaros eram aqueles que habitavam as regiões mais ao norte da Europa, chamados também de germânicos.

Inicialmente, esses grupos, que viviam nos limites do Império, foram utilizados como mão de obra na agricultura e auxiliavam na proteção das fronteiras, constituindo uma força militar. Com o passar do tempo e com o progressivo enfraquecimento do Império devido aos fatores internos, as migrações germânicas passaram a se intensificar e adquiriram caráter violento. Vários povos, como os vândalos, os suevos, os francos, os lombardos, os godos e os visigodos, colaboraram para a conquista do Império Romano. No entanto, foram os hérulos, em 476 d.C., que tomaram Roma, destituindo seu último imperador, Rômulo Augusto.

A compreensão da estrutura da sociedade feudal, que se consolidou na Europa nos séculos X e XI, só é possível pela análise desses fatores. As características da sociedade medieval tiveram suas raízes em estruturas do antigo Império Romano e

dos povos de origem germânica que colaboraram para a sua desagregação.

## Cultura

Assim como os gregos – que chegaram a ser incorporados por Roma – a maioria da população romana praticava o politeísmo. A religião contava com versões dos deuses gregos: Júpiter, Baco, Marte, Vênus são apenas alguns exemplos. O cristianismo, por sua vez, só passou a ser permitido no século IV d.C. Antes disso, os cristãos eram perseguidos por venerar apenas a um Deus.

Na arquitetura, a importância maior era dada à utilidade, como a construção de grandes edifícios públicos e aquedutos. Na literatura, podem ser citados os nomes de Ovídio, autor de *A Arte de Amar*, de Virgílio, autor de *Eneida* e de Tito Lívio, que através dos seus relatos, contribuiu com a História. A língua latina foi a base de boa parte das línguas da Europa Ocidental, como o português, o espanhol e o italiano.

O Direito romano, retomado durante o Renascimento, é também uma contribuição dos romanos, já que sua influência sobre os Direitos nacionais europeus ainda se faz presente.

## Exercícios de Fixação

01. (UNESP-SP-2009) Num momento em que o Império Romano do Ocidente havia desmoronado e os impérios Bizantino e Persa se esfacelavam, os árabes expandiram consideravelmente seus domínios. Em menos de 100 anos, o Islã era a religião de toda a costa sul e leste do Mediterrâneo, além de ter se espalhado para a Pérsia, até o vale do Indo, e para a Península Ibérica.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo.  
História para o Ensino Médio.

No contexto de tantas conquistas, a civilização árabe

- sintetizou criativamente as tradições culturais árabe, bizantina, persa, indiana e grega.
- rejeitou as contribuições culturais originadas de povos que professassem outras crenças.
- submeteu pelas armas os povos conquistados e impôs o deslocamento forçado das populações escravizadas.
- perseguiu implacavelmente os judeus, levando à sua dispersão pelos territórios da Europa do leste.
- desprezou os ofícios ligados às artes, às ciências e à Filosofia relegados aos povos conquistados.

2. (PUC RS–2009)

**Instrução:** Para responder à questão, considere as afirmativas a seguir, sobre o contexto do Baixo Império Romano (séculos III e IV d.C.).

I. As altas taxas de natalidade entre a população de escravos garantiram o fornecimento de mão de obra, compensando o decréscimo causado pelo fim das guerras de conquista.

II. O comércio em geral sofreu retração ao longo do período, devido, entre outros fatores, à escassez de metais preciosos.

III. Os problemas político-religiosos causados pela expansão do cristianismo foram resolvidos, pelo Estado romano, com o uso crescente e sistemático de práticas repressivas ao longo de todo o período.

IV. Um número significativo de bárbaros (povos estrangeiros) foi admitido no Exército romano, possibilitando, principalmente aos germanos, comporem uma nova aristocracia provincial, formada no período.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) II, III e IV.

3. (UFV-MG–2009) O Império Romano é lembrado pelas contribuições que proporcionou para a cultura de diversos povos, como, por exemplo: a expansão do latim; a criação do modo republicano de governo; o desenvolvimento das leis que serviram de base para o Direito moderno e a expansão da noção de cidadania a todos os homens livres do Império. Várias outras características da vida cotidiana romana transformaram-se em legados para a humanidade. Entre as alternativas a seguir, assinale aquela que **NÃO** representa um legado cultural romano para o mundo.

- a) O uso de aquedutos para a distribuição de água pelas principais cidades do Império.
- b) A adoção de um novo calendário, seguido na Europa até a criação do calendário gregoriano, em 1580.
- c) A fórmula do “pão e circo”, que distribuía pão aos mais pobres e promovia espetáculos, como forma de controle social.
- d) A invenção do teatro, como representação das tragédias e comédias vividas pelo ser humano.

4. (UNIFESP-SP–2009) [...] não era a falta de mecanização [na Grécia e em Roma] que tornava indispensável o recurso à escravidão; ocorrera exatamente o contrário: a presença maciça da

escravidão determinou a “estagnação tecnológica” greco-romana.

SCHIAVONE, Aldo. Uma história rompida: Roma Antiga e Ocidente Moderno. São Paulo: Edusp, 2005.

A escravidão na Grécia e na Roma antigas

- a) baseava-se em características raciais dos trabalhadores.
- b) expandia-se nos períodos de conquistas e domínio de outros povos.
- c) dependia da tolerância e da passividade dos escravos.
- d) foi abolida nas cidades democráticas.
- e) restringia-se às atividades domésticas e urbanas.

5. (UEL-PR–2009) A expansão imperial romana resultou, a partir do século I d.C., na utilização do trabalho escravo em grande escala e no aumento significativo do número de plebeus desocupados, aos quais se juntaram levas de pequenos agricultores arruinados. Isso incrementou o êxodo rural e provocou o inchamento das cidades, especialmente de Roma. Para amenizar o problema social dessas massas, o Estado passou a dar-lhes subsídios.

Esta política caracterizou-se pela distribuição de

- a) terras para os desocupados, caracterizando uma verdadeira reforma agrária, conhecida como a Política Agrária de Licínio.
- b) dinheiro para a aquisição de roupas e alimentos, combatendo a inflação que assolava a República, provocada pela política de Tucídides.
- c) grãos a preços baixos e espetáculos públicos gratuitos, conhecida como Política do Pão e Circo, de Augusto.
- d) sementes, instrumentos agrícolas e escravos para o cultivo de terras na Sicília e no norte da África: a Política de Colonização, de Suetônio.
- e) escravos para estimular a agricultura na Península Ibérica, conhecida como a Política Agrícola, de Cláudio.

### Exercícios Propostos

1. (UEL-PR–2009)

Lucius Aurelius, liberto de Lucius César, Nicomedes, chamado Ceionius e Aelius; foi criado de quarto de Lucius César e preceptor do divino Verus imperador; foi distinguido pelo divino Antonino com o cavalo público e com o sacerdócio de Caenina, bem como com o pontificado menor; foi feito por este mesmo imperador procurador da pavimentação das ruas e prefeito dos veículos; foi encarregado pelo imperador Antonio Augusto e pelo divino Verus do abastecimento do Exército e ganhou uma lança pura, um estandarte e uma coroa

mural; procurador das contas municipais; está enterrado aqui com sua mulher Ceionia Laena.

Inscrição Funerária. Roma. Século II d.C. In: CARDOSO, C. F. Trabalho compulsório na Antiguidade. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 138.

É correto afirmar que o texto

a) representa o cotidiano de um aristocrata rural empobrecido e que se tornou funcionário público para sobreviver, indicando uma mobilidade social descendente, o que comprova a seletividade das castas militares na Roma Antiga.

b) descreve as funções públicas que um homem livre pobre exerceu ao longo de sua vida, evidenciando que este se tornou rico e poderoso, o que comprova a dissolução das antigas castas da sociedade imperial.

c) trata de um ex-escravo que deixou registrado em seu epitáfio o processo de ascensão econômica e política pelo qual passou ao longo de sua vida, o que comprova a existência de um processo de mobilidade social na Roma imperial.

d) descreve o cotidiano de um nobre pertencente à aristocracia, cujas atividades durante a República eram a guerra e o comércio, o que comprova a impermeabilidade dessa casta aos novos ricos vinculados às atividades agrícolas.

e) representa o dia a dia de um homem pobre que, ao longo de sua vida, trabalhou como funcionário público, o que comprova a eficácia da mobilidade social na Roma republicana.

2. (UEL-PR-2008) Leia atentamente os textos: Arrio dizia 'rúbrica' em vez de rubrica / e por pudico 'púdico' dizia / e achava que falava tão incrivelmente / que se podia 'púdico' dizia. / Creio que assim a mãe, assim o tio liberto, / assim o avô materno e a avó falavam. / Foi à Hispânia e os ouvidos descansaram todos; / as palavras soavam leves, lindas / e tais palavras nunca mais ninguém temeu. / Súbito chega a horrída notícia: / os iberos, depois que Arrio foi para lá, / Iberos já não eram, eram 'Íberos'.

CATULLUS, Gaius Valerius. Poema 84 ( Texto do século I a.C.). Tradução poética de João Ângelo Oliva Neto. In: FUNARI, P.P.A. Antiguidade Clássica: a história e a cultura a partir de documentos. Campinas: Editora da Unicamp, 1995. p. 1.

Mais ou menos na mesma época, o Senado discutiu o comportamento ofensivo dos ex-escravos. Houve uma argumentação geral no sentido de que os proprietários tivessem o direito de retirar a liberdade de ex-escravos que não a merecessem. [...] Nero duvidava sobre a decisão [...]

Há ex-escravos por toda parte. A maioria dos eleitores está formada por ex-escravos, como também ocorre com os assistentes dos magistrados, os auxiliares dos sacerdotes, a patrulha noturna e os bombeiros; a maioria dos equestres e muitos dos senadores são descendentes de ex-escravos [...]

TACITUS, Publius Cornelius. Anais (XIII, 26-27). Texto do século I d.C. In: CARDOSO, C. F. Trabalho compulsório na Antiguidade. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 140-141.

De acordo com os textos e com os conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar:

a) Iniciou-se neste período, de acordo com o édito de Nero, um processo de reformas no latim erudito, visando torná-lo mais acessível às classes populares em ascensão na sociedade romana, devido ao desenvolvimento comercial.

b) A ausência de transformações sociais em Roma fez com que o Senado desejasse retirar a liberdade de ex-escravos, pois estes, sendo tão numerosos, impediam o desenvolvimento comercial e fabril.

c) Embora os ex-escravos fossem motivo de chacota para muitos membros da elite romana, Nero deveria promover uma reforma política, ampliando os direitos econômicos das classes pobres que se agitavam em razão da escassez de gêneros alimentícios.

d) As transformações sociais expressas pela linguagem dos referidos autores demonstram que o latim perdeu a força unificadora do Império, dando lugar às línguas locais como o português, o espanhol, o italiano e o francês.

e) Processava-se uma ruptura na sociedade romana, pois os ex-escravos, motivo de zombaria das elites, com o passar do tempo, tornaram-se numerosos, tendo ascendido até as mais elevadas categorias sociais.

2. (UNIFESP-SP-2008) Podemos dizer que antes as coisas do Mediterrâneo eram dispersas... mas como resultado das conquistas romanas é como se a história passasse a ter uma unidade orgânica, pois, as coisas da Itália e da África passaram a ser entrecidas com as coisas da Ásia e da Grécia e o resultado disso tudo aponta para um único fim.

Políbio. História, I. 3.

No texto, a conquista romana de todo o Mediterrâneo é

a) criticada, por impor aos povos uma única história, a ditada pelos vencedores.

b) desqualificada, por suprimir as independências políticas regionais.

c) defendida, por estabelecer uma única cultura, a do poder imperial.

d) exaltada, por integrar as histórias particulares em uma única história geral.

e) lamentada, por sufocar a autonomia e identidade das culturas.

4. (FGV-SP-2007) Para ganhar o favor popular, o candidato deve conhecer os eleitores por seu nome, elogiá-los e bajulá-los, ser generoso, fazer propaganda e levantar-lhes a esperança de um emprego no governo. [...] Talvez sua renda privada

não possa atingir todo o eleitorado, mas seus amigos podem ajudá-lo a agradar a plebe. [...] Faça com que os eleitores falem e pensem que você os conhece bem, que se dirige a eles pelo seu nome, que sem parar e conscienciosamente procura seu voto, que você é generoso e aberto, que, mesmo antes do amanhecer, sua casa está cheia de amigos, que todas as classes são suas aliadas, que você fez promessas para todo mundo e que as cumpriu, realmente, para a maior parte das pessoas.

CÍCERO, Marco Túlio. Notas sobre as eleições.

As práticas políticas na Antiga Roma nos fazem refletir sobre as atuais. Essas palavras de Cícero (106-43 a.C.) revelam

- a concessão de favores, por parte dos eleitores, para cativar os candidatos.
- a necessidade de coagir o eleitorado para conseguir seu apoio.
- o desinteresse da população diante do poder econômico dos candidatos.
- a existência de relações clientelistas entre eleitores e candidatos.
- a pequena importância das relações pessoais para o sucesso nas eleições.

5. (UFJF-MG–2006) Sobre a organização político-social de Roma no final do Período Republicano (II e III a.C.), assinale a alternativa correta.

- A atuação dos tribunos da plebe, como Tibério e Caio Graco, criou uma estrutura fundiária baseada em pequenos lotes ocupados pela população de baixa renda e levou ao fim latifúndios em Roma.
- O direito à cidadania foi estendido a todos os habitantes que vivessem em qualquer região que tivesse sido conquistada por Roma.
- O regime democrático atingiu seu apogeu com a maior participação, por meio de eleições, de toda a população livre concentrada nos grandes centros urbanos.
- O poder político do Senado, no que se refere aos assuntos internos administrativos, foi transferido para a Assembleia dos plebeus, conduzindo a um longo período de paz.
- Houve o aumento do número de prisioneiros de guerra convertidos em escravos, utilizados como mão de obra na economia romana.

6. (UFG–2006) Leia o texto a seguir.



UDERZO, A.; GOSCINNY, R. Uma aventura de Asterix, o gaules. Rio de Janeiro: Record, 1968. p. 5 (Adaptação).

O texto oferece subsídios para a compreensão do processo de

- fixação de colônias romanas nas regiões conquistadas.
  - cobrança dos tributos em escravos e em espécie para Roma.
  - expansão romana em direção ao norte, no final do período republicano.
  - estabelecimento de alianças políticas de Roma com os povos vencidos.
  - fortalecimento do poder senatorial romano em relação ao poder imperial.
7. (FUVEST-SP–2006) Vegetius, escrevendo no século IV a.C., afirmava que os romanos eram menos numerosos que os gauleses, menores em tamanho que os germanos, mais fracos que os espanhóis, não tão astutos quanto os africanos e inferiores aos gregos em inteligência criativa. Obviamente Vegetius considerava os romanos, como guerreiros, superiores a todos os demais povos. Já para os historiadores, o fato de os romanos terem conseguido estabelecer, e por muito tempo, o seu vasto império, o maior já visto até então, deveu-se, sobretudo,
- à inferioridade cultural dos adversários.
  - ao espírito cruzadista da religião cristã.
  - às condições geográficas favoráveis do Lácio.
  - à política, sábia, de dividir para imperar.
  - à superioridade econômica da Península Itálica.

8. (FUVEST-SP–2006) Em Brasília, em julho de 2005, numa das sessões da CPI dos Correios, o relator citou o início das Catilinárias, de Cícero (63 a.C.): “Até quando, Catilina, abusarás da nossa paciência? Por quanto tempo ainda esse teu rancor nos enganará? Até que ponto a (tua) audácia desenfreada se gabará?”. Transcendendo a história

romana, o nome de Cícero continua presente no vocabulário político-cultural do Ocidente, estando associado a

- a) democracia, oligarquia e moralismo.
- b) realeza, ruralismo e sobriedade.
- c) império, populismo e tolerância.
- d) república, civismo e eloquência.
- e) aristocracia, demagogia e ostentação.

9. (FGV-SP-2006) Com a expansão do poder romano [sob a República] tornou-se enorme a diferença entre a pequena cidade nascida às margens do Tibre e a Roma

todo-poderosa, agora senhora do Mediterrâneo. A economia, a política, a vida social e religiosa dos romanos passaram por profundas modificações.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. Toda a História.

Entre as modificações que se pode identificar, está

- a) a prosperidade do conjunto da plebe, maior beneficiária da ampliação do mercado consumidor em função das províncias conquistadas.
- b) a disseminação da pequena propriedade, com a distribuição da terra conquistada aos legionários, maiores responsáveis pela expansão.
- c) a crescente influência cultural dos povos conquistados, em especial os gregos, alterando as práticas religiosas romanas.
- d) o enrijecimento moral de toda a sociedade, que passou a não mais tolerar as bacanais – festas em honra ao deus Baco.
- e) a criação e consolidação do colonato como base da economia romana e sua disseminação pelas margens do Mar Mediterrâneo.

### Seção ENEM

1. (Enem-2009 / Prova anulada) O fenômeno da escravidão, ou seja, da imposição do trabalho compulsório a um indivíduo ou a uma coletividade, por parte de outro indivíduo ou coletividade, é algo muito antigo e, nesses termos, acompanhou a história da Antiguidade até o séc. XIX.

Todavia, percebe-se que tanto o status quanto o tratamento dos escravos variou muito da Antiguidade greco-romana até o século XIX em questões ligadas à divisão do trabalho.

As variações mencionadas dizem respeito

- a) ao caráter étnico da escravidão antiga, pois certas etnias eram escravizadas em virtude de preconceitos sociais.
- b) à especialização do trabalho escravo na Antiguidade, pois certos ofícios de prestígio eram frequentemente realizados por escravos.
- c) ao uso dos escravos para a atividade agroexportadora, tanto na Antiguidade quanto no

mundo moderno, pois o caráter étnico determinou a diversidade de tratamento.

d) à absoluta desqualificação dos escravos para trabalhos mais sofisticados e à violência em seu tratamento, independentemente das questões étnicas.

e) ao aspecto étnico presente em todas as formas de escravidão, pois o escravo era, na Antiguidade greco-romana, como no mundo moderno, considerado uma raça inferior.

2. (Enem-2000)

Somos servos da lei para podermos ser livres.

Cícero

O que apraz ao príncipe tem força de lei.

Ulpiano

As frases anteriores são de dois cidadãos da Roma Clássica que viveram praticamente no mesmo século, quando ocorreu a transição da República (Cícero) para o Império (Ulpiano). Tendo como base as sentenças, considere as afirmações:

I. A diferença nos significados da lei é apenas aparente, uma vez que os romanos não levavam em consideração as normas jurídicas.

II. Tanto na República como no Império, a lei era o resultado de discussões entre os representantes escolhidos pelo povo romano.

III. A lei republicana definia que os direitos de um cidadão acabavam quando começavam os direitos de outro cidadão.

IV. Existia, na época imperial, um poder acima da legislação romana.

Estão corretas apenas

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

3. O contato com o Oriente alterou os costumes romanos. Nas artes, a influência grega foi profunda, a moda entre os patrícios era aprender a língua grega, originando uma literatura inspirada nos autores gregos. Na religião, aos deuses romanos aliaram-se cultos do Oriente.

Compreendendo o movimento expansionista romano durante a Antiguidade e a consolidação de um determinado modelo de desenvolvimento cultural, com suas características e particularidades, pode-se constatar que a cultura romana foi

- a) imposta aos povos dominados, levando à completa subjugação da cultura oriental pela romana.

- b) caracterizada pela fusão com outras culturas em um reflexo da amplitude do domínio romano sobre a Europa e o Oriente.
- c) influenciada pela cultura pré-colombiana, sendo exemplo disso a expansão das línguas latinas na América.
- d) marcada pelo isolamento em relação à cultura dos povos dominados, uma vez que estes eram considerados inferiores.
- e) pautada pelo politeísmo adotado como religião romana após o contato com outros povos orientais por eles dominados.

4. In dubio pro reo: Se houver dúvida no momento da decisão, o juiz deve decidir em favor do réu.

*Actori onus probandi incumbit: Compete ao autor o dever de provar suas alegações. Dura Lex, sed Lex: A lei é dura, mas é a lei.*

As expressões anteriores compõem parte do modelo jurídico vigente na Roma Antiga. A legislação apresentada permite compreender que, nos dias de hoje,

- a) o Direito evoluiu consideravelmente quando comparado com o código antigo.
- b) a aplicação da lei se encontra profundamente distante da realidade.
- c) a injustiça tem sua raiz nos vícios das civilizações anteriores.
- d) o sistema jurídico faz uso de muitos preceitos vigentes no passado.
- e) o modelo de bem-estar social vai além dos princípios legais da Antiguidade.

## Formação, apogeu e crise do Sistema Feudal

A Idade Média é caracterizada como o período que se estende do século V, mais precisamente da queda do Império Romano do Ocidente, em 476 d.C, até os séculos XV e XVI. Ainda de acordo com essa divisão, o Período Medieval pode ser dividido em Alta Idade Média (entre os séculos V ao IX) e Baixa Idade Média (entre os séculos XV e XVI). No período da Alta Idade Média, aconteceu a formação do Feudalismo, e, ao longo da Baixa Idade Média, assistiu-se à consolidação e à decadência do Mundo Feudal.

Para alguns teóricos, entretanto, esse período não teria tido o seu fim antes do século XVIII. De acordo com o historiador Jacques Le Goff, a Idade Média chegou ao fim com a Revolução Industrial e com a Revolução Francesa, quando aconteceram a Consolidação do Capitalismo e a Crise do Antigo Regime. Segundo essa visão, foi somente nesse período que os valores de origem medieval teriam chegado ao fim.

### Conceito de Idade Média

O Mundo Medieval foi visto, durante muito tempo, de forma preconceituosa, como por exemplo, o próprio termo para designá-lo, Idade Média – que equivalia a um estágio intermediário entre a grandeza da Antiguidade Clássica e o Mundo Moderno. Tal percepção surge durante o início da Idade Moderna, com a crescente valorização dos ideais humanistas no contexto do Renascimento. Para o homem renascentista, valorizava a Idade Média, que foi marcada excessivamente pela religiosidade e pelo predomínio da Igreja, foi um período de obscuridade e ignorância. A partir desse momento, termos como Idade das Trevas ou a Longa Noite dos Mil Anos foram comuns para designar tal sociedade. O italiano Petrarca, ainda no século XV, utilizou o termo *Tenebrae* para se referir a esse momento da História.

De acordo com essa visão, na Idade Média, não teriam ocorrido avanços nas áreas da ciência, das artes e da Filosofia – acreditando-se que o desenvolvimento humano teria sido contido e só seria retomado a partir da Idade Moderna.

O homem renascentista considerava a arte medieval como grosseira e pobre. Rafael Sanzio, pintor do Renascimento italiano, incorporou esse preconceito utilizando a expressão “gótica” (originária do termo godos, um dos povos denominados bárbaros) para se referir à arte do período.

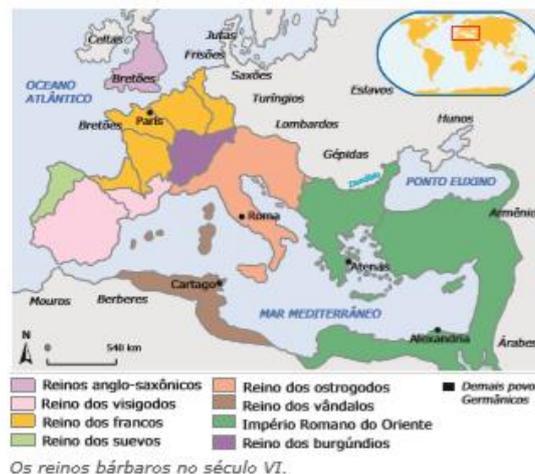
A partir do século XIX, no entanto, a Idade Média passou a ser revalorizada e revista. Foram os românticos – que se opunham ao Racionalismo Moderno – quem resgataram os medievais e os consideraram os formadores das nacionalidades europeias. Um dos ápices do resgate medieval ocorreu durante as invasões napoleônicas do século XIX, já que, diante da expansão francesa, as nações oprimidas exacerbaram o seu discurso nacionalista.

Os historiadores do século XX, por sua vez, passaram a perceber o Período Medieval a partir de suas especificidades. Sabe-se hoje que o desenvolvimento técnico, como na área da agricultura, foi significativo no período. Já na Filosofia, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino são exemplos da sofisticação do pensamento medieval. A arte e a arquitetura também são valorizadas e as catedrais medievais são símbolos da grandeza artística do período.

### Alta Idade Média

O período compreendido entre a queda do Império Romano do Ocidente e uma segunda onda de invasões ocorrida nos séculos IX e X é conhecido como Alta Idade Média. Naquele momento, a ocupação dos povos germânicos nas regiões do antigo Império provocou a formação de uma série de reinos. Pode-se dizer que, entre os séculos V e X, ocorreram transformações que levaram à consolidação do mundo feudal, mundo esse marcado pela combinação de instituições de origem romana e outras oriundas dos reinos germânicos, chamados de bárbaros pelos romanos. Nesse período, foi registrada uma retração populacional, que já existia desde a crise romana. Assim, é possível perceber que a presença dos povos germânicos não representou aumento da população; estima-se que estes constituíam apenas 5% da população na antiga área do Império. Concomitantemente a este processo, o êxodo urbano se manteve, o que não significa que a vida urbana tenha sido completamente abandonada. É importante ressaltar, ainda, que, paradoxalmente, a ruralização europeia não acarretou uma prosperidade produtiva, já que a Alta Idade Média foi marcada pela expansão da fome e das epidemias.

Os povos germânicos formaram uma série de reinos na Europa Ocidental. O antigo Império havia se fragmentado, dando origem às chamadas monarquias germânicas, como demonstrado no mapa a seguir:



### O reino dos francos

Entre os vários reinos formados durante a Alta Idade Média, um deles merece atenção especial, o dos francos. A importância dos francos está vinculada à consolidação do cristianismo na Europa Ocidental e à generalização das relações de vassalagem e suserania. Esses povos, que foram aliados dos romanos até o século V, assumiram o domínio político da Gália sob a liderança de Clóvis I, da dinastia Merovíngia. A dinastia recebe esse nome, pois, nessa época, os francos ainda eram pagãos e se consideravam descendentes de uma divindade marinha nomeada Meroveu.

A conversão de Clóvis ao cristianismo foi fundamental para o controle das populações de origem romana, em sua maioria cristã, no interior do reino. O reino dos francos foi o primeiro entre aqueles de origem germânica a se converter ao cristianismo.

Após a morte de Clóvis, as disputas entre os merovíngios levaram ao enfraquecimento da dinastia e à ascensão dos carolíngios. Essa dinastia, que se iniciou com Carlos Martel, teve o seu auge com Carlos Magno. Devido à sua força, a dinastia obteve sucesso na contenção da expansão muçulmana em direção à Europa Central, principalmente quando venceu a Batalha de Poitiers em 732, ainda no reinado de Carlos Martel. Durante o período em que esteve no poder, Carlos Magno, contando com o apoio da Igreja e com um reinado de grande vigor pessoal, conseguiu manter extensos domínios unificados e conquistar novas áreas. Assim, enquanto nos demais reinos predominavam a fragmentação e a instabilidade política, o Império Carolíngio desfrutava de relativa unidade. O mapa a seguir demonstra a extensão do Império:



A expansão do Império Carolíngio acarretou o fortalecimento do cristianismo nas regiões submetidas. Em troca do apoio da Igreja, os soberanos carolíngios concederam um vasto território na região da Península Itálica à Igreja, que ganhou condições de se tornar uma potência política atuante. Além disso, reforçando o costume do pagamento do dízimo à Igreja, os carolíngios vincularam-na definitivamente à economia da época.

Nas áreas dominadas, Carlos Magno passou a conceder, ainda, terrenos àqueles chefes que o ajudaram na conquista de territórios. A nobreza franca e a Igreja recebiam faixas de terra chamadas de condados e marcas e, em troca, juravam fidelidade ao imperador. Começava-se, desse modo, a expansão da relação que daria origem à vassalagem e à suserania, através da qual alguns homens criaram uma rede hierárquica de poder.

No auge do Império Carolíngio, Carlos Magno foi aclamado imperador do Império Romano do Ocidente, título concedido pelo papa Leão III. Durante o seu reinado, ocorreu o Renascimento Carolíngio, momento de valorização da cultura de origem romana, como o latim, tendo a escola de Aix-la-Chapelle se tornado um importante centro intelectual europeu.

Após a morte de Carlos Magno, vários fatores colaboraram para a desagregação do Império Carolíngio. As disputas entre os netos do imperador provocaram a partilha do Império pelo Tratado de Verdun em 843. Nessa divisão, aparecia o primeiro esboço do futuro mapa político europeu. De acordo com Hilário Franco Júnior:

O tratado estabeleceu dois grandes blocos territoriais, étnicos e linguísticos (dos quais surgiriam as futuras França e Alemanha) e uma longa faixa pluralista, composta de uma zona de personalidade definida (Itália do Norte), zonas multilinguistas que sofreriam o poder de atração daqueles primeiros blocos (futuras Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Suíça), zonas intermediárias, que seriam objeto de longas disputas (Alsácia, Lorena, Trieste, Tirol).

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Idade Medieval. A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

Além dos problemas internos, novas invasões – dos vikings e magiares ou húngaros – provocaram a fragmentação do Império Carolíngio. O trecho a seguir reflete a situação no Império a partir dessas invasões:

Vedes desabar sobre vós a cólera do Senhor... Só há cidades despovoadas, mosteiros em ruínas ou incendiados, campos reduzidos ao abandono... Por toda a parte o poderoso oprime o fraco e os homens são semelhantes aos peixes do mar que indistintamente se devoram uns aos outros.

DEPOIMENTO dos bispos da província de Reims em 909.

A partir desse evento, a configuração do mapa europeu se aproximava, então, da realidade feudal. A relativa centralização característica dos impérios outrora existentes daria lugar à pulverização do poder político em meio à nobreza feudal. A Europa se fechava, dando origem ao feudalismo.

## Feudalismo

A palavra feudalismo tem sua origem em *feudum*, que em latim significa posse ou domínio. Para alguns autores, o feudalismo teve sua origem na França, nos séculos IX e X, e seu desaparecimento deu-se ao longo dos séculos XV e XVI. De acordo com o historiador Marc Bloch, o feudalismo pode ser resumido em:

Um campesinato mantido em sujeição; uso generalizado do serviço foreiro (isto é, o feudo) em vez de salário [...]; a supremacia de uma classe de guerreiros especializados; vínculos de obediência e proteção que ligam homem a homem e, dentro da classe guerreira, assumem a forma específica denominada vassalagem; fragmentação da autoridade [...]

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

A estrutura feudal clássica predominou na Europa Ocidental, principalmente em sua porção central, e deve ser compreendida em suas diversas manifestações, sejam elas políticas, econômicas, culturais ou religiosas.

## Política

Em geral, a política feudal foi caracterizada pela fragmentação do poder, afinal, as constantes guerras e invasões, bem como as relações de vassalagem e suserania, colaboraram para o enfraquecimento do poder real.

Apesar da isolada ação do Império Carolíngio, a descentralização teve sua origem no declínio do Império Romano, quando, gradativamente, o Estado foi concedendo atribuições estatais aos grandes proprietários de terra. A grande extensão do Império levou à implantação dessa situação, mantida após as migrações dos povos germânicos.

A diversidade desses povos e os constantes conflitos impediram o retorno à unidade.

Desse modo, os reis que comandavam as monarquias medievais viram seus poderes serem divididos em meio à nobreza proprietária de terras. Ainda assim, a figura do rei era revestida de caráter sagrado; a permanência da cerimônia de sagração do monarca pela Igreja era prova disso. Nessa cerimônia, o monarca era ungido por um óleo, consagrado anteriormente pela autoridade religiosa, que manifestava o elo divino entre o clero e o governo monárquico. A crença, reiterada durante considerável período, na capacidade de cura dos monarcas, mediante o simples toque destes, também atesta essa visão.

As relações entre o Estado e os indivíduos foram substituídas por relações de dependência pessoal. Predominavam os laços de fidelidade entre os homens, colaborando para o enfraquecimento das relações impessoais entre Estado e cidadão. Esses vínculos têm suas origens nas tradições guerreiras dos povos germânicos. Uma delas, o comitatus, era um acordo entre os chefes guerreiros germânicos a respeito da fidelidade na guerra e da divisão dos despojos após as vitórias nas batalhas. Existia também o beneficium, concessão da posse de um lote para remunerar determinado serviço.

Essas tradições difundiram-se pelos reinos medievais e deram origem às relações de vassalagem e suserania. Como já foi dito, o reinado de Carlos Magno colaborou para a expansão dessas relações, visto que, naquele contexto, o monarca distribuía lotes de terra (condados e as marcas) entre os guerreiros que o auxiliavam nas conquistas de novos territórios. Aqueles que passavam a deter direitos sobre essas faixas de terra passavam a ser condes e marqueses, formando-se, desse modo, uma nobreza fundiária.

Os laços feudo-vassálicos eram estabelecidos por três atos, que correspondiam às necessidades recíprocas que justificavam sua existência. O primeiro era a homenagem, o ato de um indivíduo tornar-se “homem” de outro. O segundo era a fidelidade, juramento feito sobre a Bíblia ou sobre relíquias de santos e muitas vezes selado por um beijo entre as partes. O terceiro era a investidura, pela qual o indivíduo que se tornava senhor feudal entregava ao outro, agora vassalo, um objeto (punhado de terra, folhas, ramo de árvore, etc.) simbolizador do feudo que lhe concedia.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Idade Medieval. A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

Após o juramento de fidelidade, constituía-se um laço contratual que unia dois homens livres: o suserano, que contaria com a prestação de serviços militares por tempo determinado, e o vassalo, que recebia o feudo e devia lealdade ao senhor. Aquele que cedia os direitos perdia parte de seu poder político, que era transferido para o vassalo, e, em troca, recebia proteção no caso de guerras.

A expansão desses laços pessoais contribuiu para o enfraquecimento do poder do rei, que passou a ser um suserano, e reforçou os poderes locais. Em seu feudo, portanto, o senhor poderia aplicar a justiça, garantir a proteção e tratar da administração e da fiscalização. Esse contexto reforçou o caráter militar da nobreza medieval, constituída como um grupo dedicado às guerras. Assim, as guerras medievais diferiam das contemporâneas, pois eram disputadas por um grupo restrito da elite, os cavaleiros.

A fragmentação política foi característica da maior parte da Alta Idade Média e só começou a ser superada a partir do século XI, momento em que ocorreram os primeiros passos rumo à consolidação dos Estados europeus.

## Economia

Até os séculos IX e X, é possível dizer que a economia europeia passou por um período de retração e estagnação. As produções agrícola, artesanal e comercial foram reduzidas, principalmente, em razão do retrocesso demográfico percebido no período. Predominava, nesse primeiro momento, a produção agrícola em propriedades que se assemelhavam às vilas de origem romana. Nessas propriedades, existiam os lotes reservados aos senhores e aqueles destinados aos camponeses.

A produção voltada para subsistência e os constantes conflitos provocaram a diminuição das transações comerciais e do uso da moeda, sem causar, no entanto, o seu desaparecimento. O mesmo pode ser dito em relação às cidades: o processo de ruralização não provocou o completo abandono da vida urbana. As relações comerciais ocorriam de maneira esporádica, por exemplo, quando determinado produto não fosse comum em uma região. Mercadores judeus tiveram importância nessas transações, trazendo seda, especiarias e sal de outras regiões.

Se os primeiros anos da Idade Média foram marcados por instabilidades sociais, a partir do século XI, observa-se o aumento demográfico na Europa Ocidental. Esse aumento ocorreu, entre outros fatores, devido ao fim das invasões e dos conflitos, bem como em razão das limitações da guerra medieval, que nem sempre fazia um grande número de vítimas e caracterizava-se pelas interrupções constantes relacionadas às obrigações entre vassalos e suseranos.

O desenvolvimento das técnicas agrícolas e a expansão das áreas cultivadas também colaboraram

para o aumento da produção e para o conseqüente crescimento populacional.

Uma das inovações apresentadas foi a utilização do sistema trienal (o que permitia que uma faixa de terra descansasse enquanto outras duas eram cultivadas, possibilitando o resgate da produtividade agrícola), da charrua (instrumento puxado por cavalos – animais de maior robustez – capaz de perfurar em maior profundidade o subsolo, preparando adequadamente o solo para ser cultivado), da força motriz animal, do adubo mineral e dos moinhos de água e de vento.

Concomitantemente ao aumento da população europeia, observou-se a expansão dos feudos, unidades básicas de subsistência e provedoras de toda a sobrevivência do mundo feudal. Além da produção agrícola, o artesanato e a manufatura eram atividades praticadas nesse período. Os artesãos produziam armas, tecidos, móveis e ferramentas destinados ao consumo restrito.

Nos feudos, predominava o poder dos senhores feudais, nobres ou membros do clero, que impunham a administração, aplicavam a justiça e garantiam a ordem. Esta independência de poderes refletia-se também na economia, já que o sistema de pesos e medidas e as moedas, ainda escassas, variavam de feudo para feudo, dificultando as relações comerciais.

As terras feudais eram divididas em mansos: o senhorial, o servil e o comunal. No manso senhorial, encontrava-se o castelo, residência fortificada dos nobres. Nessas terras, o trabalho era executado pelos servos e toda a produção era destinada aos senhores. Os mansos servis, por sua vez, eram terrenos arrendados aos servos em troca de proteção e explorados pelos próprios servos, que deviam várias obrigações ao senhor. Já o manso comunal era formado por pastos e bosques de uso comum, ou seja, sujeito à exploração tanto dos senhores quanto dos servos.

A relação de trabalho predominante nos feudos foi a servidão, que, como já visto, teve sua origem no colonato, ainda no Império Romano. No entanto, o servo estava vinculado à terra, embora, em muitos casos, esse vínculo pudesse ser rompido, e devia ao senhor uma série de obrigações, pagas em forma de trabalho. Entre as várias obrigações, podem ser destacadas as principais, como:

✓ **corveia:** trabalho não remunerado nas terras do senhor, geralmente três dias por semana, no cultivo ou em outros serviços, como a construção, a manutenção e o transporte.

✓ **censo:** uma pequena renda fixa paga em dinheiro ou em espécie.

✓ **mão-morta:** cobrança pela transferência hereditária, taxa cobrada para permitir que o filho do camponês permanecesse na terra.

✓ **banalidades:** taxas pelo uso do moinho, do forno e de outras instalações de propriedade do senhor.

✓ **talha:** parcela paga pela produção no manso servil. champart (de campi pars, “parte da colheita”): devida pelo camponês e proporcional ao resultado da colheita nas terras servis.

✓ **dízimo:** taxa devida à Igreja.

Apesar de realizar um trabalho compulsório e, em muitos casos, não poder abandonar a terra, o servo não pode ser considerado como escravo. Esta diferença é relevante, pois o servo não era considerado uma propriedade, por mais que, em alguns casos, tenha sido comprado ou vendido. Além disso, o servo podia trabalhar para o seu próprio sustento e deveria ser protegido pelos senhores. Por outro lado, o servo também não era um trabalhador livre, já que estava submetido pelos senhores feudais ao trabalho e ao pagamento em serviços de forma obrigatória.

## Expansão do Feudalismo

O crescimento demográfico, agrícola e comercial, a partir do século XI, provocou alterações no panorama europeu. Por um lado, o feudalismo atingiu seu apogeu na Europa nesse período, mas, por outro, as mesmas transformações que levaram o sistema feudal a uma estabilização colaboraram para a desarticulação do mundo feudal e para a formação dos Estados Modernos.

As cidades, à medida que se expandiam, aceleravam o processo de crise do modelo feudal, pois permitiam que uma nova camada social, os comerciantes, progredisse em termos financeiros. Esse fator atraía cada vez mais descontentes que buscavam tentar a sorte nas cidades, estimulando-os a romper com o modelo feudal ainda em curso. É fundamental, assim, o estudo da expansão urbano-comercial estimulada pelas Cruzadas, bem como o da crise do século XIV, para se compreender as transformações que levaram à consolidação de novas formas de organização política no interior da Europa.

## Expansão Comercial e Urbana

O crescimento demográfico verificado na Europa a partir do século XI provocou a revitalização urbana e comercial. É importante lembrar que as cidades e o comércio nunca desapareceram por completo durante o Período Medieval, mas permaneceram como locais das sedes administrativas da Igreja, da

realização de feiras e para onde, muitas vezes, prosseguiram grupos de romeiros.

Na medida em que o excedente agrícola era ampliado, realizavam-se trocas cada vez mais frequentes dentro dos feudos, dinamizando essa que passou a se alimentar do espaço urbano, rico em mercado de consumo e com diversificada oferta de matéria-prima e mercadorias. Nesse contexto, novas técnicas de produção foram aperfeiçoadas, colaborando para que houvesse nítido avanço comercial.

Surgiram, dessa forma, os primeiros núcleos urbanos nas principais rotas comerciais. Entre 1150 e 1330, o mundo urbano medieval viveu seu apogeu. De acordo com Jacques Le Goff, historiador que se destaca como referência nas pesquisas sobre a Idade Média:

A atividade econômica, cujo centro são as cidades, chega ao seu mais alto nível. Sob a égide de uma Igreja [...] uma nova sociedade, marcada pelo cunho urbano, manifesta-se num relativo equilíbrio entre nobreza, que participa do movimento urbano mais do que se tem afirmado, burguesia [...] e classes trabalhadoras, das quais uma parte – urbana – fornece a massa de mão de obra às cidades, e a outra – rural – alimenta a cidade e é penetrada por seu dinamismo. A cultura, a arte e a religião têm uma fisionomia eminentemente urbana.

LE GOFF, Jacques. O apogeu da cidade medieval. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Em algumas das grandes cidades europeias desse período, a população chegava a 40 mil habitantes e, apesar de vinculada às atividades comerciais, dependia dos alimentos vindos do mundo rural. Não é correto, desse modo, associar o crescimento da cidade ao declínio dos feudos, visto que os feudos, inicialmente, colaboraram para sustentar a expansão urbana mediante o abastecimento agrícola.

Nesse contexto, surgiram os chamados forisburgos (do inglês, borough = cidade pequena e cercada de muralhas). Os grandes muros eram estratégia de defesa para resguardar mercadorias, comércio e lucros obtidos, visando à proteção e à regularização do tráfego, assim como à organização da cobrança de impostos.

No mundo urbano, os habitantes desfrutavam de maior liberdade, vendo-se desvinculados de alguns laços feudais. Era comum, em algumas regiões, que servos para lá fugissem, tornando-se livres. Caso após um dado período os senhores não conseguissem recuperá-los e levá-los de volta ao feudo, essa liberdade seria então definitiva. Com tal estratégia, arrebanhava-se mão de obra para os centros urbanos em expansão.

Por se situarem em propriedades de senhores feudais, no entanto, os cidadãos ainda estavam submetidos ao pagamento de tributos e à prestação de serviços ao senhor, embora possuíssem

autonomia administrativa para gerir os centros urbanos. O documento a seguir apresenta algumas das reivindicações dos cidadãos:

No ano de Nosso Senhor de 1301, quando o rei Filipe entrou em Gand, o povo saiu ao seu encontro exigindo em altos brados que o libertasse de um pesado imposto que havia em Gand e em Bruges sobre os artigos de consumo, especialmente a cerveja [...]

LE GOFF, Jacques. O apogeu da cidade medieval. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Em muitos momentos, desejando se ver livres desse domínio, os habitantes das cidades organizaram movimentos comunais, que resultaram na conquista da autonomia política para a cidade, inclusive subordinando os senhores, o que fortaleceu os laços de solidariedade entre os cidadãos, rompendo com a dominação feudal. Apesar desses conflitos, os habitantes das cidades e os senhores possuíam forte interdependência, já que, em alguns casos, as cidades necessitavam da proteção que só os nobres poderiam proporcionar. Assim, como forma de reafirmar sua autonomia, os tribunais estabelecidos pelos cidadãos, que também cuidavam da administração e da infraestrutura no mundo urbano, adotaram símbolos próprios, tradição essa de origem aristocrática, como a criação de selos com traços referentes aos centros urbanos:

As divisas dos primeiros selos inspiravam-se tanto em símbolos religiosos quanto em heráldicos, em paisagens da cidade com seus portões e muralhas, e ocasionalmente em retratos. O selo de Doullens (Somme) reproduz as cabeças dos Scabini, ou magistrados municipais, por exemplo.

LOYN, Henry R. (Org.) Dicionário da Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Nas cidades, a atividade econômica se desenvolveu principalmente nos setores do comércio e do artesanato. Os mercadores, chamados também de burgueses, dominavam as atividades comerciais e em muitas cidades controlavam também o poder político. A revitalização do uso da moeda acompanhou a expansão comercial. Os produtos do grande comércio eram os grãos, o vinho, o sal, os couros e as peles, os tecidos, os minerais e os metais e, secundariamente, a madeira.



Mercadores de Bolonha discutem preços na venda de peles de animais (1339).

O poder dos comerciantes nas cidades aumentava gradativamente, o que os levou a se associarem. Tais associações eram denominadas guildas e tinham como objetivo defender os interesses dos mercadores, como também garantir a isenção de certos impostos e facilitar a realização das atividades comerciais de seus membros, mediante o controle de preços previamente articulados, por exemplo. Do mesmo modo que defendiam os negócios de seus associados nas cidades, as guildas os defendiam das relações comerciais empreendidas por seus associados no exterior. No mundo urbano, seu poder cresceu de tal forma que extrapolou a esfera econômica, tornando-se algumas guildas potências políticas:

Era o caso dos poderosos mercadores importadores e exportadores pela via fluvial do Sena. Desde o século XII, em Paris, a guilda [...] é uma potência econômica e política. Em Rouen [...] rege tudo quanto concerne ao porto e ao tráfico no Sena [...] frequentemente entra em choque com o prefeito.

LE GOFF, Jacques. O apogeu da cidade medieval. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Em determinadas cidades, havia outro foco de poder, representado pelos artesãos. Reunidos nas corporações de ofício, os artesãos estabeleciam as regras para a produção artesanal, regulamentando a qualidade, a produção e o recrutamento para diversos ofícios, com base nos interesses do empregador e do artesão qualificado e estabelecido.

As corporações favoreciam os interesses dos artesãos das diferentes cidades ao dificultar a concorrência, inclusive dos produtos vindos de fora. Por isso, uma das medidas tomadas era a delimitação estrita das áreas de atuação, de modo a evitar a sobreposição de competências. Procurava-se dificultar, por exemplo, que uma oficina de conserto tivesse permissão de confeccionar peças novas.

Existiam corporações para cada um dos ofícios exercidos e a não associação poderia implicar banimento da cidade. Os laços de solidariedade entre os associados eram reforçados, já que, em alguns casos, as corporações tinham caráter assistencial. Os estatutos e a hierarquia eram rígidos e o não cumprimento das regras poderia levar a graves punições:

Em Douai, em 1284, um peixeiro é espancado quase até a morte por seus concorrentes porque vende sua mercadoria mais barato.

LE GOFF, Jacques. O apogeu da cidade medieval. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

O poder dos artesãos e das corporações de ofício se fortaleceu em um contexto de gradativa valorização do trabalho. Anteriormente visto como castigo divino e penitência, o trabalho, no mundo urbano, passava a ser visto como útil e valorizado.

A expansão da atividade comercial reanimou o comércio de longa distância. No entrecruzamento das principais rotas comerciais, as feiras medievais se fortaleceram. Nos séculos XII e XIII, as feiras eram os grandes centros de comércio europeus, sendo que algumas recebiam mercadores de todo o continente. Cada uma delas era realizada em dias específicos, tornando-se grandes eventos que, em alguns casos, chegavam a durar semanas. As atividades financeiras e bancárias ganharam espaço, viabilizando as transações financeiras nesses locais e tornando possíveis empréstimos e notas bancárias, o que facilitou as trocas realizadas entre pessoas provenientes de diferentes partes da Europa.

As feiras proporcionaram a regularidade do comércio europeu na Baixa Idade Média, visto que garantiam o encontro frequente entre os mercadores de várias regiões. Na região de Champagne, na França, as feiras recebiam mercadorias provenientes das regiões de Flandres, Gênova, Veneza e de regiões da atual Alemanha. A lã inglesa, as especiarias e os corantes mediterrâneos, as peles e os linhos alemães, os artigos espanhóis de couro eram as principais mercadorias de troca. Nessa região, a duração das feiras podia chegar a cinquenta dias, conforme explicitado no quadro a seguir:

Calendário das feiras de Champagne	
Cidades	Meses
LAGNY	janeiro-fevereiro
BAR-S.-AUBE	fevereiro-março
PROVINS	maio-junho
TROYES ("feira quente")	julho-agosto
PROVINS (feira de Santo Ayoul)	setembro-outubro
TROYES ("feira fria")	novembro-dezembro

O calendário das feiras de Champagne demonstra a regularidade do comércio, que se estendia por todo o ano.

LORCIN, Marie-Thérèse. La France au XIII siècle. Paris: Nathan Université, 1975. p. 71.

Com o incremento do comércio à longa distância, surgiram agremiações entre os comerciantes de várias cidades, chamadas hansas. A mais poderosa entre essas ligas foi a hanseática, que dominava o comércio no norte da Europa. Os mercadores dessa região estabeleceram o monopólio comercial no Báltico, transportando mercadorias como peixe, madeira, cereais e peles. Da região de Flandres, eram levados tecidos e lã, que eram revendidos por toda a Europa. No sul, as cidades mediterrâneas de Gênova e Veneza passaram a controlar, progressivamente, o comércio de especiarias vindas do Oriente, em especial após as Cruzadas. O mapa a seguir demonstra a vitalidade do comércio medieval a partir do século XII.



A expansão comercial provocou transformações nas estruturas da sociedade europeia que, mesmo tendo mantido o seu caráter rural, viu surgir novas forças sociais vinculadas às cidades. Novas formas de sociabilidade surgiam no mundo urbano, produzindo efeitos nas estruturas feudais.

A Igreja, ainda detentora de grande poder, se posicionava contra essas mudanças devido à emergência de uma nova fonte de autoridade na sociedade. Além disso, a vida urbana estimulava laços de solidariedade fora da Igreja, entre os próprios membros da comuna e seus simpatizantes e agregados.

A atividade comercial sofria uma forte restrição ao ser combatida pela instituição medieval mais poderosa. Para a Igreja, as mercadorias deveriam ser vendidas pelo seu justo preço e não com a intenção do lucro. Os juros eram vistos como atividades ilícitas, já que os seus praticantes estariam lucrando sobre o tempo, pertencente a Deus.

## Cruzadas

As Cruzadas foram expedições militares e religiosas que, inicialmente, tinham dois objetivos principais: a conquista da Terra Santa, em especial da cidade sagrada de Jerusalém, e a contenção do avanço muçulmano na região do Império Bizantino. A expulsão dos muçulmanos também era vista como forma de expansão do cristianismo, e era incentivada pela Igreja como uma continuação do movimento de Reconquista ibérica, que também se deu com objetivos semelhantes. A luta pela retomada da região das mãos dos mouros é considerada uma manifestação do espírito das Cruzadas.

Outro objetivo da Igreja com as Cruzadas foi a repressão aos movimentos heréticos dos cátaros no sul da França.

A perseguição às chamadas heresias demonstra que os ataques não se reservaram aos infiéis, como eram chamados os muçulmanos, mas também atingiram os cristãos europeus que se vinculavam a práticas espirituais que não fossem o catolicismo.

Além dos motivos religiosos citados, o movimento apresentava outras motivações de natureza econômica, afinal, para as cidades do Mediterrâneo, como Veneza, as Cruzadas representavam uma possibilidade de lucro nas áreas que viriam a ser conquistadas em direção ao Oriente. Além disso, as riquezas e as terras do Mediterrâneo Oriental eram cobiçadas pelos nobres da Europa Ocidental, que começavam a buscar novas fontes de riqueza devido ao crescimento demográfico.

Do ponto de vista social, as Cruzadas significavam uma possibilidade de diminuir os conflitos, cada vez mais constantes, no interior da nobreza europeia, uma vez que a belicosidade dos nobres seria canalizada para o Oriente, empreendimento esse justificado pelos objetivos religiosos. A busca pela Terra Santa era, ainda, uma possibilidade para o escoamento do excedente populacional, direcionado para a composição dessas expedições.

Ao todo, foram realizadas cinco grandes Cruzadas em direção ao Oriente e travadas inúmeras batalhas entre cristãos e muçulmanos. Se, para os cristãos, a guerra era considerada justa, para seus inimigos, os cristãos eram selvagens e bárbaros. Apesar dos ataques violentos, a conquista definitiva de Jerusalém, o principal objetivo religioso do movimento, não ocorreu. A reaproximação com o Império Bizantino foi dificultada devido aos saques constantes dos europeus ocidentais nessa região.

Apesar de fracassar quanto aos objetivos religiosos, é possível afirmar que as Cruzadas provocaram profundas alterações na Europa feudal. Do ponto de vista econômico, o contato com os árabes dinamizou as relações entre os europeus e o Oriente. As especiarias trazidas do mundo oriental pelos árabes ou vindas das rotas que passavam pelo Império Bizantino eram revendidas em toda a Europa pelos comerciantes das cidades de Gênova e Veneza. A propagação das culturas helênica, bizantina e árabe colaborou, ainda, para o desenvolvimento artístico e científico da Europa cristã.

Em contrapartida, a participação nessas guerras colaborou para o relativo enfraquecimento da nobreza feudal, visto que o envolvimento nas disputas gerava gastos e que as derrotas agravaram a situação dos nobres. Em muitos casos, os senhores, ao voltarem das expedições, se viam obrigados a conceder a liberdade aos servos que, naquele momento, eram cada vez mais atraídos para a vida nas cidades.

## Crise do Feudalismo

A partir do século XIV, uma série de eventos levou à crise do mundo feudal e à organização dos Estados Modernos na Europa Ocidental. Vale ressaltar, entretanto, que esse processo não foi contínuo, possuindo variações regionais. Na França, por exemplo, os impostos de origem feudal e as distinções baseadas no nascimento só foram extintos no século XVIII, durante a Revolução Francesa. Na Península Itálica e na região central, os Estados se unificaram apenas no século XIX, quando surgiram Itália e Alemanha.

## Peste, fome e guerra

O século XIV foi marcado por uma série de calamidades que colaboraram para acelerar as transformações no interior do feudalismo. Esses acontecimentos tiveram origem na própria expansão da economia feudal. O crescimento demográfico e comercial observado a partir do século XI provocou transformações no panorama da sociedade europeia, levando a novos métodos de exploração agrícola, como a irrigação, a drenagem e o sistema de rotação de culturas, que transformaram em terras férteis locais antes caracterizados por pântanos e regiões muito secas.

A destruição de áreas florestais foi típica desse período, aumentando a área cultivável em várias regiões da Europa. Esse processo de expansão das áreas produtivas, conhecido como arroteamento, acarretou enormes impactos ambientais. No início do século XIV, portanto, foi registrado um grave desequilíbrio climático responsável por um período de intensas chuvas entre os anos de 1315 e 1317.

Os efeitos dessas alterações foram percebidos na agricultura, que sofreu uma considerável retração. A consequência mais imediata desse fato foi a fome generalizada. A morte causada pela falta de alimentos provocou o início da reversão do crescimento populacional europeu. Outra decorrência da crise de produção foi o aumento da exploração sobre os camponeses, já que, naquele momento, os grandes senhores não podiam aceitar a queda de seus rendimentos. Essa população, faminta e superexplorada, não teve, desse modo, como resistir à expansão de diversas epidemias, como a Peste Negra.

A Peste Negra havia sido epidêmica na Europa medieval no século VI, tendo desaparecido no século VIII, mas retornou no século XIV e continuou endêmica no continente até o período posterior ao século XVII. A partir de 1340, a Peste se alastrou pelas regiões das atuais Itália, França,

Inglaterra, Alemanha e Polônia, gerando grande destruição.

A origem da Peste Negra teria sido na Ásia Central, transmitida por um bacilo, apenas descoberto em 1894. Teve como vetores as pulgas transportadas pelos ratos, podendo ser pneumônica ou bubônica, levando o indivíduo contaminado à morte em um período de três a seis dias. Acredita-se que a epidemia teria voltado à Europa com os navios italianos que carregavam as especiarias provenientes da Ásia. Para o homem medieval, a explicação adquiriu caráter místico, como a ideia de um castigo divino ou da disseminação por parte dos judeus. O não conhecimento das formas de contágio e a falta de higiene das cidades contribuíram para a expansão da doença.

## As Revoltas Camponesas

O desenvolvimento comercial e a expansão da atividade urbana já vinham atraindo os camponeses europeus para a vida nas cidades durante toda a Baixa Idade Média, pois, no mundo urbano, os trabalhadores se viam livres dos laços servis.

No entanto, foi o aumento da exploração no campo – decorrente do declínio demográfico – que fez surgir uma série de movimentos camponeses na Europa. Essas revoltas tiveram papel fundamental na desagregação do feudalismo ao colocar em xeque o tradicional papel da nobreza medieval.

Na França, os motins receberam o nome de jacqueries, decorrente da expressão Jacques Bonhomme, que pode ser traduzida por “João Ninguém”. Na Inglaterra, as revoltas de John Ball e Wat Tyler provocaram temor na nobreza. Foram comuns, durante esses movimentos, a destruição de propriedades e o assassinato de vários nobres.



Jacqueries

Jacqueries / Crônicas de Jean Froissart. Biblioteca Nacional da França. Manuscrito do Século XV



Morte de Wat Tyler

Morte de Wat Tyler / Crônicas de Jean Froissart. Biblioteca Nacional da França. Manuscrito do Século XV

A reação da aristocracia contra as revoltas foi igualmente violenta, no entanto, o tumulto nos campos deixava clara a dificuldade da nobreza fundiária em manter o controle diante das profundas transformações na sociedade europeia, abrindo espaço para o fortalecimento do poder real.

## Igreja Medieval

Para compreender a influência da Igreja no Período Medieval, é necessário um pequeno histórico do cristianismo desde a Antiguidade. O cristianismo expandiu-se a partir da região da Palestina pelas regiões em torno do Mar Mediterrâneo chegando até Roma, sede do Império Romano.

Nesse período, o cristianismo iniciou a sua penetração entre as classes populares, já que oferecia a possibilidade de salvação ao grupo social que mais sofria. Até o século IV, os cristãos eram perseguidos no Império por serem monoteístas, por contestarem o militarismo da cultura romana e por negarem o caráter divino do imperador. Com o agravamento da crise no Império, no entanto, o cristianismo passou a se expandir e a conquistar adeptos entre as classes dirigentes.

Em 313 d.C., com o Edito de Milão, Constantino concedeu liberdade de culto aos cristãos e converteu-se ao cristianismo que, naquele momento, ainda era religião de uma minoria. Com Teodósio, através do Edito de Tessalônica, o cristianismo foi considerado a religião oficial, e, dessa vez, os pagãos passaram a ser perseguidos. Prestigiados, os cristãos alcançaram altos cargos no Império, e os bispos passaram a cuidar da administração das cidades. O cristianismo tornava-se, portanto, uma religião de Estado.

Mesmo diante do colapso do Império Romano, a Igreja cristã manteve-se unida, o que favoreceu o seu fortalecimento. De acordo com Hilário Franco Júnior:

O cristianismo, por sua vez, foi o elemento que possibilitou a articulação entre romanos e germanos, o elemento que ao fazer a síntese daquelas duas sociedades forjou a unidade espiritual, essencial para a civilização medieval.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *Idade Medieval. A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

Com a conversão dos reis germânicos, iniciada com Clóvis, do reino dos francos, a Igreja adquiriu caráter universal. Para isso, contou com auxílio dos monarcas que, em troca, recebiam a legitimação do seu poder. Em uma sociedade marcada pelo medo, seja da fome, seja das guerras, o cristianismo oferecia alívio em momentos de desespero, o que contribuiu para a sua expansão.

Gradativamente, a Igreja tornou-se a instituição mais poderosa do mundo medieval, tendo sido a própria educação, em grande parte, controlada pelo clero por meio do monopólio da escrita e da leitura. Para o homem medieval, a resposta para os questionamentos se encontrava no sagrado, e era a Igreja que fornecia explicações para essas questões. A visão medieval era marcada por essa religiosidade e os sacrifícios no mundo terreno seriam compensados após a morte, na vida eterna. Dessa maneira, a Igreja conseguia garantir a ordem e a estrutura social, alegando que os sofrimentos dos trabalhadores na Terra terminariam no reino dos céus.

A adoração aos santos e, principalmente, à Virgem Maria constituía um laço que unia os homens medievais. As peregrinações e os jejuns eram ações importantes na luta contra a suposta presença do demônio. A Igreja estava presente nos momentos principais da vida do homem, como o nascimento, o matrimônio e a morte. Podia julgar questões relativas ao casamento e excomungar aqueles que não cumprissem suas regras, tendo poder para excomungar até um rei.

## Cultura Medieval

Devido à sua proximidade com a Igreja, a cultura medieval foi durante muito tempo vista como inferior àquelas que lhe antecederam e sucederam. Essa visão, contudo, pode ser contestada com base em uma análise de aspectos dessa cultura.

A cultura medieval alcançou seu apogeu na construção das grandes catedrais, igrejas de cada diocese e normalmente a residência dos bispos. Algumas delas demoraram um século para serem construídas e, na sua construção, era necessário o trabalho de arquitetos e pedreiros remunerados. Dos séculos X ao XII, predominou o estilo românico, caracterizado pela horizontalidade e pelo caráter de fortificação. O material básico utilizado era a pedra e na sua estrutura eram incorporadas esculturas e murais.

A partir do século XII, o estilo gótico ganhou força. Sua característica principal era a verticalidade. A altura das torres apontando para o céu reforçava a grandeza da Igreja Católica. A luz era restrita e penetrava parcialmente pelos vitrais coloridos que retratavam símbolos sagrados.



Catedral de Chartres, construída no século XII, na França.

Na Filosofia medieval, o pensamento foi influenciado pelas obras de Santo Agostinho até o século XI. A partir desse período, as obras de São Tomás de Aquino passam a dominar a Filosofia na Idade Média. Através da redescoberta das obras de Aristóteles, sua teoria pretendia promover a conciliação entre a fé e a razão. Na Escolástica, forma de pensamento que predominou na Baixa Idade Média, tentava-se promover a junção entre a Teologia e a Filosofia. As universidades medievais foram importantes centros de difusão do pensamento de Tomás de Aquino.

O surgimento das primeiras universidades estava relacionado ao desenvolvimento da vida urbana e do comércio, afinal, a necessidade do estudo de Direito e da formação de funcionários mais qualificados e preparados para as novas funções que surgiram nesse contexto colaborou para a fundação dessas instituições. Inicialmente controladas pela Igreja, as universidades se multiplicaram na Baixa Idade Média por toda a Europa. A primeira delas foi a de Bolonha, na Itália, fundada em 1088.

A despeito dos preconceitos vinculados à Idade Média, atualmente a cultura popular vem sendo alvo de inúmeros estudos por parte dos historiadores. A vida do camponês medieval era marcada por uma diversidade de manifestações culturais, como as festas. Nelas, o camponês conseguia subverter a rígida hierarquia por um breve período. A Igreja e os senhores eram ridicularizados em festas como a do “Asno” ou a dos “Tolos”. O conhecimento dessas manifestações revela um lado alegre e festivo do mundo feudal e que fugia às convenções determinadas pela Igreja. O carnaval também tem sua origem na Idade Média e representava um período de transgressão, aceito pela própria Igreja, que antecederia a quaresma, período de penitência.

A representação a seguir, do século XVI, revela esse aspecto do cotidiano do camponês europeu. Produzida por Pieter Brueghel, no contexto da

Reforma Protestante, a imagem ironiza o conflito entre as práticas mundanas e religiosas, simbolizadas, respectivamente, pelo carnaval e pela quaresma.



O quadro, assinado por Pieter Brueghel, retrata o contraste entre a vida religiosa, representada pela quaresma, e os prazeres oriundos do carnaval.

### Exercícios de Fixação

1. (FGV-SP-2009) [...] constituíram-se na Idade Média dois poderes que se colocavam acima da autoridade dos reis e dos senhores e, por isso, eram denominados poderes universais: o papado (poder espiritual ou religioso) e o Império (poder temporal ou político). A relação entre esses dois poderes foi sempre problemática [...]

KOSHIBA, Luiz. História – origens, estruturas e processos.

Pode ser apontado (a) como um exemplo dessa relação problemática

- a) a promulgação do Edito de Milão, em 313, que reconheceu o poder espiritual do papa e estabeleceu o cristianismo como a religião oficial do Império Romano, condição revogada pelo imperador Décio, no fim do século IV.
- b) o conflito conhecido como a Querela das Investiduras, de 1076, que opôs o papa Gregório VII ao imperador Henrique IV, do Sacro Império, e só foi superado em 1122, com a Concordata de Worms.
- c) a determinação do imperador Teodósio I, a partir de 391, em proibir todas as práticas não pagãs, que gerou uma forte perseguição aos cristãos e o poder religioso voltou para a mão do imperador romano.
- d) o incentivo dos reinos cristãos, principalmente do Império Carolíngio, em construir mosteiros longes das cidades, o que efetivou a separação entre o poder temporal dos reis e o poder espiritual dos monges e do clero em geral.
- e) o apoio decisivo do imperador Constantino à heresia ariana, construída pelos bispos do Oriente, no Concílio de Niceia (325), que defendia a concepção de que o poder temporal caberia apenas ao soberano romano, mas com o beneplácito do papa.

2. (UNIFESP-SP-2009) Por trás do ressurgimento da indústria e do comércio, que se verificou entre os séculos XI e XIII, achava-se um fato de importância econômica mais fundamental:

A imensa ampliação das terras aráveis por toda a Europa e a aplicação à terra de métodos mais adequados de cultivo, inclusive a aplicação sistemática de esterco urbano às plantações vizinhas.

MUMFORD, Lewis. A cidade na História. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

O texto trata da expansão agrícola na Europa Ocidental e Central entre os séculos XI e XIII. Entre as razões desse aumento de produtividade, podemos citar

- o crescimento populacional, com decorrente aumento do mercado consumidor de alimentos.
- a oportunidade de fornecer alimentos para os participantes das Cruzadas e para as áreas por eles conquistadas.
- o fim das guerras e o estabelecimento de novos padrões de relacionamento entre servos e senhores de terras.
- a formação de associações de profissionais, com decorrente aperfeiçoamento da mão de obra rural.
- o aprimoramento das técnicas de cultivo e uma relação mais intensa entre cidade e campo.

3. (Unimontes - MG-2009) Acerca da chamada Peste Negra (1347-1350), é incorreto afirmar que

- facilitou, em virtude da sua natureza catastrófica, a proliferação de heresias contrárias à Igreja Católica.
- contribuiu para a concentração fundiária, na medida em que ceifou parte da aristocracia.
- fez decrescer a mão de obra disponível, tornando mais conflituosas as relações entre trabalhadores e senhores feudais.
- a epidemia, cuja expansão foi facilitada pelas precárias condições de higiene, vitimou cerca de um terço da população europeia.

4. (USC-SP-2009) Nas sociedades do Antigo Regime, os grupos sociais estavam divididos em três estamentos: clero, nobreza e servos. Associe os três estamentos, listados na coluna A, às características que os identificam, elencadas na coluna B.

#### Coluna A

- Clero
- Nobreza
- Servos

#### Coluna B

( ) Eram os portadores da tradição cristã e deviam zelar pela manutenção de seus princípios no seio da comunidade.

( ) Formavam a maioria da população e eram encarregados dos trabalhos necessários à subsistência da sociedade.

( ) Possuíam a direção militar da sociedade, empunhando suas armas contra os inimigos da fé cristã e os agressores externos.

( ) Por pertencerem ao único grupo social que tinha acesso ao estudo, seus membros exerciam forte controle na sociedade e parte deles ocupava cargos administrativos importantes nos reinos medievais.

Assinale a alternativa que preenche corretamente os parênteses, de cima para baixo.

- 2, 1, 2, 3
- 2, 2, 1, 3
- 1, 3, 2, 1
- 1, 2, 3, 2
- 3, 3, 2, 1

5. (UFJF-MG-2009) Sobre o contexto de consolidação do poder da Igreja na Idade Média, leia as afirmativas seguintes e, em seguida, marque a alternativa correta.

I. O cristianismo e todas as suas instituições podem ser considerados elementos unificadores do mundo europeu após a crise do Império Romano e as invasões bárbaras. Nessa longa trajetória, a Igreja de Roma assume o seu papel de liderança religiosa, através do combate às heresias.

II. Desde os primeiros tempos do Período Medieval, a união entre as Igrejas Ocidental e Bizantina representava o símbolo da unidade da cristandade. Os papas procuravam favorecer o Império Bizantino e consolidar a Igreja Ortodoxa, visando a aumentar a influência da Igreja Romana no universo cristão ocidental.

III. Havia grupos considerados heréticos, como os valdenses e os cátaros, que criticavam a hierarquia católica e não reconheciam a autoridade papal. Havia também outros movimentos que foram incorporados pela Igreja Católica e que levaram à formação de ordens religiosas, como franciscanos e dominicanos.

- Todas estão corretas.
- Todas estão incorretas.
- Apenas a I e a II estão corretas.
- Apenas a I e a III estão corretas.
- Apenas a II e a III estão corretas.

## Exercícios Propostos

01. (UFSC–2009) Leia o texto a seguir com atenção.

O roubo usurário é um pecado contra a justiça. [...] Tomás de Aquino diz: [...] Receber uma usura pelo dinheiro emprestado é em si injusto: pois se vende o que não existe, instaurando com isso manifestamente uma desigualdade contrária à justiça.

LE GOFF, Jacques. A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 27.

Com base no texto apresentado e nos seus conhecimentos, assinale a (s) proposição (ões) correta(s) referente(s) à Idade Média.

01. A usura, considerada roubo e pecado durante a Idade Média, era uma prática permitida pela Igreja aos banqueiros, aos estrangeiros e aos agiotas.

02. Receber usura pelo dinheiro emprestado, além de ser prática injusta, era também considerada pecaminosa.

04. Durante a Idade Média, a Igreja e os clérigos influenciavam a vida religiosa e econômica dos cristãos da sociedade feudal.

08. Os padres e bispos que atuaram durante o Período Medieval envolviam-se nas questões econômicas para manter o monopólio da Igreja sobre os empréstimos que envolviam usura.

16. São Tomás de Aquino considerava a usura um roubo e uma injustiça, porém, necessária e legítima quando praticada com moderação.

32. Durante a Idade Média, a proibição da usura, considerada roubo e pecado contra a justiça, provocou a falência de um número considerável de servos e banqueiros.

64. Os teólogos cristãos medievais e os clérigos recomendavam aos fiéis que, nas suas relações econômicas, agissem de acordo com os princípios cristãos. Soma ( )

2. (PUC-SP) Que Deus te dê coragem e ousadia, Força, vigor e grande bravura E grande vitória sobre os infiéis.

Apud DUBY, Georges. A Europa na Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 13.

Os três versos são do século XII e reproduzem a fala de um rei na sagração de um cavaleiro. Eles sugerem

a) o caráter religioso predominante nas relações de servidão, que uniam os nobres medievais e asseguravam a mão de obra nos feudos.

b) a ausência de centralização política na Alta Idade Média, quando todos podiam, por decisão real, ser sagrados nobres e cavaleiros.

c) o reconhecimento do poder de Deus como supremo e a crença de que a coragem dependia apenas da ação e da capacidade humanas.

d) a hierarquia nas relações de vassalagem e o significado político e religioso, para os nobres, das ações militares contra os muçulmanos.

e) o juramento que todos os nobres deviam fazer diante do rei e do papa e a exigência de valentia e força para participação nos torneios.

3. (FGV-SP–2009)

Caro, o pão faltava nas mesas dos pobres. Na Inglaterra, após mais de cem anos de estabilidade, seu valor quintuplicou em 1315. Na França, aumentou 25 vezes em 1313 e multiplicou-se por 21 em 1316. A carestia disseminou-se por toda a Europa e perdurou por décadas.

[...]

Faltava comida não por ausência de braços ou de terras.

[...]

Afinal, se os camponeses – esteio do crescimento demográfico verificado desde o ano 1000 – não conseguiam produzir mais, era porque já haviam cultivado toda a terra a que tinham acesso legal.

Já os senhores não faziam pura e simplesmente porque não queriam. Moeda sonante não era exatamente a base de seu poder e glória.

FLORENTINO, Manolo. Os sem-marmita. Folha de S. Paulo, 07 set. 2008.

O texto traz alguns elementos da chamada crise do século XIV, sobre a qual é correto afirmar que

a) resultou da discrepância entre o aumento da produtividade nos domínios senhoriais desde o século XI e o recuo da produção urbana de manufaturas.

b) foi decorrência direta da Peste Negra, que assolou o norte da Europa durante todo o século XIV, e fez que os salários fossem fixados em níveis muito baixos.

c) resultou do recrudescimento das obrigações feudais, que gerou a concentração da produção de trigo e cevada nas mãos de poucos senhores feudais da França.

d) foi deflagrada, após as inúmeras revoltas operárias, no campo e na cidade, que quebraram com a longa estabilidade do mundo feudal europeu.

e) teve ligação com as estruturas feudais que impediam que a produção crescesse no mesmo ritmo do crescimento da população em certas regiões da Europa.

4. (UFG-GO) O que, com efeito, ganha a adesão dos espíritos da Idade Média é o extraordinário, o sobrenatural ou, pelo menos, o invulgar. A própria

ciência toma para seu objeto o excepcional, os prodígios.

LE GOFF, Jacques. A civilização do Ocidente medieval. Lisboa: Estampa, 1995, v. 2, p. 91 (Adaptação).

A citação destaca uma característica da cultura medieval, que pode ser identificada pela

- a) explicação da natureza mediante a descoberta de leis gerais.
- b) incorporação dos acontecimentos considerados milagrosos ao cotidiano.
- c) negação dos prodígios com base na experiência empírica.
- d) separação entre os princípios da autoridade e da investigação científica.
- e) rejeição dos símbolos como forma de apreensão do oculto.

## Seção ENEM

### 1. (Enem–1999)

Considere os textos a seguir.

[...] de modo particular, quero encorajar os crentes empenhados no campo da Filosofia para que iluminem os diversos âmbitos da atividade humana, graças ao exercício de uma razão que se torna mais segura e perspicaz com o apoio que recebe da fé.

PAULO II, Papa João. Carta Encíclica Fides et Ratio aos bispos da Igreja Católica sobre as relações entre fé e razão, 1998.

As verdades da razão natural não contradizem as verdades da fé cristã.

AQUINO, São Tomás de. Pensador Medieval.

Refletindo sobre os textos, pode-se concluir que

- a) a Encíclica Papal está em contradição com o pensamento de São Tomás de Aquino, refletindo a diferença de épocas.
- b) a Encíclica Papal procura complementar São Tomás de Aquino, pois este colocava a razão natural acima da fé.
- c) a Igreja Medieval valorizava a razão mais do que a Encíclica de João Paulo II.
- d) o pensamento teológico teve sua importância na Idade Média, mas, em nossos dias, não tem relação com o pensamento filosófico.
- e) tanto a Encíclica Papal como a frase de São Tomás de Aquino procuram conciliar os pensamentos sobre fé e razão.

2. (Enem–2006) Os cruzados avançavam em silêncio, encontrando por todas as partes ossadas humanas, trapos e bandeiras. No meio desse quadro sinistro, não puderam ver, sem estremecer de dor, o acampamento onde Gauthier havia deixado as mulheres e as crianças. Lá, os cristãos tinham sido surpreendidos pelos muçulmanos, mesmo no momento em que os sacerdotes

celebravam o sacrifício da Missa. As mulheres, as crianças, os velhos, todos os que a fraqueza ou a doença conservava sob as tendas, perseguidos até os altares, tinham sido levados para a escravidão ou imolados por um inimigo cruel.

A multidão dos cristãos, massacrada naquele lugar, tinha ficado sem sepultura.

MICHAUD, J. F. História das cruzadas. São Paulo: Editora das Américas, 1956 (Adaptação).

Foi, de fato, na sexta-feira 22 do tempo de Chaaban, do ano de 492 da Hegira, que os franj\* se apossaram da Cidade Santa, após um sítio de 40 dias. Os exilados ainda tremem cada vez que falam nisso, seu olhar se esfria como se eles ainda tivessem diante dos olhos aqueles guerreiros louros, protegidos de armaduras, que espelham pelas ruas o sabre cortante, desembainhado, degolando homens, mulheres e crianças, pilhando as casas, saqueando as mesquitas.

\*franj = cruzados.

MAALOUF, Amin. As Cruzadas vistas pelos árabes. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Adaptação).

Avalie as seguintes afirmações a respeito dos textos anteriores, que tratam das Cruzadas.

I. Os textos referem-se ao mesmo assunto — as Cruzadas, ocorridas no Período Medieval —, mas apresentam visões distintas sobre a realidade dos conflitos religiosos desse período histórico.

II. Ambos os textos narram partes de conflitos ocorridos entre cristãos e muçulmanos durante a Idade Média e revelam como a violência contra mulheres e crianças era prática comum entre adversários.

III. Ambos narram conflitos ocorridos durante as Cruzadas medievais e revelam como as disputas dessa época, apesar de ter havido alguns confrontos militares, foram resolvidas com base na ideia do respeito e da tolerância cultural e religiosa.

É correto apenas o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

3. (Enem–2009) A Idade Média é um extenso período da História do Ocidente cuja memória é construída e reconstruída segundo as circunstâncias das épocas posteriores. Assim, desde o Renascimento, esse período vem sendo alvo de diversas interpretações que dizem mais sobre o contexto histórico em que são produzidas do que propriamente sobre o medievo. Um exemplo acerca do que está exposto no texto anterior é

- a) a associação que Hitler estabeleceu entre o III Reich e o Sacro Império Romano Germânico.

- b) o retorno dos valores cristãos medievais, presentes nos documentos do Concílio Vaticano II.
- c) a luta dos negros sul-africanos contra o Apartheid inspirada por valores dos primeiros cristãos.
- d) o fortalecimento político de Napoleão Bonaparte, que se justificava na amplitude de poderes que tivera Carlos Magno.
- e) a tradição heroica da cavalaria medieval, que foi afetada negativamente pelas produções cinematográficas de Hollywood.

4. A Universidade medieval compreendia o ensino secundário e o superior. O conhecimento da língua latina era uma exigência para o ingresso nessa instituição. Expressando o apreço pela Antiguidade Clássica, muitas obras gregas eram objetos de estudo dos alunos e professores. Tendo-se em vista o cenário histórico da Baixa Idade Média, no qual surgem as universidades medievais, é possível concluir que estiveram vinculadas

- a) à implantação do ensino laico, desvinculado da influência da Igreja Católica.
- b) à popularização do ensino, podendo qualquer um ingressar na vida acadêmica.
- c) ao rompimento com a cultura clássica e com o pensamento aristotélico.
- d) à influência do poder da Igreja que detinha o controle do conhecimento.
- e) ao poder do rei, responsável pela implantação dessas instituições em toda a Europa.

## Organização dos Estados Nacionais

O processo de formação dos Estados Modernos deve ser considerado paralelamente às transformações ocorridas na Baixa Idade Média, período cujas contradições levaram ao declínio dos particularismos feudais em detrimento do fortalecimento da autoridade real. As alterações pelas quais a nobreza passava possibilitaram a formação de uma conjuntura favorável à centralização político-administrativa sob a forma de um Estado unificado.

Tal contexto se deu na medida em que a nobreza viu-se diante da crise do mundo feudal, com severas dificuldades de controlar as rebeliões camponesas, manter suas rendas e reafirmar seu poder político. Tornou-se viável, assim, que a figura do monarca fosse reabilitada e, junto dela, as funções de convocação de um único Exército – capaz de reprimir com sucesso as insurreições por todos os lados –, de uniformização dos impostos – permitindo novamente o controle financeiro –, entre outros aspectos.

Não se pode afirmar, no entanto, que a nobreza perdeu sua influência sobre a política europeia, visto que o caráter aristocrático e estamental dessa sociedade permaneceu inalterado. Além disso, a nobreza permaneceu lado a lado com o poder vigente, tecendo o suporte político que permitia ao monarca realizar a gestão do governo. Isso se deu na medida em que, para auxiliar a governança monárquica, necessitou-se de um corpo burocrático que ajudasse na articulação política e econômica. Para tanto, convocou-se a nobreza, que permaneceu, assim, influenciando os destinos políticos europeus.

O Estado Moderno, desse modo, foi um novo arranjo político, que garantiu a manutenção da estrutura social aristocrática e estamental forjada ao longo da ameaça ao poder nobre. O historiador Perry Anderson, que se debruçou sobre tais questões, afirma que:

Durante toda a primeira fase da época moderna, a classe dominante – econômica e politicamente – era, portanto, a mesma da própria época medieval: a aristocracia feudal.

ANDERSON, Perry. O Estado Absolutista no Ocidente. In: Linhagens do Estado Absolutista. Porto: Edições Afrontamento, 1984.

Diante das pressões provocadas pela crise do século XIV, o Estado Moderno, ainda de acordo com Anderson, seria a “carapaça política de uma nobreza atemorizada”. A nobreza, nesse contexto, viu-se obrigada a abrir mão de seu poder militar,

transferindo-o para o Estado, afinal, somente com o monopólio da força, o Estado poderia garantir a submissão das classes que se levantavam contra o poder dos nobres.

As transformações econômicas operadas ao longo da desagregação do poderio feudal nobre também conduziram à centralização do poder. O desenvolvimento do comércio e da urbanização alteraram as estruturas econômicas do feudalismo, levando à crise desse modo de produção. A oferta de trabalho nas cidades, por exemplo, colaborou para a desestruturação da servidão, pois estimulava a fuga de servos dos feudos, rompendo os elos necessários à manutenção das relações de suserania e vassalagem, que, por sua vez, permitiam às engrenagens feudais continuarem funcionando.

A crise do século XIV afetou de forma menos contundente os grandes comerciantes, que passaram a atrair a mão de obra camponesa que emigrava dos feudos em razão da superexploração. Por possuírem reservas em dinheiro, esses comerciantes foram capazes, ainda, de conceder empréstimos aos nobres em dificuldade financeira, rompendo com o controle do poder dos senhores feudais.

A burguesia, por sua vez, se interessava em colocar um fim aos particularismos regionais que dificultavam as transações comerciais. Era necessário demolir as barreiras ainda presentes nos feudos, como impostos pagos para trafegar nesses locais, para expandir o comércio de mercadorias. Além disso, a fragmentação feudal impunha uma diversidade de sistemas de pesos, medidas e moedas que emperrava o lucro mercantil. A centralização, nesse caso, garantiria a unidade em todos esses aspectos, inclusive a taxação sobre produtos estrangeiros visando à proteção dos mercados nacionais. A unificação dos mercados por meio desse processo mostrava-se, assim, fundamental para os interesses dos mercadores.

Tal cenário nos leva a concluir que o monarca estava perante uma situação cuja tendência era a de absorção do poder, visto que tanto a nobreza quanto a nascente burguesia tinham interesses na centralização monárquica.

### **Características dos Estados Modernos**

Os Estados Modernos se caracterizavam pela centralização do poder nas mãos dos monarcas europeus e pela redução dos poderes locais, situação que se manifestou nas mais diversas esferas da vida pública. A formação de uma burocracia estatal, ou seja, de um corpo de funcionários que compunha as engrenagens do Estado, foi fundamental para a garantia da fiscalização e para a cobrança de impostos. O fim das barreiras tarifárias entre os feudos e o estabelecimento de um sistema tributário nacional possibilitaram a manutenção da estrutura dos Estados. Os Exércitos nacionais garantiam a ordem interna e a soberania. A nobreza, desse modo, perdia o poderio

bélico e este passava a ser exercido pelos mercenários, em muitos casos estrangeiros, que compunham as forças militares estatais.

A aplicação da justiça também passou a ser atribuição dos Estados, e não privilégio dos senhores feudais, como antes, visando promover de modo mais eficaz a regulamentação das transações comerciais e a pacificação dos conflitos sociais do período. A centralização se completaria, enfim, com a imposição de uma língua nacional e com o estabelecimento de uma religião oficial, o que garantiria a unidade. É importante lembrar, no entanto, que o crescente poder dos reis impôs limites ao domínio universal da Igreja, que se manifestava desde a Idade Média.

### **Portugal**

Portugal foi o primeiro Estado centralizado da Europa. Seu processo de formação esteve intimamente relacionado ao movimento de Reconquista, travada contra os muçulmanos, considerados inimigos pela cristandade.

A expansão islâmica atingiu a Península Ibérica no século VIII. Os mouros, como eram conhecidos os povos islâmicos, permaneceram na região até o século XV e só não atingiram o norte da Península Ibérica, no reino das Astúrias, a partir de onde se organizou a resistência cristã. Em 1492, os mouros foram expulsos de Granada, na atual Espanha, completando o movimento de um movimento denominado Reconquista, considerado, naquele período, uma Cruzada. Destacaram-se, nesse processo, linhagens nobres como as de Leão, Aragão e Castela.

Ao nobre francês Henrique de Borgonha, que havia lutado contra os muçulmanos, foi doado por Afonso VI, no século XI, o condado Portucalense, que se estendia desde o norte da Península Ibérica até o Rio Tejo. O condado, desse modo, passou a ser governado pela dinastia Borgonha, composta de vassallos dos reis de Leão. Os Borgonha, todavia, promoveram a crescente autonomia da região, especialmente durante o reinado de Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha, que coincidiu com a retomada da região de Algarves, ao sul da Península Ibérica.

Os reis de Borgonha promoveram a centralização por meio das seguintes medidas:

- ✓ concessões das cartas de franquia que libertavam as cidades do domínio dos senhores feudais;
- ✓ expansão dos domínios territoriais portugueses; instituição da Lei das Sesmarias, que determinava a perda da posse pelos nobres, caso eles não tornassem suas terras produtivas;
- ✓ estímulo à libertação dos servos e transformação destes em trabalhadores assalariados.

Os portugueses foram beneficiados, ainda, pela guerra entre França e Inglaterra, durante o século XIV. Posto que o conflito instalado interrompeu as rotas comerciais que cortavam a Europa Central, a solução foi a criação de rotas marítimas que permitissem o comércio entre o norte europeu e as cidades italianas passando por

Portugal. Essas rotas colaboraram para o desenvolvimento das cidades do litoral lusitano, o que fortaleceu a classe mercantil portuguesa.

As atividades comerciais sofreram expansão durante esse período, com destaque para a pesca e para a navegação de cabotagem, isto é, entre os portos do país, pelo litoral ou por vias fluviais.

A morte de D. Fernando I, último rei da dinastia Borgonha, deu início a uma crise sucessória. O fato de a herdeira do trono ser casada com o rei João, de Castela, poderia levar Portugal a se unir a esse reino e dominá-lo, o que era desejo de uma parte da tradicional nobreza portuguesa, comandada pela viúva do rei, Dona Leonor Teles.

Opunha-se a essa possibilidade uma facção formada pela burguesia, pela pequena nobreza e pela população urbana (a arraia-miúda), que defendia a ascensão ao trono de D. João I, irmão ilegítimo de D. Fernando. Contando com o apoio financeiro dos comerciantes, o Exército liderado por D. João I, chefe da ordem militar de Avis, derrotou as forças inimigas na Batalha de Aljubarrota, em 1385. Posteriormente tais ações políticas foram denominadas Revolução de Avis.

D. João de Avis ascendeu, então, ao trono e completou a centralização do Estado português, aproximando-o da burguesia lusa. Tal situação possibilitou que Portugal reunisse esforços para a Expansão Marítima, que teve como primeira conquista a tomada de Ceuta, no norte da África, em 1415.



## Espanha

A luta pela expulsão dos muçulmanos da região da Península Ibérica foi fundamental para a formação dos reinos que deram origem ao Estado espanhol. À medida que os territórios ocupados pelos mouros eram

conquistados, surgiam progressivamente os reinos de Leão, Navarra, Castela e Aragão. Esse longo processo finalizou-se com a união dos Reis Católicos, Fernando de Aragão e Isabel de Castela.



No quadro assinado por Francisco Pradilla, Boabdil, último rei muçulmano de Granada, entrega a cidade a Fernando e Isabel, os Reis Católicos.

Foi fundamental, nesse contexto, a presença da religião católica. A atuação da Inquisição, controlada pelos monarcas desde 1478, foi responsável por garantir a unificação religiosa mediante a perseguição aos judeus e aos mouros, o que reforçou a unidade interna em construção.

Após o fim da Reconquista e da expulsão dos judeus e dos mouros em 1492, os inquisidores perseguiram e puniram também os judeus e muçulmanos convertidos, acusados de ainda praticarem suas antigas religiões. Nos autos de fé, os acusados de heresia recebiam em praça pública a punição pelo suposto pecado cometido. A expulsão desses grupos também permitiu o enriquecimento da Coroa, que confiscava os bens dos chamados hereges.



São Domingos presidindo a um auto de fé.

Além da unificação religiosa, foi fundamental a unidade linguística – através da propagação do castelhano –, política e administrativa. A partir do fortalecimento de Castela, foi criado um corpo de funcionários responsável pela centralização e pela fiscalização. Muitos desses funcionários faziam parte da pequena nobreza, que apoiava o processo de centralização personificado pelo rei, em troca de privilégios, pensões e cargos políticos.

A unificação do Estado espanhol não garantiu, no entanto, a unidade irrestrita, visto que havia diferenças culturais e políticas entre os diversos reinos que o constituíam. Em meio à busca por uma nacionalidade

em comum, estavam presentes as culturas basca, catalã, judaica e muçulmana, o que imprimiu um viés de diversidade ao processo de unificação. A descentralização administrativa pode ser percebida durante essa fragmentação, que se deflagrou durante a exploração da América, uma vez que a arrecadação das riquezas coloniais foi controlada pelo reino de Castela.

## Inglaterra

Os anglo-saxões, tribos de origem germânica ocidental, se instalaram na parte oriental da Grã-Bretanha no século V e vieram a exercer domínio sobre a Inglaterra e também sobre partes da Baixa Escócia no decorrer dos séculos seguintes, regiões que, no século VII, se converteram ao cristianismo.

Em 1066, os normandos, originários do norte da França, conquistaram a Inglaterra. Liderados por Guilherme, o Conquistador, esse povo de origem viking derrotou os anglo-saxões e, no século XI, a Inglaterra assistiu ao reforço das estruturas feudais. No século XII, com a ascensão da dinastia de Plantageneta, inicia-se o reforço do poder central com o rei Henrique II. O estabelecimento da justiça real e da Common Law, o conjunto de leis aplicado em todo território, marcou as tentativas de unidade desse período. Henrique II foi então sucedido por Ricardo I, conhecido como Coração de Leão. Em seu reinado, participou da terceira Cruzada e entrou em conflito com a França, quando veio a morrer. A constante ausência de Ricardo voltou a enfraquecer o poder central, situação que foi mantida durante o reinado de seu sucessor, o rei João Sem Terra.

Irmão de seu antecessor, o rei João envolveu-se em conflitos com a França e com o papa, provocando a insatisfação de setores da sociedade inglesa. Parte da nobreza inglesa, os barões, e do clero formou uma assembleia, obrigando o rei a assinar um documento, conhecido como a Magna Carta. De acordo com esse documento, assinado em 1215, ficavam vedadas ao rei a alteração de leis ou a criação de impostos sem prévia aprovação de um conselho composto da nobreza e do clero.

O grande Conselho daria origem, em 1258, ao Parlamento. Alguns princípios jurídicos também eram garantidos, como aqueles que “estabeleceram que ações contra homens livres somente devem ser instauradas pelo julgamento de pares e / ou da Lei da Terra, e que a justiça não será negada, vendida ou protelada.” (Dicionário da Idade Média, H.R Loyn).

Devido a essa peculiaridade, o poder dos reis ingleses teve como contraparte a presença do Parlamento da Inglaterra. A existência desse órgão, no entanto, não evitou posteriores momentos de concentração do poder nas mãos do rei.

No século XIV, Inglaterra e França iniciaram um longo conflito, a Guerra dos Cem Anos, que se estendeu entre 1337 e 1453 e se constituiu em uma série de batalhas entre ingleses e franceses. As origens do conflito estavam relacionadas às disputas dinásticas e atingiram em grande parte o território da França. Entre as causas da Guerra, incluíam-se questões como a pirataria no Canal da Mancha, disputas territoriais, rivalidades comerciais na região de Flandres e reivindicações dinásticas envolvendo as dinastias Capetúgia (reinante na França) e Plantageneta.



As áreas em verde demonstram os territórios sob suserania inglesa no território francês no período anterior à Guerra.

A longevidade da Guerra prejudicou as particularidades da nobreza e reforçou a centralização nos dois reinos. Além disso, é possível dizer que:

Houve, por certo, uma consolidação da consciência nacional em ambos os lados do Canal. O francês tinha deixado de ser a língua palaciana oficial da Inglaterra por volta de 1380, e houve um belo florescimento da língua inglesa nas últimas décadas do século XIV, sobretudo nas obras de Chaucer. Materialmente, a Inglaterra sofreu menos do que a França, que foi devastada por sublevações camponesas a Jacquerie.

LOYN, Henry R. (Org.) Dicionário da Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Com o fim da Guerra dos Cem Anos e da dinastia dos Plantagenetas, estava em curso uma crise econômica e o nítido declínio da nobreza inglesa. A Inglaterra mergulhou então em um novo conflito: a Guerra das Duas Rosas, disputa interna pelo controle do trono inglês, quando se enfrentaram a dinastia de York (rosa branca) e a de Lancaster (rosa vermelha).

Em 1485, aproveitando-se das disputas internas, Henrique Tudor destronou Ricardo III, da casa dos York, e assumiu o trono, sendo reconhecido pelo Parlamento como Henrique VII. Ao longo da dinastia Tudor, completou-se a centralização monárquica na Inglaterra.

## França

O reino dos Capetíngios possuía posição estratégica, estando situado entre importantes vias comerciais, como os rios Sena e Loire, o que colaborou para enriquecê-lo por meio da cobrança de impostos. Essa arrecadação, a formação de uma burocracia e de um exército propiciaram o aumento do poder dessa família no território francês, o que, por sua vez, possibilitou a centralização a partir dessa casa dinástica. Assim, foi com a dinastia Capetíngia, originada com Hugo Capeto no século X, que se iniciou o processo de centralização do poder monárquico na França.

Durante o reinado de Felipe Augusto, no começo do século XIII, a centralização foi acelerada devido aos seguintes fatores:

- necessidade de um poderoso Exército para o enfrentamento dos conflitos com os ingleses;
- cobrança de impostos por fiscais nomeados pelos reis, os baillios ou senecais;
- centralização da Justiça.

Os reis que sucederam Felipe Augusto deram continuidade ao processo de concentração dos poderes. Durante o reinado de Luís IX – canonizado após sua morte como São Luís – no século XIII, a unificação monetária promovida garantiu o aumento das transações comerciais no interior do reino. Cerca de duas décadas depois, foi a vez de Felipe IV, o Belo, que, apesar de seguir com o processo de centralização, se chocou com o poder da Igreja.

Enquanto esteve no poder, Felipe IV anexou as regiões de Navarra e Champagne e recuperou parte da região da Aquitânia, antiga possessão inglesa. Intensificou ainda a tentativa de racionalizar a administração, criando um tribunal de contas e decretando novos impostos. O rei também diminuiu o poder da nobreza ao reprimir a Ordem dos Templários, criada durante as Cruzadas. Um dos motivos para a repressão era a enorme dívida financeira que seu reino acumulou em relação a essa ordem.

O choque com a Igreja, já motivado pela questão dos templários, se agravou no momento em que o rei ameaçou cobrar impostos sobre os bens eclesiásticos do clero francês e impedir a saída da França de recursos destinados à Santa Sé. A tensão foi tanta, que levou o monarca a convocar pela primeira vez os Estados Gerais. A reunião, ocorrida em 1302, contou com a participação de nobres, clero e burguesia, que manifestaram o seu apoio ao poder real. Vale ressaltar, no entanto, que, após essa primeira convocação, os Estados Gerais só se reuniram esporadicamente ou em momentos de crise da monarquia.

Com a morte do papa Bonifácio VIII, que chegou a ameaçar o monarca de excomunhão, Felipe IV impôs o nome do cardeal francês Clemente V, desde que este se comprometesse a dissolver a Ordem dos Templários, o que apenas poderia ser feito por um papa. Mediante um novo acordo com Clemente V, transferiu-se a sede do papado para Avignon, na França. O episódio, conhecido como Cativo de Avignon, durou cerca de 70 anos.

Nesse período, a cristandade viveu o Cisma Ocidental, ou seja, a existência de dois papas, o romano e o francês. Assistiu-se, assim, no reinado de Felipe IV, a ações que consolidaram a centralização monárquica francesa.

Apesar dos esforços unificadores, é importante ressaltar que a Guerra dos Cem Anos interrompeu temporariamente o processo de centralização, afinal, necessitando do apoio da nobreza para a manutenção do longo conflito, o poder da monarquia se enfraqueceu. As derrotas iniciais, a fome e a Peste geraram insatisfação para a burguesia, o que colaborou para o aumento das tensões no campo e para a eclosão das jacqueries, revoltas servis surgidas no contexto de superexploração, após a retração demográfica ocasionada pela Peste Negra.

No século XV, as vitórias obtidas pela França na Guerra dos Cem Anos fortaleceram a consciência nacional, momento em que se destacou a figura de Joana d'arc, grande mito da história francesa. A luta só terminou com a expulsão dos ingleses em 1453, pela dinastia dos Valois, que havia ascendido ao poder em 1328 com Carlos IV. Após a guerra, o Estado francês estava materialmente desgastado, mas o enfraquecimento da nobreza e o fortalecimento do Exército permitiram o reforço do poder monárquico.



Joana d'Arc nasceu em 1412, no vilarejo de Domrémy, França, e pertencia a uma família de camponeses. Aos 13 anos, a jovem passou a acreditar que ouvia vozes de São Miguel, Santa Catarina e Santa Margarida. Acreditava que deveria coroar o príncipe herdeiro do trono, Carlos VII, na catedral de Reims e salvar a França dos ingleses. Acredita-se que Joana d'arc tenha participado de inúmeras batalhas garantindo a vitória francesa. A heroína foi capturada pelos ingleses e condenada à morte na fogueira pela Igreja.

## Exercícios de Fixação

01. (Umesp–2009) A formação de Portugal e Espanha, como monarquias centralizadas, está relacionada
- a) às Grandes Navegações ocorridas a partir do século XV, quando Portugal e Espanha, para financiar os empreendimentos marítimos, passaram a cobrar impostos nacionais.
  - b) à Peste Negra que atingiu a Europa a partir do século XIV, que obrigou à centralização política em função dos esforços necessários para combater a epidemia.
  - c) à industrialização tardia desses países, que só se tornaram reinos unificados a partir do século XIX.
  - d) à Guerra de Reconquista, conflito travado a partir do século XI pelos reinos cristãos da Península Ibérica pela recuperação da região conquistada pelos árabes muçulmanos.

e) à Guerra dos Cem Anos ocorrida no século XIII, que exigiu esforços de organização militar que levaram à unificação política.

2. (UERJ–2007)



A ilustração anterior está estampada na folha de rosto da obra *Leviatã*, de Hobbes, publicada em 1651, na Inglaterra. A figura do Leviatã é proveniente de mitologias antigas, sendo empregada para personificar o Estado absolutista europeu.

DESCREVA a conjuntura política da Inglaterra em meados do século XVII e APONTE duas características da teoria de Estado formulada por Hobbes.

3. (UFTM-MG–2007)

Leia os trechos.

O processo de transformações [...] ocorridas na Europa ocidental, a partir do século XI, culminou no século XVI com uma grande revolução espiritual. Essa revolução, que eclodiu sob a forma de movimentos de contestação à autoridade e ao poder da Igreja de Roma, tomou o nome genérico de Reforma Protestante.

O processo histórico que levou à centralização monárquica na Europa ocidental deu origem [...] às monarquias nacionais. [...] Em sua dinâmica [...] o rei continuou a acumular poderes cada vez mais amplos e de maior alcance. Desse processo surgiu, no curso do século XVI, em vários lugares da Europa, um novo tipo de formação política: o Estado absolutista.

PAZZINATO, Alceu; SENISE, Maria Helena. *História Moderna e Contemporânea*.

Durante o século XVI, a grande revolução espiritual relacionou-se à nova formação política, pois essa revolução

a) dividiu a Europa em dois grandes blocos, o católico, sob a hegemonia da França, e o protestante, sob a da Holanda, países onde se implantou o absolutismo de direito divino.

b) garantiu a transferência das rendas arrecadadas pela Igreja Católica para os Estados monárquicos, o que assegurou o enriquecimento, por exemplo, do Império alemão.

c) não só retardou a consolidação do absolutismo, como na França, devido às guerras de religião, mas também fortaleceu os reis, como no caso da criação da Igreja anglicana na Inglaterra.

d) permitiu aos monarcas a escolha da religião de seus súditos, favorecendo, por exemplo, a afirmação das monarquias absolutistas ibéricas, que aderiram ao protestantismo.

e) estimulou conflitos entre países com religiões diferentes, o que gerou a Guerra dos Trinta Anos e, conseqüentemente, contribuiu para consolidar o absolutismo no Sacro Império.

4. (UEL-PR–2007) A formação do Estado espanhol – constituído da aliança entre a monarquia, a nobreza fundiária e a Igreja Católica – implicou uma estrutura fundiária patrimonial com uma sociedade hierárquica e nobiliárquica. Sobre o tema, é correto afirmar que

a) a fragilidade da burguesia das cidades comerciais espanholas foi superada com a formação do Estado.

b) o Estado Nacional espanhol, ao se constituir, deixou de lado os valores aristocráticos.

c) o setor religioso não teve importância na formação do Estado Nacional espanhol.

d) a monarquia espanhola católica foi o resultado de uma aliança marcada pelo predomínio de valores aristocráticos.

e) a nobreza fundiária estava desinteressada na constituição da monarquia espanhola.

5. (Mackenzie-SP–2007)

A respeito do nascimento e da consolidação dos Estados Nacionais ibéricos, no limiar da Idade Moderna, são feitas as seguintes afirmações:

I. As lutas de Reconquista do território da península aos muçulmanos, que a haviam ocupado desde o século VIII, constituem um dos principais elementos do processo de formação desses Estados Nacionais.

II. A ascensão de D. João, mestre de Avis, ao trono português, em 1385, encontrou apoio nos grupos de comerciantes portugueses, numa época de florescimento das atividades comerciais no reino.

III. O ano de 1492, além de selar definitivamente a centralização política da futura Espanha após a vitória militar sobre o rei mouro de Granada, marca a descoberta da América por Colombo, que viajara a serviço dos Reis Católicos.

Assinale

a) se apenas I é correta.

b) se apenas I e II são corretas.

c) se apenas II e III são corretas.

d) se apenas I e III são corretas.

e) se I, II e III são corretas.

## Exercícios Propostos

1. (Unimontes-MG–2007) Para a formação dos Estados absolutistas europeus, na transição entre a Idade Média e Moderna, NÃO contribuiu

- o auxílio econômico da camada mercantil, interessada em obter proteção para suas rotas comerciais e se ver livre das extorsões dos senhores feudais.
- o apoio dos camponeses, superexplorados pelos nobres que poderiam proporcionar a defesa dessa camada menos favorecida socialmente.
- a retomada do Direito romano, que ofereceu suporte jurídico tanto para as atividades das camadas mercantis como para a centralização política.
- a capacidade de certos grupos da nobreza de alcançarem vitória em guerras civis, ainda que dizimando grande parcela dessa camada social.

2. (UEM-PR–2006) A respeito do Estado Nacional centralizado que emerge na Europa entre final da Idade Média e início dos tempos modernos, assinale o que for INCORRETO.

- Pode-se dizer que o Estado Moderno é uma organização política em cujo interior coexistem instituições e costumes herdados do feudalismo com instituições e costumes da sociedade burguesa em formação.
- Esse Estado representou um grande obstáculo ao desenvolvimento da burguesia comercial-manufatureira, visto que impediu a formação do mercado interno (nacional) para os produtos manufaturados.
- Na Alemanha e na Itália, o Estado Nacional centralizado foi organizado somente no século XIX.
- Maquiavel foi um grande pensador renascentista que defendeu o fortalecimento do poder monárquico.
- Na Inglaterra, o Estado centralizado desempenhou papel importante no desenvolvimento do capitalismo, ao criar leis rigorosas para combater a vadiagem dos camponeses expulsos da terra e obrigá-los ao trabalho assalariado na manufatura ou na agricultura.

3. (Unimontes–MG–2006) No processo de unificação nacional português, após a morte de Dom Fernando I, no século XIV, ocorreu a união de alguns setores sociais em torno de Dom João, mestre da Ordem de Avis, configurando a chamada Revolução de Avis. Essa união pode ser associada à (ao)

- desejo da alta e da pequena nobrezas latifundiárias portuguesas de formar a União Ibérica, aumentando o número de camponeses e servos disponíveis para produzirem dentro do regime feudal.
- apreensão da pequena nobreza, grupos mercantis e artesãos portugueses, em relação à possibilidade de perda da autonomia nacional e da anulação social e política lusa, face ao reino de Castela.
- preocupação das camadas populares rurais em garantir o acesso a terras, de modo a permitir a manutenção e ampliação da economia de plantation, fundamental para a economia lusa.

d) necessidade de assegurar, pela conquista e domínio da região de Castela, um fornecimento constante de mercadorias e metais preciosos, com vistas a aumentar o poder político português.

4. (PUC Minas) O processo de formação dos Estados Nacionais na Idade Moderna encontra-se associado

- à superação da estrutura estamental da sociedade.
- ao aumento da influência política e ideológica da Igreja.
- à centralização de poderes nas mãos do monarca.
- ao desenvolvimento das instituições democráticas.

5. (UEPB) Os Estados Nacionais, típicos da modernidade histórica, culminaram com a definição do absolutismo. Dentre as alternativas relacionadas a seguir, aponte o país que melhor caracterizou a expressão do poder absoluto e a fase histórica que o antecedeu: o feudalismo.

- França
- Inglaterra
- Espanha
- Portugal
- Itália

6. (UFPR–2010) Sob o ponto de vista político, todos os reis medievais ibéricos se consideravam herdeiros legítimos e descendentes dos antigos monarcas visigodos. Por isso, consideravam sua qualquer terra ganha aos “infiéis”. Assim surgiu a palavra Reconquista. A guerra permanente tinha-se por justa, até que fosse alcançado o objetivo último. Mais do que um conflito religioso, a Reconquista surgia a todos, na Europa cristã, como uma questão de herança.

MARQUES, Oliveira. Breve história de Portugal. Lisboa: Presença, 2001. p. 72-73 (Adaptação).

Sobre o fenômeno da Reconquista, é correto afirmar:

- Favoreceu o nascimento dos reinos ibéricos independentes.
- Promoveu a conversão em massa das populações muçulmanas para o cristianismo.
- Deslocou integralmente o interesse e a ação dos cruzados para a Península Ibérica.
- Fomentou a migração imediata dos muçulmanos para o norte da África.
- Encerrou a coexistência entre cristãos e muçulmanos no medievo ibérico.

7. (UFT–2008) A organização dos Estados Nacionais, entre os séculos XV e XVIII, foi desencadeada por diversos acontecimentos importantes, que fizeram parte do contexto histórico europeu na transição do sistema feudal para uma sociedade de ordem burguesa.

Com base nessa informação é incorreto afirmar que

- a organização dos Estados Nacionais na Europa se deu de forma homogênea e com o apoio dos camponeses.
- a organização dos Estados Nacionais na Europa não se deu de forma homogênea.
- os Estados Nacionais foram consolidados com o objetivo de proporcionar a estabilidade política e

administrativa necessárias ao desenvolvimento das ideias burguesas de expansão e crescimento comercial.  
d) a centralização do poder nas mãos do monarca foi essencial à concretização dos ideais da burguesia.

8. (UFC–2008) Leia, a seguir, trechos da canção “Quinto Império” e responda às questões que seguem.

### Parte 1

[...]

Meu sangue é trilha,  
dos mouros, dos lusitanos.  
Dunas, pedras, oceanos  
rastream meu caminhar.  
E sendo eu  
que a Netuno dei meu leme,  
com a voz que nunca treme  
fiquei a me perguntar:  
‘o que será  
que além daquelas águas  
agitadas, turvas, calmas,  
eu irei lá encontrar?’

### Parte 2

[...]

Eu decifrei astros e constelações,  
conduzi embarcações,  
destinei-me a navegar.  
Atravessei  
a Tormenta, a Esperança,  
até onde o sonho alcança  
minha Fé pude cravar.  
Rasguei as lendas  
do Oceano Tenebroso,  
para El Rey, o Glorioso,  
não há mais trevas no mar.

NÓBREGA, Antonio; FREIRE, Wilson. “Quinto Império”. In: NÓBREGA, Antonio. Madeira que cupim não rói. São Paulo: Brincante, 1997. faixa 04.

a) Qual a relação dos mouros com a formação do Estado português?

---

---

---

---

---

b) Os versos a seguir, transcritos da segunda parte da canção “Quinto Império”, sugerem algumas consequências das navegações portuguesas. Cite, para cada transcrição, a consequência por ela sugerida.

- b.I. Atravessei / a Tormenta, a Esperança,
- b.II. até onde o sonho alcança / minha Fé pude cravar.
- b.III. Rasguei as lendas / do Oceano Tenebroso,
- b.IV. para El Rey, o Glorioso, / não há mais trevas no mar.

9. NESP-SP–2008) A singular história portuguesa, sulcada interiormente com a marcha da supremacia do rei, fixou o leito e a moldura das relações políticas, das relações entre o rei e os súditos. Ao príncipe, afirma-o prematuramente um documento de 1098, incumbe reinar (regnare), ao tempo que os senhores, sem a auréola feudal, apenas exercem o dominare, assenhoreando a terra sem governá-la.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*.

A partir do texto, explique os fatores que marcam a singularidade da história política portuguesa.

10. (UFBA–2010) A formação das monarquias nacionais na Europa, entre os séculos XV e XVIII, resultou da superação de antigas práticas feudais e do estabelecimento de novos princípios. A partir dessa afirmação, identifique uma dentre as práticas superadas e um novo princípio estabelecido para a formação das referidas monarquias.

---

---

---

---

---

### Seção ENEM

1. (Enem–2006) O que chamamos de Corte principesca era, essencialmente, o palácio do príncipe. Os músicos eram tão indispensáveis nesses grandes palácios quanto os pasteleiros, os cozinheiros e os criados. Eles eram o que se chamava, um tanto pejorativamente, de “criados de livre”. A maior parte dos músicos ficava satisfeita quando tinha garantida a subsistência, como acontecia com as outras pessoas de classe média na Corte; entre os que não se satisfaziam, estava o pai de Mozart. Mas ele também se curvou às circunstâncias a que não podia escapar.

ELIAS, Norbert. Mozart: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1995. p. 18 (Adaptação).

Considerando-se que a sociedade do Antigo Regime dividia-se tradicionalmente em estamentos: nobreza, clero e 3º Estado, é correto afirmar que o autor do texto, ao fazer referência à “classe média”, descreve a sociedade utilizando a noção posterior de classe social, a fim de

- a) aproximar da nobreza cortesã a condição de classe dos músicos, que pertenciam ao 3.º Estado.
- b) destacar a consciência de classe que possuíam os músicos, ao contrário dos demais trabalhadores manuais.
- c) indicar que os músicos se encontravam na mesma situação que os demais membros do 3.º Estado.
- d) distinguir, dentro do 3.º Estado, as condições em que viviam os “criados de livre” e os camponeses.
- e) comprovar a existência, no interior da Corte, de uma luta de classes entre os trabalhadores manuais.

## Absolutismo

A progressiva centralização, observada desde o Período Medieval, atingiu o seu auge entre os séculos XVI e XVIII com a hipertrofia das atribuições do poder dos monarcas. Em Estados como França, Portugal, Espanha e Inglaterra,

Os reis agiram na tentativa de fortalecer seu poder, impondo-se diante das demais camadas sociais. O modo como se organizava o poder monárquico europeu durante esse período é denominado absolutismo.

Não se pode pensar, no entanto, que o poder desses soberanos europeus fosse exercido de maneira arbitrária. As ações dos reis em muitos casos se chocavam com os interesses de diversos grupos sociais e a eficácia administrativa estava vinculada ao atendimento de determinadas expectativas no interior da sociedade.

No caso da França, por exemplo, a centralização nas mãos dos Bourbon só pôde se consolidar após reformas que reduziram a resistência de grupos como a nobreza. Em Portugal, a concessão das mercês permitia que o rei exercesse com maior efetividade o seu poder no interior do Império, enquanto a noção da defesa do “bem comum” impunha limites à atuação do monarca. Ainda no caso português, a preferência pela utilização do termo “Coroa” no lugar de “Rei” demonstra que a última decisão, tomada pelo rei, era fruto do trabalho da burocracia portuguesa.

Ao longo desse processo, várias teorias surgiram na tentativa de justificar a concentração de poder por parte dos monarcas, como a teoria do direito divino dos reis, que afirmava ser o poder temporal monárquico de origem divina. Alguns pensadores, como Maquiavel e Thomas Hobbes, forneceram justificativas laicas para o estabelecimento do poder político absoluto.

## Sociedade do Antigo Regime

À organização da sociedade europeia, em especial da francesa, que se desenvolveu frente à nova concepção política, foi dado o nome de Antigo Regime. A sociedade do Antigo Regime era marcada por rígida hierarquia e pela presença de privilégios de nascimento. A nobreza e o clero, que repudiavam o trabalho braçal, estavam isentos do pagamento de impostos e possuíam regalias, como o recebimento de pensões e a ocupação de altos cargos públicos.

Os demais segmentos sociais eram responsáveis pelo sustento do Estado e dos grupos privilegiados. A antiga nobreza medieval, de caráter militar, transformara-se em uma nobreza palaciana ou cortesã, que passou a ocupar cargos políticos e, em muitos casos, a viver de forma parasitária, sustentada pelo Estado. A concessão desses privilégios foi fundamental para que o rei conseguisse ampliar seus poderes sobre a nobreza e o clero.

## Absolutismo na França

Foi provavelmente na França que a monarquia absolutista atingiu o seu auge. Durante a dinastia dos Bourbon, o poder político se concentrou nas mãos dos reis até atingir seu ponto máximo no reinado de Luís XIV (1643-1715), que foi proclamado o Rei Sol. No entanto, alguns obstáculos dificultaram o processo de concentração do poder político ao longo da história do absolutismo francês.

Os Bourbon ascenderam ao poder em um período conturbado da história francesa, quando as disputas religiosas dividiam o reino. A expansão do calvinismo provocava conflitos entre católicos e protestantes, opondo a nobreza católica, Partido Papista, aos nobres e burgueses protestantes, do Partido Huguenote. As guerras de religião, desse modo, dificultaram a consolidação do absolutismo na França.

Nesse contexto, foi planejado o casamento entre Margarida de Valois, a católica rainha Margot, e Henrique de Bourbon, protestante. O casamento de Margot e Henrique foi acertado por suas mães, Catarina de Médici e Jeanne d’Albret. O objetivo era não só consolidar a paz entre católicos e protestantes, mas também estabelecer uma aliança entre os Valois e os Bourbon. Os Valois estavam no trono da França há dois séculos, já os Bourbon nunca haviam chegado ao poder. A rainha-mãe, Catarina de Médici – que, na prática, governava –, visava, ainda, com o casamento, à consolidação do poder de sua família e à contenção do poder de outra importante família, a dos Guise. A política de Catarina consistia em aliar-se ora a um, ora a outro dos partidos em luta, evitando que um deles tivesse força suficiente para derrubá-la.

Após o casamento de sua filha, a rainha, ao perceber o aumento do poder dos protestantes, tramou, junto ao duque de Guise, o assassinato do almirante Coligny, principal chefe huguenote. A situação saiu de controle e o que se observou foi o massacre dos protestantes comandado pela população francesa, de maioria católica, episódio conhecido como a Noite de São Bartolomeu, em 1572, quando cerca de trinta mil protestantes foram assassinados.



O pintor protestante François Dubois retratou os massacres contra os protestantes na França. Do lado direito, é possível perceber o almirante Coligny sendo duplamente representado. Primeiramente sendo lançado da torre e já embaixo, sendo esquartejado. A rainha Catarina é representada de preto no fundo e do lado esquerdo, observando os corpos dos protestantes no chão e à frente de um grupo de católicos que tentam impedir os protestantes de sair do castelo.

A situação só foi pacificada com a ascensão de Henrique de Bourbon ao trono francês. Ao assumir o

trono como Henrique IV, o rei, de origem protestante, manteve o catolicismo como religião oficial, mas garantiu relativa tolerância aos huguenotes. Através do Edito de Nantes, ainda que de maneira limitada, direitos religiosos, civis e políticos foram garantidos aos protestantes. Abria-se, assim, espaço para o fortalecimento do poder dos reis franceses, após o fim dos problemas internos. A tolerância estabelecida só foi interrompida no reinado de Luís XIV, que, através da edição do Edito de Fontainebleau, revogava o Edito de Nantes, ordenando a destruição de igrejas huguenotes e o fechamento de escolas protestantes.

Ao refletirmos sobre o jogo político-administrativo monárquico, percebemos que o absolutismo francês definiu-se ao longo da dinastia dos Bourbons, mas sua construção paulatina deparou-se com a disputa de diversas famílias nobres ligadas ao poder vigente. Isso comprova o quão duradoura ainda era a influência política dos nobres sobre a monarquia em curso, que, com a Reforma, diluiu-se em meio ao conflito entre protestantes e católicos. A promulgação do Edito de Nantes, na medida em que pacificava a oposição entre os nobres, impulsionava o absolutismo até que ele chegasse ao seu ápice no solo francês.

Retomando o reinado de Henrique IV, é válido ressaltar que ele se caracterizou pela centralização administrativa e pelo incentivo ao comércio e à agricultura. O Estado arrecadou recursos através da concessão de títulos de nobreza aos grandes comerciantes enriquecidos, que passaram a formar a nobreza de toga. Ainda assim, seu reinado terminou de forma trágica, com o seu assassinato.

Luís XIII, seu sucessor, por ainda ser criança, não poderia assumir o trono, que ficou sob controle do cardeal Richelieu. Nesse período, ocorreu o fortalecimento do Exército francês e da centralização administrativa, com a criação de um corpo de funcionários, os intendentés. A França também se envolveu em um conflito internacional, a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648).

A centralização completa, entretanto, ocorreu apenas no reinado seguinte, quando Luís XIV assumiu o poder. Ainda assim, o Rei Sol (como ficou conhecido) enfrentou a resistência de alguns grupos sociais contrários à concentração de poder, como foi o caso das frondas, rebeliões iniciadas ainda no período em que o rei era menor. Aproveitando-se do descontentamento generalizado, setores da nobreza e da burguesia lideraram campo e cidade contra o absolutismo monárquico. As revoltas, todavia, acabaram por fracassar.

A centralização promovida por Luís XIV se realizou por meio do aprimoramento da máquina burocrática, aumentando o controle dos sistemas de cobrança de impostos e gerando maior arrecadação para o Estado. Com essa riqueza acumulada, o ministro de Estado, Colbert, pôde disputar com ingleses e holandeses as áreas do Caribe e do Atlântico Norte.

No plano social, foram reduzidos os controles feudais sobre os campos e as cidades, auxiliando na eliminação das barreiras que impediam a circulação das

mercadorias pelas várias regiões da França, favorecendo os burgueses.

As reformas jurídicas também estabeleceram um novo modo de relacionamento entre o Estado e a sociedade, pois a criação dos tribunais ligados ao rei fizeram com que os camponeses pudessem apelar ao monarca diante da opressão dos poderes locais.

Colaborando para engrandecer o absolutismo real, estava a construção da imagem poderosa do rei, erigida a partir da força da propaganda, dos escritores, historiadores, escultores e pintores convocados para sua glorificação. De acordo com o historiador Peter Burke, as obras de arte que retratavam o rei não deveriam “fornecer uma cópia reconhecível dos traços do rei ou uma descrição sóbria de suas ações. Ao contrário, a finalidade era celebrar Luís, glorificá-lo, em outras palavras, persuadir os espectadores, ouvintes e leitores de sua grandeza” (*A Fabricação do Rei*, Peter Burke).



Luís XIV, o Rei Sol.



Luís XIV e seus herdeiros em 1710



Luís XIV em glória após o Tratado de Nijmegen

Elaborada tal qual um grande teatro, um teatro do Estado, a atuação do rei se transforma em performance; os seus trajes viram fantasia. Na verdade, esculpida de maneira cuidadosa, a figura do rei corresponde aos quesitos estéticos necessários à construção da “coisa pública”. Saltos altos para garantir um olhar acima dos demais, perucas logo ao levantar, vestes magníficas mesmo nos locais da intimidade; enfim, trata-se de projetar a imagem de um homem público, caracterizado pela ausência de espaços privados de convivência. Tal qual um evento multimídia, o rei estará presente em todos os lugares, será cantado em verso e prosa, retratado nos

afrescos e alegorias, recriado como um Deus nas estátuas e tapeçarias.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012000000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77012000000100010&script=sci_arttext)> Acesso em: 26 out. 2010.

## Absolutismo na Inglaterra

Para alguns historiadores, como o inglês Christopher Hill, a monarquia na Inglaterra teria se desenvolvido de maneira particular. A razão para tal fato estaria na existência da Magna Carta (1215) e da instituição que esse documento originou: o Parlamento inglês. Apesar de pouco poder entre os séculos XIII e XVI, quando raramente fora evocado, o documento representava certa restrição ao poderio dos monarcas ingleses.

A ascensão dos Tudor, após sucessivos conflitos – como as Guerras dos Cem anos e das Duas Rosas –, intensificou o processo de unificação inglesa. Foi com Henrique VIII, no século XVI, que a resistência à centralização foi vencida e o poder real se consolidou. Para isso, o rei Tudor reprimiu violentamente a oposição e eliminou a influência da Igreja Católica com a criação da Igreja Anglicana (1534). A Reforma Protestante na Inglaterra, além de estabelecer o rei como chefe supremo da nova Igreja, permitiu o enriquecimento do Estado por meio do confisco de terras e bens do clero católico. Uma vez mais, percebe-se a confluência entre o delineamento do Estado nacional, estabilidade interna (eliminação da oposição social, política e religiosa) e externa (envolvimento em conflitos bélicos) para o pleno desenvolvimento do absolutismo.

Após a morte de Henrique VIII, a Inglaterra passou por um período de instabilidade. Seu sucessor, Eduardo VI, teve um curto reinado, morrendo aos quinze anos, ascendendo ao trono então a rainha Maria. A monarca, casada com o rei católico Felipe II da Espanha, restaurou o catolicismo no país, instaurando, por conta disso, a perseguição a anglicanos e a calvinistas, o que lhe rendeu o título de Bloody Mary (Maria, a Sanguinária). Após a sua morte, subiu ao trono sua meia-irmã, a rainha Elizabeth I.

O reinado de Elizabeth foi caracterizado por uma agressiva política mercantilista. Os esforços se concentraram na criação de companhias de comércio, no apoio à pirataria e ao desenvolvimento da Marinha inglesa. Além da força comercial, a Marinha de guerra se fortaleceu, culminando na vitória sobre a Invencível Armada Espanhola em 1588.



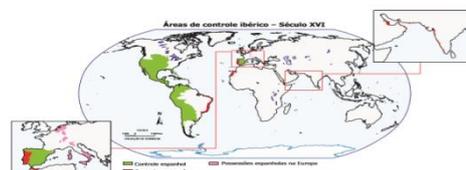
O quadro de 1590, assinado por George Gower, apresenta elementos que caracterizaram o reinado de

Elizabeth. As joias representam a realeza e o poder da rainha. As pérolas simbolizam a pureza e castidade de Elizabeth I, que ficou conhecida como “a virgem”. A mão sobre o globo retrata o momento em que o poder inglês se expande pelos outros continentes. Atrás da monarca, é possível ver duas imagens, representando, à direita, a tentativa de ataque da Marinha espanhola e, à esquerda, a derrota da Invencível Armada.

No plano religioso, a rainha anulou as medidas de sua antecessora e fortaleceu a Igreja Anglicana. Após sua morte, sem que Elizabeth tenha deixado herdeiros, a dinastia Tudor chegava ao fim. Completa-se, assim, um período de aprofundamento da estrutura estatal inglesa, não apenas no que se refere à política, que ganhou formato absolutista, mas também no que se refere às bases econômicas. Isso foi possível pelo fato de que um governo absolutista é um governo interventor, com condições necessárias para dirigir a economia segundo os interesses dominantes. Somados tais aspectos, estava tecido o arcabouço necessário para tornar a nação inglesa progressivamente uma potência.

## Absolutismo na Espanha

A consolidação do poder nas mãos dos reis espanhóis só foi possível após o movimento de Reconquista, processo pelo qual foram expulsos os mouros da Península Ibérica. Nesse contexto, a atuação da Inquisição, sob controle dos reis espanhóis, foi fundamental para o fortalecimento do poder monárquico. A perseguição aos judeus também fez parte desse processo, mostrando a íntima ligação entre a monarquia espanhola e a religião católica. No século XVI, a riqueza em metais preciosos proveniente das possessões americanas fez da Espanha o maior império do continente, dominando regiões na América, na Ásia e na própria Europa durante os reinados de Carlos V e Felipe II.



## Absolutismo em Portugal

Para alguns historiadores, o absolutismo português teria atingido o seu auge durante o reinado de D. João V, no século XVIII. Rei de Portugal entre 1707 e 1750, seu poder pôde ser percebido no incentivo às artes e em construções como o Convento de Mafra e o Aqueduto das Águas Livres, em Lisboa. Parte da riqueza portuguesa nesse período era originária da região das Minas.



O palácio de Queluz, conhecido como o “Versalhes português”, construído a partir de 1747, demonstra a força do absolutismo português no século XVIII, assim como a influência do modelo francês.

Assim como na Espanha, a relação com a Igreja Católica foi fundamental para a consolidação do poder dos reis portugueses. A instituição do Padroado, que permitia ao Estado intervir na instituição católica, admitia que a Coroa portuguesa interferisse diretamente nos cargos eclesiásticos em seu reino. A atuação do Tribunal da Inquisição também fortaleceu os monarcas ao defender a unidade religiosa em Portugal, permitindo a garantia dos interesses dos mesmos.

### Teóricos do Absolutismo

Acompanhando o fortalecimento do poder dos reis europeus, surgiram teorias que tentaram justificar tal situação, explicitando os elos teóricos que permitiam compreender a relevância de tal realidade. Tais teóricos argumentavam a favor de um poder forte e centralizado nas diversas regiões do continente.

### Nicolau Maquiavel

O florentino Nicolau Maquiavel viveu entre 1469 e 1527 e observou a fragmentação e a instabilidade da região da Península Itálica no período. A formação da Itália unificada só viria a ocorrer no século XIX e, durante a vida de Maquiavel, tal região foi marcada por diversos conflitos. Na parte central, os Estados da Igreja entravam em constantes disputas com as demais regiões. No norte, enquanto Gênova e Veneza eram importantes repúblicas autônomas, outras localidades estavam submetidas ao Sacro Império Germânico, também uma região de poder fragmentado. De acordo com Maquiavel:

A tirania impera em pequenos principados, governados despoticamente por casas reinantes sem tradição dinástica ou de direitos contestáveis. A ilegitimidade do poder gera situações de crise e instabilidade permanente, onde somente o cálculo político, a astúcia e a ação rápida e fulminante contra os adversários são capazes de manter o príncipe.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

As ameaças francesa e espanhola também pressionavam os pequenos Estados italianos, que muitas vezes eram dominados pelos condottieri, mercenários pagos para protegê-los. É diante dessa situação que Maquiavel escreve sua obra mais célebre, *O Príncipe*. O livro,

escrito em poucas semanas, eternizou-o como pensador mas rendeu-lhe má fama, fazendo com que do seu nome surgisse o termo maquiavélico. Essa imagem foi tão forte que, na Inglaterra, um dos sinônimos para o termo diabo era Old Nick, o velho Nicolau.

A obra se concentra nas maneiras que o governante possui de alcançar o poder e em como manter esse poder conquistado. Para que atinja os seus objetivos, o príncipe deve levar em conta algumas questões cruciais. Em primeiro lugar, deve ser um grande chefe militar, o que garantiria a conquista do poder e a posterior estabilidade, evitando que seu reino seja ameaçado. A partir da tomada do poder, o chefe político precisa ser astuto, já que deve passar da violência, com a qual conquistou o poder, para uma relação em que os governados consintam em se submeter ao seu domínio. Visando à manutenção de seu poder, o príncipe deve compreender que a ação política não deve levar em consideração “as coisas como elas devem ser” e sim “como elas são”. O conhecimento da História, da atuação de outros grandes políticos e da realidade em que se vive é fundamental para o planejamento das atitudes do príncipe. Esse tipo de ação, racional e planejada, está vinculado à virtú, que pode ser definida como esse conjunto de capacidades do governante. A atuação virtuosa possibilitaria ao príncipe estar preparado para o imprevisível, o acaso, a chamada fortuna.

Não se deve confundir a virtú ou ação virtuosa, no entanto, com os valores cristãos. A ruptura com a cultura cristã medieval conferiu a Maquiavel um papel fundamental na fundação da política moderna. Para ele, a ação política não deve estar vinculada aos valores morais e religiosos. O bom governo, durante o Período Medieval, estava vinculado às atitudes de um príncipe cristão. Já para Maquiavel, o governante deveria pensar mais em seus êxitos do que nos valores morais ou naquilo que é considerado como certo pela religião. De acordo com o autor:

O príncipe não precisa ser piedoso, fiel, humano, íntegro e religioso, bastando que aparente possuir tais qualidades. [...] Um príncipe não pode observar todas as coisas a que são obrigados os homens considerados bons, sendo frequentemente forçado, para manter o governo, a agir contra a caridade, a fé, a humanidade, a religião [...] O príncipe não deve se desviar do bem, se possível, mas deve estar pronto a fazer o mal, se necessário.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

Maquiavel afirma, portanto, que, em certas ocasiões, a prática daquilo que é considerado mau é necessário, por mais que essa postura nem sempre seja necessária.

*O Príncipe*, escrito para uma importante figura política de Florença, Lourenço de Médici, foi visto por muitos monarcas europeus como um manual para a sua ação, quase sempre violenta. A obra de Maquiavel foi associada a atitudes consideradas tirânicas como as de Henrique VIII, que teria forjado a sua separação com Catarina de Aragão, dando início ao conflito que levou à ruptura com a Igreja Católica. O massacre dos protestantes na Noite de São Bartolomeu também teria

sido planejado por Catarina de Médici – filha de Lourenço, o Magnífico –, influenciada pela leitura da obra. Entretanto, novas leituras da obra de Maquiavel apontam para outras possíveis interpretações. De acordo com o filósofo brasileiro Renato Janine Ribeiro:

*O Príncipe* foi lido, bem cedo, como um livro de conselhos aos governantes, para quem os fins justificariam os meios (essa frase, aliás, não é de Maquiavel). Ele defenderia o despotismo e a amoralidade dos príncipes. Há aqui, porém, um problema. Maquiavel escreveu *O Príncipe* de um jato só, enquanto se dedicou vários anos a outro projeto – os Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, um longo comentário ao historiador de Roma Antiga. Ora, os Discursos são uma obra republicana. E, se Maquiavel foi torturado a mando dos Médici, que acabavam de retomar Florença, isso se deveu a ter sido ele um dos líderes da República florentina. O Maquiavel mais extenso é republicano.

RETIRADO de artigo publicado na revista Cult, em dezembro de 2004.

De acordo com essas novas leituras, baseadas em obras como Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio, Maquiavel se posicionaria de forma favorável à República. Nessa obra, o autor trata de temas como a igualdade, liberdade e participação política a partir da leitura de textos da Antiguidade. Nessa perspectiva, o pensamento de Maquiavel se afasta do maquiavelismo das visões tradicionais a respeito de suas ideias. O trecho a seguir, sobre a República em Roma, ilustra o que foi dito:

Responderei, contudo, que cada Estado deve ter costumes próprios, por meio dos quais os populares possam satisfazer sua ambição [...] O desejo que sentem os povos de ser livres raramente prejudica a liberdade [...] Sejamos, portanto, avaros de críticas ao governo romano: atentemos para o fato de que tudo o que de melhor produziu esta república provém de uma boa causa. Se os tribunos devem sua origem à desordem, esta desordem merece encômios, pois o povo, desta forma, assegurou participação no governo. E os tribunos foram os guardiões das liberdades romanas.

MAQUIAVEL, Nicolau. Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio. 3 ed. Brasília: Editora da UNB, 1994.

## Thomas Hobbes

Existiu na Inglaterra um grande medo de 1588: a nação protestante aguardando a invasão espanhola, as povoações ribeirinhas espreitando o desembarque da armada que se temia invencível. Não faltaram alarmes falsos: especialmente na finisterra inglesa, a Cornualha; num desses pânicos, nasceu Thomas Hobbes, de parto prematuro — ‘minha mãe pariu gêmeos, eu e o medo’, como recordará, autobiógrafo, daí a noventa anos.

RIBEIRO, Renato Janine. Ao leitor sem medo: Hobbes escrevendo contra seu tempo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

O trecho anterior permite a compreensão da história inglesa no período em que viveu Thomas Hobbes (1588-1679). Além da situação descrita, que se prolongou ao longo do século XVII, os ingleses também vivenciaram o conturbado processo da Revolução Inglesa. Foi nesse contexto que o autor inglês produziu sua obra mais importante, *Leviatã*, em que argumenta a respeito da necessidade de se estabelecer um poder forte para que a ordem e a paz sejam garantidas.

Sua teoria se baseia na noção de contrato, que posteriormente também seria utilizada por pensadores

como John Locke e Jean-Jacques Rousseau. De acordo com essa concepção, ao firmarem um contrato, os homens aceitam sair de um estado pré-social, em que vivem isoladamente, o estado de natureza. Se, para Locke, essa teoria foi utilizada como justificativa para o Estado Liberal e, para Rousseau, como justificativa para uma organização democrática, para Thomas Hobbes, a teoria do contrato serviu para justificar um poder forte e centralizado.

Segundo Hobbes, no estado de natureza, que não é situado em nenhum momento histórico específico, existiria o conflito constante. Nesse estágio, quando não há nenhum poder superior que controle os indivíduos, a busca pela satisfação dos desejos os leva a lutarem entre si. A vida é insegura e reina o medo entre os homens, principalmente o medo da morte violenta. No trecho a seguir, Hobbes descreve essa situação:

Portanto tudo aquilo que é válido para um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, o mesmo é válido também para o tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e sua própria invenção. Numa tal situação, não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; conseqüentemente não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras; não há sociedade; e o que é pior do que tudo, um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta.

HOBBS, Thomas. *O Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Nova Cultura, 1998.

O que se observa no estado de natureza é a guerra de todos contra todos e a possibilidade de aniquilamento mútuo. Para Hobbes, nesse caso, o homem seria o lobo do homem.

Para sair dessa situação e evitar uma morte violenta, os homens devem fazer um pacto, o contrato social através do qual aceitem perder parte do poder e da liberdade dos quais desfrutam no estado de natureza para uma entidade maior. Dessa forma, o Estado e o soberano surgem como essa força constituída para garantir a ordem e impedir a destruição. *O Leviatã*, monstro de origem bíblica, simboliza essa forma de organização.



A imagem do *Leviatã* sintetiza a teoria de Thomas Hobbes. Nela, o rei, coroado, aparece como figura superior aos demais. Em uma das mãos carrega a espada, simbolizando o poder militar, e, na outra, o cetro, que representa a justiça. O corpo do rei é composto de corpos de vários indivíduos, representando a associação das vontades individuais transferidas ao soberano no momento em que o contrato social é estabelecido.

Para Hobbes, apenas o Estado forte e o poder centralizado poderiam garantir a vida em sociedade. Ao abrir mão de parte de sua liberdade, transferindo-a a um poder maior, os homens afastavam o medo e a possibilidade da morte violenta. Segundo Hobbes:

O fim último, causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos Estados, é o cuidado com sua própria conservação e com uma vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária (conforme se mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis de natureza [...]

HOBBS, T. Das causas, geração e definição de um Estado. In: *Leviatã*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 103

## Direito Divino dos Reis

As teorias do direito divino dos reis, que tiveram sua origem no Período Medieval, atingiram o seu apogeu no século XVII nos países católicos da Europa. Para esses teóricos, a necessidade de concentração do poder dos reis era explicada a partir da religião: a soberania dos reis não podia ser contestada, já que havia sido concedida diretamente por Deus. O rei era considerado um representante de Deus na Terra e, por conta disso, se opor ao seu poder seria não só um crime, mas um pecado. Desse modo, os caminhos necessários à edificação do absolutismo real são delimitados de forma a serem pouco questionados, já que uma autoridade ainda maior, isto é, Deus, atestava a legitimidade real em um contexto histórico no qual a esfera religiosa ainda tinha vital importância no cotidiano do europeu.

A crença na divindade dos monarcas permanecia junto à cultura do homem moderno. Desde a Idade Média, era comum a crença de que, caso os reis tocassem os doentes, conseguiriam curá-los. O ritual se manteve na Idade Moderna, dando origem à expressão: o rei toca, Deus cura.

A partir dessa concepção sobre o poder real, surgiu a percepção dos dois corpos do rei: o primeiro deles, mortal, assemelha-se aos demais e está sujeito aos mesmos vícios e defeitos comuns aos súditos; o segundo, sagrado, representa o corpo divino do rei, que o diferencia dos demais e que não morre.

Dedicaram-se à teoria do direito divino principalmente os franceses, sendo que o próprio Luís XIV escreveu sobre o poder sagrado da figura real, associando o Estado à pessoa do rei.

## Jean Bodin

Em sua obra *Seis livros sobre a República*, Jean Bodin (1530-1596) defende a necessidade da concentração de todo o poder nas mãos do rei, poder esse que não poderia ser contestado. Bodin negava a necessidade de existência do Poder Legislativo e defendia a total submissão dos súditos. Suas teorias ganharam muita força durante o período em que a França passava por conflitos intensos, em razão das disputas religiosas. A

monarquia, que era vista como a melhor forma de garantir a ordem pública e a soberania dos reis, não estando sujeita às leis, poderia criar, revogar e modificar a legislação. De acordo com Bodin:

Não há necessidade de insistir muito para mostrar que a monarquia é a melhor, visto que [...] tem somente um chefe; e todas as leis da natureza nos guiam para a monarquia; seja observando esse pequeno mundo que é nosso corpo, no qual existe para todos os membros um só chefe do qual dependem a vontade, o movimento e o sentimento; seja observando esse grande mundo, que tem um soberano Deus; seja observando o céu, que tem um só Sol.

BODIN, Jean. *Los seis libros de la Republica*. Madrid: Tecnos, 1992.

## Jacques Bossuet

O bispo Jacques Bossuet (1627-1704) educou o filho de Luís XIV. Em seu livro, *A política extraída das sagradas escrituras*, pretendia ensinar ao Delfim, futuro rei da França, os princípios do absolutismo. Para o autor, a monarquia seria a melhor forma de organização política, já que garante a estabilidade por sua tradição. A origem do Estado advém de um decreto divino, da mesma forma que o poder do monarca. Os súditos devem se submeter aos governantes, que, por sua vez, devem atuar com poder incontestável. O único capaz de retirar o poder dos reis seria Deus, aquele que o havia concedido. Para Bossuet:

Todo o poder vem de Deus. Os governantes, pois, agem como ministros de Deus e seus representantes na terra. Consequentemente, o trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus [...] Os reis são deuses e participam de alguma maneira da independência divina. O rei vê de mais longe e de mais alto; deve acreditar-se que ele vê melhor.

BOSSUET, Jacques. *A política extraída das sagradas escrituras*.

## Etiqueta no Antigo Regime

Entre os séculos XV e XVIII, a etiqueta consistia em um conjunto de regras e costumes que regiam o comportamento e o cotidiano da sociedade. Roupas, formas de tratamento, uso da linguagem, distribuição no espaço e tipos de comida eram definidos pelas normas da etiqueta.

O apogeu dessas práticas se deu na Corte francesa de Luís XIV, no entanto, a etiqueta se fez presente nos hábitos de outros reinos. Por meio dessas regras, esperava-se que as hierarquias fossem mantidas, em especial aquelas que se relacionavam aos nobres, que procuravam sobreviver após a perda do poderio feudal, sustentando-se como articuladoras do jogo político junto ao monarca.

Em Portugal, os modos de tratamento variavam de acordo com o grupo social a que o indivíduo pertencia. Existiam regras determinando quem poderia ser tratado com vós, vossa mercê e vossa majestade, esse último reservado aos reis. As cores das roupas também podiam simbolizar a posição do homem nessa sociedade, como na Inglaterra, onde uma lei reservou a cor púrpura como exclusiva da família real.

As boas maneiras determinavam os hábitos durante as refeições e o comportamento em locais públicos e

privados, como pode ser percebido no trecho a seguir de um manual de 1671:

Se todos estão se servindo do mesmo prato, evite pôr nele a mão antes que o tenham feito as pessoas da mais alta categoria, e trate de tirar o alimento apenas da parte do prato que está à sua frente. Ainda menos deve pegar as melhores porções, mesmo que aconteça você ser o último a se servir. Cabe observar ainda que você sempre deve limpar a colher quando, depois de usá-la, quiser tirar alguma coisa de outro prato, havendo pessoas tão delicadas que não querem tomar a sopa na qual mergulhou a colher depois de a ter levado à boca. E, ainda mais, se estás à mesa de pessoas refi nadas, não é sufi ciente enxugar a colher depois de a ter levado à boca. Não deves usá-la mais, e sim pedir outra. Além disso, em muitos lugares, colheres são trazidas com o prato, e estas servem apenas para tirar a sopa e o molho. Você não deve tomar a sopa na sopeira, mas colocá-la no seu prato fundo. Se ela estiver quente demais, é indelicado soprar cada colherada. Deve esperar até que esfrie. Se tiver a infelicidade de queimar a boca, deve suportar isto pacientemente, se puder, sem demonstrar, mas se a queimadura for insuportável, como às vezes acontece, deve, antes que os outros notem, pegar seu prato imediatamente com uma mão e levá-lo à boca e rapidamente passá-lo ao laçao atrás de sua cadeira.

COUTIN, Antoine de. Novo tratado de civilidade. In: ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

Na França, os rituais da família real eram acompanhados pela nobreza em Versalhes. Assistir ao rei acordar e fazer suas refeições eram hábitos comuns que auxiliavam na construção da imagem do mesmo. Os rituais de exaltação do monarca ajudaram a ampliar o culto à figura do rei, visto como um sujeito superior aos seus súditos. A observância desses modos poderia representar para a nobreza alguns benefícios e a obtenção de favores. Segundo Norbert Elias:

Todos dependiam, em maior ou menor grau, da pessoa do rei. Portanto, a menor alteração da atitude do rei para com qualquer deles tinha muita importância porque tornava visível uma alteração do seu mérito aos olhos do rei e da sua posição face à sociedade de Corte. Mas esta relação de dependência determinava também, por um encadeamento de elos secundários, o comportamento dos cortesãos uns com os outros.

ELIAS, Norbert. A sociedade de Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

### Exercícios de Fixação

1. (UFRGS-RS–2007) O sistema monárquico absolutista, que atingiu seu apogeu sob o reinado de Luís XIV, apresenta-se como o modelo de gestão política característico do período histórico moderno.

Sobre esse sistema, é correto afirmar que ele

- a) não era arbitrário, pois o monarca não podia transgredir certas leis e costumes fundamentais do reino.
- b) foi responsável pelo desenvolvimento do conceito de cidadania, ao afirmar as liberdades individuais em contraposição ao sistema político medieval.
- c) apresentava, entre seus princípios teóricos, a noção de que a potência soberana do Estado emana do povo.
- d) foi enaltecido pelos iluministas, notadamente pelo filósofo Montesquieu, admirador da tripartição do poder político adotada pelo absolutismo.
- e) não foi bem sucedido como forma de governo, pois desprezava a racionalização burocrática da máquina estatal.

2. (UFMA–2006) Assinale a alternativa que descreve corretamente o Absolutismo inglês nos séculos XVI e XVII.

- a) Foi o sistema de governo que aumentou o poder do rei, à semelhança de outras nações europeias, e que levou à formação do parlamentarismo como instrumento político para reafirmar os interesses da nobreza agrária protestante contra a burguesia comercial católica.
- b) Foi o sistema de governo que contribuiu para o avanço inglês no comércio e na indústria, reforçado pela chamada Invencível Armada, a frota de navios que consolidou a sua hegemonia nos mares, garantindo a implantação do mercantilismo e da expansão colonial.
- c) Foi o regime caracterizado pela descentralização política, através do crescente papel do Parlamento e do enfraquecimento do papel do monarca por uma Constituição, ao mesmo tempo em que os interesses de burgueses, nobres, comerciantes e camponeses foram politicamente harmonizados.
- d) Foi o regime marcado pela ascensão da dinastia Tudor, responsável direta pela extinção do Parlamento, o que gerou intensos conflitos internos e externos, com o enfraquecimento do comércio internacional e com a perda das colônias na América.
- e) Foi o regime que favoreceu a consolidação do mercantilismo, através da aliança entre a burguesia mercantil e a nobreza, destruindo progressivamente os vestígios do feudalismo no campo e rompendo com a Igreja Católica, gerando intensos conflitos políticos e religiosos.

3. (UESC-BA–2006) Na Idade Moderna, os intelectuais criaram uma ideologia política típica do período, legitimando o absolutismo. Alguns, como Maquiavel, defendiam a teoria de que a política, representada pelo soberano, deveria atender ao “interesse nacional”. Outros, como Hobbes, partiam da concepção de um “contrato entre governados e Estado.

VICENTINO, p. 205.

Considerando-se a análise do texto e os conhecimentos sobre absolutismo, pode-se afirmar que a ideologia política defendida por

01. Maquiavel adotou os princípios morais contidos na escolástica para justificar a sua tese.
  02. Maquiavel atrelava política e conduta ética como indissociáveis para garantir o poder e a força do príncipe no comando da nação.
  03. Hobbes estabelecia que o contrato entre Estado e governados se faria somente com a determinação do Santo Padre.
  04. Hobbes, através do contrato entre governados e o Estado, considerava lícito ao rei governar despoticamente.
  05. Maquiavel e Hobbes, ao preconizarem um Estado soberano destruído, exigia que os bens dos súditos fossem confiscados e anexados aos domínios da monarquia.
- Soma (      )

4. (UFJF-MG) O Absolutismo Real surgiu na Europa em meio à transição da sociedade feudal para a ordem capitalista, a partir do século XV. Sobre o Absolutismo, pode-se afirmar que

a) acarretou a perda completa do poder da nobreza, agora destituída dos privilégios que detinha, diante de outros grupos.

b) em sua versão francesa, revelou-se mais permeável à representação política, dada a grande importância do Parlamento, especialmente sob Luís XIV.

c) o estabelecimento de impostos regulares, para financiar o Exército e a administração reais, colaborou para a efetivação desse absolutismo.

d) enfraqueceu-se a autoridade da Igreja com a afirmação do poder real, tal como se verifica em Portugal e Espanha, onde se promoveu uma rígida separação entre Igreja e Estado, na administração civil.

e) a burguesia tornou-se a classe politicamente dirigente, instituindo-se, desta forma, uma ordem econômica baseada no livre mercado.

5. (Mackenzie-SP) Considere as afirmativas a seguir:

I) O absolutismo caracterizou-se como um tipo de regime político que, durante a transição do feudalismo para o capitalismo, preocupava-se com o desenvolvimento econômico, principalmente comercial.

II) A nobreza feudal opôs-se ao regime absolutista, por considerá-lo prejudicial aos seus interesses. Ficou, por isso, restrita à posse das terras e dos títulos nobiliárquicos.

III) Os monarcas absolutistas apoiavam seu poder supremo em direitos consagrados, por meio de uma Constituição reconhecida pelo papa.

Assinale

a) se somente I estiver correta.

b) se somente III estiver correta.

c) se somente I e II estiverem corretas.

d) se somente II e III estiverem corretas.

e) se todas estiverem corretas.

### Exercícios Propostos

1. (UFPA) [...] doentes atingidos por estranhos males, todos inchados, todos cobertos de úlceras, lamentáveis de ver, desesperançados da medicina, ele [o Rei] curava-os pendurando em seus pescoços uma peça de ouro, com preces santas, e diz-se que transmitirá essa graça curativa aos reis seus sucessores.

SHAKESPEARE, William. *Macbeth*.

Essa passagem da peça *Macbeth* é reveladora

a) da capacidade artística do autor de transcender a realidade de seu tempo.

b) da crença anglo-francesa, de origem medieval, no poder de cura dos reis.

c) do direito divino dos reis, que se manifestava em seus dons sobrenaturais.

d) da mentalidade renascentista, voltada ao misticismo e ao maravilhoso.

e) do poder do absolutismo, que obrigou a Igreja a aceitar o caráter sagrado dos reis.

2. (UFSCar-SP) À cristianização compulsiva se seguiu, tempos depois, a partir da dinastia dos Bourbons, a castelhanização compulsiva. O centralismo castelhano, negador da pluralidade nacional e cultural da Espanha, chegou ao paroxismo sob a ditadura de Franco.

GALEANO, Eduardo. *A descoberta da América* (que ainda não houve). Tendo em vista o texto, considere as quatro afirmações seguintes:

I) O autor refere-se ao período da imposição do cristianismo na Espanha e em suas colônias, com os tribunais da Inquisição, nos séculos XV e XVI.

II) O autor refere-se à unificação espanhola comandada por castelhanos, a partir da aliança entre Isabel de Castela e Fernando de Aragão.

III) O autor refere-se às lutas por independência por parte de catalães, andaluzes, bascos e galegos.

IV) O autor refere-se ao centralismo do Estado ditatorial de Franco no final do século XIX.

Estão corretas as afirmações

a) I e II, apenas.

b) I, II e III, apenas.

c) I, III e IV, apenas.

d) II, III e IV, apenas.

e) I, II, III e IV.

3. (UFC-2007) A etiqueta foi, nos séculos do seu apogeu (do XV ao XVIII), minucioso cerimonial regendo a vida em sociedade, [...] tudo isso esteve determinado pela lei e pelo costume.

RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 7.

Em relação à importância da etiqueta para as relações sociais no Estado Moderno, assinale a alternativa correta.

a) A etiqueta, na sociedade de Corte, configurou-se como instrumento de dominação social dos banqueiros e de incentivo à descentralização política e econômica do Estado Moderno.

b) A sociedade de Corte identificou-se com a formação do Estado Moderno, cujo processo de constituição deu-se contra a fragmentação política e econômica praticada pelos senhores feudais.

c) A constituição do Estado Moderno propiciou à realeza a oportunidade de eliminar as práticas mercantilistas e de impor o retorno à economia desmonetarizada.

d) A sociedade de Corte, dominada pela burguesia, notabilizou-se por desprezar as boas maneiras, o uso da linguagem, o luxo e a moda como formas de distinção social.

e) A etiqueta, além de recorrer ao uso de costumes provenientes das civilizações Inca e Asteca, propiciou a difusão de valores estéticos oriundos das mitologias egípcia e grega.

4. (FGV-SP) Sobre a formação do absolutismo na França, é incorreto afirmar que

a) seus antecedentes situam-se, também, nos reinados de Filipe Augusto, Luís IX e Filipe IV, entre os séculos XII e XIV.

- b) fez-se necessária nesse processo a centralização dos Exércitos, dos impostos, da justiça e das questões eclesiásticas.
- c) a abolição da soberania dos nobres feudais não teve um importante papel nesse contexto.
- d) a Guerra dos Cem Anos foi fundamental nesse processo.
- e) durante esse processo a aliança com a burguesia fez-se necessária para conter e controlar a resistência de nobres feudais.

5. (UFJF-MG) O mundo moderno caracterizou-se pela formação dos Estados Nacionais europeus, pela descoberta e colonização da América, bem como pelo Renascimento Cultural e Científico. Acerca das relações desse contexto com as teorias políticas que dele emergiram, marque a alternativa errada.

- a) Diante das dificuldades de unificação do Estado italiano, Maquiavel propôs uma teoria que defendia a construção de um principado com poderes absolutos.
- b) Como o Estado francês já se encontrava unificado e fortalecido, coube a Montesquieu edificar a teoria dos três poderes, que reafirmava as bases do absolutismo.
- c) No contexto do absolutismo inglês, coube a Thomas Hobbes, com sua principal obra, *Leviatã*, reafirmar a soberania ilimitada do governante.
- d) Este também foi o contexto de criação da obra de Thomas Morus, *A utopia*, que propunha uma organização política alternativa, baseada na formação de comunidades livres.

6. (UFJF-MG) O processo de centralização do poder real e da unificação territorial, associado ao crescente controle do Estado sobre a economia, conduziu a maior parte dos países europeus à constituição de monarquias nacionais absolutistas. Esse processo teve, contudo, importantes variações regionais.

Enumere a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, em seguida, marque a alternativa correta.

- (1) Portugal  
 (2) Espanha  
 (3) França  
 (4) Inglaterra  
 (5) Alemanha

( ) O processo de centralização do poder real e de unificação territorial foi dificultado devido à força da nobreza feudal luterana.

( ) A unidade política foi fraca devido à persistência de diversidades regionais e pluralidade cultural e religiosa, que pode ser exemplificada pela guerra de Reconquista.

( ) Foi o primeiro país europeu a se unificar territorial e politicamente, em grande parte devido ao apoio da nobreza e da burguesia ao rei.

( ) O processo de centralização real e de unificação territorial foi reforçado pela vitória na Guerra dos Cem Anos, que desenvolveu o sentimento nacional, identificando a figura do rei com a grandeza do país.

( ) No processo de unificação territorial, nobreza e burguesia colocaram restrições ao poder do rei, através da criação de um parlamento.

- a) 5, 2, 1, 3, 4  
 b) 3, 1, 2, 5, 4  
 c) 4, 2, 1, 5, 3  
 d) 5, 1, 2, 3, 4  
 e) 4, 2, 1, 3, 5

7. (UFOP-MG) O período do governo de Luís XIV foi marcante para a história francesa e europeia. Com relação a esse período, é correto afirmar que

- a) correspondeu à época da Noite de São Bartolomeu, evento que ficou registrado na história como um símbolo da violência gerada por conflitos religiosos.
- b) no seu governo foi marcante a presença do ministro Richelieu, o mais influente conselheiro do rei.
- c) foi um período de grande centralização do Estado na França com o desenvolvimento de uma política externa belicista e de uma articulada política mercantilista.
- d) foi favorável à liberdade religiosa, já que Luís XIV desenvolveu uma política de defesa à prática do protestantismo na França.
- e) caracterizou-se pela vigência das ideias iluministas, já que Luís XIV desenvolveu uma política de livre circulação de ideias, sendo conhecido como um “déspota esclarecido”.

8. (UNESP-SP) A monarquia absoluta foi uma forma de monarquia feudal diferente da monarquia dos Estados medievais que a precedeu; mas a classe dominante permaneceu a mesma, tal como uma república, uma monarquia constitucional e uma ditadura fascista podem ser todas [elas] formas de dominação burguesa.

HILL, Christopher. “Um Comentário”. apud ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*.

O texto aponta a seguinte afirmação:

- a) Os Estados medievais precederam a monarquia.
- b) A expressão “monarquia feudal” não é aplicável aos Estados medievais.
- c) Os Estados medievais podem ser considerados Estados de transição.
- d) O absolutismo foi uma forma de dominação feudal.
- e) O absolutismo foi politicamente neutro do ponto de vista social.

9. (UFMG–2007) Observe esta imagem:



Frontispício da 1ª edição da obra de Hobbes, *Leviatã* (1651).

Thomas Hobbes (1588-1679) ficou conhecido como um dos teóricos do absolutismo. Nessa ilustração da sua obra, sintetiza-se a formação do Estado Absolutista.

1. Cite três características do Estado Absolutista.

---

---

---

---

---

2. Explique a representação de poder expressa nessa imagem.

---

---

---

---

---

## Seção ENEM

1. (Enem–2001)

I. Para o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), o estado de natureza é um estado de guerra universal e perpétua. Contraposto ao estado de natureza, entendido como estado de guerra, o estado de paz é a sociedade civilizada. Entre outras tendências que dialogam com as ideias de Hobbes, destaca-se a definida pelo texto a seguir.

II. Nem todas as guerras são injustas, e, correlativamente, nem toda paz é justa, razão pela qual a guerra nem sempre é um desvalor, e a paz nem sempre um valor.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 30.

Comparando as ideias de Hobbes (texto I) com a tendência citada no texto II, pode-se afirmar que, em ambos, a guerra é entendida como inevitável e injusta.

- a) para Hobbes, a paz é inerente à civilização e, segundo o texto II, ela não é um valor absoluto.
- b) de acordo com Hobbes, a guerra é um valor absoluto e, segundo o texto II, a paz é sempre melhor que a guerra.
- c) em ambos, a guerra ou a paz são boas quando o fim é justo.
- d) para Hobbes, a paz liga-se à natureza e, de acordo com o texto II, à civilização.

2. (Enem–2009) O que se entende por Corte do antigo regime é, em primeiro lugar, a casa de habitação dos reis de França, de suas famílias, de todas as pessoas que, de perto ou de longe, dela fazem parte. As despesas da Corte, da imensa casa dos reis, são consignadas no registro das despesas do reino da França sob a rubrica significativa de Casas.

REIS, N. Elias. A sociedade de Corte. Lisboa: Estampa, 1987.

Algumas casas de habitação dos reis tiveram grande efetividade política e terminaram por se transformar em patrimônio artístico e cultural, cujo exemplo é

- a) o palácio de Versalhes.
- b) o Museu Britânico.
- c) a catedral de Colônia.
- d) a Casa Branca.
- e) a pirâmide do faraó Quéops.

3. As teorias políticas foram sempre fundamentais para justificar e legitimar uma determinada concepção de sociedade e de Estado. Neste sentido, ganha destaque o pensamento de Hobbes, teórico do século XVII cuja obra fundamentou o Estado absolutista, e Rousseau, teórico iluminista que sistematizou o conceito de Estado democrático. Apesar de ideologicamente divergentes, suas doutrinas compartilham essencialmente de duas ideias originais: a teoria do “direito natural” e do “contrato”.

Enquanto, para Hobbes, o homem no estado de natureza vivia em guerra permanente um com o outro, para Rousseau, a criação da propriedade privada dá origem a uma desigualdade que aboliu os estados de felicidade e igualdade originais, nos quais os humanos existiam sob a forma do bom selvagem. Daí para ambos a necessidade de um contrato social pelo qual os indivíduos concordam em transferir a um terceiro – o soberano – o poder para criar e aplicar as leis, tornando-se autoridade política. Sendo que, para Hobbes, o pacto institui o leviatã, o Estado. Enquanto, para Rousseau, o pacto cria a vontade geral, o corpo moral coletivo ou o Estado. Nesse sentido, as concepções de estado de natureza e de contrato, como presentes no pensamento de Hobbes e de Rousseau,

- a) desnudaram a verdadeira condição humana, mostrando a necessidade de se suprimir os direitos individuais.
- b) determinaram que compartilhassem a ideia de sociedade e defendessem a mesma forma de Estado e soberania.
- c) justificaram a anulação política dos indivíduos pelo Estado onipotente e protetor, reconduzindo-os à condição natural.
- d) mostraram-se, na contemporaneidade, essencialmente ultrapassadas em seus princípios, conjecturas e conclusões.
- e) significaram, na modernidade, momentos de laicização do pensamento político ao interpretar a realidade social.

4.

## O Calibre

Herbert Viana

Eu vivo sem saber até quando ainda estou vivo  
Sem saber o calibre do perigo  
Eu não sei d'aonde vem o tiro  
Por que caminhos você vai e volta?  
Aonde você nunca vai?  
Em que esquinas você nunca para?  
A que horas você nunca sai?  
Há quanto tempo você sente medo?  
Quantos amigos você já perdeu?  
Entrincheirado, vivendo em segredo

E ainda diz que não é problema seu  
E a vida já não é mais vida  
No caos ninguém é cidadão  
As promessas foram esquecidas  
Não há estado, não há mais nação  
Perdido em números de guerra  
Rezando por dias de paz  
Não vê que a sua vida aqui se encerra  
Com uma nota curta nos jornais

A letra da música analisa criticamente a violência urbana no Brasil contemporâneo. Mas a observação atenta nos permite fazer uma relação dessa letra com as ideias de um filósofo da modernidade. A ideia de Estado que se relaciona adequadamente com a letra é

a) “O Estado deve existir para conservar os direitos naturais e inalienáveis do homem, a saber: a vida, a liberdade, a propriedade.” (Locke)

b) “O Estado Civil é necessário para ordenar o caos permanente em que estão imersos os homens em seu Estado de Natureza, individualista, medroso, mau.” (Thomas Hobbes)

c) “O bom governante, no controle do Estado, deve adequar-se às intempéries dos homens, da sociedade.” (Maquiavel)

d) “A bondade, com a qual todo homem nasce, é ameaçada na luta pela propriedade, cabendo ao Estado manter a ordem pela vontade geral da maioria.” (Rousseau)

e) “O Estado não é capaz de se apresentar em ordem se seus súditos não veem em seus chefes a proximidade deles com Deus.” (Bossuet)

## Expansão Marítima

A Expansão Marítima assinala o primeiro grande estágio de integração entre os continentes. A ideia de globalização, vigente nos dias atuais, apresenta seus primeiros sinais quando os povos europeus, desejosos de riqueza e sedentos de novas experiências, acabam por navegar “por mares nunca dantes navegados”, alcançando terras distantes nos dois hemisférios do globo.

As Grandes Navegações do século XV permitiram a compreensão mais ampla do nosso planeta, tanto na esfera geográfica como na cultural, mudando os rumos de povos e nações, que passaram a se integrar progressivamente, como até então jamais havia ocorrido. Mesmo que a concepção eurocêntrica tenha prevalecido nas novas relações que surgiram entre os povos, a existência do “outro” instigou reflexões e trocas que mudaram traços culturais e econômicos de todos os agentes envolvidos.



## Contexto Europeu

As Grandes Navegações podem ser compreendidas como uma resposta europeia aos anseios de uma sociedade em transformação no final da Idade Média. A centralização política e o fortalecimento dos Estados Nacionais intensificaram a necessidade de expansão econômica, colaborando para solidificar os novos referenciais políticos.

Se as fronteiras terrestres começavam a se consolidar após sucessivas guerras, a busca de novas regiões representava uma reafirmação da força política dos monarcas absolutistas, já que as terras distantes poderiam fornecer, além da expansão territorial, a riqueza necessária para a manutenção da força governamental.

A ideia metalista, intensificada com a dinamização econômica do comércio, fomentava o sonho da existência de reservas de ouro e prata no Além-Mar, estimulando, a médio prazo, a ocupação do continente americano.

A força do Estado somou-se aos anseios de setores mercantis, sedentos de novas regiões fornecedoras de

especiarias e mercados, visando à ampliação das trocas comerciais.

Os comerciantes passaram, com o decorrer do tempo, a perceber a necessidade de se alcançar a longínqua região da Ásia por meio de rotas alternativas, tendo em vista os impedimentos impostos por povos diversos, intermediários do comércio das especiarias.

Nesse sentido, destaca-se a drástica retração comercial vivenciada pelas cidades italianas após a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453. Se, por um lado, o novo fechamento do Mediterrâneo enfraqueceu o comércio italiano, por outro, estimulou ainda mais o desenvolvimento da atividade naval no Atlântico, em busca de uma rota marítima alternativa para a Ásia.

Os agentes políticos e econômicos ainda se somaram aos impulsos culturais de uma Europa renascentista e, portanto, mais propícia à inovação e à busca de novos parâmetros, temas comumente referenciados pelos estudiosos do período. A curiosidade pelo novo se mostrava aguçada em meio às mudanças culturais promovidas pela Renascença.

O comércio europeu, que já se expandia desde o início da Baixa Idade Média (séc. XI), ampliou sua dimensão, contribuindo inicialmente para esse processo o fenômeno das Cruzadas. O espírito religioso cruzadista teve importante papel no seio das Grandes Navegações, já que a busca por novas regiões representava a ampliação da massa de fiéis, contribuindo assim para o avanço religioso planejado pelos grupos católicos.

Junto a cada tripulação que partia rumo ao desconhecido, estava um representante da Santa Sé, responsável pela dinâmica religiosa dos marinheiros e pela conversão dos povos que fossem conquistados.

Compreendiam-se, assim, as Grandes Navegações como uma extensão do projeto da reconquista, já que a ampliação territorial assinalava a força da fé católica e a reafirmação do poder político dos Estados ibéricos.

Denomina-se Reconquista a expulsão dos árabes da Península Ibérica entre os séculos VIII e XV. A luta contra os mouros marcou o surgimento dos Estados de Portugal e Espanha, além de assinalar a expansão católica por meio da conversão dos povos islâmicos que dominaram a região durante grande parte da Idade Média.

A pulverização dos objetivos da Expansão Marítima em vários grupos sociais estimulou intensamente o avanço dos navios para o Além-Mar. Se o papel do Estado foi força determinante para o financiamento das principais viagens, o interesse dos outros agentes consolidou o projeto, transformando o desejo de expansão em uma realidade europeia.

### A Construção do Imaginário

Apesar dos profundos avanços do homem moderno em diversos setores do conhecimento, o pensamento mítico e religioso ainda era muito presente no século XV. As narrativas fantásticas, oriundas das obras de viajantes anteriores, fomentaram os navegantes europeus a repetir aventuras semelhantes. Destacam-se, nesse sentido, os feitos do viajante Marco Polo, legados a inúmeras gerações.

Segundo os registros medievais, o jovem Marco Polo partiu em viagem para a Ásia em 1272 acompanhado de seu pai, Niccolo, e do seu tio, Maffeo. Durante décadas, conheceu povos e culturas distantes, viajando em regiões como Índia e Pérsia. Seu destino final foi a corte do rei mongol Kublai Khan, responsável por governar o maior dos impérios existentes em sua época. Os detalhes presentes na narrativa do viajante incentivaram navegadores, como Cristóvão Colombo, a reproduzir tais feitos.

A história de Marco Polo também colaborou para a construção do mito acerca do reino de Preste João, rei cristão e detentor de riquezas jamais vistas. Apesar de o viajante Marco Polo narrar a morte do monarca por rivalidades com Gengis Khan, o mito reaparece em solo africano, como esperança da cristandade em deter o avanço islâmico junto à luta de Reconquista. O embaixador português na Etiópia, em meados do século XVI, chegou a fazer a seguinte narrativa do reino imaginário:

Se abrimos as cortinas e subitamente vimos o Preste João, ricamente adornado sobre uma plataforma de seis degraus. Tinha em sua cabeça uma grande coroa de ouro e prata. Uma de suas mãos apoiava uma cruz de prata [...] À sua direita, um pajem apoiava uma cruz de prata bordada em forma de pétalas [...] O Preste João usava um belo vestido de seda com bordados de ouro e prata e uma camisa de seda com mangas largas. Era uma bela vestimenta, semelhante a uma batina de um bispo, e ia de seus joelhos até o chão [...] Sua postura e seus modos são inteiramente dignos do poderoso personagem que é.

ALVES, Francisco, embaixador português enviado à Etiópia, século XVI, apud MOLLAT, Michel. *Los Exploradores del siglo XIII al XVII: primeras miradas sobre nuevos mundos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

A necessidade de confirmar as narrativas míticas e a busca por riqueza e projeção social motivaram os navegantes europeus a enfrentarem toda a sorte de adversidades como fome, doenças, naufrágios e ataques. Persistiam também temores imaginários, como monstros e abismos, vistos até então como grandes responsáveis pelo desaparecimento de muitas embarcações.

### Expansionismo Português

Os grandes feitos da Expansão Marítima europeia tiveram início no pequeno reino de Portugal, cuja origem remonta às lutas ibéricas contra os árabes no século XI. Os esforços de Leão nas batalhas da Reconquista contaram com o apoio do francês Henrique de Borgonha, presenteado, após sucessivas vitórias, com o Condado Portucalense no ano de 1093. No século seguinte, em 1139, o herdeiro do território, Afonso Henrique, optou pela emancipação frente ao domínio de Castela, fundando o reino português. A definição geográfica do novo reino só se realizou em 1249, quando os lusos conquistaram a região de Algarves, localizada ao sul da Península Ibérica.

Apesar de definidas as suas fronteiras, as estruturas políticas de Portugal ainda estariam distantes de um complexo sistema político típico de um Estado Nacional. O poder local exercido pela nobreza e as

constantes incursões espanholas pela retomada das terras portuguesas permaneceram como graves dificuldades para o nascente reino. A ruptura desse cenário só aconteceu com a Revolução de Avis, em 1383.

Essa revolução ocorreu após os acordos políticos envolvendo as nobrezas dos reinos de Castela e Portugal, que selaram uma unificação através do casamento entre a princesa portuguesa Beatriz e o rei João de Castela. Porém, o temor da classe mercantil lusitana, que receava um redirecionamento econômico tipicamente feudal após essa unificação, estimulou o apoio desse setor social à ascensão de um novo monarca: D. João de Avis.

Filho bastardo do rei português D. Pedro I, D. João conseguiu, após se apropriar do trono, impedir a união entre os reinos, contando, para tal feito, com o apoio da população simples de Portugal, a chamada arraia miúda. A baixa nobreza portuguesa também apoiou a ascensão do novo monarca, buscando privilégios, terras e títulos.

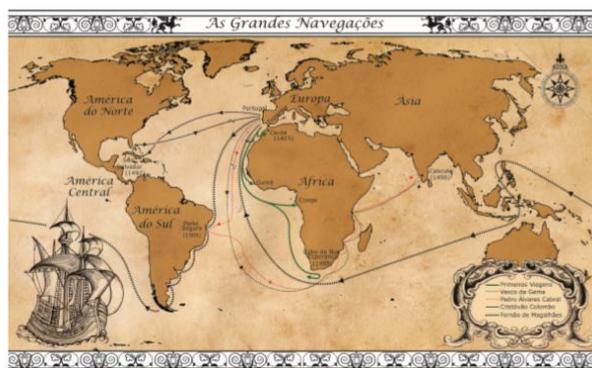
A Revolução de Avis foi fundamental para o processo expansionista português, tendo em vista a ligação da nova dinastia com a atividade naval de cabotagem (navegação costeira), além da disposição da monarquia em estimular as Grandes Navegações por parte do príncipe D. Henrique, o Navegador.

Filho de D. João de Avis e considerado o arquiteto dos primeiros feitos marítimos de Portugal, D. Henrique foi fundamental para a transformação da cidade de Sagres em um centro náutico por excelência, apesar de a historiografia contemporânea contestar a existência de uma escola de navegação na região. A conquista de Ceuta em 1415, primeiro entreposto africano dominado pelos lusos, foi também planejada pelo jovem filho de D. João.

Os fatores políticos não foram os únicos que contribuíram para o papel pioneiro de Portugal nas Grandes Navegações. Podemos incluir:

- ✓ A localização geográfica, com toda a costa oeste do reino voltada em direção ao Atlântico, facilitando o deslocamento das embarcações.
- ✓ A ausência de extensos conflitos no processo de formação do Estado português.
- ✓ Conhecimento náutico obtido por longos séculos de navegação costeira e por meio do contato com a avançada cultura árabe.
- ✓ Apoio da burguesia lisboeta, que buscava ampliar seus ganhos comerciais com os feitos da Expansão Marítima.
- ✓ Lucros obtidos com as atividades comerciais na região costeira da África, garantindo a longevidade do processo expansionista.

## Etapas da Expansão Portuguesa



O marco inicial do expansionismo luso ocorreu em 1415 por meio da conquista de Ceuta, cidade localizada no atual território do Marrocos. Considerada um grande centro econômico incrustado no norte da África, Ceuta atraiu os portugueses pela oportunidade de um rápido enriquecimento com os saques da riqueza existente, além do controle das atividades mercantis da região. A fácil conquista da cidade foi um importante impulso para novos empreendimentos da empresa mercantil. Em 1419, os portugueses conquistaram a Ilha da Madeira. Gil Eanes ultrapassava, em 1434, o Cabo Bojador, obtendo os primeiros contatos com os mercados de ouro da Costa da Guiné.



O desenvolvimento tecnológico no início do período moderno foi fundamental para o sucesso da expansão marítima.

Na medida em que navegavam na direção sul da África, os lusos fundavam as feitorias, entrepostos comerciais que serviam para o abastecimento de novas embarcações e contribuíam para as trocas mercantis com os povos africanos na região costeira. Esse cenário permitiu o início do tráfico de escravos, fundamental fonte de recursos financeiros para manter a empresa expansionista ao longo do século XV, período em que os portugueses ainda estavam distantes das especiarias asiáticas. A construção da fortaleza de São Jorge da Mina, em 1482, centro de tráfico de escravos, consolidou esse projeto. O périplo africano, ou seja, o contorno do continente pelos navegantes lusos, se fortaleceu com a viagem de Bartolomeu Dias em 1488. Responsável por ultrapassar o Cabo das Tormentas, limite sul da África, o navegante português reafirmou a ideia de alcançar a Ásia através da navegação em torno do continente explorado. O motim dos marinheiros após a realização do grande feito, por conta do desejo de retornarem ao reino, impediu o alcance da região das Índias pelos portugueses naquele momento, mas fortaleceu o ideal expansionista, confirmado na troca do

nome do Cabo das Tormentas para Cabo da Boa Esperança pelo rei João II. O coroamento das navegações lusas ocorreu em 1498, com o navegante Vasco da Gama, responsável por alcançar as longínquas regiões de Calicute (atual Índia) e garantir as primeiras especiarias asiáticas através da nova rota. O feito inibiu ainda mais o fragilizado comércio do Mediterrâneo, já que houve elevação dos preços das especiarias após a tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453. A expansão lusa se completou em 1500 com a chegada de Pedro Álvares Cabral ao litoral brasileiro, parte da viagem que levaria de volta os portugueses à região das Índias após o lucrativo empreendimento de Vasco da Gama.

### Expansionismo Espanhol



Representação de Cristóvão Colombo. Seu pioneirismo propiciou à Espanha a formação de um vasto império colonial.

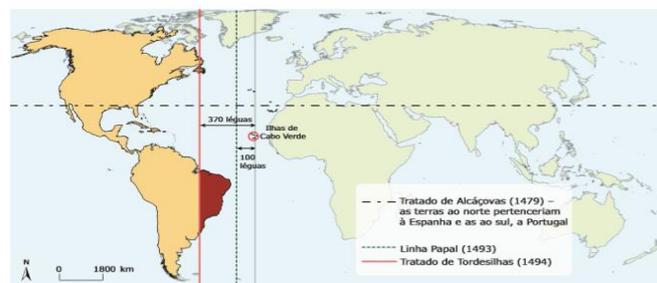
O projeto expansionista não se limitava aos esforços dos portugueses no século XV. A falta de empenho das outras Coroas europeias se justificava pelas demandas internas e externas que buscavam promover a consolidação dos Estados. Enquanto a França e a Inglaterra se digladiavam na Guerra dos Cem Anos, a Espanha se via nos últimos estágios da Guerra de Reconquista. Porém, após o fim desse conflito, em 1492, os Reis Católicos, Isabel e Fernando, se propuseram a dar início ao expansionismo marítimo espanhol, patrocinando o navegante genovês Cristóvão Colombo. O projeto partia de um conceito inovador: a possibilidade de se alcançar as regiões asiáticas através da navegação rumo a oeste, confirmando o princípio da esfericidade da Terra. Partindo de Palos de La Frontera (Huelva, Espanha), Colombo conduziu três embarcações – Santa Maria, Pinta e Nina –, alcançando o continente americano, na ilha das Bahamas, após três meses de viagem. O navegante genovês não compreendeu a grandeza do novo feito, permanecendo convencido de que alcançara a região da Ásia. Após retornar ao solo europeu, a Coroa espanhola iniciou um intenso empenho de garantir o controle das novas regiões. A concessão dos territórios a oeste da linha imaginária da Bula Intercoetera, localizada a 100 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde, pelo papa espanhol Alexandre VI, atendeu plenamente às pretensões espanholas. Porém, a resistência lusitana foi fundamental para a mudança da linha para 370 léguas de Cabo Verde por meio do **Tratado de Tordesilhas** de 1494. Era o início da partilha do mundo pelas potências europeias. A linha de Tordesilhas seria considerada

referência para a ocupação do continente americano até o século XVIII, apesar das explícitas contestações realizadas pelos países excluídos da partilha.

Nesse sentido, destaca-se a exigência do testamento de Adão pelo monarca francês Francisco I, quando, de modo bem-humorado, solicitou às Coroas ibéricas o documento que confirmasse que o primeiro homem que habitou a Terra havia cedido todo o globo para as Coroas de Portugal e Espanha. Essa lúdica contestação veio acompanhada, durante toda a Idade Moderna, de inúmeras incursões de ingleses, franceses e holandeses nas regiões da América.

A Expansão Marítima marcou, desse modo, ao realizar um encontro entre diferentes povos, o início de uma nova era da humanidade. A base europeia do movimento expansionista foi responsável pela irradiação das bases culturais do continente europeu para territórios distantes, notadamente a região da América. A integração econômica também foi fundamental para garantir a hegemonia europeia em detrimento das novas áreas conquistadas, pois a orientação comercial partia do princípio do exclusivo metropolitano. A destruição das nações pré-colombianas, por sua vez, marcou o lado mais sombrio desse expansionismo, no que se refere à indiferença dos europeus frente às complexas civilizações encontradas, ao lado da massificação da mão de obra escrava africana.

### O Tratado de Tordesilhas



As potências ibéricas, pioneiras na expansão marítima, procuram se antecipar às disputas europeias e realizar a sua própria partilha do globo.

### Leitura Complementar

#### Expansões tardias: Inglaterra, França e Holanda

A Inglaterra foi retardatária na constituição de um império colonial em virtude das guerras civis e da agitação religiosa, que atrasaram o processo de consolidação de seu absolutismo.

Até a morte da rainha Elizabeth (1603), a Inglaterra não possuía colônias. Nem por isso deixava de lucrar com o comércio colonial. Devido ao desenvolvimento de suas manufaturas, principalmente de lã, a Inglaterra exportava para os países ibéricos e, por intermédio deles, para a América Ibérica, obtendo, assim, o ouro e a prata de que precisava para desenvolver o seu comércio.

No decorrer do século XVII, a Inglaterra estabeleceu postos avançados nos territórios asiáticos, africanos e americanos. A colonização da costa atlântica da América do Norte e a aquisição da Jamaica (1655) e de outras ilhas espanholas no Caribe permitiram a constituição de um mercado de escravos e de manufaturas, além de fontes produtoras de matérias-primas para a indústria manufatureira inglesa.

A França atrasou-se na Expansão Marítima devido à tardia centralização do poder, dificultada pelas guerras religiosas entre católicos e protestantes calvinistas.

O rei francês Francisco I, quando da assinatura do Tratado de Tordesilhas, disse que não iria aceitá-lo por “desconhecer a cláusula do Testamento de Adão que havia dividido o mundo entre Portugal e Espanha.” [...]

A Holanda libertou-se da Espanha em 1581, passando a chamar-se República das Províncias Unidas. Era uma república de comerciantes, banqueiros e armadores. Os holandeses se dedicavam à criação de gado leiteiro, à fabricação de derivados como manteiga e queijo e à pesca de arenque no Mar do Norte. No século XVII, a maior parte da riqueza nacional baseava-se no comércio marítimo dentro e fora da Europa. A Holanda era então a principal potência naval do mundo.

CÁCERES, Florival. História do Brasil. São Paulo: Moderna.

### Exercícios de Fixação

1. (UFMG) Leia o texto.

E aproximava-se o tempo da chegada das notícias de Portugal sobre a vinda das suas caravelas, e esperava-se essa notícia com muito medo e apreensão; e por causa disso não havia transações, nem de um ducado [...] a feira alemã de Veneza não há muitos negócios. E isto porque os Alemães não querem comprar pelos altos preços correntes, e os mercadores venezianos não querem baixar os preços [...] E na verdade são as trocas tão poucas como se não poderia prever.

DIÁRIO dum mercador veneziano, 1508.

O quadro descrito nesse texto pode ser relacionado à

- comercialização das drogas do sertão e produtos tropicais da colônia do Brasil.
- distribuição, na Europa, da produção açucareira do Nordeste brasileiro.
- importação, pelos portugueses, das especiarias das Índias Orientais.
- participação dos portugueses no tráfico de escravos da Guiné e de Moçambique.

2. (UNESP-SP-2010) A propósito da Expansão Marítimo-comercial europeia dos séculos XV e XVI, pode-se afirmar que

- a Igreja Católica foi contrária à Expansão e não participou da colonização das novas terras.
- os altos custos das navegações empobreceram a burguesia mercantil dos países ibéricos.
- a centralização política fortaleceu-se com o descobrimento das novas terras.
- os europeus pretendiam absorver os princípios religiosos dos povos americanos.

e) os descobrimentos intensificaram o comércio de especiarias no Mar Mediterrâneo.

3. (PUC Minas-2008) A História e a Literatura têm trazido contribuições importantes para compreensão do desenvolvimento das civilizações. Leia o poema “Mar Português”, de Fernando Pessoa, e assinale a afirmativa CORRETA de acordo com o texto.

Ó mar salgado, quanto do teu sal  
São lágrimas de Portugal!  
Por te cruzarmos quantas mães choraram,  
Quantos filhos em vão rezaram!  
Quantas noivas ficaram por casar  
Para que fosses nosso, ó mar!  
Valeu a pena?  
Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.  
Quem quer passar além do Bojador  
Tem que passar além da dor.  
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,  
Mas nele é que espelhou o céu.

a) Refere-se à Expansão Marítima portuguesa durante os séculos XV e XVI, ampliando a esfera política e geográfica do mundo conhecido.

b) Explica o mito fundador da colonização do Novo Mundo a partir da imposição da Coroa portuguesa e de seus aliados espanhóis.

c) Trata-se de uma interpretação idealista da Expansão Marítima portuguesa, criada a partir das ideias mercantilistas inglesas e francesas do século XIX.

d) Critica o modelo histórico que explica o processo de colonização portuguesa em função da mudança do eixo Atlântico para o Mediterrâneo.

4. (UFMG) Sabe-se que Cristóvão Colombo não descobre a América, pois imagina estar chegando à Ásia, à ilha de Cipango [o Japão], perto da costa da China e da corte do Grão-Cã. O que procurava? As “Ilhas Douradas”, Tarsis e Ofir, de onde saíam as fabulosas riquezas que o rei Salomão explorara [...] Aliás, o almirante era um homem obstinado. Convencido de ter chegado ao continente asiático quando desembarcou em Cuba, ele obrigou seus partidários a partilharem de sua ideia fixa.

GRUZINSKI, Serge. A passagem do século. 1480-1520: as origens da globalização. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 21.

Considerando-se as informações desse texto, é correto afirmar que

- a obstinação de Colombo o levou a atingir as remotas regiões do Japão e da China, onde estariam as riquezas que – dizia-se – haviam sido exploradas pelo rei Salomão e pelo Grande Cã.
- a busca das maravilhas relatadas em livros de viagens, desde os tempos medievais, se constituiu em um dos fatores que incentivaram as Grandes Navegações no início dos tempos modernos.
- o desembarque de Colombo em Cuba, na sua segunda viagem, acabou por convencê-lo e a sua frota

de que eles haviam chegado a uma terra ainda por descobrir – possivelmente as famosas “Ilhas Douradas”.  
d) a descoberta da América foi feita por Américo Vespúcio, uma vez que Colombo, de acordo com novos estudos, atingiu, na sua primeira viagem, o continente asiático, onde foram fundadas feitorias.

5. (UFRGS-RS–2007) Durante a Baixa Idade Média, ocorreu em Portugal a denominada Revolução de Avis (1383-1385), que resultou em uma mudança dinástica, cuja principal consequência foi

- o enfraquecimento do poder monárquico diante das pressões localistas que ainda sobreviviam nas pequenas circunscrições territoriais do reino.
- o surgimento de uma burguesia industrial cosmopolita e afinada com a mentalidade capitalista que se instaura na Europa.
- o início das Grandes Navegações marítimas, que resultaram no descobrimento da América e no reconhecimento da Oceania pelos lusitanos.
- o início do processo de expansão ultramarina, que levaria às conquistas no Oriente, além da ocupação e do desenvolvimento econômico da América Portuguesa.
- o surgimento de uma aristocracia completamente independente do Estado, que tinha como projeto político mais relevante a expansão do ideal cruzadista.

### Exercícios Propostos

1. (UFPI–2008) Sobre a Expansão Marítima europeia nos séculos XV e XVI, podemos afirmar que

- teve, na Batalha de Poitiers, marco inicial da Reconquista da Península Ibérica pelos europeus, o ponto de partida.
- teve, na procura por mercados consumidores para os produtos manufaturados europeus, a principal motivação inicial.
- foi iniciada por navegantes de origem holandesa, que, desde o século XIII, trafegavam pelo Mar Mediterrâneo e por rotas atlânticas nas costas africanas.
- a constituição dos Estados de tipo moderno, aliada às necessidades de procura por metais preciosos, e de rotas alternativas para o intercâmbio comercial entre o Oriente e o Ocidente foram fatores centrais para desencadear a Expansão Marítima.
- teve, no acelerado crescimento demográfico dos séculos XIII, XIV e XV, um fator motivador, pois a procura por novos territórios, para diminuir as pressões por terras cultiváveis na Europa, era urgente.

2. (FUVEST-SP–2008) Os cosmógrafos e navegadores de Portugal e Espanha procuram situar estas costas e ilhas da maneira mais conveniente aos seus propósitos. Os espanhóis situam-nas mais para o Oriente, de forma a parecer que pertencem ao imperador (Carlos V); os portugueses, por sua vez, situam-nas mais para o Ocidente, pois deste modo entrariam em sua jurisdição.

CARTA de Robert Thorne, comerciante inglês, ao rei Henrique VIII, em 1527.

O texto remete diretamente

- à competição entre os países europeus retardatários na corrida pelos descobrimentos.
- aos esforços dos cartógrafos para mapear com precisão as novas descobertas.
- ao duplo papel da Marinha da Inglaterra, ao mesmo tempo mercantil e corsária.
- às disputas entre países europeus, decorrentes do Tratado de Tordesilhas.
- à aliança das duas Coroas ibéricas na exploração marítima.

3. (UFPR–2008) Observe a imagem do mapa de Waldseemüller e leia o texto a seguir.



Este mapa é de fundamental significação na história da cartografia. Sintetizou a revolução dos vinte anos precedentes na geografia e ampliou a imagem contemporânea do mundo, proporcionando uma visão essencialmente nova do mesmo. [...] Seu histórico é conhecido indubitavelmente a partir do tratado geográfico ‘Cosmographiae Introductio’ que acompanhou sua publicação em 1507. [...] Este mapa tem uma importância histórica única. Nele, o Novo Mundo recebe o nome de América pela primeira vez. Colombo aparentemente nunca abandonou sua convicção de que as ilhas das Índias Ocidentais que descobriu eram próximas à costa leste da Ásia. Vespúcio, entretanto, descobriu a verdade, ou seja, que era um novo mundo. Waldseemüller aceitou esta visão e propôs – para honrar Vespúcio – conceder seu nome à nova terra.

WHITFIELD, Peter. The image of the world: 20 Centuries of World Maps. San Francisco: Pomegranate Artbooks & British Library, 1994. p. 48-49.

Com base no mapa, no texto e nos conhecimentos sobre a epopeia dos descobrimentos na época moderna, é correto afirmar:

- O mapa de Waldseemüller foi elaborado para reforçar a concepção bastante difundida durante a Idade Média de que a Terra era plana, contribuindo assim para afirmar a tese da impossibilidade de atingir o Oriente navegando para o Ocidente.
- O uso da expressão “descoberta da América”, para designar o ocorrido em 1492, revela uma construção a posteriori da historiografia, que assim estabelece uma representação simbólica da presença europeia no continente pela primeira vez na Era Moderna.
- Afirmar que Vespúcio foi o responsável pela “descoberta do Novo Mundo” significa evidenciar um traço da mentalidade greco-romana da Antiguidade, que

prescrevia a experimentação científica como método para obter o conhecimento da verdade das coisas.

d) A verificação empírica da verdade dos “descobrimientos” possibilitou, ao longo do século XVI, uma nova epistemologia para as ciências humanas, que passou a fundar-se no testemunho direto dos acontecimentos como critério para o estabelecimento dos fatos.

e) Pelo relato sobre os “descobrimientos”, explicitado no texto, fica evidente que havia, no período da publicação do mapa de Waldseemüller, uma nítida separação entre a perspectiva de análise geográfico-cartográfica e a abordagem histórica dos eventos da Expansão Marítima.

4. (UFPI–2007) Sobre a Expansão Marítima e Comercial europeia (séculos XV e XVI), assinale a alternativa correta.

a) A Espanha, em parceria com a França, dominou as rotas comerciais entre a América do Norte e a Europa.

b) A Holanda, já no século XVI, impôs seu domínio marítimo e comercial, frente à Inglaterra, na América do Sul.

c) A França, devido ao uso de expedições militares, controlou o comércio de especiarias no litoral da América Portuguesa.

d) Portugal, ao assinar o Tratado de Tordesilhas com a Espanha, buscava garantir a exploração das terras localizadas no Atlântico Sul.

e) A Inglaterra, a partir da chegada de Cristóvão Colombo ao Novo Mundo, firmou-se como a nação hegemônica, nas rotas comerciais entre a América Central e a Europa.

5. (UEL-PR–2007) Sobre a Expansão Marítima ibérica da época dos descobrimientos, é correto afirmar que

a) ocorreu de maneira pacífica, com a colonização e povoamento das Américas.

b) fundamentou a expansão do capitalismo mercantil, acompanhado pelas missões.

c) acabou com o comércio mediterrânico, concentrando-se tão somente no Atlântico.

d) fortaleceu as cidades-estado italianas, tradicionais no comércio mercantil.

e) concedeu cidadania aos súditos que emigrassem para as colônias de Além-Mar.

6. (PUC Minas) Em meio a grave conflito diplomático, em 1494, foi assinado o famoso Tratado de Tordesilhas para “dividir o mundo descoberto ou por descobrir” entre Portugal e Espanha. A partilha do mundo ultramarino, assegurada com esse acordo, garantia à Coroa Portuguesa

a) a conquista de Ceuta no norte da África, ponto comercial importante, visando ao abastecimento de produtos para o mercado português.

b) a posse do Atlântico afro-brasileiro, dando continuidade à expansão lusa incentivada pelo rei D. João II, concretizada no reinado de D. Manuel.

c) o controle sobre todo o continente sul-americano, onde os portugueses esperavam encontrar os metais preciosos, antes dos espanhóis.

d) o desbravamento da região amazônica através de expedições, já que os portugueses acreditavam encontrar ali o tão sonhado Eldorado.

7. (UFRGS / Adaptado) Nos primórdios da modernidade, os conquistadores, missionários e comerciantes europeus ocidentais trouxeram ao conhecimento do Velho Mundo a existência de vastos territórios inexplorados, inaugurando uma nova era de abertura e unificação de mercados. Entre outras razões dessa expansão geográfica, é correto citar

a) o aumento excessivo da população, que começou a se constituir ininterruptamente a partir do século XIV e provocou a busca de novas terras de colonização e exploração.

b) o crescimento da economia nos séculos XIV e XV, que levou os europeus a procurarem novos mercados.

c) a expansão dos turcos otomanos, com a tomada de Constantinopla, o que dificultou, de forma considerável, a passagem terrestre da Europa para o Oriente.

d) o teocentrismo e a escolástica, que estimulavam os homens em sua curiosidade por novas culturas e novas religiões.

e) a pretensão dos europeus de exercer o controle comercial e militar no Mediterrâneo.

7. (PUC Rio–2007) Na época moderna, as narrativas de cronistas, viajantes, missionários e naturalistas, representaram o Novo Mundo ora como paraíso ora como inferno. Qual das afirmativas a seguir não se encontra corretamente identificada com essa ideia?

a) No imaginário europeu sobre o Novo Mundo, havia constantes referências à beleza e grandiosidade da natureza, o que possibilitava-lhe conferir quase sempre positividade e singularidade.

b) O Novo Mundo era visto como o lugar para a concretização dos antigos mitos do paraíso terrestre e do Eldorado, através dos quais a natureza exuberante garantia a promessa de riqueza.

c) Os homens que habitavam o Novo Mundo eram quase sempre vistos como bárbaros, selvagens, inferiores e portadores de uma humanidade inviável.

d) A visão do Novo Mundo foi filtrada pelos relatos de viagens fantásticas, de terras longínquas e de homens monstruosos que habitavam os confins do mundo conhecido até então no ocidente medieval.

e) Na percepção e representação do Novo Mundo, os relatos orais dos primeiros descobridores ocuparam um lugar central por associá-lo exclusivamente ao inferno.

9. (PUC Minas) Sobre o expansionismo ultramarino europeu, entre os séculos XV-XVII, é correto afirmar, exceto:

a) A tomada de Constantinopla pelos turcos e a segunda conquista de Ceuta pelos portugueses são os marcos iniciais da expansão.

- b) Os descobrimentos e a colonização das terras do Novo Mundo constituíram-se um desdobramento da expansão comercial.
- c) O fluxo de metais preciosos das áreas coloniais, principalmente ouro e prata, contribuiu para a superação da crise econômica europeia.
- d) O deslocamento do eixo econômico do Mediterrâneo para o Atlântico contribuiu para a ampliação das fronteiras geográficas.
- e) A consolidação dos Estados Nacionais e a absolutização dos regimes europeus têm relação também com os efeitos das viagens ultramarinas.

10. (UFG–2008) Leia o texto. Colombo fala dos homens que vê unicamente porque estes, afinal, também fazem parte da paisagem. Suas menções aos habitantes das ilhas aparecem sempre no meio de anotações sobre a natureza, em algum lugar entre os pássaros e as árvores.

TODOROV, Tzvetan. A conquista da América: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 33.

A passagem anterior ressalta que a atitude de Colombo decorre de seu olhar em relação ao outro. Essa posição, expressa nas crônicas da Conquista, pode ser traduzida pela

- a) interpretação positiva do outro, associando-a à preservação da natureza.
- b) identificação com o outro, possibilitando uma atitude de reconhecimento e inclusão.
- c) universalização dos valores ocidentais, hierarquizando as formas de relação com o outro.
- d) compreensão do universo de significações do outro, permitindo suas manifestações religiosas.
- e) desnaturalização da cultura do outro, valorizando seu código linguístico.

11. (UEL-PR–2007) Leia o texto a seguir.

Ora se há coisa que se deve temer, depois de ofender a Deus, não quero dizer que não seja a morte. Não quero entrar em disputa com Sócrates e os acadêmicos; a morte não é má em si, a morte não deve ser temida. Digo que essa espécie de morte por naufrágio, ou então nada mais, é de ser temida. Pois, como diz a sentença de Homero, coisa triste, aborrecida e desnaturada é morrer no mar.

RABELAIS, F. Gargântua e Pantagruel. 2. vol. Tradução de David Jardim Jr. BH/RJ, Vila Rica, 1991. Livro IV. Cap. XXI (Adaptação).

Com base no texto, é correto afirmar que

- a) a morte natural ou em terra era a coisa mais triste e aborrecida que a morte no mar.
- b) a morte por naufrágio não era vista como uma morte desnaturada.
- c) os navegadores seguiam a sentença de Homero, ou seja, feliz daquele que encontra a sepultura nas águas marítimas.
- d) o encontro com a morte no mar suscitava muito pavor.
- e) a “boa morte” era aquela que ocorria no mar.

12. (UFRRJ) Leia o texto adiante sobre a Expansão Comercial e Marítima portuguesa e, com base nele,

responda às questões a seguir. Em 1498, o português Vasco da Gama consegue chegar a Calicute, nas Índias, contornando o Cabo da Boa Esperança. Em seguida, as frotas portuguesas procuraram estabelecer um maior controle do Oceano Índico. À medida que as rotas de navegação se consolidam, Portugal centraliza o comércio das especiarias alterando o papel a ser desempenhado pelas cidades de Gênova e Veneza.

THEODORO, J. Descobrimientos e Renascimento. São Paulo: Contexto, 1991. p. 20.

- a) Mencione duas razões que explicam o pioneirismo português nas navegações e descobrimentos dos séculos XV e XVI.

---

---

---

---

---

---

- b) Estabeleça uma relação entre práticas mercantilistas e a assim chamada Expansão Comercial e Marítima.

---

---

---

---

---

---

12. (UERJ) As Grandes Navegações dos séculos XV e XVI possibilitaram a exploração do Oceano Atlântico, conhecido, à época, como Mar Tenebroso. Como resultado, um novo movimento penetrava nesse mundo de universos separados, dando início a um processo que foi considerado por alguns historiadores uma primeira globalização e no qual coube aos portugueses e espanhóis um papel de vanguarda.

- a) Apresente o motivo que levou historiadores a considerarem as Grandes Navegações uma primeira globalização.

---

---

---

---

---

---

- b) Aponte dois fatores que contribuíram para o pioneirismo de Portugal e Espanha nas Grandes Navegações.

---

---

---

---

---

---

14. (UERJ) Ao chegar a Calicute, em 1498, o navegador português Vasco da Gama aguardou que embarcações locais se aproximassem das naus e mandou um membro da tripulação para terra, o degredado João Nunes. Este encontrou no porto dois

comerciantes tunisinos, que sabiam falar castelhano e genovês, travando o seguinte diálogo, registrado por um português anônimo: – Ao diabo que te dou; quem te trouxe cá? E perguntaram-lhe o que vínhamos buscar tão longe. E ele respondeu: – Vimos buscar cristãos e especiaria.

VILLIERS, John. Vasco da Gama, o Preste João das índias e os cristãos de São Tomé. In: Oceanos: Vasco da Gama. Lisboa, 1998 (Adaptação).

a) Justifique por que “buscar especiaria” foi uma importante motivação econômica da Expansão Marítima portuguesa.

---

---

---

---

---

b) Identifique duas ações voltadas para a expansão da fé cristã, que tenham sido empreendidas pelos portugueses nos seus domínios coloniais.

---

---

---

---

---

### Seção ENEM

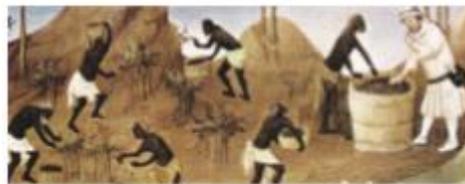
1. (Enem–2007) A identidade negra não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre populações negras e brancas e (ou) negras e amarelas. Ela resulta de um longo processo histórico que começa com o descobrimento, no século XV, do continente africano e de seus habitantes pelos navegadores portugueses, descobrimento esse que abriu o caminho às relações mercantilistas com a África, ao tráfico negreiro, à escravidão e, enfim, à colonização do continente africano e de seus povos.

Munanga, K. Algumas considerações sobre a diversidade e a identidade negra no Brasil. In: Diversidade na educação: reflexões e experiências. Brasília: SEMTEC/MEC, 2003. p. 37.

Com relação ao assunto tratado no texto, é correto afirmar que

- a) a colonização da África pelos europeus foi simultânea ao descobrimento desse continente.
- b) a existência de lucrativo comércio na África levou os portugueses a desenvolverem esse continente.
- c) o surgimento do tráfico negreiro foi posterior ao início da escravidão no Brasil.
- d) a exploração da África decorreu do movimento de expansão europeia do início da Idade Moderna.
- e) a colonização da África antecedeu as relações comerciais entre esse continente e a Europa.

### Texto 1



Produção de pimenta na ilha de Java. Imagem extraída do Livro das Maravilhas, de Marco Polo.

[...] fizera-se fazer um belíssimo jardim, com todos os frutos e árvores que soubera encontrar e, ao redor daqueles, diversos e vários palácios e casas, adornados com trabalhos em ouro, pinturas, e equipados com tecidos de seda.

POLO, Marco. Livro das maravilhas. Porto Alegre: L&PM, 1996.

Os textos anteriores ressaltam as aventuras e visões do famoso Marco Polo, que, segundo a tradição, partiu em viagem para a Ásia em 1272 acompanhado de seu pai Niccolo, e seu tio, Maffeo. Durante décadas, esse viajante conheceria e registraria os povos e as culturas distantes, viajando para várias regiões, como Índia e Pérsia. No século XV, as narrativas de Marco Polo foram retomadas e se tornaram fundamentais, pois

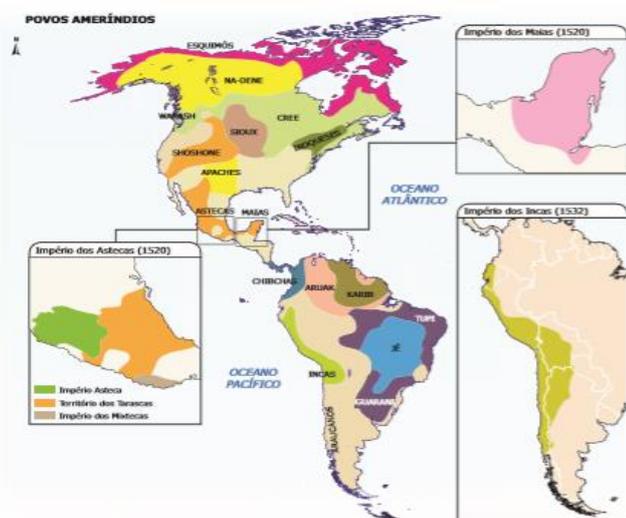
- a) suas histórias foram reproduzidas pelos pintores da Renascença que tinham o intuito de ressaltar a cultura oriental.
- b) os fatos ocorridos em outras regiões do mundo reafirmaram o temor das heresias pela Igreja, favorecendo a ação da Inquisição.
- c) os detalhes presentes na narrativa do viajante incentivaram navegadores, como Cristóvão Colombo, a reproduzir os grandes feitos medievais.
- d) as notícias de outras partes do mundo reafirmavam a ideia de um planeta globalizado e cada vez mais integrado.
- e) as informações contidas nesses documentos deturpavam a ideia teocêntrica defendida pela Igreja Católica.

## América Espanhola

A chegada de Cristóvão Colombo à América no ano de 1492 instigou as nações ibéricas ao projeto de exploração do Novo Continente, sem dimensionar, no entanto, a gigantesca influência econômica, social e cultural que as chamadas índias Ocidentais poderiam provocar no Velho Mundo.

Uma das mais extraordinárias experiências foi o contato com as civilizações pré-colombianas, marcadas por traços culturais profundamente distintos dos povos europeus, mas capazes de apresentar níveis de desenvolvimento que provocam admiração e curiosidade até os dias de hoje.

Entre as inúmeras comunidades indígenas, destacam-se as Altas Culturas mesoamericanas (Astecas e Maias) e os povos que habitaram a região dos Andes (incas).



### Astecas

Representantes da mais poderosa civilização mesoamericana, quando da chegada dos europeus na América, os Astecas se desenvolveram em torno do lago Texcoco. Esse era o local onde se situava a capital do Império, Tenochtitlán, região da atual Cidade do México, que na época chegou a abrigar 200 000 habitantes. Apresentando uma religião politeísta e mediada por sacrifícios humanos, os astecas empreendiam o culto aos deuses Quetzalcoatl (serpente emplumada), Huitzilopochtli (deus da guerra) e Tlaloc (deus da chuva). O centro político do Império chefiado por Montezuma, rei dos astecas no contexto da chegada dos espanhóis, era caracterizado por traços arquitetônicos complexos, com utilização de pontes e sistema de canalização de água, até então ausentes na maioria das cidades europeias. As práticas agrícolas eram a base do sistema econômico, sendo construídas por chinampas – ilhas artificiais – que serviam ao cultivo de hortaliças. Desenvolvia-se nesses locais o plantio de milho, feijão, melão, pimenta, algodão e cacau, este último utilizado para a produção do chocolate. Promovia-se também a criação do cachorro e do peru. O comércio com as regiões mais longínquas do Império era intenso, sendo utilizada a semente de cacau

como instrumento financeiro para facilitar as trocas, visto que servia como complemento para as negociações com mercadorias que apresentavam valores distintos. Os Astecas eram conhecedores das práticas de metalurgia, utilizando o ouro e a prata apenas como ornamentos, excluindo-os

da função monetária, situação que era comum a todos os povos pré-colombianos. O artesanato, a cerâmica, a tecelagem, a arquitetura e a escultura apresentavam notável complexidade. Essa civilização desenvolveu, ainda, a escrita pictórica, além de ter apresentado grande conhecimento de Matemática e de Astronomia, o que possibilitou a criação de um complexo e preciso calendário. A sociedade era hierarquizada, presidida por um governante supremo, divinizado, que conduzia uma aristocracia composta de chefes militares, sacerdotes e altos funcionários do Estado. Os grupos privilegiados eram seguidos de artesãos da elite, comerciantes, camponeses e escravos. Estes eram vendidos pelos pais, sofriam punições por crimes ou eram capturados nas guerras.

### Incás

Localizado ao longo da Cordilheira dos Andes, o Império Inca atingia uma extensão que alcançava as atuais regiões do Equador, do Peru, da Bolívia e do Chile.

A condução de tão ampla área ficava a cargo do imperador inca, tratado como divindade e como representação terrena do deus Sol.

Os Incas praticavam o politeísmo, porém sem as práticas de sacrifícios humanos que caracterizavam os Astecas.

O desenvolvimento agrícola foi marcado pelo uso de terraços nas áreas de encosta, devido ao traçado montanhoso da região, com sofisticados canais, aquedutos e represas. Plantava-se batata, milho, algodão, abacate e mandioca. Além do porquinho-da-índia, criava-se a lhama, fundamental para a alimentação e para o transporte. O conhecimento do artesanato permitia o trabalho em cerâmica, prata e ouro, que impressionaram os primeiros europeus que chegaram à região, saqueadores de grande parte dessa riqueza. As estradas e as pontes ligavam os principais centros do Império, com destaque para as cidades de Cuzco e Machu Picchu. A sociedade hierarquizada era conduzida pelo inca, o imperador, e por sua família, acompanhados por um grupo composto de altos funcionários e sacerdotes. A aristocracia dominava os chefes locais (curacas), juízes e comandantes militares, que, por sua vez, controlavam o restante da população, composto de uma camada média, de camponeses e de escravos.

### Maias

A mais brilhante civilização mesoamericana já estava desaparecida quando da chegada dos europeus no início do século XVI. Localizados na região da Península de

Yucatán, os Maias apresentavam cidades com estruturas políticas autônomas, como Palenque e Yaxchilán. A sociedade era dirigida por uma nobreza composta de guerreiros e de administradores, que contavam com o apoio de sacerdotes para dominar a população camponesa e os escravos.



Ruínas de Chichen Itzá. Exemplo da grandiosidade cultural dos povos ameríndios

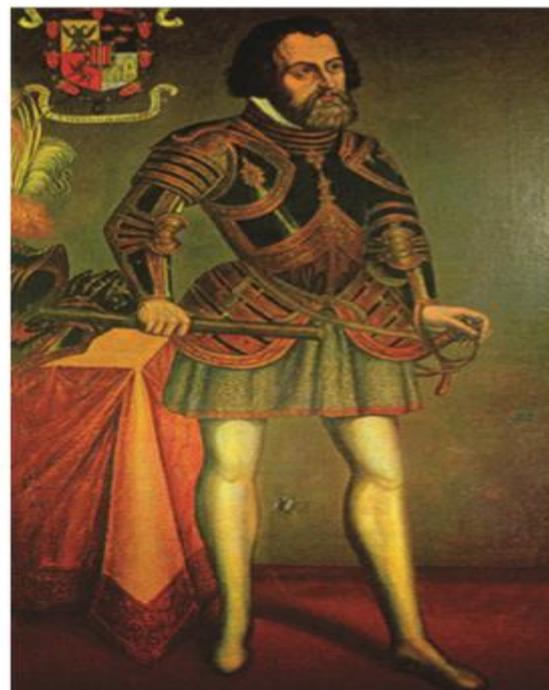
No âmbito da ciência, os Maias se notabilizaram pelo desenvolvimento da Matemática e da Astronomia, que originou um complexo calendário cíclico organizado em períodos de 52 anos. O avanço nesse setor era tão extenso que permitia o acompanhamento de eclipses solares e de movimentos planetários.

Essa civilização desenvolveu a escrita hieroglífica e, em termos econômicos, realizava o cultivo de milho, algodão, feijão, tomate, batata e cacau. Não há registro do desenvolvimento de pecuária, porém era realizado um importante comércio de troca.

Seguindo o traço comum das civilizações pré-colombianas, os Maias eram politeístas. Diferentemente dos Incas e dos Astecas, destruídos pela ocupação espanhola, os Maias declinaram em torno do ano 900 d.C., com o esvaziamento de seus principais núcleos, sem a existência de uma tese definitiva para explicar esse processo migratório. Parte da cultura maia acabou sendo apropriada por outros grupos mesoamericanos, como os toltecas, que migraram para a região de Yucatán. Estes criaram o Novo Império Maia, tendo a extraordinária cidade de Chichen Itzá como núcleo irradiador desse novo período. O declínio completo dessa região ocorreu em torno do ano de 1200 d.C., possivelmente por disputas políticas internas.

## A Conquista

Apesar de patrocinar a viagem que levou à chegada na América e de empreender esforços diplomáticos para garantir o controle das novas terras, a Coroa espanhola não investiu recursos financeiros no processo inicial de Conquista.



Hernán Cortez. A partir de sua conquista sobre o Império Asteca, a Espanha ascendeu à condição de potência colonial e os povos indígenas foram submetidos à dominação e ao trabalho compulsório.

O comprometimento com as questões políticas europeias impediu os monarcas Fernando de Castela e Carlos V, reis do período da Conquista, de deslocarem recursos públicos no projeto de domínio das chamadas Índias Ocidentais.

A criação do sistema de capitulações, nesse contexto, mostrou-se eficiente em solucionar os problemas referentes à América. Esse sistema foi marcado pela concessão do direito de exploração das novas regiões para um explorador particular, responsável por todos os recursos a serem despendidos no processo de Conquista.

O contratante das capitulações teria, em contrapartida, o direito vitalício de exploração das novas terras, o controle das cidades fundadas e o comando das jurisdições civil e criminal, além de empreender o processo de evangelização dos gentios.

Dentro das obrigações dos primeiros exploradores, ficava o importante encargo do pagamento do quinto, ou seja, 20% de toda a riqueza saqueada dos povos nativos. Além disso, o explorador deveria conceder o monopólio de exploração das áreas fornecedoras de minerais preciosos ao governo metropolitano.

Caso conseguisse obter sucesso no projeto de Conquista, adquiriria o título de adelantado, expressão utilizada na Espanha para designar os líderes militares que, em nome do rei, comandavam as regiões dominadas na luta de Reconquista.

Esses primeiros conquistadores eram, em sua maioria, fidalgos da pequena nobreza e populares, sedentos de riquezas, de títulos e de terras. O primeiro adelantado foi Cristóvão Colombo, quando lhe foi concedida a capitulação de Santa Fé. Porém, os que mais se destacaram na exploração do Novo Mundo foram Hernán Cortez e Francisco Pizarro, conquistadores dos impérios Asteca e Inca, respectivamente.

O processo de dominação das comunidades indígenas, apesar da profunda resistência empreendida pelos nativos, mostrou-se relativamente bem-sucedido. Alguns fatores justificam o sucesso dos espanhóis:

✓ **Superioridade bélica:** O uso de armas de fogo e de armaduras facilitou a dominação sobre os indígenas, que não possuíam sofisticação bélica nos moldes europeus.

✓ **Uso da cavalaria:** Além da fácil mobilidade, os cavalos eram desconhecidos pelos povos americanos, causando espanto e terror. Estes chegavam a crer que cavaleiro e cavalo compunham um só corpo, ficando estupefatos quando os espanhóis se deslocavam independentes de seus animais.

✓ **Crenças e presságios:** Muitos espanhóis foram confundidos com deuses esperados pelos povos nativos, como ocorreu com Cortez no domínio dos Astecas. Além disso, as profecias que noticiavam calamidades entre os ameríndios acabaram por enfraquecer o moral dos nativos na luta de resistência contra os invasores.

✓ **Doenças:** Responsáveis pelo extermínio de centenas de milhares de índios, as doenças europeias, como a varíola, contribuíram para o processo de domínio, mesmo não fazendo parte do projeto inicial de Conquista.

A violência exercida pelos primeiros conquistadores foi responsável pelo abalo das estruturas políticas, sociais e religiosas dos ameríndios. O domínio espanhol foi marcado por uma clara imposição dos elementos socioculturais europeus, com destaque para a transferência da fé católica para o Novo Mundo. Isso se deu por meio do rápido erguimento de igrejas e pelas missões jesuítas, responsáveis pela evangelização dos gentios nas regiões mais longínquas da América Ibérica.



Representação da violência espanhola no trato com as comunidades indígenas, em convergência com as denúncias efetuadas por Las Casas.

A sobreposição de Nossa Senhora de Guadalupe sobre o mito da serpente emplumada Quetzalcoatl, por exemplo, assinala o esforço do domínio cristão nas novas regiões conquistadas.

Após a descoberta das primeiras jazidas de prata na região do Alto Peru, a Coroa espanhola optou por assumir um controle maior da região colonial da América, retirando os poderes concedidos aos adelantados e impondo complexas estruturas administrativas.

## Administração Colonial

### Colonização Espanhola na América



Organização administrativa estabelecida pela Coroa espanhola para seus territórios coloniais.

As orientações político-econômicas do Novo Mundo partiam da Espanha por meio de dois importantes órgãos criados no início do século XVI:

✓ **Casa de Contratación** (1503): Sediada inicialmente em Sevilha, sua função principal era direcionar os aspectos administrativo-econômicos do Novo Mundo, com ênfase no recolhimento tributário, que garantiria o cumprimento do ideal mercantilista da Coroa espanhola.

Nesse sentido, uma das primeiras medidas foi o estabelecimento do sistema de frotas, em que os navios se deslocavam de seis em seis meses para as áreas portuárias, evitando as ações dos piratas e os desvios de recursos.

A política de porto único também contribuía para tal fim, com a utilização apenas do porto de Sevilha como base para o desembarque de navios oriundos do continente americano.

Apenas em 1717, o porto de Cadiz passou a assumir o controle da navegação, visto que para lá foi transferida a sede da Casa de Contratación.

O ciclo antilhano apresentou curta duração, mas foi intensificada a exploração mineral na área das minas localizadas nos vice-reinos do Peru e da Nova Espanha. A região de Potosí (atual Bolívia), responsável pelo fornecimento de uma quantidade gigantesca de prata, destacou-se de tal modo que a exploração se manteve nessa região até a segunda metade do século XVII.

Segundo os cálculos realizados pelo historiador Pierre Vilar, somente entre os anos de 1551 e 1560, entraram na Casa de Contratación, em Sevilha, 122 028 kg de ouro e 16 179 638 kg de prata oriundos das minas americanas.

Essa riqueza provocou a atração maciça de milhares de espanhóis para o território colonial, que se tornou um universo profundamente urbano e sofisticado para os padrões do século XVI.

A ampliação dos recursos minerais circulantes na Península Ibérica por meio da exploração colonial acarretou um processo inflacionário conhecido como revolução dos Preços, que afetou tanto a Espanha quanto outros países da Europa.

A entrada de grande quantidade de recursos financeiros nos cofres espanhóis também colaborou para a consolidação de sua hegemonia no século XVI.

A base da mão de obra na atividade de mineração, tanto no Peru quanto no México, foi indígena, por meio do sistema de mita, que se orientava pela exploração temporária de certo número de nativos. Estes eram escolhidos por meio de um sorteio, sendo remunerados com recursos de subsistência e moedas, o que era fundamental para manter o pagamento de tributos ao Estado e à Igreja.

Esse tipo de trabalho era utilizado em vários afazeres, porém, manteve-se predominante na região das minas.

É interessante observar que essa modalidade de trabalho não se originou na Espanha. Trata-se de uma relação já existente entre os povos indígenas e que foi adaptada aos interesses dos invasores hispânicos. Assim, justifica-se a variação de termos para designar essa atividade, sendo chamada de mita no Peru e cuatequil no México.

#### Agricultura

O setor agrícola pode ser compreendido por duas estruturas. Na região da América Central e das Antilhas, predominou a agricultura de exportação de variadas culturas, com destaque para a cana-de-açúcar e para o tabaco.

Com mão de obra predominantemente escrava, de origem africana, essa atividade se desenvolveu com plenitude a partir da segunda metade do século XVII, no contexto da crise da mineração no Império espanhol. Já na região continental, predominou a existência de fazendas voltadas para o mercado interno, conhecidas por haciendas. Controlado pelos espanhóis e por seus descendentes, esse modelo agrícola se unia às fazendas de pecuária – estâncias – no projeto de fornecimento de alimentos para uma sociedade cada vez mais numerosa.

**Sociedade**  
As estruturas sociais da América Espanhola reproduziam o modelo de domínio econômico vigente na região.

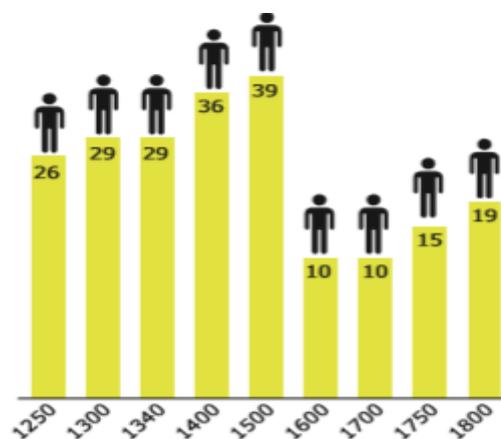
Os espanhóis, tratados por chapetones ou guachupines, exerciam as importantes funções administrativas no Novo Mundo.

Seus descendentes nascidos na América, conhecidos por criollos, eram herdeiros do poder econômico dos chapetones, mas não podiam atuar nas ações políticas de grande relevância para a metrópole, limitando sua influência nas estruturas administrativas regionais, como os cabildos.

Esse fato justifica o apoio da elite econômica branca ao processo de independência a partir do final do século XVIII. Os mestiços, em sua maioria resultantes da integração de brancos com índios, atuavam nas atividades intermediárias entre a elite de sangue espanhol e a massa indígena e escrava. Cabe destacar o esforço do Estado espanhol para evitar a miscigenação

na América. Conhecida como política de pureza de sangue, esta foi mais eficaz nessa área de colonização do que em outros territórios, como no caso da América Portuguesa.

#### Evolução da população das Américas 1250-1800 (em milhões de habitantes)



ROMANO, Ruggiero. *Coyunturas Opuestas (la crisis del siglo XVII en Europa y en América)*. México-DF: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 39.

Amostragem do impacto da conquista europeia para a população ameríndia, drasticamente reduzida.

Os indígenas e os escravos africanos compunham a população marginalizada e sujeita à exploração dos grupos privilegiados, enquadrados como força de trabalho para o enriquecimento da aristocracia.

Cabe ressaltar que o trabalho escravo africano predominou na região das Antilhas, sendo o território abastecido por outras potências metropolitanas autorizadas a vender cativos para as colônias espanholas, direito esse conhecido como o direito de asiento. Esse tipo de concessão gerou disputas entre as potências europeias, tendo em vista a elevada lucratividade oriunda do tráfico de escravos.

#### Reformas Bourbonicas

No século XVIII, o monarca Carlos III (1759-1788) percebeu a necessidade de redefinir algumas regras de controle das áreas coloniais, a fim de reduzir a influência estrangeira via contrabando e de racionalizar as estruturas administrativas da região. Eram as chamadas reformas bourbonicas, responsáveis pelas seguintes mudanças:

- ✓ Suspensão da política de porto único e eliminação do sistema de frotas mediante a abertura gradativa de novos portos para o comércio colonial, tanto no Novo Mundo quanto na Espanha. Essas medidas visavam dinamizar o comércio e favorecer, diretamente, a burguesia metropolitana e, indiretamente, a Coroa espanhola.
- ✓ Permissão para o comércio intercolonial.
- ✓ Criação do correio marítimo, que permitiria uma melhor comunicação entre Espanha e América.
- ✓ Aumento de impostos, possibilitando o devido controle.

✓ Redução da força dos cabildos e nomeação de peninsulares para as Audiências, melhor fiscalizando as articulações locais que pudessem favorecer atividades contrabandistas.

As Reformas Bourbônicas intensificaram o espírito emancipacionista, que começava a reinar em toda a América no final do século XVIII, estimulando a ruptura definitiva com a metrópole ainda nas primeiras décadas do século seguinte.

## Leitura Complementar

### Abusos dos colonizadores espanhóis

Aqueles que foram de Espanha para esses países (e se têm na conta de cristãos) usaram de duas maneiras gerais e principais para extirpar da face da terra aquelas míseras nações. Uma foi a guerra injusta, cruel, tirânica e sangrenta. Outra foi matar todos aqueles que podiam ainda respirar ou suspirar e pensar em recobrar a liberdade ou subtrair-se aos tormentos que suportam, como fazem todos os Senhores naturais e os homens valorosos e fortes; pois comumente na guerra não deixam viver senão as crianças e as mulheres: e depois oprimem-nos com a mais horrível e áspera servidão a que jamais tenham submetido homens ou animais.

LAS CASAS, Frei Bartolomeu de. O paraíso destruído: brevíssima relação da destruição das Índias [1552]. Porto Alegre: L&PM, 2001.

## Exercícios de Fixação

1. (UFMG) Leia estes trechos em que se trata das relações de trabalho nas colônias espanholas da América:

I. As aldeias eram distribuídas entre os conquistadores, “que passavam a explorar-lhes o sobretabalho sem, contudo, escravizar os índios. [...] podiam exigir tributos em gêneros [...] ou prestações de trabalho [...]” Os colonizadores deveriam, em contrapartida, defender as aldeias e evangelizar os índios.

II. Cada comunidade deveria fornecer, periodicamente, uma quantidade de trabalhadores para as atividades coloniais [principalmente nas minas]. [...] Pelo trabalho [...], os índios deveriam receber um salário, parte do qual obrigatoriamente em moeda (ou metal), a fim de que pudessem pagar o tributo régio.

III. “Na hacienda, praticou-se, largamente, o sistema de endividamento de trabalhadores, a fim de retê-los na propriedade. [...] o trabalhador recebia como salário um crédito na tienda de raya (onde retirava alimentos, roupas, etc.), além de um lote mínimo de subsistência.” VAINFAS, Ronaldo. Economia e sociedade na América Espanhola. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 61-64.

Considerando-se as formas de exploração do trabalho indígena neles descritas, os trechos I, II e III referem-se, respectivamente, a

- peonaje, ejidos e plantation.
- ayllu, plantation e obrajes.
- encomienda, mita e peonaje.
- obrajes, ayllu e ejidos.

2. (UFMG) Leia este trecho:

[...] não somos índios nem europeus, mas uma espécie intermediária entre os legítimos proprietários do continente e os usurpadores espanhóis: em suma, sendo americanos por nascimento e nossos direitos os da Europa, temos de disputar estes aos do país e mantermo-nos nele contra a invasão dos invasores – encontramos-nos, assim, na situação mais extraordinária e complicada.

BOLÍVAR, Simón. Carta de Jamaica, 1815.

Ao escrever esse texto, o autor refere-se à situação ambígua dos

- criollos, formados na tradição europeia, mas identificados com o Novo Continente.
- escravos negros americanos, que perderam seus laços culturais com a África.
- mulatos libertos nascidos na América, divididos entre diferentes tradições culturais.
- cholos, indígenas educados por europeus, afastados das suas raízes identitárias originais.

3. (FUVEST-SP-2008) Podemos dar conta boa e certa que em quarenta anos, pela tirania e ações diabólicas dos espanhóis, morreram injustamente mais de doze milhões de pessoas [...]

LAS CASAS, Bartolomé de. 1474-1566.

A espada, a cruz e a fome iam dizimando a família selvagem.

NERUDA, Pablo. 1904-1973.

As duas frases lidas colocam como causa da dizimação das populações indígenas a ação violenta dos espanhóis durante a Conquista da América. Pesquisas históricas recentes apontam outra causa, além da já indicada, que foi

- a incapacidade das populações indígenas em se adaptarem aos padrões culturais do colonizador.
- o conflito entre populações indígenas rivais, estimulado pelos colonizadores.
- a passividade completa das populações indígenas, decorrente de suas crenças religiosas.
- a ausência de técnicas agrícolas por parte das populações indígenas, diante de novos problemas ambientais.
- a série de doenças trazidas pelos espanhóis (varíola, tifo e gripe), para as quais as populações indígenas não possuíam anticorpos.

3. (UFPEL-RS) As diferenças culturais são evidenciadas pelos textos históricos como o que segue, que descreve aspectos da vida cotidiana dos Astecas, no início da Idade Moderna.

[...] Quando lá chegamos, ficamos atônitos com a multidão de pessoas e a ordem que prevalecia, assim como a vasta quantidade de mercadorias [...]

Cada espécie tinha seu lugar particular que era distinguido por um sinal. Os artigos consistiam em ouro, prata, joias, plumas, mantas, chocolate, peles

curtidas ou não, sandálias e outras manufaturas de raízes e fibras de juta, grande número de escravos homens e mulheres, muitos dos quais estavam atados pelo pescoço, com gargalheiras, a longos paus. O mercado de carne vendia aves domésticas, caça e cachorros. Vegetais, frutas, comida preparada, sal, pão, mel e massas doces, feitas de várias maneiras, eram também lá vendidas. [...] Muitas mulheres vendiam peixe e pequenos “pães” feitos de uma determinada argila especial que eles achavam no lago e que se assemelhavam ao queijo.

PINSKY, Jaime. História da América através de textos. São Paulo: Contexto, 2004.

Através do documento

- são citadas diversas riquezas coloniais oriundas da América Central que foram exploradas pela metrópole portuguesa.
- são indicados diversos produtos que equilibraram a balança de comércio entre a Coroa espanhola e suas colônias na América.
- é percebida uma das motivações da exploração mercantilista ibérica: o metalismo.
- é constatada a necessidade ibérica da importação de mão de obra escrava e indígena para suas manufaturas.
- é mostrado um sistema de produção, com base escravista, que originou a encomienda utilizada pelo colonialismo lusitano.

5. (UFPE) A colonização dos povos da América envolveu conflitos culturais e embates militares expressivos. Com relação à conquista dos Astecas, feita pelos espanhóis, podemos afirmar que:

- a atuação militar dos espanhóis foi que decidiu a derrota dos Astecas, devido à fragilidade do seu Exército e à sua desorganização política.
- a grandiosidade dos Astecas impressionou os conquistadores espanhóis, sobretudo, o comandante Fernão Cortez.
- apesar de sua riqueza, os Astecas não tinham conquistas culturais que impressionassem os europeus; eram apenas bons artesãos.
- a vitória de Cortez expressou, na época dos grandes descobrimentos, a força imbatível do Exército espanhol, aliado dos portugueses na colonização da América.
- essa conquista trouxe riquezas para o conquistador Fernão Cortez, rico comerciante de minérios da época; contudo, as vantagens para o domínio espanhol na América foram insignificantes.

## Exercícios Propostos

1. (UNESP-SP-2010) Observe a imagem:



LUMBRERAS, Luis Guillermo. História de América Andina, 1999 (Adaptação).

A região que aparece no mapa corresponde ao território que os Incas dominaram por alguns séculos antes da chegada dos espanhóis ao continente americano. Esse povo ficou conhecido por saber aproveitar todos os recursos naturais, inclusive de áreas distantes ou de condições climáticas não muito favoráveis à agricultura. A forma como esse povo conseguiu lidar com a natureza, extraíndo dela os recursos naturais necessários ao seu abastecimento, está relacionada com

- o uso de avançados instrumentos de ferro na agricultura e de animais de tração para auxiliar nas atividades de plantio e colheita.
- o conhecimento dos mais variados pisos ecológicos, onde podiam caçar, pescar e coletar pequenos frutos silvestres, visto que desconheciam a agricultura.
- a sabedoria xamânica sobre Astronomia, técnicas hidráulicas e fertilização química de solos, que lhes permitia alcançar grande produção agrícola.
- o domínio de irrigação, conhecimento dos solos e da hibridização de sementes e técnica de construção de degraus para plantio nas encostas da Cordilheira dos Andes.
- a perfeita relação do homem com a natureza, que permitia a produção abundante de alimentos sem grande participação de mão de obra humana.

2. (UFMG) A Espanha, ao conquistar e colonizar vastas regiões do continente americano, implementou, nas colônias, algumas instituições. Entre essas instituições, incluíam-se

- escolas primárias, que foram implantadas pela Coroa com o objetivo de conter o avanço da Igreja sobre as instituições educativas.
- missões jesuíticas, que foram implementadas, no final do Período Colonial, como última tentativa para evangelizar os índios guaranis.
- órgãos da Inquisição, que foram criados nas colônias, visando a difundir o pensamento da Ilustração.

d) universidades, que foram fundadas e mantidas por ordens religiosas nas mais importantes cidades coloniais.

3. (UEL-PR-2008) A conquista espanhola, em todas as regiões onde se viu coroada de êxito, conduziu a um processo de crise geral das culturas submetidas. Em certas situações, como no caso Arawak das Antilhas, levou ao completo desaparecimento físico da população conquistada. Noutros casos, como no México ou no Peru, ainda que não tenha eliminado totalmente a população indígena, provocou alterações e deformações profundas na cultura e no modo de vida dos povos conquistados.

VAINFAS, R. Economia e sociedade na América Espanhola. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 40.

De acordo com o texto e com os conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar:

a) A historiografia hispano-americana explica que a baixa populacional indígena está diretamente vinculada à prática do homicídio entre os nativos, quando estes perceberam que seriam obrigados a adotar o cristianismo como religião única. A baixa demográfica, desse modo, está relacionada a uma falta do conhecimento dos preceitos da fé cristã, que condena o atentado contra a própria vida.

b) Vírus e bactérias até então desconhecidos pelos nativos foram responsáveis pela baixa populacional indígena. Sem imunidade para várias doenças como sarampo, gripe, asma, tuberculose e sífilis, a população nativa adoecia e morria rapidamente. A Coroa espanhola procurou enviar médicos para as colônias, mas, como as viagens por mar eram muito demoradas, a população não conseguiu resistir.

c) A crise das culturas indígenas americanas deu-se em função das diversas alterações empreendidas pelos europeus nas colônias: instalação de uma economia mercantil que redefiniu o ritmo e a intensidade do trabalho; modificação dos cultivos que fez com que mudasse a dieta dos nativos; deslocamento de aldeias, causando distúrbios ecológicos e culturais; atitudes de autodestruição ao verem ruir seus costumes; epidemias e falta de imunidade, entre outros.

d) As mulheres indígenas adotaram, em massa, práticas abortivas, impedindo a perpetuação das diversas culturas nativas e forçando os europeus a importarem da África a mão de obra escrava necessária.

e) A baixa demográfica, desse modo, pode ser explicada pela vinda de africanos para a América e a intensa miscigenação iniciada nesse momento.

A superioridade armamentista dos espanhóis foi responsável pela dizimação da maior parte da população indígena, pois, ao depararem-se com armas superiores, os nativos não tinham como se defender. Embora existisse o comércio informal de armas – contrabando –, os indígenas não conseguiam comprá-las e assim continuavam em desvantagem utilizando arcos e flechas com pontas envenenadas.

4. (UFPR-2008) O que podia acontecer a estes bárbaros mais conveniente ou mais saudável do que serem submetidos ao domínio daqueles cuja prudência, virtude e religião os converterão de bárbaros, tais que mal mereciam o nome de seres humanos, em homens civilizados o quanto podem ser, de facinorosos em probos, de ímpios e servos do demônio em cristãos e cultores da verdadeira religião? [...] E se recusarem o nosso domínio poderão ser coagidos pelas armas a aceitá-lo, e esta guerra será, como acima declaramos com autoridade de grandes filósofos e teólogos, justa pela lei da natureza, muito mais ainda do que a que fizeram os romanos para submeter a seu império todas as demais nações, assim como é melhor e mais certa a religião cristã do que a antiga dos romanos, sendo maior o que em engenho, prudência, humanidade, fortaleza de alma e de corpo e toda virtude os espanhóis fazem a estes homúnculos do que os antigos romanos faziam às outras nações.

AS JUSTAS causas de guerra contra os índios, segundo o tratado de Demócrates Alter, de Juan Ginés de Sepúlveda. In: SUESS, Paul (Coord.). A conquista espiritual da América Espanhola. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 534-535.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a Conquista da América, é correto afirmar que Juan Ginés de Sepúlveda

a) ficou ao lado de Bartolomé de Las Casas na defesa dos índios da América, adotando uma posição fundada na teoria da desigualdade natural dos homens, que afirmava ser injusto os povos superiores escravizarem os inferiores.

b) criticou o expansionismo espanhol na América com base na teologia cristã, que afirmava ser a escravidão um pequeno preço a pagar diante dos benefícios da inserção do indígena na civilização europeia e, portanto, na comunidade cristã.

c) traçou as diretrizes gerais do Estado espanhol em relação à política indigenista na América, na medida em que defendia a ideia de que caberia à Igreja Católica, sob a supervisão da Coroa, promover a conversão dos conquistados para a religião cristã.

d) defendeu a tese de que a Coroa espanhola deveria estabelecer uma política centralizada em relação à conversão dos indígenas americanos, pois ficou incomodado com as narrativas das atrocidades cometidas pelos conquistadores espanhóis em relação aos Incas e Astecas.

e) foi um representante do Renascimento ibérico, na medida em que combina em seu pensamento elementos da teologia cristã e da filosofia da Antiguidade greco-romana, entre eles a ideia de guerra justa, justificando assim o domínio espanhol na América.



“Naquele tempo, não havia doenças, nem febres, nem doenças dos ossos ou de cabeça [...] Naquele tempo, tudo estava em ordem. Os estrangeiros mudaram tudo quando chegaram.” De fato, por mais saudosismo que possa expressar esse lamento, parece mesmo que as doenças do Velho Mundo foram mais frequentemente mortais nas Américas do que na Europa. O missionário alemão chegou inclusive a escrever no finalzinho do século XVIII que “os índios morrem tão facilmente que só a visão ou o cheiro de um espanhol os fazem passar deste para outro mundo”. Umaz quinze epidemias dizimaram a população do México e do Peru.

FERRO, Marc. História das colonizações: das conquistas às independências – séculos XIII a XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

Os documentos denunciam as doenças provocadas pelos agentes do

- colonialismo espanhol que dizimaram populações nativas na América, na Idade Moderna.
- colonialismo português em suas possessões, entre os séculos XVI e XVIII.
- imperialismo ibérico e dos Países Baixos, exterminando as populações Incas, Maias e Astecas, na Idade Contemporânea.
- mercantilismo europeu nas colônias anglo-saxônicas, desde o final da Idade Média.
- colonialismo lusitano no México e no Peru, a partir do século XVI.

6. (UEL-PR) Se, às vezes, estranhas famílias desembarcam – como uma pobre mulher de Granada, com um filho e quatro filhas das quais uma vai cair nos braços de Hernán Cortés –, aqueles que chegam são, em sua maioria, homens sós, solteiros ou casados que deixaram mulher, amante e filhos na Espanha. Como a astúcia e a teimosia, a juventude e a mobilidade dão a quem sobreviver e enriquecer atributos indispensáveis. Las Casas está com dezoito anos, Bernal Díaz e Cortés com dezenove, quando atravessam o Atlântico. O futuro conquistador do México responde a um amigo que propõe que permaneça na Hispaniola e que aceite ficar lá por pelo menos cinco anos para aproveitar dos privilégios reservados aos residentes (vecinos): Nem nesta ilha, nem em nenhuma outra, não tenho a intenção nem o pensamento de ficar por muito tempo; é por isto que não ficarei aqui nestas condições.

GRUZINSKI, Serge; BERNARD, Carmen. História do Novo Mundo. Tradução de Cristina Murachco. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 294.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a Conquista e a Colonização da América, considere as afirmativas a seguir.

I. Os conquistadores, na sua maioria, eram filhos caçulas de famílias de média, pequena e bem pequena nobreza que conheceram em suas casas o modo de vida aristocrata, com as ambições que a terra de Espanha não podia mais alimentar.

II. As vilas, muitas vezes miseráveis, que deveriam reter e fixar os recém-chegados, revelaram-se lugar de descanso provisório até que conseguissem, em outro lugar, um destino melhor, índios e ouro.

III. Os casamentos de espanhóis com mulheres indígenas acrescentaram às sociedades americanas elementos estáveis e integradores, suficientes para constituir o núcleo de um mundo futuro. IV. Naquela fronteira americana do mundo ocidental, os conquistadores organizaram suas vidas de maneira estável, fixando suas famílias e cultivando a terra para a produção de especiarias exportáveis.

Estão corretas apenas as afirmativas

- I e II.
- III e IV.
- II, III e IV.
- I e III.
- I, II e IV.

7. (Fatec-SP–2007) Organizada com base na exploração estabelecida pelo mercantilismo metropolitano espanhol, a sociedade colonial apresentava, no topo da escala hierárquica,

- os criollos, grandes proprietários e comerciantes que, por constituírem a elite colonial, participavam das câmaras municipais.
- os chapetones, que ocupavam altos postos militares e civis.
- os calpulletes, que ocupavam altos cargos administrativos dos chamados ayuntamientos.
- os mestiços, que, por serem filhos de espanhóis, podiam estar à frente dos cargos político-administrativos.
- os curacas, donos de grande quantidade de terra, que administravam os cabildos.

8. (UNESP-SP–2007) A conquista sanguinária da América Espanhola é dominada por [uma] paixão frenética. Rio da Prata, Rio do Ouro, Castela do Ouro, Costa Rica, assim se batizavam as terras que os conquistadores desvendavam ao mundo [...] PRADO, Paulo. Retrato do Brasil, 1928.

A “paixão frenética” da Conquista da América a que se refere o autor está relacionada

- à irracionalidade da expansão comercial e marítima europeia, realizada sem conhecimentos tecnológicos adequados.
- às condições de crise econômica das populações nativas dominadas pelo império dos Astecas e dos Incas.
- à ação da burguesia espanhola que agiu isoladamente, dado o desinteresse do governo espanhol pelos territórios americanos.

d) ao acordo entre banqueiros e sábios europeus para ampliar o conhecimento científico e para facilitar a exploração econômica da região.

e) ao esforço de solucionar a crise da economia europeia motivada pela escassez do meio circulante.

9. (UEL-PR-2007) Leia o texto a seguir. A causa pela qual os espanhóis destruíram tal infinidade de almas foi unicamente não terem outra finalidade última senão o ouro, para enriquecer em pouco tempo, subindo de um salto a posições que absolutamente não convinham a suas pessoas; enfim, não foi senão sua avareza que causou a perda desses povos, que por serem tão dóceis e tão benignos foram tão fáceis de subjugar; e quando os índios acreditaram encontrar algum acolhimento favorável entre esses bárbaros, viram-se tratados pior que animais e como se fossem menos ainda que o excremento das ruas; e assim morreram, sem Fé e sem Sacramentos, tantos milhões de pessoas. [...]

LAS CASAS, B. de. O paraíso destruído. Tradução de Heraldo Barbuy. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 30.

Com base no texto, é correto afirmar:

a) Bartolomé de Las Casas voltou-se contra a Coroa espanhola ao perceber que a conquista da América sufocaria as possibilidades de evangelização dos habitantes do novo continente.

b) No episódio da conquista da América, o frei dominicano Bartolomé de Las Casas ficou conhecido como defensor incondicional dos índios, ao ressaltar a crueldade dos conquistadores.

c) Os conquistadores da América Hispânica e da Portuguesa rechaçaram o discurso do Frei de Las Casas por considerarem que seus pensamentos representavam os princípios da Igreja Católica, contrária à expansão territorial.

d) O frei dominicano defendeu a dignidade e a liberdade dos indígenas até sua morte, transformando-se, assim, em ícone do livre-arbítrio nas Américas de colonização espanhola, portuguesa e inglesa.

e) O discurso de Las Casas em defesa dos indígenas era uma das diversas estratégias de Conquista, uma vez que ele representava nas colônias os interesses da Coroa espanhola.

10. (UFMG) Ao comparar o português e o espanhol durante a colonização da América, Sérgio Buarque de Holanda qualificou-os como o Semeador e o Ladrilhador. Considerou como ladrilhadores os espanhóis, que empreenderam uma colonização mais sistemática e efetiva e, como semeadores os portugueses, que foram mais negligentes quanto ao processo colonizador. Todas as afirmativas traduzem corretamente as ideias do Semeador ou do Ladrilhador, exceto:

a) A colonização espanhola foi marcada pelo afã do lucro, só se construía o que produzia resultado imediato e havia aversão à ordem.

b) A colonização portuguesa tinha um caráter essencialmente comercial, demonstrado no desinteresse em ocupar o interior na fase inicial.

c) A legislação espanhola era abundante e minuciosa, pretendendo, dessa maneira, reproduzir a própria metrópole no Além-Mar.

d) O português cuidou, de imediato, mais em feitorizar uma riqueza fácil quase sempre ao alcance da mão do que em construir e planejar.

e) O traçado retilíneo e ordenado das cidades espanholas denunciava o esforço de vencer a civilização pré-existente.

11. (UFMG-2007) No final do século XV e início do XVI, quando os europeus conquistaram o continente americano, este era habitado por inúmeros grupos étnicos, com diferentes formas de organização econômica e político-social.

Considerando-se o Império Inca, é incorreto afirmar que

a) a agricultura, base da sua economia, era praticada nas montanhas andinas, por meio de um sofisticado sistema de produção, que incluía a irrigação e a adubação.

b) o Estado era centralizado, com o poder político concentrado nas mãos do Inca, o imperador, e sua sociedade era rigidamente hierarquizada.

c) seu domínio se estendia ao longo da Cordilheira dos Andes, ocupando parte dos atuais territórios da Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile e noroeste da Argentina.

d) um deus criador e protetor da vida e da natureza era cultuado segundo uma doutrina monoteísta e, para ele, foram construídos diversos templos.

12. (UFJF-MG-2007) O texto a seguir se refere ao processo de colonização da América Espanhola. Leia-o e, em seguida, faça o que se pede.

Ao longo do séc. XVI, a ocidentalização instaurou novas referências [...] destinadas a controlar os distúrbios induzidos pela Conquista. [...] Como na Castela longínqua, as cidades foram comandadas por poderosas municipalidades, nas cidades, os cabildos. [...] A colonização foi acompanhada de uma política de uniformização da língua e da lei. Da Flórida ao Chile, o castelhano foi o instrumento da administração [...]; o “direito castelhano nas Índias”, regia a vida cotidiana, definia as relações do indivíduo com o Estado, impunha a noção de propriedade privada e legitimava o lucro.

GRUZINSKI, S. O pensamento mestiço.

a) Destaque do texto dois recursos utilizados pelos espanhóis para garantir a Conquista da América.

---

---

---

---

b) Além dos recursos indicados na citação, existe outro, de ordem cultural, que não foi mencionado, mas pode ser considerado fundamental no processo de colonização. Cite e explique esse recurso.

Etapas da Conquista espanhola no Novo Mundo 1493-1600	
Período	km <sup>2</sup> conquistados
1493-1515	300 000
1520-1540	2 000 000
1540-1600	500 000

Cite uma região americana incorporada à Coroa espanhola durante a etapa inicial da Conquista e outra, importante área mineradora, a ela reunida ao longo do estágio mais veloz da ocupação espanhola.

---



---



---



---

### Seção ENEM

1. (Enem–2009) A formação dos Estados foi certamente distinta na Europa, na América Latina, na África e na Ásia. Os Estados atuais, em especial na América Latina — onde as instituições das populações locais existentes à época da Conquista ou foram eliminadas, como no caso do México e do Peru, ou eram frágeis, como no caso do Brasil —, são o resultado, em geral, da evolução do transplante de instituições europeias feito pelas metrópoles para suas colônias. Na África, as colônias tiveram fronteiras arbitrariamente traçadas, separando etnias, idiomas e tradições, que, mais tarde, sobreviveram ao processo de descolonização, dando razão para conflitos que, muitas vezes, têm sua verdadeira origem em disputas pela exploração de recursos naturais. Na Ásia, a colonização europeia se fez de forma mais indireta e encontrou sistemas políticos e administrativos mais sofisticados, aos quais se superpôs. Hoje, aquelas formas anteriores de organização, ou pelo menos seu espírito, sobrevivem nas organizações políticas do Estado asiático.

GUIMARÃES, S. P. Nação, nacionalismo, Estado. Estudos Avançados. São Paulo: EdUSP, v. 22, n.º 62, jan.- abr. 2008 (Adaptação).

Relacionando as informações ao contexto histórico e geográfico por elas evocado, assinale a opção correta acerca do processo de formação socioeconômica dos continentes mencionados no texto.

- Devido à falta de recursos naturais a serem explorados no Brasil, conflitos étnicos e culturais como os ocorridos na África estiveram ausentes no período da independência e formação do Estado brasileiro.
- A maior distinção entre os processos histórico-formativos dos continentes citados é a que se estabelece entre colonizador e colonizado, ou seja, entre a Europa e os demais.
- À época das conquistas, a América Latina, a África e a Ásia tinham sistemas políticos e administrativos

---



---



---



---

13. (Unicamp-SP–2007) Depois da Conquista da América pelos espanhóis, ocorreu uma explosão populacional de gado, porcos, carneiros e cabras, os quais causaram grandes danos às plantações de milho indígenas, que não eram protegidas. As medidas tomadas pela população indígena eram, muitas vezes, ineficazes. Os conquistadores preferiam o gado. Bois e carneiros eram protegidos pela lei, pelos costumes e pelo sentimento espanhol. As leis que protegiam a pecuária na Península Ibérica foram exportadas para o México e permitiam que o gado pastasse em propriedade alheia. Os animais destruidores eram, afinal, propriedade dos vitoriosos; a agricultura, dos derrotados.

MAXWELL, Kenneth. Morte e sobrevivência. Folha de S. Paulo, 11 ago. 2002, Mais! p. 8 (Adaptação).

a) Segundo o texto, por que a agricultura indígena foi prejudicada após a Conquista da América?

---



---



---



---

b) Indique dois outros efeitos da Conquista da América sobre as populações indígenas.

---



---



---



---

c) O que foi a encomienda, utilizada pela colonização espanhola na América?

---



---



---



---

14. (UFRJ–2007) Embora represente um dos traços mais característicos da Conquista espanhola do Novo Mundo, a rapidez com que tal processo ocorreu variou muito, em etapas bem diferenciadas, como mostram os dados da tabela.

muito mais sofisticados que aqueles que lhes foram impostos pelo colonizador.

d) Comparadas ao México e ao Peru, as instituições brasileiras, por terem sido eliminadas à época da Conquista, sofreram mais influência dos modelos institucionais europeus.

e) O modelo histórico da formação do Estado asiático equipara-se ao brasileiro, pois em ambos se manteve o espírito das formas de organização anteriores à Conquista.

2. No início da colonização espanhola, o escritor Diego Duran, em sua obra *História de las Índias de Nueva Espana*, buscou retratar as impressões causadas nas sociedades indígenas com a chegada dos primeiros conquistadores. Em certo momento, o autor narra como Montezuma, chefe dos Astecas, orientou seus homens: Gostaria muito de saber quem é o chefe dos estrangeiros e que vocês se informassem se é Quetzalcoatl, do qual nossas histórias falam, que partiu dessa terra avisando que voltaria para reinar. Se comer esses alimentos, com certeza é Quetzalcoatl, pois ele conhece os alimentos dessa terra. Se não quiser comer essa comida, mas quiser comê-los, a vocês, deixem-se comer, pois eu indenizarei suas mulheres e suas filhas. A partir do texto e de seu conhecimento a respeito da Conquista espanhola, podemos afirmar:

a) A inocência indígena frente ao projeto colonizador espanhol mostrou-se determinante para a ação pacífica e tolerante dos gentios em relação aos invasores europeus.

b) A ausência de uma clara noção quanto à origem dos povos recém-chegados acabou por provocar uma ação inicial violenta dos Astecas em relação aos espanhóis, contribuindo para o massacre das comunidades indígenas.

c) A percepção indígena acerca dos primeiros conquistadores foi marcada pela fusão das construções míticas preexistentes à invasão espanhola com o espanto frente ao desconhecido.

d) A falta de conhecimento da origem dos novos conquistadores acabou por provocar uma considerável indiferença dos gentios frente aos invasores, fator determinante para a rápida dominação espanhola.

e) A técnica científica desenvolvida pelos povos pré-colombianos contribuiu para uma percepção atenta e racional do processo de colonização, visto a utilização de meios ardilosos no contexto da resistência.

3. (Enem–2010) O Império Inca, que corresponde principalmente aos territórios da Bolívia e do Peru, chegou a englobar enorme contingente populacional. Cuzco, a cidade sagrada, era o centro administrativo, com uma sociedade fortemente estratificada e composta de imperadores, nobres, sacerdotes, funcionários do governo, artesãos, camponeses, escravos e soldados.

A religião contava com vários deuses, e a base da economia era a agricultura, principalmente o cultivo da batata e do milho. A principal característica da sociedade inca era a

a) ditadura teocrática, que igualava a todos.

b) existência da igualdade social e da coletivização da terra.

c) estrutura social desigual, compensada pela coletivização de todos os bens.

d) existência de mobilidade social, o que levou à composição da elite pelo mérito.

e) impossibilidade de se mudar de estrato social e a existência de uma aristocracia hereditária.

### América Inglesa

Diferentemente dos Estados ibéricos, a Inglaterra não apresentou condições internas favoráveis ao processo colonizador do Novo Mundo no início da Idade Moderna. O advento da Guerra dos Cem Anos, encerrada em meados do século XV, bem como os conflitos religiosos advindos da Reforma Anglicana no início do século XVI inviabilizaram um projeto colonizador na América.

Porém, esse cenário desfavorável não impediu os esforços da dinastia Tudor em patrocinar incursões no continente encontrado. Destacam-se nesse esforço as ações do navegante Walter Raleigh, que obteve autorização de Elizabeth I para a realização de expedições na América do Norte em 1584, 1585 e 1587, fundando a colônia de Virgínia, em homenagem à rainha. Apenas no século XVII, todavia, a região da América do Norte foi intensamente ocupada por colonos ingleses.

A partir de 1603, o rei Jaime I, primeiro monarca da dinastia Stuart, iniciou esforço visando a promover a ocupação das terras americanas. A estratégia consistia na fundação de companhias controladas pelos setores burgueses britânicos, responsáveis, então, por monopolizar o comércio e o direito de colonização das regiões concedidas pela Coroa.

Atuaram, nesse projeto, a companhia de Londres e a companhia de Plymouth. A primeira foi responsável pelo controle da região entre a Flórida e o Rio Potomac, enquanto a segunda companhia controlava os territórios entre o Cabo Fear e Nova Iorque, região que passou a ser tratada como Nova Inglaterra.

Além das companhias de comércio, outros fatores foram fundamentais para a ocupação da América pela Inglaterra. Entre eles, está o fato de que, à época da dinastia Stuart, os britânicos vivenciaram uma série de distúrbios políticos e religiosos, o que estimulou um intenso quadro migratório para a região colonial inglesa.

Os puritanos, vítimas do radicalismo religioso existente no reino inglês, encontraram no Novo Mundo a possibilidade de professar a sua fé sem as perseguições desencadeadas pelas disputas políticas na metrópole.

Os imigrantes do navio Mayflower representaram bem o espírito dos refugiados religiosos, ao fundarem a New Plymouth na colônia de Massachusetts, com a autorização da Companhia de Londres, no ano de 1620. Além dos puritanos, outros grupos religiosos encontram na América espaço para a manutenção de suas crenças, como católicos, presbiterianos e quakers.

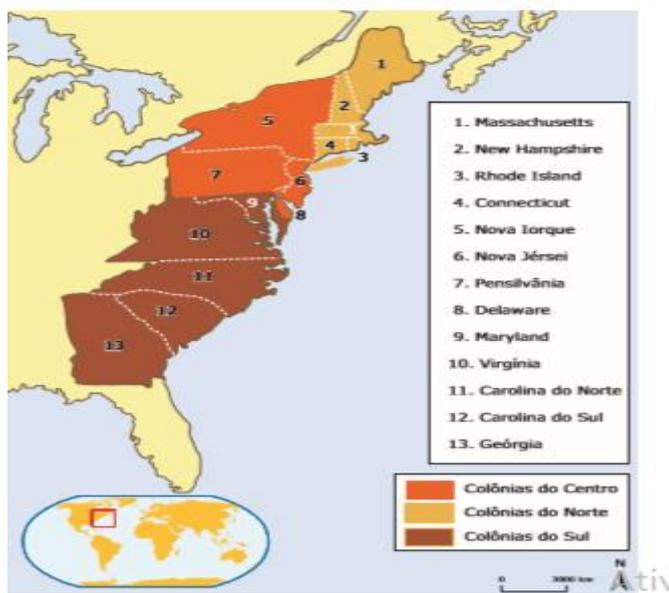
Os refugiados políticos e religiosos também contaram com a presença de outros imigrantes, seja por meio da arbitrária e numerosa entrada de escravos africanos que abasteceram as fazendas exportadoras do Sul, seja pelos camponeses, vítimas da política de cercamento na Inglaterra, que foram submetidos ao trabalho forçado na condição de servos por contrato.

Essa modalidade de trabalho presente nas colônias inglesas foi marcada por uma relação de troca: os camponeses eram beneficiados pelo pagamento da passagem para as regiões coloniais, além da subsistência durante um período de cerca de sete anos, mas seriam obrigados a exercer inúmeras atividades para aqueles que custeavam tal empreitada.

Essa submissão era estimulada pela promessa da aquisição de terras na região colonial após o cumprimento do prazo estipulado. Calcula-se que aproximadamente 70% dos imigrantes ingleses chegavam à América nessas condições, sendo esse tipo de trabalho presente em todos os territórios coloniais, mas concentrado, sobretudo, nas áreas do Centro e do Norte.

A ocupação colonial intensificou-se com o avanço do século XVII: enquanto em 1620 apenas 2 500 imigrantes ocupavam a região, em 1670 já eram 114 000, incluindo, nesse grupo, milhares de escravos negros oriundos da África.

### As Treze Colônias



Exposição das Treze Colônias e da tradicional distinção entre colônias do Norte, Centro e Sul.

### Tipos de Colônia

A colonização inglesa não apresentou traços semelhantes em todas as áreas de ocupação. As diferenças existentes permitem definir três tipos de colônia na América do Norte:

### Colônias do Sul

Maryland, Virgínia, Carolina do Sul, Carolina do Norte e Geórgia.

Apresentando condições climáticas propícias para o cultivo de produtos que atenderiam o mercado externo, as colônias do Sul foram ocupadas a partir da região da Virgínia, com a fundação de Jamestown em 1607.

Apesar de utilizar a servidão por contrato nos primeiros anos de ocupação – predominante até 1670 –, a região caracterizou-se pelo trabalho escravo africano, utilizado nas fazendas que cultivavam tabaco, arroz, algodão e anileira. A existência desse modelo econômico acabou por constituir uma aristocracia latifundiária que detinha o controle das relações sociais vigentes. As colônias do Sul que apresentavam grande progresso econômico foram convertidas em colônias reais, visto que atendiam aos interesses mercantilistas da metrópole. Enquadram-se nessa situação as colônias da Virgínia e da Geórgia, transformadas em colônias reais em 1624 e em 1752, respectivamente.

### Colônias do Centro

Nova Iorque, Pensilvânia, Nova Jérsei e Delaware.

Localizadas entre as principais áreas de colonização, as colônias centrais foram as últimas áreas ocupadas pelos colonos ingleses. Possuidoras de férteis planícies e com uma pluviosidade regular, a região era favorável às atividades agrícolas, predominando a pequena propriedade.

A presença de refugiados religiosos, como puritanos e quakers, marcou o grupo social presente nesse território. A ocupação inglesa nessas áreas foi curiosamente posterior à presença de outras nacionalidades que ali tentaram progredir.

É o caso da região de Nova Iorque, originalmente fundada pelos holandeses, e da região de Delaware, ocupada no início do século XVII pelos suecos.

Economicamente, o território caracterizou-se pelo desenvolvimento de manufaturas, apesar das restrições impostas pela metrópole, e pelas atividades navais, responsáveis por um intenso comércio com outras áreas coloniais.

Comercializava-se o excedente da produção agrícola de milho, trigo, centeio e aveia. A criação de ovelhas, carneiros e touros garantia a subsistência e o fornecimento de matéria-prima.

### Colônias do Norte

Massachusetts, New Hampshire, Rhode Island e Connecticut.

Comumente conhecida como região da Nova Inglaterra, as colônias do Norte foram notadamente marcadas pela presença dos refugiados religiosos puritanos, que buscavam um espaço para o desenvolvimento de sua fé sem os empecilhos vigentes na Inglaterra.

Esse cenário foi reflexo da atitude dos ocupantes do navio Mayflower, que fundaram a colônia de New Plymouth no início do século XVII, irradiando, a partir de Massachusetts, a ocupação da região.

As outras três colônias (New Hampshire, Rhode Island e Connecticut) foram ocupadas ainda na primeira metade do século XVII, em grande parte por fugirem do radicalismo religioso puritano, que vigorava na região de Massachusetts.

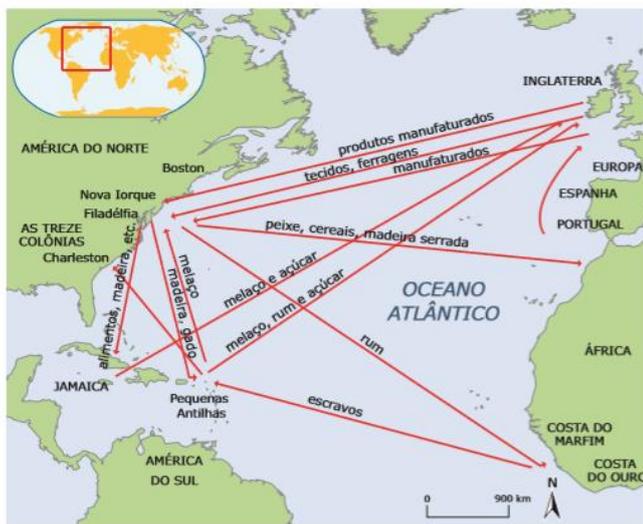
A atividade econômica desenvolvida nessa faixa de ocupação atendia notadamente aos interesses dos grupos locais, em detrimento das pretensões econômicas existentes na metrópole.

A agricultura, basicamente de subsistência por conta da precariedade do clima e do solo, convivia com o intenso comércio interno e externo. A venda de peixes e peles garantia o lucro da classe mercantil, que se multiplicava nos núcleos urbanos da região.

A atividade manufatureira era intensa, facilitada pela abundante mão de obra e pela disponibilidade de matéria-prima. A excelência comercial da Nova Inglaterra, por sua vez, se concretizou por meio do chamado comércio triangular.

Apesar de suas inúmeras variantes, o comércio triangular foi marcado pelas atividades que integravam as regiões da Nova Inglaterra, Antilhas e África.

### Intercâmbios comerciais das Treze Colônias



Representação do comércio triangular efetuado pelas Treze Colônias, em especial, o Norte. Essa considerável liberdade econômica dotou a região de um desenvolvimento histórico peculiar.

Por meio desse comércio, produziam-se peixe salgado, madeira e cereais, que eram enviados às Antilhas e trocados por rum e melão. Os colonos ingleses retornavam ao Norte e produziam mais rum com a matéria-prima obtida, trocando a bebida por cativos da região da África. Com os navios repletos de escravos, os colonos retornavam às Antilhas ou às colônias do Sul, bons mercados para a mão de obra negra obtida com o comércio triangular. Essa excessiva liberdade comercial e manufatureira foi importante tema, desde o século XVII, das discussões nos centros de poder da metrópole. Porém, as várias leis restritivas impostas

pela Inglaterra foram negligenciadas, garantindo o enriquecimento dos comerciantes das colônias do Norte.

### Sistema Administrativo

Diferentemente das colônias ibéricas, controladas de modo efetivo pelo poder metropolitano, as colônias inglesas apresentavam um quadro de relativa liberdade administrativa, comumente conhecida como self-government.

A possibilidade de escolha dos governantes locais, por meio de assembleias compostas de grandes proprietários e de comerciantes, criou um espírito autônomo que foi tolerado pelo governo britânico por mais de um século. Era a chamada negligência salutar, tão benéfica aos setores coloniais e absolutamente distante das pretensões mercantilistas da metrópole. Uma série de fatores justifica essa peculiaridade existente nas colônias inglesas, destacando-se o constante quadro de instabilidade política que vigorou na Inglaterra no século XVII, período das Revoluções Puritana e Gloriosa, o que impediu maior fiscalização das áreas coloniais. A existência de leis responsáveis por regular a vida colonial e por restringir a liberdade de comércio pode ser compreendida como um indício de que a metrópole não pretendia desenvolver colônias autônomas. Esse aspecto fica evidente a partir da segunda metade do século XVIII, quando o governo britânico reafirma, por meio de novas regras, o projeto de exploração colonial. A emancipação das Treze Colônias em 1776 pode ser entendida como uma resposta dos colonos ingleses ao esforço infrutífero de controlar tais regiões, que desde sua origem usufruíram de plena liberdade.

### Leitura Complementar

Trechos do Pacto do Mayflower – 21 de novembro de 1620.

“Em nome de Deus [...] nós [...] tornamos presente [...] a nossa intenção de tudo ajustar e combinar em boa união, irmanados em uma corporação civil política, para nossa melhor organização [...] e em virtude de que serão estipuladas, constituídas e fixadas leis justas e imparciais [...]

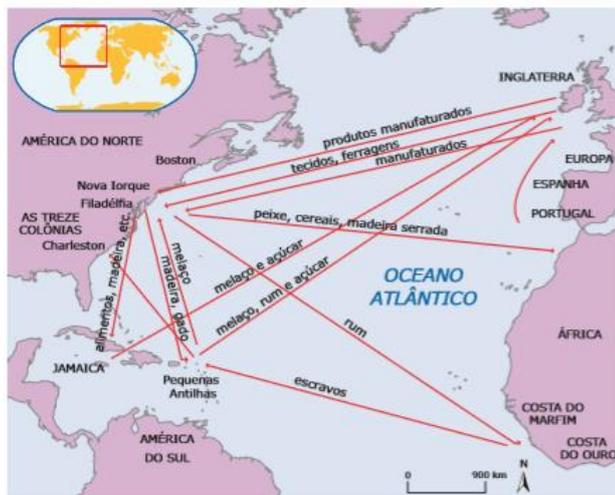
MORRIS, R.B. Documentos básicos da História dos Estados Unidos. Editora Fundo de Cultura, p. 12.

Música inglesa do século XVII “A razão, ao que me consta, por que ides àquele país, É o desejo de povoar essa terra longínqua e fazer uma nova plantação. Onde tereis boa terra em abundância para plantar e cultivar, a qual ninguém vos tirará nunca, enquanto assim o quiserdes.”

MORISON, S.E.; COMMAGER, H.S. História dos Estados Unidos da América, tomo I, p. 57.

## Exercícios de Fixação

1. (UFMG–2007) Observe o mapa, em que estão representados os intercâmbios comerciais das colônias inglesas da América do Norte:



Considerando-se as informações desse mapa e outros conhecimentos sobre o assunto, é correto afirmar que

a) as Antilhas britânicas, com uma economia basicamente extrativista, ocupavam um papel secundário tanto para os interesses metropolitanos quanto nos intercâmbios comerciais das colônias inglesas da América do Norte.

b) as colônias inglesas do Norte e do Centro desenvolveram um intenso comércio intercontinental com as Antilhas, a África e a Europa, em detrimento das colônias inglesas do Sul, que estavam isoladas.

c) o comércio intercolonial e intercontinental se desenvolveu nas colônias inglesas da América do Norte, apesar das tentativas, ineficazes, de aplicação das Leis de Navegação por parte da metrópole.

d) os comerciantes metropolitanos compravam diversos produtos manufaturados da América Inglesa, onde a atividade fabril era intensa, em razão da abundância de matérias-primas e de mão de obra barata.

2. (UEG-GO) Seja qual for o termo utilizado para descrever o encontro de indígenas e europeus no continente americano no findar do século XV, é consenso que seu resultado foi, ao mesmo tempo, lucrativo para os europeus e desastroso para as populações indígenas. Sobre as consequências de tal encontro, analise as seguintes proposições:

I. A colonização da América do Norte foi empreendida por famílias inglesas em fuga da Inglaterra por causa das perseguições religiosas. Ao implementá-la, os colonos dizimaram grande parte da população nativa, considerada um empecilho para os seus interesses.

II. A estrutura básica da economia colonial na América do Norte foi a pequena propriedade fundamentada no trabalho familiar, na policultura e em uma indústria rudimentar, principalmente na área têxtil.

III. A partir da descoberta da América, pode-se notar o interesse da Igreja em cristianizar os nativos,

preservando as culturas locais, ao mesmo tempo em que se introduzia pacificamente a nova religião.

IV. Nas possessões portuguesas, houve pouco interesse na efetiva ocupação do território, devido à prioridade dada pelo reino lusitano ao comércio com as Índias e ao fato de não terem sido encontrados metais preciosos nos primeiros contatos.

Assinale a alternativa correta.

- a) As proposições I, II e III são verdadeiras.
- b) As proposições II, III e IV são verdadeiras.
- c) As proposições I, II e IV são verdadeiras.
- d) As proposições I e III são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

2. (UEL-PR) É bem verdade que outros colonizadores europeus estavam também ocupando espaços, mas impressiona, no caso da América Inglesa, a velocidade assim como a variedade das formas de ocupação e de atividades econômicas. Impressiona também a convicção de um direito divino, assim como de uma missão especial desse povo na América. Essa crença na própria excepcionalidade resultava de uma tradição religiosa (puritana) que realçava a realização da virtude individual, assim como de uma tradição republicana que fundava as instituições políticas na ação e na vontade de homens livres.

MOURA, Gerson. Estados Unidos e América Latina. São Paulo: Contexto, 1991. p. 11.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a colonização das Américas Anglo-saxônica, Portuguesa e Hispânica, é correto afirmar:

a) As colonizações das Américas estiveram fortemente marcadas por uma cultura urbana, sendo que, desde o início, a penetração rumo ao interior e a fundação de cidades, com suas instituições políticas, foram os aspectos que as aproximaram.

b) A colonização da América Anglo-saxônica recebeu famílias camponesas pobres endividadas, burguesas ou nobres, vítimas de perseguições político-religiosas; no entanto, em ambos os casos, colonizar foi sinônimo de dominação econômica, política e religiosa.

c) As concepções políticas e religiosas semelhantes nas colonizações das Américas foram decisivas para estruturar modelos de desenvolvimento similares, de valorização das capacidades individuais.

d) Nas Américas Hispânica e Portuguesa, a adoção da escravidão negra e do catolicismo subverteu o modo de colonizar ibérico e explica os eficientes processos de emancipação política nos diferentes países latino-americanos.

e) Ao contrário dos povos que colonizaram a América Anglo-saxônica, aqueles que colonizaram as Américas Hispânica e Portuguesa foram incapazes de desenvolvê-las economicamente, em razão das disposições naturais adversas nelas encontradas, como o clima e as condições geográficas.

4. (FGV-SP) A conquista colonial inglesa resultou no estabelecimento de três áreas com características diversas na América do Norte. Com relação às chamadas colônias do Sul, é correto afirmar:

- a) Baseavam-se, sobretudo, na economia familiar e desenvolveram uma ampla rede de relações comerciais com as colônias do Norte e com o Caribe.
- b) Baseavam-se em uma forma de servidão temporária que submetia os colonos pobres a um conjunto de obrigações em relação aos grandes proprietários de terras.
- c) Baseavam-se em uma economia escravista, voltada principalmente para o mercado externo de produtos, como o tabaco e o algodão.
- d) Consolidaram-se como o primeiro grande polo industrial da América com a transferência de diversos produtores de tecidos vindos da região de Manchester.
- e) Caracterizaram-se pelo emprego de mão de obra assalariada e pela presença da grande propriedade agrícola monocultora.

5. (Fatec-SP) A colonização inglesa começou tardiamente, por causa dos problemas políticos internos, mas vários fatores impulsionaram a ocupação da América do Norte, entre os quais

- a) o controle total da colonização pelo Estado, que criou, para isso, as Companhias de Londres e Plymouth.
  - b) o desenvolvimento de grandes propriedades de produtos tropicais, tabaco e arroz, no Norte, e de pequenas propriedades dirigidas pelos encomenderos, no Sul.
  - c) a administração colonial a cargo dos vice-reis, que tinham na escravidão por contrato a principal fonte de trabalho.
  - d) certo grau de liberdade que gozavam as colônias dentro do monopólio mercantilista, liberdade essa que começou a sofrer restrições com os Atos de Navegação.
- o estabelecimento de colônias no Caribe, além das Treze Colônias, e a ocupação de posições importantes no Oriente.

### Exercícios Propostos

1. (UNESP-SP) No decorrer dos séculos XVI e XVII, as lutas religiosas na Europa provocaram a separação entre os cristãos, tendo como consequências muitos conflitos políticos e sociais. Está associada a esse movimento religioso

- a) a colonização de parte do território do que são, atualmente, os Estados Unidos.
- b) a independência das colônias americanas.
- c) a instalação da Inquisição nas colônias espanholas.
- d) a expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas.
- e) a ação dos missionários contra a escravidão indígena.

2. (UEL-PR) Durante a colonização, subjugados os nativos, os europeus montaram estruturas de dominação e de exploração nas Américas Hispânica, Portuguesa e Inglesa, que em muitos aspectos apresentavam diferenças entre si.

Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) Nas colônias inglesas do Norte, estabeleceu-se uma economia fundada em três pilares: a monocultura, a grande propriedade rural e a mão de obra escrava.

- b) A dominação inglesa, embora tenha elementos semelhantes aos da dominação portuguesa (a plantation de algodão no sul), possibilitou que famílias imigrassem em massa para a América em face dos problemas políticos e religiosos na metrópole.
- c) A Inglaterra utilizou os princípios do liberalismo político e econômico para governar as Treze Colônias americanas.
- d) A dominação espanhola implantou-se a partir de grandes unidades agrícolas de exportação.
- e) A colonização portuguesa teve como base pequenas unidades de produção diversificadas.

3. (UFRN) Conforme assegura a historiadora Nancy Priscilla Naro:

O processo de formação do Estado norte-americano veio, desde cedo, acompanhado por valores democráticos que privilegiavam a iniciativa privada sem a intervenção do Estado, apenas admitida em casos excepcionais, como a guerra, a depressão econômica e outras situações entendidas como “ameaçadoras” ao sistema de produção capitalista.

NARO, Nancy P. A formação dos Estados Unidos. 3. ed. São Paulo: Atual, 1987. p. 5.

O fragmento anterior refere-se à colonização e ao processo de independência da América Inglesa. Que comparação pode ser estabelecida entre a América Inglesa e a América Espanhola, no que diz respeito à colonização e à independência?

- a) A colonização inglesa favoreceu a prática do autogoverno, e a colonização espanhola permitiu a formação de governos autoritários.
- b) A colonização inglesa propiciou a instituição de um governo centralizador, e a colonização espanhola possibilitou a instalação de regimes federativos.
- c) A colonização inglesa originou governos instáveis, e a colonização espanhola estimulou a formação de monarquias despóticas.
- d) A colonização inglesa permitiu a formação de uma sociedade igualitária, e a colonização espanhola privilegiou as classes camponesas.

4. (UERj) [...] Aqueles que vivem atormentados com a preocupação de como ganhar decentemente sua subsistência, ou aqueles que, com seu trabalho, mal conseguem levar uma vida confortável, procederão bem se vierem para este lugar, onde qualquer homem, seja quem for, que esteja disposto a enfrentar moderados esforços, tem assegurada uma existência bastante confortável e está a caminho de elevar sua fortuna muito além do que ousaria imaginar [...]

Que nenhum homem se preocupe com a ideia de ser um servo durante quatro ou cinco anos [...] É preciso considerar, então, que assim que seu tempo terminar possuirá terra. [...] Portanto, todos os artífices, carpinteiros, construtores de veículos, marceneiros, pedreiros, ferreiros ou diligentes agricultores e lavradores [...] devem levar em consideração o assunto.

Petição de um imigrante europeu do séc. XVII. Apud Coletânea de documentos de história da América. São Paulo: CENEP, 1978.

Interpretando esse texto, conclui-se que o imigrante se refere à seguinte área de colonização na América:

- a) espanhola, região platina.
- b) portuguesa, Sul do Brasil.
- c) holandesa, região das Antilhas.
- d) inglesa, região da Nova Inglaterra.

5. (Cesgranrio) Durante o séc. XVII, grupos puritanos ingleses perseguidos por suas ideias políticas (antiabsolutistas) e por suas crenças religiosas (protestantes calvinistas) abandonaram a Inglaterra, fixando-se na costa leste da América do Norte, onde fundaram as primeiras colônias. A colonização inglesa nessa região foi facilitada

- a) pela propagação das ideias iluministas, que preconizavam a proteção e o respeito aos direitos naturais dos governados.
- b) pelo desejo de liberdade dos puritanos em relação à opressão metropolitana.
- c) pelo abandono dessa região por parte da Espanha, que então atuava no eixo México-Peru.
- d) pela possibilidade de explorar grandes propriedades agrárias com produção destinada ao mercado europeu.
- e) pela consciência política dos colonos americanos, desde logo treinados nas lutas coloniais.

6. (Mackenzie-SP) São características das colônias de povoamento implantadas no continente americano a partir do século XVII:

- a) trabalho compulsório, mercado interno, plantações de subsistência e pacto colonial.
- b) pequena propriedade familiar, manufaturas, policultura, autonomia econômica e mão de obra livre.
- c) grandes propriedades de terras, ação colonizadora decorrente de conflitos religiosos na metrópole, monocultura e trabalho escravo.
- d) trabalho escravo, produção voltada para a exportação, economia limitada pelo exclusivo colonial e latifúndio monocultor.
- e) pequenas plantações de subsistência, monocultura, ação colonizadora baseada nas propostas mercantilistas e mão de obra livre.

7. (Mackenzie-SP) Ao longo da história da humanidade, as perseguições aos opositores de regimes políticos despóticos têm sido a marca de várias sociedades.

No século XXI, as guerras, a intolerância religiosa e étnica e, principalmente, as desigualdades econômicas que separam os países ricos dos pobres acabam forçando grandes contingentes de população a mudar de país e de vida. Na Idade Moderna, no século XVII, uma região do planeta serviu de abrigo para uma população que era expulsa dos campos e perseguida por conflitos religiosos e políticos. Essa região era a

- a) Austrália.
- b) América do Norte.
- c) África do Sul.
- d) Europa Central.
- e) Ásia.

8. (FUVEST-SP) Sobre a colonização inglesa na América do Norte,

a) estabeleça sua conexão com os desdobramentos da Reforma Protestante da Inglaterra.

---

---

---

b) explique por que na região sul se originou uma organização socioeconômica diferente da do norte.

---

---

---

9. (UFV-MG) O processo de colonização inglesa na América instituiu, nas Treze Colônias, perceptíveis diferenças entre as do Norte e as do Sul. Elenque as diferenças entre elas no que se refere às relações de trabalho e à produção agrícola.

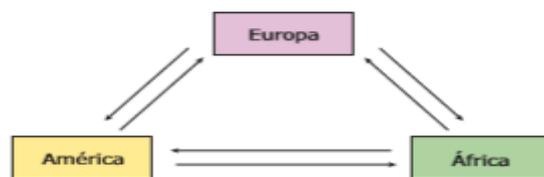
---

---

---

10. (UFRN) Considerando o esquema a seguir,

### Comércio triangular entre a Europa, a África e a América (séculos XVI–XVIII)



a) Explícite quais eram os produtos envolvidos nas trocas comerciais entre a Europa, a África e a América e quem as realizava.

---

---

---

b) Explique de que forma esse comércio levou ao enriquecimento os Estados metropolitanos.

---

---

---

### Seção Enem

1. (Enem–2008) Na América Inglesa, não houve nenhum processo sistemático de catequese e de conversão dos índios ao cristianismo, apesar de algumas iniciativas nesse sentido. Brancos e índios confrontaram-se muitas vezes e mantiveram-se separados. Na América Portuguesa, a catequese dos índios começou com o próprio processo de colonização, e a mestiçagem teve dimensões significativas. Tanto na América Inglesa quanto na Portuguesa, as populações indígenas foram muito sacrificadas. Os índios não tinham defesas contra as doenças trazidas pelos

brancos, foram derrotados pelas armas de fogo e, muitas vezes, escravizados. No processo de colonização das Américas, as populações indígenas da América Portuguesa

- a) foram submetidas a um processo de doutrinação religiosa que não ocorreu com os indígenas da América Inglesa.
- b) mantiveram sua cultura tão intacta quanto a dos indígenas da América Inglesa.
- c) passaram pelo processo de mestiçagem, que ocorreu amplamente com os indígenas da América Inglesa.
- d) diferenciaram-se dos indígenas da América Inglesa por terem suas terras devolvidas.
- e) resistiram, como os indígenas da América Inglesa, às doenças trazidas pelos brancos.

2. Observe o mapa a seguir, que representa o comércio triangular realizado pelas Treze Colônias inglesas:



DAVIDSON, Basil. À descoberta do passado de África. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

A respeito do comércio representado no mapa anterior e de outros conhecimentos acerca da colonização inglesa, pode-se afirmar que

- a) o interesse mercantilista britânico, estruturado na produção manufatureira de tecidos, teve seu êxito atendido a partir da estrutura comercial da região colonial.
- b) a nítida diferenciação econômica das áreas Norte e Sul das Treze Colônias não inviabilizou a integração comercial das regiões.
- c) a negligência salutar inglesa se manifestou na medida em que o comércio envolvendo as Treze Colônias era desvinculado de regiões colonizadas por outras metrópoles.
- d) a rica participação do açúcar brasileiro no comércio triangular colaborou para as invasões estrangeiras no Brasil, como exemplifica os casos holandês e francês.
- e) o intenso controle britânico das atividades comerciais inglesas possibilitou a liberação de recursos para a metrópole, contribuindo para a acumulação primitiva de capital.

## Implantação do Sistema Colonial no Brasil

### Comunidades Indígenas

A chegada dos portugueses à costa brasileira representou, assim como na América Espanhola, uma catástrofe para os povos nativos da região, que foram submetidos ao trabalho compulsório e retirados de suas estruturas socioculturais.

Calcula-se que mais de 3 milhões de índios viviam na faixa que hoje se define como o Brasil. As comunidades locais não apresentavam a complexidade das Altas Culturas da América Espanhola, como os Incas e os Astecas, mas eram observados dois grandes grupos de nativos na região da América Portuguesa: os **tupis-guaranis** e os **tapuias**.

Os tupis, também chamados de tupinambás, ocupavam praticamente toda a costa brasileira, concentrando-se, todavia, na região litorânea do Norte do Brasil até Cananeia, no sul do atual estado de São Paulo. Os guaranis, por sua vez, ocupavam o litoral Sul e a Bacia Paraná-Paraguai. Mesmo presentes em uma região territorial tão extensa, esses povos falavam uma língua comum, o tupi-guarani, e apresentavam semelhanças culturais.

Porém, em algumas regiões da costa brasileira e, majoritariamente, no interior, existiam povos indígenas que não seguiam as características culturais e linguísticas dos tupis-guaranis, esses eram conhecidos por tapuias: os aimorés, no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo, os goitacazes, na foz do Rio Paraíba, e os tremembés, na faixa entre o Ceará e o Maranhão, representam algumas dessas comunidades. Deve-se ressaltar que o termo tapuia possui uma terminologia tupi, que simboliza, de certa forma, a ideia do bárbaro, do forasteiro, do inimigo, por não compartilharem da língua tupi-guarani. Assim, o termo tapuia foi incorporado pelos portugueses sob a perspectiva tupi-guarani. Isso explica a posição de muitos historiadores que optam pelo termo macro-jê para designar a população tapuia.

Os povos indígenas viviam da caça, da pesca, da agricultura e da coleta de frutas. Preparavam frequentemente o solo, utilizando as queimadas. A economia era voltada para a subsistência, sendo comum entre os nativos apenas a troca de mulheres e de alguns bens valorizados, como penas e pedras para ornamento. As alianças entre os índios se concentravam nas atividades bélicas, que serviam para a captura de inimigos, muitas vezes mortos em ações de canibalismo, prática comum dos povos tupis e tapuias.

A chegada dos portugueses foi tratada, pela maioria dos grupos locais, com relativa resistência e, em alguns casos, com enfrentamento armado. As alianças com as comunidades mais afeitas aos lusos foram fundamentais para a garantia da colonização, como no caso do apoio dos tupis ao combate dos tamoios que tentaram destruir os primeiros núcleos portugueses na região de São Paulo.

Tal encontro de culturas possibilitou, além da violência e da destruição indígena, a integração de hábitos

alimentares e culturais, bem como a apropriação de palavras do vocabulário nativo. A intensa miscigenação também seria uma particularidade que distinguiu os povos portugueses dos espanhóis durante os séculos seguintes da colonização.

## Os Primeiros Portugueses



Primeira missa no Brasil. Note-se o caráter idealizador da chegada portuguesa, na tela de Victor Meirelles.

A chegada lusa ao solo sul-americano não assinalou a efetivação do processo de ocupação das terras americanas pelos portugueses. Isso ocorreu porque os lucros provenientes das atividades comerciais no Oriente monopolizaram a atenção do Estado português nos primeiros anos do século XVI. Essa indiferença parcial foi quebrada pelas viagens de reconhecimento da costa brasileira e pelos empreendimentos extrativistas, empenhados na extração do pau-brasil. Em 1501 e 1503, a Coroa portuguesa enviou duas expedições ao Brasil com o objetivo de reconhecer a costa brasileira e dimensionar a potencialidade da região.

Além da fundação das primeiras feitorias na América Portuguesa, as viagens iniciais conseguiram identificar a possibilidade de um fácil lucro para a Coroa por meio da exploração do pau-brasil. Madeira já comercializada na região da Ásia, o pau-brasil foi encontrado de maneira abundante na região da Mata Atlântica, da faixa do Rio Grande do Norte até o Rio de Janeiro. O pau-brasil era amplamente utilizado na Europa desde a Idade Média como base para a tintura de tecidos, com especial predileção para tons vermelhos.

O interesse pela madeira fez com que a Coroa portuguesa estabelecesse o imediato direito de estanco – monopólio real –, porém sem a disposição de efetuar gastos com a extração. Concedeu, assim, a exploração a terceiros, mediante o pagamento de taxas para a retirada da madeira na costa da América Portuguesa. O primeiro explorador do recurso na colônia foi o cristão-novo Fernando de Noronha, rico asturiano que, em Lisboa, comandava ampla atividade comercial, tendo permanecido com o direito de extração até o ano de 1511.

A extração do pau-brasil contava com o trabalho indígena por meio do escambo, ou seja, mediante um sistema de trocas. Os nativos se interessaram pela atividade na medida em que eram beneficiados por pequenos objetos úteis fornecidos pelos portugueses, como facas, machados,

e tesouras, além dos atraentes espelhos e miçangas.

O comércio do pau-brasil perdurou durante todo o Período Colonial, tendo se intensificado nas primeiras décadas do século XVI. Foi nesse período que navegantes de outros países buscaram na costa brasileira a possibilidade de fácil enriquecimento por meio da exploração da madeira tintorial, com destaque para as expedições francesas.

A presença estrangeira na costa da América Portuguesa exigiu medidas de segurança por parte da Coroa, devido à resistência dos países europeus às determinações do Tratado de Tordesilhas. As duas expedições militares de Cristóvão Jacques, em 1516 e 1526, foram determinantes para reprimir navios franceses exploradores no litoral da colônia.

A apreensão da nau francesa *Pelèrine*, com aproximadamente 300 toneladas de pau-brasil, no ano de 1532, demonstra a intensa presença estrangeira na costa colonial. Tal situação reproduziu em menor escala os conflitos entre lusos e potências europeias pelas novas terras durante os séculos seguintes de colonização.

A presença francesa na costa estimulou o monarca português João III (1502-1557) a redefinir os rumos da política lusitana para as terras da América. A queda do lucro nas regiões asiáticas e a localização de minerais preciosos nas áreas de colonização espanhola também foram determinantes para um novo projeto para a colônia.

## Expedições Colonizadoras

Em dezembro de 1530, partiram de Portugal cinco embarcações, com aproximadamente 400 homens, que seriam responsáveis pela fundação do primeiro núcleo colonial português na América.

Conduzida por Martin Afonso de Souza, a expedição colonizadora fundou a vila de São Vicente, na região do litoral de São Paulo. Em 1533, depois de fracassadas tentativas para localizar as ricas regiões fornecedoras de metais preciosos, na região do Rio da Prata, Martin Afonso retornou a Portugal, sendo notificado da implantação do sistema de capitanias hereditárias para a exploração da América Portuguesa.

Já utilizado em outras áreas do Império luso, esse sistema seria marcado pela doação de faixas de terras perpendiculares ao Tratado de Tordesilhas até a área litorânea. Receberiam tais faixas de terra aqueles que a Coroa portuguesa acreditasse serem capazes de promover a ocupação territorial. Esses eram denominados capitães donatários, que passariam a assumir o papel de empreendedores do sistema colonial português.

Martin Afonso recebeu duas das quinze capitanias distribuídas pelo monarca João III. Além da Carta de

Doação, documento que garantia o direito de posse da capitania, os donatários recebiam o foral, documento responsável por determinar direitos e deveres. Assim, o capitão donatário poderia:

- ✓ distribuir sesmarias, gigantescos latifúndios que foram explorados pelos primeiros lusos que chegaram ao Brasil;
- ✓ escravizar os nativos;
- ✓ fundar vilas;
- ✓ explorar a terra e promover a extração de metais, de modo a obter lucros, mediante o pagamento dos impostos. Ficava excluída apenas a exploração do pau-brasil, que permaneceu como monopólio real;
- ✓ conduzir a administração da capitania, protegendo os colonos dos ataques estrangeiros e dos nativos.

As capitanias hereditárias representavam unidades administrativas, não podendo ser confundidas com propriedades. Assim, a origem da concentração fundiária no Brasil não se explica pelas capitanias, mas sim pelo sistema de sesmarias.

A distribuição das sesmarias teve início em Portugal durante a Idade Média, em 1375, com o objetivo de inibir o monopólio do controle da terra, impedir o fortalecimento de uma nobreza fundiária e ampliar a produção agrícola, por meio da distribuição de minifúndios. Já na América Portuguesa, esse sistema acabou por acarretar um quadro inverso, em que a doação de terras promoveu a concentração fundiária, devido à amplitude territorial existente na colônia.

As Capitanias Hereditárias não garantiram a plena ocupação do território brasileiro. Ataques indígenas, desinteresse pelo território, distância e falta de capital podem ser citados como elementos que contribuíram para a fragilidade do sistema. Apenas duas capitanias apresentaram relativo sucesso no início do século XVI: São Vicente e Pernambuco.

A capitania de São Vicente dedicou-se inicialmente à lavoura de cana-de-açúcar, mas a distância dos principais mercados e a concorrência de outras áreas produtoras acabou por fragilizar essa atividade econômica na região. A agricultura, por sua vez, era direcionada para a subsistência.

Com o decorrer das décadas, a capitania de São Vicente se transformou em um importante centro irradiador de expedições para o interior da América Portuguesa, na esperança de encontrar metais preciosos e de capturar indígenas que eram vendidos como cativos em outras regiões coloniais.

Já a capitania de Pernambuco se notabilizou pelo sólido projeto da lavoura açucareira, que acabou por atrair o interesse internacional no século XVII.

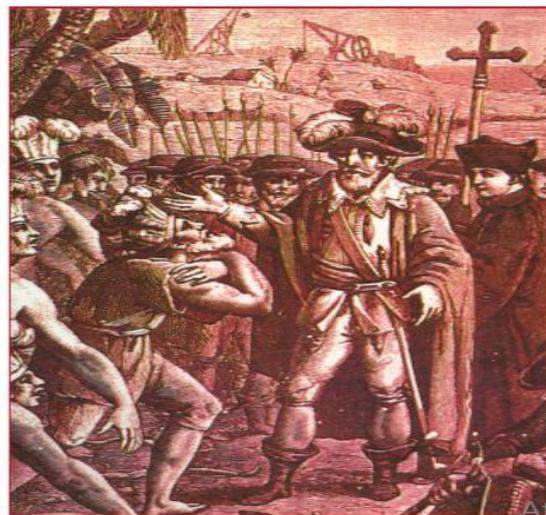
## Capitanias Hereditárias



Capitanias hereditárias: a colonização começa a ganhar seus primeiros contornos sob o direcionamento do capital privado.

### Presença da Coroa

A fragilidade do sistema de capitanias e a permanência das incursões estrangeiras na região brasileira levaram a Coroa portuguesa a instituir o Governo Geral, em 1548. Por meio do regimento, documento que continha as principais atribuições do novo modelo administrativo, Tomé de Souza foi apresentado como primeiro governador-geral. A colônia portuguesa passou a ser administrada a partir da capitania da Bahia, transformada em capitania real após ter sido comprada dos herdeiros do falecido donatário Pereira Coutinho.



Chegada de Tomé de Souza. A coroa portuguesa objetiva se fazer mais presente no processo colonizador e estabelece o Governo geral.

A cidade de Salvador passou a ser o centro da nova administração, que não eliminou o modelo das capitanias hereditárias, mas buscou incentivá-las para a plena ocupação do território. Para atingir esse objetivo, Tomé de Souza chegou a visitar várias capitanias, buscando assegurar nessas regiões o apoio formal da Coroa portuguesa ao projeto colonizador. Durante o governo de Tomé de Souza, ocorreu a fundação do

primeiro bispado na América Portuguesa, além da construção de prédios na capital brasileira.

Nesse contexto, chegaram os primeiros jesuítas, sob a liderança de Manuel da Nóbrega, responsável pelo planejamento da catequese dos indígenas e pela fundação de núcleos educacionais. Com o decorrer das décadas, iniciou-se um dos mais graves e duradouros conflitos do Período Colonial: o atrito entre colonos, desejosos de utilizar o índio como escravo para as mais variadas atividades, e os jesuítas, empenhados no projeto da evangelização dos gentios. Em várias regiões da colônia, essa questão desencadeou instabilidades e violência, exigindo intervenções constantes da Coroa portuguesa durante todo o Período Colonial.

A administração colonial ainda contava com uma estrutura regional de destaque: as câmaras Municipais. Fundamentais para o controle político local, cabia às Câmaras a administração das vilas, a análise de assuntos alusivos ao cotidiano da população e a harmonização das regras do Império português com as especificidades regionais da colônia. A escolha dos seus membros era orientada por meio do Regimento de 1506, que determinava a eleição de três a quatro vereadores, conhecidos por homens bons, um escrivão, um procurador e um tesoureiro. Quando necessário, conforme as particularidades de cada vila, também eram escolhidos os oficiais camarários. A Câmara Municipal era renovada a cada três anos, reunindo-se em média dois dias por semana. Como a escolha dos seus membros partia dos setores da elite local, o esforço político empreendido era voltado para a manutenção dos privilégios da população mais abastada.

## Leitura Complementar

### Conciliação entre Governo Geral e colonos

O Regimento de 1548 e a Carta de Doação não superpõem, senão que absorvem na autoridade do governador-geral a autoridade dos capitães donatários. Tomé de Souza, em nome do rei, passou a subordinar os agentes coloniais, reduzidos todos, mesmo se nomeados pelos donatários, em agentes do soberano, obrigados a prestar miúdas contas de seus encargos. O governador-geral cuidaria, sobretudo, da defesa contra o gentio e da defesa contra o estrangeiro, com o cuidado de vigiar o litoral. De outro lado, disciplinaria os donos de embarcações, perturbadoras das relações entre as capitanias, ao abrigo das linhas oficiais. Ninguém, daí por diante, deveria construir e armar navios e caravelas sem licença, vedado ao colono o comércio com os índios senão pelos cânones aprovados pelo governo.

Os moradores não podiam, também, entrar no sertão, sem a licença direta do soberano. Essas diretrizes, no seu conjunto, indicam a consciente e deliberada preocupação de reduzir o espaço econômico ao espaço administrativo, mantendo o caranguejo agarrado à praia. O povoamento e a colonização deveriam estar ao alcance dos instrumentos de controle e de repressão da metrópole, de seus navios e das suas forças obedientes da colônia. A Coroa está atenta para “manter aquele

mesmo sistema de povoamento litorâneo, permitindo contato mais fácil e direto com a metrópole e ao mesmo tempo previne, ou chama exclusivamente a si, enquanto tem forças para fazê-lo, as entradas ao sertão, tolhendo aqui, sobretudo, o arbítrio individual.” A real fazenda instala, pouco a pouco, seus mil olhos, muitas vezes desnorteados com a extensão territorial, denunciando o “cunho largamente mercantil da ação colonial dos reis portugueses”. A centralização era o meio adequado, já cristalizado tradicionalmente, para o domínio do Novo Mundo.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. Rio de Janeiro: Globo, 1989, v. 1. p. 145-146.

## Exercícios de Fixação

1. (UFMG–2010) Leia este trecho do documento:

Eu el-rei faço saber a vós [...] fidalgo de minha casa que vendo Eu quanto serviço de Deus e meu é conservar e enobrecer as capitanias e povoações das terras do Brasil e dar ordem e maneira com que melhor e seguramente se possam ir povoando para exaltamento da nossa santa fé e proveito de meus reinos e senhorios e dos naturais deles ordenei ora de mandar nas ditas terras fazer uma fortaleza e povoação grande e forte em um lugar conveniente para daí se dar favor e ajuda às outras povoações e se ministrar justiça e prover nas coisas que cumprirem a meus serviços e aos negócios de minha fazenda e a bem das partes [...]

É correto afirmar que, nesse trecho de documento, se faz referência

- a) à criação do Governo Geral, com sede na Bahia.
- b) à implantação do vice-reinado no Rio de Janeiro.
- c) à implementação da capitania-sede em São Vicente.
- d) ao estabelecimento de capitanias hereditárias no Nordeste.

2. (FGV-SP–2008) O primeiro testemunho sobre a antropofagia na América foi registrado por Álvarez Chanca [...] em 1493. [...] Registrada a abominação antropofágica, os monarcas espanhóis autorizam em 1503 a escravidão de todos os caraíbas pelos colonos.

No litoral brasileiro, os tupinambás, do grupo tupi, tinham o hábito do canibalismo ritual [...] Prova de barbárie e, para alguns, da natureza não humana do ameríndio, a antropofagia condenava as tribos que a praticavam a sofrer pelas armas portuguesas a “guerra justa” e do cativo perpétuo em 1557, por terem devorado no ano anterior vários naufragos portugueses, entre os quais se encontrava o primeiro bispo do Brasil. ALENCASTRO, Luís Felipe de. Folha de S. Paulo, 12 out. 1991.

A partir do fragmento, é correto concluir que

- a) as tribos tupiniquins, aliadas aos franceses, acreditavam na justiça e na importância da guerra justa como capaz de permitir a supremacia contra tribos inimigas.
- b) conforme determinavam as legislações de Portugal e da Espanha até o início do século XIX, apenas os nativos da América que praticavam o canibalismo foram escravizados.

c) a escravização dos ameríndios foi legal e efetiva apenas até a entrada dos primeiros homens escravos africanos na América, a partir da segunda metade do século XVII.

d) o estranhamento do colonizador europeu com a prática da antropofagia por parte dos nativos da América serviu de pretexto para a escravização desses nativos.

e) portugueses e espanhóis, assim como a Igreja Católica, associavam a desumanidade dos índios ao fato de esses nativos insistirem na prática da guerra justa.

3. (UEL-PR-2007) Sobre o sistema colonial de Portugal no Brasil, é correto afirmar:

a) Os reformadores do sistema de exploração mercantil aportaram em São Sebastião comandados por Tomé de Souza. O objetivo principal da esquadra era manter o sistema português de educação vigente no Brasil.

b) O Pe. Manuel da Nóbrega, membro da Companhia de Jesus, veio para o Brasil cumprir os preceitos da aplicação do dogma e da disciplina religiosa. Assim, estabeleceu-se na colônia a articulação dos poderes do rei e de Deus, ou seja, da Coroa portuguesa com a Igreja.

c) As revoluções Copernicana, Industrial e Francesa levaram a Coroa portuguesa por meio da Universidade de Coimbra, dominada pela Companhia de Jesus, a enviar a esquadra de Tomé de Souza para o Brasil, visando a controlar os movimentos reformistas que proliferavam em várias capitanias.

d) O Brasil, inserido no antigo sistema colonial, foi reconhecido como um exemplo de colônia de povoamento pela ocupação organizada do território, levando a Coroa portuguesa a liberar o comércio interno e a incentivar o panorama científico e educacional.

e) A Reforma Protestante e a revolução realizada por Nicolau Copérnico tiveram um grande impacto no sistema educacional do Brasil Colônia. Para auxiliar nesse processo, que pressupõe o desenvolvimento do dogma e da disciplina, a Companhia de Jesus enviou o Pe. Manuel da Nóbrega.

4. (UFMG-2007) Observe a imagem:



Adoração dos magos, atribuída a Vasco Fernandes e a Jorge Afonso, pintada na Sé de Viseu, em Portugal, entre 1501 e 1505.

Com base nas informações dessa imagem e em outros conhecimentos sobre o assunto, é incorreto afirmar que a descoberta do Novo Mundo e, particularmente, do Brasil levou os portugueses a representar

a) a América e sua população, novidade com que se defrontavam, inserindo-as em quadros mentais antigos.

b) a América, sua natureza e sua população, reconhecendo-as na sua alteridade em relação ao mundo europeu.

c) os povos da América em conformidade com as crenças – sobretudo as cristãs – em voga, então, no continente Europeu.

d) um dos Reis Magos como um índio da América, fazendo-o substituir aquele que é, usualmente, representado como negro.

5. (UFMG) É correto afirmar que a prática da antropofagia entre algumas tribos indígenas brasileiras se devia

a) ao barbarismo daqueles povos, que não possuíam religião ou normas morais capazes de refrear seus instintos.

b) à crença de que, ao devorarem os inimigos, os índios estariam incorporando suas virtudes e qualidades.

c) à influência dos conquistadores europeus, uma vez que os índios procuravam responder à crueldade dos brancos.

d) a uma estratégia de apavorar os adversários, que ficavam com medo de combater os antropófagos.

### Exercícios Propostos

1. (UFRN) José de Anchieta, missionário jesuíta, veio da Europa, no século XVI, com o objetivo de evangelizar as populações indígenas no Brasil. Acerca dos índios, assim ele escreveu: “Pouco se pode obter deles se a força do braço secular não acudir para domá-los. Para esse gênero de gente não há melhor pregação do que a espada e a vara de ferro.”

COTRIM, Gilberto. História e consciência do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 28.

O depoimento citado expressa ideias que serviram de base para o (a)

a) projeto de manutenção da cultura dos povos nativos levado a cabo pela Companhia de Jesus, apesar do conflito com as autoridades coloniais.

b) tratamento dado pelos portugueses aos povos nativos, proibindo sua escravização em todo o território da colônia e importando africanos para a lavoura açucareira.

c) política da Coroa portuguesa, que reunia os nativos nas reduções ou nos aldeamentos, onde ficavam a salvo dos ataques dos colonos interessados em sua escravização.

d) conquista dos povos nativos, impondo-lhes o idioma, a religião, o direito e o modelo econômico e político dominante entre os europeus.

3. (UNIFESP-SP) Se abraçarmos alguns costumes deste gentio, os quais não são contra nossa fé católica, nem são ritos dedicados a ídolos, como é cantar cantigas de Nosso Senhor em sua língua [...] e isto para os atrair a deixarem os outros costumes essenciais [...]

NÓBREGA, Manuel da., em carta de 1552.

Com base no texto, pode-se afirmar que

- os jesuítas, em sua catequese, não se limitaram a aprender as línguas nativas para cristianizar os indígenas.
- a proposta do autor não poderia, por suas concessões aos indígenas, ser aceita pela ordem dos jesuítas.
- os métodos propostos pelos jesuítas não poderiam, por seu caráter manipulador, ser aceitos pelos indígenas.
- os jesuítas experimentaram os mais variados métodos para alcançar seu objetivo, que era explorar os indígenas.
- os jesuítas, depois da morte de José de Anchieta, abandonaram seus escrúpulos no sentido de corromper os indígenas.

3. (Fatec-SP) O governo de Tomé de Souza foi marcado por uma intensa luta contra os franceses, no Rio de Janeiro, e por conflitos com os jesuítas, que se opunham à escravização dos índios.

- pela fundação do Colégio de São Paulo de Piratininga, em 1554.
- pela criação do primeiro bispado do Brasil, tendo à frente o bispo D. Pero Fernandes Sardinha.
- pela grande habilidade política do governador, a qual acabou por deixá-lo no poder por quase 15 anos.
- pelo Armistício de Iperoig e pela vitória contra os franceses, que foram expulsos do Rio de Janeiro em 1567.

4. (Fatec-SP-2007) Se levarmos em conta que os colonizadores portugueses mantiveram um contato maior com as nações tupi, podemos dizer que as sociedades indígenas brasileiras viviam em um regime de comunidade primitiva, no qual

- não existia propriedade privada, pois os únicos bens individuais eram os instrumentos de caça, pesca e trabalho, como o arco, a flecha e o machado de pedra.
- cabia aos homens, além da caça e da pesca, toda a atividade agrícola do plantio à colheita.
- cada família tinha a sua propriedade, apesar de todos trabalharem para o sustento da comunidade.
- a economia era planificada, e todo o excedente era trocado com as tribos vizinhas.
- tanto a propriedade privada quanto a agricultura de subsistência e a divisão de trabalho obedeciam a critérios naturais, ou seja, de acordo com o sexo e a idade.

5. (UFRJ-2008) As Câmaras Municipais da América Portuguesa do século XVII tinham a responsabilidade de, juntamente com os oficiais da monarquia, zelar pelo “bem comum” da população. Para o exercício de tais funções, a Câmara possuía certas atribuições econômicas, políticas e jurídicas.

Indique duas prerrogativas das Câmaras Municipais coloniais.

---

---

---

---

---

6. (UNESP-SP) Observe a figura e leia o texto.



Primeira Missa no Brasil.

Chantada a cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre Frei Henrique [...] Ali estiveram conosco [...] cinquenta ou sessenta deles, assentados todos de joelhos, assim como nós. [...] [Na terra], até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal [...] Porém, o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta do Achamento do Brasil, 10 maio 1500.

A respeito da tela e do texto, é correto afirmar que

- demonstram a submissão da monarquia portuguesa à Contrarreforma católica.
- expressam o encantamento dos europeus com a exuberância natural da terra.
- atestam, como documentos históricos, o caráter conflituoso dos primeiros contatos entre brancos e índios.
- representam o índio sem idealização, reservando-lhe lugar de destaque no quadro, o que era pouco comum.
- apresentam uma leitura do passado, na qual os portugueses figuram como portadores da civilização.

7. (UFC-CE) Acerca das pretensões iniciais da exploração e da conquista do Brasil, assinale a alternativa correta.

- Interesses antropológicos levaram os portugueses a fazer contato com outros povos, entre eles, os índios do Brasil.
- O rei Dom Manuel tinha se proposto chegar às índias navegando para o Ocidente, antecipando-se, assim, a Cristóvão Colombo.
- O interesse científico de descobrir e de classificar novas espécies motivou cientistas portugueses para lançarem-se à aventura marítima.
- Os conquistadores estavam interessados em encontrar terras férteis para desenvolver a cultura do

trigo e, assim, dar solução às crises agrícolas que sofriam em Portugal.

e) Os portugueses estavam interessados nas riquezas que as novas terras descobertas podiam conter, além de garantir a segurança da rota para as Índias.

8. (UFPE) As feitorias portuguesas no Novo Mundo foram formas de assegurar, aos conquistadores, as terras descobertas. Sobre essas feitorias, é correto afirmar que

a) a feitoria foi uma forma de colonização empregada por portugueses na África, na Ásia e no Brasil, com pleno êxito para a atividade agrícola.

b) as feitorias substituíram as capitânicas hereditárias durante o Governo Geral de Mem de Sá, como proposta mais moderna de administração colonial.

c) as feitorias foram estabelecimentos fundados por portugueses no litoral das terras conquistadas e serviam para armazenamento de produtos da terra, que deveriam seguir para o mercado europeu.

d) tanto as feitorias portuguesas fundadas ao longo do litoral brasileiro quanto as fundadas nas índias tinham idêntico caráter: a presença do Estado português e a ausência de interesses de particulares.

e) o êxito das feitorias afastou a presença de corsários franceses e estimulou a criação das capitânicas hereditárias.

9. (FUVEST-SP) Os portugueses chegaram ao território, depois denominado Brasil, em 1500, mas a administração da terra só foi organizada em 1549. Isso ocorreu porque, até então,

a) os índios ferozes trucidavam os portugueses que se aventurassem a desembarcar no litoral, impedindo assim a criação de núcleos de povoamento.

b) a Espanha, com base no Tratado de Tordesilhas, impedia a presença portuguesa nas Américas, policiando a costa com expedições bélicas.

c) as forças e as atenções dos portugueses convergiam para o Oriente, onde vitórias militares garantiam relações comerciais lucrativas.

d) os franceses, aliados dos espanhóis, controlavam as tribos indígenas ao longo do litoral bem como as feitorias da costa sul-atlântica.

e) a população de Portugal era pouco numerosa, impossibilitando o recrutamento de funcionários administrativos.

10. (UFRGS) Observe o cartum a seguir:



PRIMEIRA MISSA de Sampaio. In: Humores nunca dantes navegados: o descobrimento segundo os cartunistas do Sul do Brasil. Porto Alegre: SEC-RS, 2000.

Considerando a situação histórica e os significados expressos no cartum anterior, analise as seguintes afirmações:

I. O cartum retrata o momento inicial da conquista portuguesa, demonstrando aspectos do “choque cultural” ocorrido entre os conquistadores e os indígenas.

II. A dominação portuguesa do Brasil não se deu unicamente com base na exploração dos recursos naturais e do trabalho indígena, mas também apresentou aspectos nitidamente ideológicos, como a imposição da religião católica aos autóctones.

III. O cartum apresenta o momento inicial do contato interétnico como sendo de tensão e de conflito armado e econômico, visto que os nativos reagiram às tentativas de vigilância impostas pelos conquistadores.

Quais estão corretas?

a) Apenas I

b) Apenas I e II

c) Apenas I e III

d) Apenas II e III

e) I, II e III

11. (Unicamp-SP) O termo “feitor” foi utilizado em Portugal e no Brasil Colonial para designar diversas ocupações. Na época da Expansão Marítima portuguesa, as feitorias espalhadas pela costa africana e, depois, pelas Índias e pelo Brasil tinham feitores na direção dos entrepostos com função mercantil, militar, diplomática. No Brasil, porém, o sistema de feitorias teve menor significado do que nas outras conquistas, ficando o termo “feitor” muito associado à administração de empresas agrícolas.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). Dicionário do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000. p. 222 (Adaptação).

a) Indique características do sistema de feitorias empreendido por Portugal.

---

---

---

---

---

b) Qual a produção agrícola predominante no Brasil entre os séculos XVI e XVII? Quais as funções desempenhadas pelo feitor nessas empresas agrícolas?

---

---

---

---

---

### Seção ENEM

1. (Enem–2009) Os yanomami constituem uma sociedade indígena do norte da Amazônia e formam um amplo conjunto linguístico e cultural. Para os yanomami, urihi, a “terra-floresta”, não é um mero cenário inerte, objeto de exploração econômica, e sim

uma entidade viva, animada por uma dinâmica de trocas entre os diversos seres que a povoam. A floresta possui um sopro vital, wixia, que é muito longo. Se não a desmatarmos, ela não morrerá. Ela não se decompõe, isto é, não se desfaz. É graças ao seu sopro úmido que as plantas crescem. A floresta não está morta pois, se fosse assim, as florestas não teriam folhas. Tampouco se veria água. Segundo os yanomami, se os brancos os fizerem desaparecer para desmatá-la e morar no seu lugar, ficarão pobres e acabarão tendo fome e sede.

ALBERT, B. Yanomami, o espírito da floresta. Almanaque Brasil Socioambiental. São Paulo: ISA, 2007 (Adaptação).

De acordo com o texto, os yanomami acreditam que

- a floresta não possui organismos decompositores.
- o potencial econômico da floresta deve ser explorado.
- o homem branco convive harmonicamente com uruhi.
- as folhas e a água são menos importantes para a floresta que seu sopro vital.
- wixia é a capacidade que tem a floresta de se sustentar por meio de processos vitais.

## 2. (Enem–2007)



PINTURA rupestre da Toca do Pajaú – PI.

A pintura rupestre anterior, que é um patrimônio cultural brasileiro, expressa

- o conflito entre os povos indígenas e os europeus durante o processo de colonização do Brasil.
- a organização social e política de um povo indígena e a hierarquia entre seus membros.
- aspectos da vida cotidiana de grupos que viveram durante a chamada Pré-História do Brasil.
- os rituais que envolvem sacrifícios de grandes dinossauros atualmente extintos.
- a constante guerra entre diferentes grupos paleoíndios da América durante o Período Colonial.

3. (Enem–2009) O índio do Xingu, que ainda acredita em Tupã, assiste pela televisão a uma partida de futebol que acontece em Barcelona ou a um show dos Rolling Stones na praia de Copacabana. Não obstante, não há que se iludir: o índio não vive na mesma realidade em que um morador do Harlem ou de Hong Kong, uma vez que são distintas as relações dessas diferentes pessoas com a realidade do mundo moderno; isso porque o homem é um ser cultural, que se apoia nos valores da sua comunidade, que, de fato, são os seus.

GULLAR, F. Folha de S. Paulo. São Paulo: 19 out. 2008 (Adaptação).

Ao comparar essas diferentes sociedades em seu contexto histórico, verifica-se que

- pessoas de diferentes lugares, por fazerem uso de tecnologias de vanguarda, desfrutaram da mesma realidade cultural.
- o índio assiste ao futebol e ao show, mas não é capaz de entendê-los, porque não pertencem à sua cultura.
- pessoas com culturas, valores e relações diversas têm, hoje em dia, acesso às mesmas informações.
- os moradores do Harlem e de Hong Kong, devido à riqueza de sua história, têm uma visão mais aprimorada da realidade.
- a crença em Tupã revela um povo atrasado, enquanto os moradores do Harlem e de Hong Kong, mais ricos, vivem de acordo com o presente.

4. (Enem–2009) Distantes uma da outra quase 100 anos, as duas telas seguintes, que integram o patrimônio cultural brasileiro, valorizam a cena da primeira missa no Brasil, relatada na Carta de Pero Vaz de Caminha. Enquanto a primeira retrata fielmente a Carta, a segunda – ao excluir a natureza e os índios – critica a narrativa do escrivão da frota de Cabral. Além disso, na segunda, não se vê a cruz fincada no altar.



Ao comparar os quadros e levando-se em consideração a explicação dada, observa-se que

- a influência da religião católica na catequização do povo nativo é objeto das duas telas.
- a ausência dos índios na segunda tela significa que Portinari quis enaltecer o feito dos portugueses.
- ambas, apesar de diferentes, retratam um mesmo momento e apresentam uma mesma visão do fato histórico.
- a segunda tela, ao diminuir o destaque da cruz, nega a importância da religião no processo dos descobrimentos.
- a tela de Victor Meirelles contribuiu para uma visão romantizada dos primeiros dias dos portugueses no Brasil.

5. (Enem–2009) Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica

de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Menos pela ação oficial do que pelo braço e pela espada do particular. Mas tudo isso subordinado ao espírito político e de realismo econômico e jurídico que aqui, como em Portugal, foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional; sendo que entre nós através das grandes famílias proprietárias de terras e autônomas; senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens.

FREYRE, G. Casa Grande e senzala. Rio de Janeiro: José Olympo, 1984. De acordo com a abordagem de Gilberto Freyre sobre a formação da sociedade brasileira, é correto afirmar que

- a) a colonização na América tropical era obra, sobretudo, da iniciativa particular.
- b) o caráter da colonização portuguesa no Brasil era exclusivamente mercantil.
- c) a constituição da população brasileira esteve isenta de mestiçagem racial e cultural.
- d) a metrópole ditava as regras e governava as terras brasileiras com punhos de ferros.
- e) os engenhos constituíam um sistema econômico e político, mas sem implicações sociais.

6. (Enem–2010) Os vestígios dos povos tupi-guarani encontram-se desde as missões e o Rio da Prata, ao sul, até o Nordeste, com algumas ocorrências ainda mal conhecidas no sul da Amazônia. A leste, ocupavam toda a faixa litorânea, desde o Rio Grande do Sul até o Maranhão. A oeste, aparecem (no Rio da Prata) no Paraguai e nas terras baixas da Bolívia. Evitam as terras inundáveis do Pantanal e marcam sua presença discretamente nos cerrados do Brasil Central. De fato, ocuparam, de preferência, as regiões de floresta tropical e subtropical.

PROUS, A. O Brasil antes dos brasileiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Os povos indígenas citados possuíam tradições culturais específicas que os distinguiam de outras sociedades indígenas e dos colonizadores europeus. Entre as tradições tupi-guarani, destacava-se

- a) a organização em aldeias politicamente independentes, dirigidas por um chefe, eleito pelos indivíduos mais velhos da tribo.
- b) a ritualização da guerra entre as tribos e o caráter semisedentário de sua organização social.
- c) a conquista de terras mediante operações militares, o que permitiu seu domínio sobre vasto território.
- d) o caráter pastoril de sua economia, que prescindia da agricultura para investir na criação de animais.
- e) o desprezo pelos rituais antropofágicos praticados em outras sociedades indígenas.

## Mercantilismo

O conjunto de práticas econômicas dos Estados europeus durante a Idade Moderna recebe o nome de mercantilismo.

Essas práticas não apresentavam grande uniformidade, variando de Estado para Estado e sendo mais presentes nas monarquias absolutas. O próprio termo mercantilismo foi cunhado a posteriori por economistas do século XIX que criticavam tais medidas. O auge do mercantilismo se deu nos séculos XVI e XVII e sua existência estava vinculada à atividade comercial entre os países europeus e suas colônias.

As primeiras práticas mercantilistas tiveram origem em meados do século XV, quando a Europa sofria com a escassez de metais preciosos. A crença na intervenção do Estado na economia era um dos fundamentos do mercantilismo. Neste contexto, com o objetivo de fortalecer os países europeus, os chefes de Estado aprovavam leis que regulavam as atividades econômicas em seu território, impondo limites ao livre mercado. Tais medidas visavam, principalmente, à acumulação de metais preciosos e à consequente sustentação dos Estados. O ouro e a prata, transformados em moeda, garantiram a formação da burocracia estatal e a manutenção de um poderoso Exército e de uma frota naval.

Nos reinados de Henrique VIII e de Elizabeth I, ao longo do século XVI, o Parlamento inglês “aprovava ‘pilhas de estatutos’, que controlavam muitos aspectos da vida econômica, da defesa nacional, níveis estáveis de salários e preços, padrões de qualidade dos produtos industriais, apoio aos indigentes e punição aos preguiçosos, e outros desejáveis objetivos sociais”.

STONE, Lawrence. As causas da Revolução Inglesa. São Paulo: Edusc, 2000.

Apesar de ter sido uma prática predominante durante boa parte da Idade Moderna, a intervenção do Estado na economia foi alvo de severas críticas pelos teóricos liberais do século XIX. Para eles, a atuação estatal provocava uma limitação ao desenvolvimento econômico e o atraso das nações. Desse modo, a consolidação do sistema capitalista no século XIX foi acompanhada da redução do papel do Estado no plano econômico.

## Práticas Mercantilistas

Como já foi dito, as práticas mercantilistas variaram com o passar dos séculos e de um Estado para outro. Algumas estratégias comuns, no entanto, podem ser verificadas. A principal intenção dessas práticas era garantir uma balança comercial favorável aos países da Europa, uma vez que, durante a Idade Moderna, pensava-se que todas as riquezas do mundo estavam numa posição estática e constante, razão pela qual o comércio era tido como uma atividade em que havia um ganhador e um perdedor, sendo o seu resultado equivalente a uma soma zero. Nesse sentido, a nação que conseguisse um saldo positivo em suas transações

comerciais garantiria sua superioridade em relação às demais.

Para garantir o sucesso na acumulação de riquezas, era necessário ainda que houvesse a regulamentação do comércio de produtos vindos do exterior. O aumento das tarifas alfandegárias foi o principal método para alcançar tal objetivo, uma vez que a taxa sobre produtos estrangeiros reduzia as chances da entrada destes em um Estado e, como consequência, impedia a saída de metais preciosos.

Se no plano internacional a tendência foi o estabelecimento de taxas aduaneiras, internamente havia a necessidade da eliminação das barreiras. Dessa forma, a unificação dos mercados dentro de uma mesma nação foi uma característica desse período e também colaborou para o fortalecimento econômico dos Estados.

O investimento nas manufaturas nacionais também foi comum, posto que o fortalecimento da produção manufatureira impedia a concorrência no mercado internacional e evitava a necessidade da aquisição de produtos estrangeiros. Os monarcas incentivavam a produção interna por meio da concessão de privilégios aos interessados.

[...] a fim de ajudá-los no grande investimento necessário a esse estabelecimento concedemos aos ditos industriais a soma de 180 000 libras, soma essa que conservarão por 12 anos sem o pagamento de juros, e no fim desse tempo serão chamados a nos devolver apenas 150 000 libras e as restantes lhes serão dadas como prêmio.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 20. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

Em muitos casos, a determinado produtor era concedido até o monopólio da produção de certos artigos em regiões específicas do reino.

Desejando tratar favoravelmente o senhor Van Robais e servir-me dele como exemplo para atrair os estrangeiros que primam em qualquer espécie de manufatura, a fim de que venham estabelecer-se em nosso reino, pedimos ao prefeito e aos magistrados que lhe forneçam alojamentos convenientes para a instalação dos teares [...] Queremos que ele [Van Robais] e os trabalhadores estrangeiros sejam considerados súditos do rei e naturalizados [...] Ele será ainda isento de impostos, da corveia e de outros encargos públicos durante a vigência da presente concessão [...]

Permitimos a esse empresário e aos operários que continuem a professar a religião reformada [...] Proibimos a outras pessoas imitar ou falsificar a marca dos ditos tecidos, pelo prazo de vinte anos, bem como que se estabeleçam na cidade de Abbeville e a dez léguas de seus arredores oficinas de tecelagem semelhantes [...] LUÍS XIV, ao autorizar o estabelecimento de manufatura em Abbeville, no ano de 1651.

O estabelecimento dos monopólios foi prática comum entre as nações mercantilistas, pois a concessão do controle de determinadas atividades econômicas a particulares garantia a presença do Estado na regulação

da economia e atendia aos interesses dos grandes comerciantes. Tais restrições impostas à livre-circulação de mercadorias foram fundamentais para o enriquecimento dos comerciantes durante parte da Idade Moderna.

Outra forma de enriquecimento dos comerciantes foi a utilização do monopólio sobre as atividades coloniais, conhecido como exclusivo colonial, que também fez parte desse conjunto de práticas. Teoricamente, a colônia deveria oferecer melhores condições comerciais ao país a que estava submetida – a metrópole –, fornecendo matéria-prima de maneira exclusiva e consumindo os produtos manufaturados metropolitanos, como é exposto no trecho a seguir.

O objetivo das colônias é o de fazer o comércio em melhores condições [para as metrópoles] do que quando é praticado com os povos vizinhos, com os quais todas as vantagens são recíprocas. Estabeleceu-se que apenas a metrópole poderia negociar na colônia; e isso com grande razão, porque a finalidade do estabelecimento foi a constituição do comércio, e não a fundação de uma cidade ou de um novo império [...]

MONTESQUIEU. *Do espírito das leis* (1748). São Paulo: Martin Claret, 2004. p. 387

Sendo o comércio a principal atividade geradora de riquezas, era fundamental, naquele contexto, o investimento em uma potente Marinha mercante. O incentivo à produção naval garantia o controle dos mares, principal rota de comércio entre a América e a Europa. Uma poderosa Marinha de guerra também poderia significar a proteção das frotas comerciais e vitórias nas inúmeras batalhas entre os recém-formados Estados, já que muitas das disputas entre os países foram, na época, resolvidas por meio da guerra.

### Mercantilismo na Península Ibérica

A conquista colonial determinou as características do mercantilismo na Península Ibérica, pois as riquezas provenientes das colônias favoreceram a tendência metalista de suas economias. O monopólio sobre o comércio com a América foi fundamental para Portugal e Espanha. Estima-se que 18 mil toneladas de prata e 200 toneladas de ouro foram extraídas da América e levadas para a Europa. Também conhecida como bulionismo, a preocupação com o acúmulo de metais preciosos levou ao estabelecimento de uma rígida política colonial por parte das Coroas ibéricas.

A Espanha, privilegiada pela riqueza das suas colônias, estabeleceu uma série de métodos para garantir os lucros com a exploração dos metais preciosos provenientes das minas do México e do Peru, como o sistema de comboios anuais e o regime de porto único, que visavam ao controle sobre o ouro e a prata. O país contava ainda com a Casa de Contratação, com sede em Sevilha, que foi um poderoso órgão de regulamentação do comércio colonial, e com uma forte Marinha de guerra, conhecida como a Invencível Armada, que auxiliava a Espanha na proteção das riquezas.



Antigo prédio da Casa de Contratação em Sevilha

A Coroa portuguesa também se esforçou, embora de forma menos organizada, no sentido de controlar a extração dos metais preciosos. No século XVIII, auge do período de exploração aurífera nas Minas Gerais, uma série de impostos foi criada visando impedir os desvios e o contrabando do metal. Além disso, foi criada a Casa de Fundição e delimitado o Distrito Diamantino, com o objetivo de ampliar o controle na região das Minas.

Tanto na colonização espanhola quanto na portuguesa, a excessiva dependência das riquezas coloniais provocou consequências negativas nas economias metropolitanas. Se entre os séculos XVI e XVII esses países viveram o seu período áureo, nos séculos XVIII e XIX sua força econômica foi reduzida. A pouca preocupação com o desenvolvimento interno de suas economias levou a um cenário de dependência externa e pouco crescimento logo no início da Idade Contemporânea.

### Mercantilismo na França

As medidas adotadas pela monarquia francesa, principalmente no século XVII, receberam o nome de industrialismo ou Colbertismo graças ao ministro de Luís XIV, Jean-Baptiste Colbert, que foi o responsável pela aplicação de práticas de incentivo ao desenvolvimento das manufaturas francesas.

O Colbertismo, que se caracterizou pela produção de artigos de luxo, tecidos finos, tapeçaria, vidros e papel, visava manter a balança comercial favorável. As conquistas coloniais também foram responsáveis pelo fortalecimento do Estado francês que, através do investimento na Marinha e na pirataria, atuou sistematicamente na América, conquistando, assim, metais preciosos e o fortalecimento do poder absoluto.

### Mercantilismo na Inglaterra

O incentivo às manufaturas, principalmente têxteis, a limitação das importações e a tentativa de controle da saída de matéria-prima também foram comuns à Inglaterra, caracterizando, assim, a variação mercantilista denominada comercialismo.

Durante o reinado de Elizabeth (1533-1603), o estímulo à pirataria foi uma outra fonte de arrecadação para o Estado inglês. Os corsários recebiam autorização da Coroa para pilhar galeões espanhóis carregados de riquezas coloniais. Além disso, os Atos de Navegação, editados anos mais tarde, durante o processo

revolucionário inglês do século XVII, dificultaram a entrada de navios estrangeiros em seus portos, atacando, principalmente, os interesses holandeses. Tais estímulos ao fortalecimento da Marinha foram fundamentais para o controle inglês sobre os oceanos, principalmente após as vitórias sobre a Invencível Armada espanhola e sobre as frotas holandesas.

Além de consolidarem uma estrutura comercial na própria Europa, os ingleses atuaram também em outras partes do mundo. Nas Índias, a atuação inglesa era coordenada pela Companhia das Índias Orientais. Já na América, a colonização das Treze Colônias e das Antilhas inglesas garantiram o fornecimento de gêneros agrícolas e mercado consumidor para a Inglaterra.

### Acumulação Primitiva de Capitais

As práticas mercantilistas colaboraram para o desenvolvimento da economia capitalista, estando ligadas à sua consolidação no século XIX, afinal, as riquezas originárias desse período permitiram a ocorrência do processo conhecido como acumulação primitiva de capitais. A pilhagem do mundo colonial e os lucros oriundos do tráfico de escravos também contribuíram para a chamada Revolução Comercial e o fortalecimento da classe burguesa. Esse acúmulo levou, no século XVIII, à eclosão e à expansão do capitalismo industrial a partir da Inglaterra. De acordo com Karl Marx:

A descoberta de terras de ouro e prata na América, o extermínio, escravização e enterramento da população nativa nas minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África numa coudada para a caça comercial de peles-negras assinalam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos principais da acumulação original. Segue-lhes de perto a guerra comercial das nações europeias, com o globo terrestre por palco.

MARX, Karl. O capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

### Exercícios de Fixação

- (UFMG–2006) Considerando-se o papel e a importância do mercantilismo, é INCORRETO afirmar que
  - essa doutrina tinha como fundamento básico a convicção de que o Estado deveria interferir nos processos econômicos.
  - as políticas fundamentadas nessa doutrina abarcavam as relações entre os países da Europa Ocidental e, também, os laços entre estes e suas colônias.
  - o principal aspecto dessa doutrina era a adoção de ações planejadas para fomentar a industrialização da economia.
  - essa doutrina consistia num conjunto de pressupostos e crenças econômicas vigentes no período de formação e apogeu dos Estados Modernos.

- (UEPG-PR) O mercantilismo não era uma doutrina fechada, apenas um conjunto de ideias e práticas econômicas adotadas pelo Estado absolutista entre os

séculos XV e XVIII. A respeito desse assunto, estabeleça a soma das alternativas CORRETAS.

01. O mercantilismo tinha como princípio fundamental a intervenção do Estado na economia.

02. A acumulação de metais preciosos significava força e riqueza para as nações.

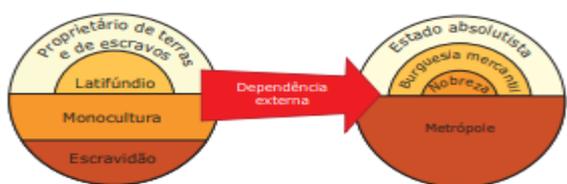
04. O mercantilismo espanhol (bulionismo) se restringiu ao acúmulo de metais oriundos do México, do Peru e da Bolívia – regiões de seu império colonial –, sem impulsionar a atividade manufatureira.

08. No mundo mercantilista, circulava a ideia da existência de um mercado que funciona por conta própria, beneficiando o mundo todo.

16. A Holanda baseava seu mercantilismo nas atividades comerciais, manufatureiras e financeiras. Foram indispensáveis para essas práticas a Companhia das Índias Orientais, a Marinha mercante e o Banco de Amsterdã.

Soma ( )

3. (Unifor-CE-2007) Considere a ilustração.



ALENCAR, Francisco et al. História da sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981. p. 25.

Com base no conhecimento do processo histórico da América Portuguesa, é POSSÍVEL afirmar que a ilustração refere-se

- a) à estrutura política e social da colonização de povoamento.
- b) ao sistema colonial de produção de manufatura algodoeira.
- c) à estrutura administrativa autônoma da colônia portuguesa.
- d) ao poder dos senhores feudais na organização das colônias.
- e) ao sistema de colonização baseado no monopólio comercial.

4. (UNIFESP-2010) Mercantilismo é o nome normalmente dado à política econômica de alguns Estados Modernos europeus, desenvolvida entre os séculos XV e XVIII. INDIQUE

a) duas características do mercantilismo.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

b) a relação entre o mercantilismo e a colonização da América.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. (UFPI-2006) Entre os séculos XV e XVIII, vigorou na Europa uma série de doutrinas e práticas econômicas que se tornaram conhecidas como mercantilismo. Sobre essa doutrina, podemos afirmar

I. que tinha como objetivo fortalecer o Estado e a burguesia, numa fase de transição do feudalismo ao capitalismo.

II. que tinha no intervencionismo estatal uma estratégia chave para promover a acumulação primitiva de capital nos Estados Modernos.

III. que tinha no metalismo, na balança comercial favorável, no protecionismo e no intervencionismo estatal os seus princípios basilares.

IV. que teve características específicas em diferentes países europeus.

- a) Todas as afirmações anteriores são verdadeiras.
- b) Apenas a afirmativa IV é correta.
- c) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- e) Todas as afirmações anteriores são falsas.

### Exercícios Propostos

1. (UFTM-MG) Durante a Idade Moderna, na Europa, a vida econômica, social e política foi marcada

- a) pelo liberalismo econômico, pela sociedade estamental de privilégios e pela formação das monarquias nacionais.
- b) pelo intervencionismo do Estado na economia, pelos privilégios do clero e da nobreza e pelos Estados absolutistas.
- c) pela acumulação de metais para indicar a riqueza do país, pela divisão em classes sociais e pela repartição do poder em três.
- d) pela liberdade de produção e de comércio, pela ampla mobilidade entre as classes sociais e pelos Estados liberais burgueses.
- e) pelo controle estatal da economia, pela liberdade de expressão e pelas monarquias absolutistas de direito divino.

2. (UFMG) Todas as alternativas apresentam medidas que expressam formas através das quais o mercantilismo se exerceu, EXCETO

- a) abolição das aduanas internas.
- b) balança comercial favorável.
- c) incentivo ao crescimento demográfico.
- d) política tarifária protecionista.
- e) tributação exclusivamente colonial.

3. (UFV-MG) Mercantilismo é um termo criado pelos economistas alemães da segunda metade do século XIX para denominar o conjunto de práticas econômicas dos Estados europeus nos séculos XVI e XVII. Das alternativas a seguir, assinale aquela que NÃO indica uma característica do mercantilismo.

- a) Busca de uma balança comercial favorável, ou seja, a superação contábil das importações pelas exportações. Intervencionismo do Estado nas práticas econômicas, através de políticas monopolistas e fiscais rígidas.

- b) Crença em que a acumulação de metais preciosos era a principal forma de enriquecimento dos Estados.
- c) Aplicação de capitais excedentes em outros países para aumentar a oferta de matérias-primas necessárias à industrialização.
- d) Exploração de domínios localizados em outros continentes, com o objetivo de complementar a economia metropolitana.

4. (UFU-MG) O mercantilismo foi um conjunto de doutrinas e práticas econômicas que vigoraram na Europa desde a metade do século XV até meados do século XVIII, sendo vital para a acumulação capitalista.

A respeito desse contexto, podemos afirmar que

- a) Inglaterra e França foram as nações pioneiras nas Grandes Navegações, impulsionadas pelas novas descobertas científicas e pela centralização administrativa, proporcionada pelo Estado absolutista, responsável pelo combate aos contrabandistas e aos piratas espanhóis e portugueses.

- b) através da produção de artigos manufaturados, Portugal se firmou como a maior potência do final do século XVII, enquanto a Inglaterra, restrita à acumulação de ouro e de prata extraídos de suas colônias, ficou dependente da importação de manufaturados.

- c) a colonização, sustentada pela grande utilização de trabalho escravo de índios e negros nas chamadas colônias de povoamento, foi vital para o acúmulo de capitais naquele momento, quando Portugal e Espanha incentivaram a produção manufatureira e o comércio interno.

- d) com o intervencionismo estatal e o protecionismo, o Estado Moderno estimulava o progresso burguês e evitava a concorrência comercial de países vizinhos, fixando tarifas alfandegárias, controlando preços e dificultando a importação de produtos concorrentes.

5. (UFMG–2007) O objetivo das colônias é o de fazer o comércio em melhores condições [para as metrópoles] do que quando é praticado com os povos vizinhos, com os quais todas as vantagens são recíprocas. Estabeleceu-se que apenas a metrópole poderia negociar na colônia; e isso com grande razão, porque a finalidade do estabelecimento foi a constituição do comércio, e não a fundação de uma cidade ou de um novo império [...]

MONTESQUIEU. Do espírito das leis (1748). São Paulo: Martin Claret, 2004. p. 387.

Considerando-se as informações desse trecho, é INCORRETO afirmar que as colônias europeias, na Época Moderna,

- a) deveriam levar ao estabelecimento e ao incremento do comércio, regulando-se em função dos interesses recíprocos entre as colônias.
- b) deveriam oferecer às metrópoles melhores condições de comércio que as verificadas entre os países europeus e seus vizinhos.
- c) estariam sujeitas ao exclusivo comércio das metrópoles, cujos negócios essas colônias deveriam incrementar.

d) foram estabelecidas com finalidades comerciais, pois, inicialmente, não era objetivo das metrópoles fundar um novo império.

6. (UFJF-MG) Acerca do mercantilismo, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Promovia a transferência de rendas dos setores mais produtivos para os setores menos dinâmicos, taxando pesadamente os primeiros em benefício dos segundos.
- b) Baseava-se na intervenção econômica e política do Estado na esfera dos negócios e da produção, favorecendo a acumulação de capitais.
- c) Atuava como um importante componente do Antigo Regime europeu ao articular o Estado absolutista à exploração colonial.
- d) Negligenciava o pacto colonial ao defender o livre-comércio, o fim das tarifas protecionistas e maiores incentivos às importações das metrópoles.

7. (UEPB) O modelo econômico dos Estados Nacionais, conhecido genericamente por mercantilismo, corresponde ao estágio inicial do capitalismo. Assinale a alternativa que é compatível com a referida etapa.

- a) Nessa fase, o maior volume de capitais investido por países como Portugal está voltado para a produção de artefatos industriais.
- b) Em um momento de crescimento das atividades comerciais, o desmonte de barreiras alfandegárias é prática comum entre os países europeus.
- c) A intervenção do Estado na economia objetiva garantir o acúmulo de capitais através da exploração colonial, viabilizando, por consequência, a obtenção de resultados favoráveis na balança comercial.
- d) A opção pelo modelo econômico mercantilista descartou a utilização de escravos como capital móvel, centrando as atenções exclusivamente na utilização dos cativos na produção agrícola.
- e) A instalação de monarquias fortes e centralizadoras não foi condição indispensável para a implementação de medidas econômicas que permitiram a acumulação de capitais por parte dos setores burgueses na Europa.

7. (UFU-MG–2006) Com o objetivo de aumentar o poder do Estado diante dos outros Estados, [o mercantilismo] encorajava a exportação de mercadorias, ao mesmo tempo em que proibia exportações de ouro e de prata e de moeda, na crença de que existia uma quantidade fixa de comércio e riqueza no mundo.

ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 35.

O trecho anterior refere-se aos princípios básicos da doutrina mercantilista, que caracteriza a política econômica dos Estados Modernos dos séculos XVI, XVII e XVIII. Com base nessa doutrina, marque a alternativa CORRETA.

- a) A doutrina mercantilista pregava que o Estado deveria se concentrar no fortalecimento das atividades produtivas manufatureiras, não se envolvendo em guerras e em disputas territoriais contra outros Estados.
- b) Uma das características do mercantilismo é a competição entre os Estados por mercados

consumidores, cada qual visando fortalecer as atividades de seus comerciantes, aumentando, conseqüentemente, a arrecadação de impostos.

c) Os teóricos do mercantilismo acreditavam na possibilidade de conquistar mercados por meio da livre-concorrência, de modo que era essencial desenvolver produtos competitivos, tanto no que diz respeito ao preço como em relação à qualidade.

d) A conquista de áreas coloniais na América é a base de qualquer política mercantilista. Tanto que o ouro e a prata, de lá provenientes, possibilitaram ao Estado espanhol figurar como o mais poderoso da Europa após a Guerra dos Trinta Anos.

9. (Mackenzie-SP-2007) Fundamental para a estruturação do sistema colonial português na Idade Moderna, o chamado “exclusivo colonial” visava, sobretudo, a

a) estimular, nas colônias, uma política de industrialização que permitisse à metrópole concorrer com suas rivais industrializadas.

b) reservar a grupos ou a companhias privilegiadas – ou mesmo ao Estado – o comércio externo das colônias, tanto o de importação quanto o de exportação.

c) restringir a tarefa de doutrinação dos indígenas americanos exclusivamente aos membros da Companhia de Jesus, assegurando, dessa forma, o poder real entre os povos nativos.

d) impedir, nas colônias, o acesso de fidalgos mazombos a cargos administrativos importantes, reservados a fidalgos reinóis.

e) orientar a produção agrícola conforme as exigências da população colonial, evitando, por esse meio, crises de abastecimento de alimentos nos centros urbanos.

11. (UFPEL-RS-2006) A causa principal, quase única, da alta dos preços (que ninguém até agora mencionou) é a abundância do ouro e da prata existente hoje em dia neste reino, em escala bem maior do que há quatrocentos anos. Mas, diria alguém, de onde pode ter vindo, desde então, assim tanto ouro e tanta prata? [...] Os castelhanos, submetendo ao seu poder as novas terras ricas em ouro e prata, abarrotaram a Espanha. Ora, a Espanha que só vive graças à França, vendo-se inevitavelmente forçada a vir buscar aqui cereais, linhos, tecidos, papel, corantes, livros, artefatos de madeira e todos os tipos de manufaturas, vai procurar para nós, nos confins do mundo, o ouro e a prata.

BODIN, Jean. Da República.

As afirmações de Bodin apontam para

a) uma crítica ao mercantilismo metalista (bulionismo) e seus malefícios sobre as manufaturas, assim como sobre o valor monetário, no início da Idade Moderna.

b) uma explicação da valorização monetária, com o afluxo de metais preciosos para a Europa, e da autonomia econômica ibérica, durante a Revolução Comercial.

c) a importância do ouro e da prata no crescimento das manufaturas espanholas, com conseqüente prejuízo para a agricultura.

d) a eficiência maior do protecionismo francês, em relação ao ibérico, devido à precedência dos gauleses no colonialismo moderno.

e) o início da Revolução Industrial de 1760, na França, provocada pela exploração e pela comercialização de metais preciosos pelos ibéricos, na América.

## Seção ENEM

1. Leia o texto a seguir: A intervenção do Estado na economia no momento negativo é uma receita aprendida na primeira grande crise global em 1929, quando as economias dos países mais ricos entraram em depressão [...] Existe a possibilidade até de os Estados Unidos e a Inglaterra estatizarem bancos sob ameaça. “Não é ideologia estatizante, mas a única alternativa que eles estão vendo.”

Disponível em: Acesso em: 17 out. 2010 Com base nos conhecimentos sobre as relações entre Estado e economia, pode-se afirmar que

a) as práticas mercantilistas durante a Idade Moderna caracterizavam-se pela atuação direta do Estado no âmbito econômico.

b) o liberalismo econômico do século XIX reforçou a tendência intervencionista ao afirmar ser necessária a atuação do Estado na economia.

c) as soluções para a recente crise foram caracterizadas pelo afastamento do Estado em relação às atividades econômicas.

d) a intervenção do Estado no âmbito econômico foi uma prática surgida no século XX com o objetivo de conter as crises do capitalismo.

e) as relações entre Estado e economia foram pautadas, desde a formação do mundo moderno, pela intervenção direta nos setores econômicos.

2. Observe o trecho a seguir.

A ideia mercantilista de balança comercial – a crença em que uma nação enriquece quando suas exportações excedem suas importações – tornou-se um conceito central do pensamento econômico subsequente. Foi indubitavelmente influenciado pelo conceito de equilíbrio da mecânica newtoniana, e era inteiramente compatível com a visão de mundo limitada das monarquias insuladas e escassamente povoadas desse tempo. Mas, hoje, em nosso mundo superpovoado e interdependente, é óbvio que nem todas as nações podem ganhar simultaneamente no jogo mercantilista. O fato de muitas nações – o Japão é o exemplo recente mais notório – ainda tentarem manter balanças comerciais inclinadas a seu favor pode redundar em guerras comerciais, depressões e em um conflito internacional.

CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 1993.

A análise do trecho nos permite concluir que

a) se tornou extremamente importante repensar o mercantilismo para a melhor compreensão dos fenômenos econômicos contemporâneos.

b) o fato de o Japão não ter experimentado um sistema mercantilista clássico durante a Idade Moderna explica sua postura imprudente no cenário econômico mundial de hoje.

c) as monarquias modernas, sustentadas pelas noções mercantilistas, se apresentaram mais capazes de manter relações econômicas diplomáticas que as nações contemporâneas.

d) ainda que as nações desejem atingir superávits, a manutenção de uma conduta mercantilista rígida para obtê-los no mundo contemporâneo é perigosa.

e) as bases científicas do mundo renascentista, especialmente a newtoniana, foram fundamentais para que as monarquias mercantilistas tivessem mais superávits que as nações de hoje.

## Renascimento

O termo Renascimento designa um conjunto de transformações na mentalidade do homem europeu ocorrido entre o final da Idade Média e o início da Idade Moderna. Essas mudanças se refletiam na crescente valorização e estudo das atividades humanas – o humanismo – e em uma postura mais racional e individualista diante do mundo em que viviam aqueles homens.

Historiadores e pensadores do século XIX associaram essas transformações a uma ruptura radical em relação ao Período Medieval: Jacob Burckhardt, em seu livro *A cultura do Renascimento na Itália*, escreveu que, no Período Medieval:

A consciência humana [...] repousava sonhadora ou semiacordada sob um véu comum. O homem estava consciente de si próprio apenas como membro de uma raça, povo, partido, família, ou corporação – apenas através de uma qualquer categoria geral. [No Renascimento], este véu evaporou-se [...] o homem tornou-se um indivíduo espiritual e reconheceu-se a si mesmo como tal.

BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália*. Brasília: Editora da UNB, 1991.

Essa noção de ruptura com o mundo medieval foi uma ideia muito difundida entre os renascentistas. Para eles, o que ocorria era um novo nascimento após um período de ignorância e de escuridão. Dessa forma, a Idade Média passou a ser vista como a Idade das Trevas, e a força da religião e da Igreja foi associada ao atraso e ao irracionalismo. Nota-se, portanto, que foram os homens do Renascimento que criaram a imagem negativa a respeito do Período Medieval, uma vez que eles acreditavam estar retomando o momento de glória da humanidade: a Antiguidade Clássica.

Novas correntes historiográficas, no século XX, demonstraram, no entanto, que essa ruptura não teria sido assim tão radical, já que grande parte das raízes do Renascimento se encontrava no Período Medieval. Além disso, a mentalidade do homem moderno estava povoada de fortes traços das crenças medievais, que valorizavam uma visão mística e religiosa sobre o mundo e sobre a sociedade. Para o historiador Peter Burke:

Esta ideia de Renascimento é um mito [...] No caso da descrição do Renascimento por parte de Burckhardt, estes historiadores opõem-se aos vinculados contrastes que ele estabelece entre o Renascimento e a Idade Média, entre a Itália e o resto da Europa. Consideram que são contrastes exagerados, uma vez que ignoram as muitas inovações produzidas na Idade Média, a sobrevivência de atitudes tradicionais no século XVI e mesmo mais tarde, e o interesse italiano pela pintura e pela música de outros países, em especial dos Países Baixos.

BURKE, Peter. *O Renascimento italiano - Cultura e Sociedade na Itália*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.



A Criação de Adão, afresco de Michelangelo, sintetiza alguns aspectos do Renascimento. A representação de uma passagem bíblica demonstra a presença ainda marcante da religiosidade. O encontro entre as mãos de Deus e do homem exaltam a capacidade criativa e elevam o homem a uma condição quase divina. Já a representação do corpo humano remete à Antiguidade Clássica.

O Renascimento não se restringiu ao mundo italiano. A divulgação do humanismo foi facilitada pelo desenvolvimento da imprensa, ainda no século XV, por Gutenberg, que permitiu a expansão da cultura escrita com maior facilidade e velocidade. Além da Península Itálica, outras regiões, como a dos Países Baixos, de forte desenvolvimento comercial, assistiram à expansão da arte em suas cidades.

Não se deve, no entanto, acreditar que as transformações proporcionadas pelo Renascimento tenham tido ampla difusão no interior das sociedades. As mudanças do período não atingiram a todos os setores sociais, que eram majoritariamente analfabetos, mas ficaram restritas às elites. Além disso, a Renascença foi um movimento urbano, ficando a vida no mundo rural ainda regida pelos valores medievais. De acordo com Laura de Mello e Souza:

Na verdade, Ciência e Razão eram apenas uma face de realidade bem mais complexa. Enquanto as elites redescobriam Aristóteles ou discutiam Platão na Academia florentina, de Lourenço de Médicis, a quase totalidade da população europeia continuava analfabeta. Praticamente alheia à matematização do tempo, tinha seu trabalho regido ainda por galos e pelos sinos [...] a vida continuava pautada por ritmos sazonais.

SOUZA, Laura apud FARIA, Ricardo; MARQUES, Adhemar; BERUTTI, Flávio. *História*. Belo Horizonte: Lê, 1993.

## Características do Renascimento

### Humanismo

O humanismo foi resgatado dos textos da Antiguidade Clássica por estudiosos como Petrarca e Boccaccio. Até o século XIV, a leitura e a interpretação desses textos estiveram, em grande parte, controladas pela Igreja, e a retomada deles proporcionou uma alteração na visão a respeito do papel do homem no mundo. A partir de então, o estudo das atividades humanas passou a ser preponderante nas universidades, que se afastavam do

teocentrismo medieval e assumiam uma postura cada vez mais laica. O estudo das obras de Heródoto, Platão e Homero ampliou o conhecimento sobre as línguas antigas, permitindo também um aprofundamento nos estudos bíblicos. Vários dos humanistas se dedicaram às questões religiosas, como Erasmo de Rotterdam, que fez uma importante tradução grega do Novo Testamento.

### Antropocentrismo

A valorização das atividades humanas veio acompanhada da postura antropocêntrica. Buscando se opor ao teocentrismo medieval, o homem do Renascimento acreditava ser o centro das atenções e o sujeito fundamental para a explicação dos elementos que o rodeavam. Dessa maneira, somente ele poderia decidir seu próprio destino e suas ações deveriam ser glorificadas. Apesar desta convicção renascentista, não se deve acreditar em uma postura radical em relação ao teocentrismo medieval, uma vez que, ainda naquele momento, a mentalidade religiosa se fazia muito presente.

### Racionalismo

A valorização da razão foi uma decorrência das transformações observadas ao final do Período Medieval. Fatores como o desenvolvimento do comércio e das atividades financeiras na Baixa Idade Média trouxeram a necessidade dos cálculos das distâncias, do tempo, dos lucros e dos prejuízos. A postura humanista e antropocêntrica colaborou para isso ao considerar o uso da razão como a marca definidora do homem. As verdades, antes buscadas principalmente a partir do viés religioso, poderiam agora ser alcançadas a partir da análise racional que se opunha à rigidez dos dogmas da Igreja, gerando, assim, conflitos entre o clero e alguns estudiosos renascentistas.

### Postura crítica

Oriundo do racionalismo, o crescimento da postura crítica também foi uma característica do Renascimento. A desconfiança em relação às tradições e às verdades impostas pela autoridade clerical gerou importantes mudanças naquele contexto. Sendo assim, críticas ao clero, aos valores medievais e à realidade da época passaram a ser mais comuns, apesar da repressão e censura típicas do período.

### Individualismo

A postura individualista, típica do homem renascentista e oposta ao coletivismo medieval, pode ser associada ao crescimento da atividade comercial e urbana ainda na Idade Média. O homem do Renascimento se via como distinto do coletivo e detentor de características específicas que o diferenciava dos demais. Como exemplo dessa postura, pode ser citado o fato de as obras de arte do Renascimento serem assinadas por seus

autores. O nome, característica individual, presente no quadro chama a atenção para aquele que executou a obra.



O quadro O Casal Arnolfini, do holandês Jan Van Eyck, apresenta um casal burguês no interior de sua casa. O detalhamento na representação dos objetos tem como objetivo valorizar a riqueza do casal. A cena do cotidiano foge das tradicionais representações sacras e corresponde à necessidade da burguesia de enaltecer seus valores e modo de vida. A riqueza dos detalhes só foi possível graças às inovações técnicas como a pintura a óleo e a perspectiva. No fundo, acima do espelho, é possível observar a assinatura do pintor.

### Naturalismo

A valorização da natureza e do seu estudo também foi uma característica do Renascimento. Se para muitos homens medievais a natureza era fonte de medo, para os renascentistas, ela deveria ser investigada. Através da observação dos fenômenos naturais, portanto, os renascentistas puderam aguçar seus conhecimentos científicos, assim como o seu espírito crítico.

A natureza humana também foi alvo de preocupações, o que fez com que surgissem estudos mais aprofundados sobre o corpo humano. Os estudos sobre o universo e seu funcionamento também foram comuns, dando origem a teorias como a heliocêntrica.

### Retomada dos valores Clássicos

A revalorização da cultura greco-romana orientou a postura do homem do Renascimento, principalmente no que se refere à valorização da razão. Textos de Platão e de Aristóteles sofreram novas interpretações que se afastavam daquelas defendidas pela Igreja. É válido ressaltar que essas obras não haviam sido completamente abandonadas durante a Idade Média, tendo sido preservadas nos mosteiros medievais. O humanista Leonardo Bruni afirmou que seria necessário “trazer à luz a antiga elegância de estilo que se perdera e extinguira”.



A escola de Atenas de Rafael Sanzio reflete a importância da Antiguidade para o Renascimento. A referência a filósofos gregos, como Platão e Aristóteles ao centro, demonstra a preocupação com o racionalismo. O uso da perspectiva e a construção geométrica do quadro são características das obras do período

## Universalismo

A crença em sua capacidade fazia com que o homem do Renascimento se dedicasse às mais diversas atividades. A especialização em uma determinada área, comum no mundo atual, se contrasta com a postura renascentista, que defendia que o homem universal poderia se destacar em várias áreas do conhecimento humano. Leonardo da Vinci, que era pintor, arquiteto, poeta, engenheiro e escultor, chegou a afirmar:

Já fiz planos de pontes muito leves [...] sou capaz de desviar a água dos fossos de um castelo cercado [...] Conheço os meios de destruir seja que castelo for [...] Sei construir bombardas fáceis de deslocar [...] galerias e passagens sinuosas que se podem escavar sem ruído nenhum [...], carros cobertos, inatacáveis e seguros, armados com canhões. Estou [...] em condições de competir com qualquer outro arquiteto, tanto para construir edifícios públicos ou privados como para conduzir água de um lugar para outro. E, em trabalhos de pintura ou na lavra do mármore, do metal ou da argila, farei obras que seguramente suportarão o confronto com as de qualquer outro, seja ele quem for.

VINCI, Leonardo da. In: DELUMEAU, Jean. A Civilização do Renascimento. Lisboa: Editorial Estampa, 1984. vol. 1. p. 154.

## Hedonismo

A busca pelo prazer foi marca do homem moderno, tendo a valorização do mundo temporal e da vida terrena incentivado a procura por prazeres intelectuais e materiais. Os prazeres mundanos foram colocados em destaque, e a preocupação com o tempo humano passou a conviver com o tempo da eternidade, aquele posterior à morte, vinculado ao cristianismo.

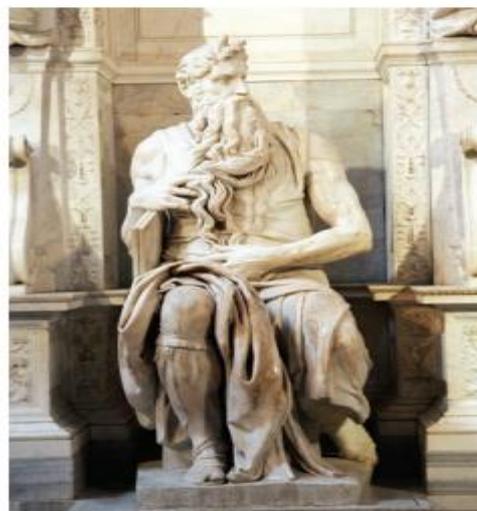
## Mecenato

O incentivo financeiro foi comum para a produção das obras do Renascimento. Diversos grupos sociais desejavam ver os seus valores representados pelos artistas do período. Igreja, burguesia e nobreza financiavam pinturas e esculturas com a intenção de exaltar seus hábitos e sua visão de mundo. No caso da burguesia, essa necessidade estava vinculada ao desejo dos burgueses de ascenderem a um novo status social em meio a uma Europa ainda marcada pela presença de valores aristocráticos.

## Busca pela perfeição

As noções de harmonia e simetria são características do Renascimento. A busca pela perfeição e pelo realismo nas obras colaborou para o aprimoramento das técnicas de representação, como a noção de perspectiva, que foi fundamental para as representações mais fiéis da

realidade. Os estudos do corpo humano também foram aperfeiçoados, permitindo que a anatomia humana, em seus detalhes, pudesse ser representada nas obras de arte.



Moisés, escultura de Michelangelo, denota a preocupação com a representação fiel do corpo humano. Acredita-se que as formas simétricas e a harmonia nas posições do corpo levaram o autor a gritar “Fala!” após sua conclusão.

## Renascimento Italiano

Para a maioria dos autores, o Renascimento atingiu seu auge no norte da Península Itálica. Botticelli, Leonardo da Vinci, Michelangelo e Rafael são apenas alguns dos nomes ligados à grande expressão artística da região, tendo a pintura, a escultura e a arquitetura alcançado o seu esplendor nas cidades italianas.

O desenvolvimento comercial e urbano daquela região foi uma das razões para a força da Renascença italiana, uma vez que o ambiente urbano era mais propício para o desenvolvimento artístico devido à presença de mercadores de várias regiões, o que permitia uma maior troca de informações. Além disso, a existência de uma forte burguesia, que desejava principalmente ver representados os seus valores e princípios, garantiu o financiamento de boa parte das obras de arte.

O mecenato, nesse período, foi muito comum, pois, além da burguesia, a Igreja, com sede em Roma, financiou os artistas do Renascimento, o que proporcionou a realização de grandes obras, como a pintura do teto da Capela Sistina, encomendada pelo papa Júlio II, por Michelangelo.



A pintura do teto da Capela Sistina levou cerca de quatro anos e representa uma série de passagens bíblicas. Michelangelo, que se considerava melhor escultor do que pintor, utilizou a técnica do afresco para realizar o trabalho. Essa técnica, aprimorada no Renascimento, consistia em uma representação pictórica feita sobre parede, com base de gesso ou argamassa.

Outro fator fundamental para o destaque das cidades italianas é o fato de estas se localizarem na região da antiga sede do Império Romano, que preservava parte do patrimônio greco-romano, o que facilitou a busca dos humanistas pelo estudo das obras da Antiguidade Clássica.

A tomada de Constantinopla pelos turcos em 1453 gerou o deslocamento de muitos estudiosos do Império Bizantino para a Península Itálica. Estes levaram consigo uma parte considerável do patrimônio guardado no Império Romano do Oriente, o que foi fundamental para o Renascimento italiano.

## Renascimento e Literatura

Além das artes plásticas, a literatura também foi um segmento artístico beneficiado pelo pensamento renascentista. Entre os séculos XIV e XVII, escritores de várias regiões da Europa se destacaram com obras que propagavam os valores antropocêntricos. Dentre eles, pode-se destacar:

✓ **Dante Alighieri:** Em *A Divina Comédia*, Dante utilizou o dialeto florentino e não o latim, como era comum nas obras do período, abrindo espaço para a utilização das línguas nacionais.

✓ **Luís de Camões:** Em *Os Lusíadas*, poema épico, Camões narra a saga expansionista dos portugueses pelos oceanos. A epopeia, datada do século XVI, retrata as façanhas portuguesas igualando-as a outras grandes aventuras.

As armas e os barões assinalados  
Que, da ocidental praia lusitana,  
Por mares nunca de antes navegados  
Passaram ainda além da Taprobana,  
Em perigos e guerras esforçados,  
Mais do que prometia a força humana,  
E entre gente remota edificaram  
Novo reino, que tanto sublimaram.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*.

✓ **Miguel de Cervantes:** O espanhol narra de maneira paródica as aventuras do fidalgo *Dom Quixote de la Mancha* e seu fiel escudeiro Sancho Pança. Na obra, os valores exaltados nos romances de cavalaria de origem medieval são satirizados.

✓ **François Rabelais:** Em *Gargântua e Pantagruel*, Rabelais misturou elementos de diversos gêneros narrativos com humor popular. Enaltecia os prazeres físicos como a comida, a bebida e o sexo e satirizava o ascetismo religioso.

✓ **William Shakespeare:** *Hamlet*, *Romeu e Julieta* e *Otelo* são clássicos do autor inglês. Em seus livros, colocava as paixões humanas como centro das atenções. Em *Hamlet*, afirmou:

Que obra de arte é o homem: tão nobre no raciocínio,  
tão vário na capacidade; em forma o movimento, tão  
preciso e admirável; na ação é como um anjo; no  
entendimento é como um Deus; a beleza do mundo, o  
exemplo dos animais.

SHAKESPEARE, William. *Hamlet*.

✓ **Thomas Morus:** Em seu livro *Utopia*, o autor descreve uma ilha imaginária onde haveria uma sociedade ideal. A noção de utopia (do grego, utopos = não lugar) pode ser compreendida como uma crítica de Morus à sociedade europeia.

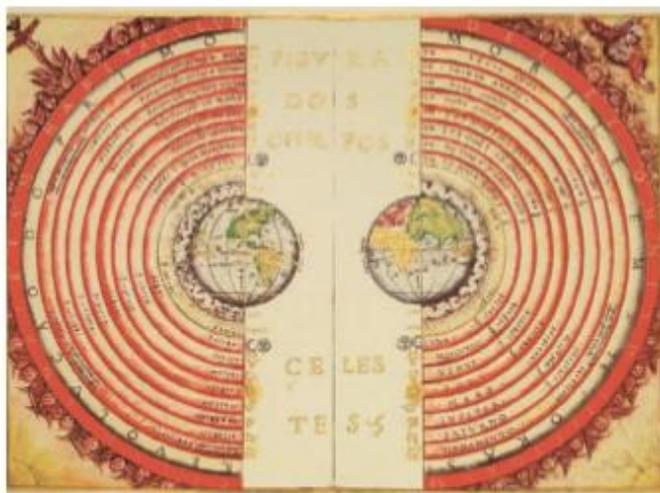
## Revolução Científica

As transformações provocadas pelo Renascimento acarretaram o desenvolvimento de várias áreas do conhecimento humano, sendo que, ao longo dos séculos XVI e XVII, essas transformações deram forma às ciências modernas. Esse conjunto de mudanças ficou conhecido como Revolução Científica. A valorização da razão, da experiência e da observação favoreceu a expansão do conhecimento científico e a alteração de concepções a respeito do funcionamento da natureza e da vida em sociedade.

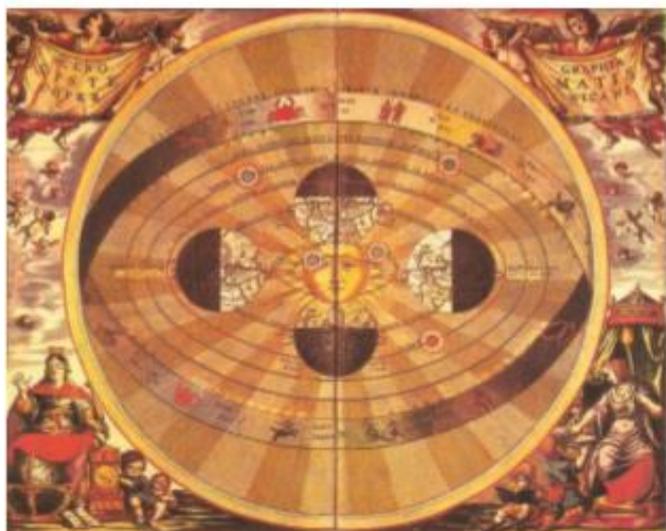
A mais importante desmitificação ocorrida nesse período se relacionou à concepção geocêntrica do Universo. De acordo com essa teoria, a Terra seria o centro do Universo e os demais astros girariam ao seu redor. Essa noção foi defendida pela Igreja durante a Idade Média e baseava-se nas concepções do grego Ptolomeu. Ainda na Idade Moderna, essa era a posição oficial da Igreja sobre o tema, o que gerou conflitos com estudiosos da época.

Para Nicolau Copérnico e Galileu Galilei, contemporâneos do Renascimento, no entanto, a Terra não seria um astro fixo e, sim, um astro móvel que estaria orbitando em torno do Sol. O heliocentrismo, forma como é conhecida essa teoria, afrontava um dos principais dogmas do catolicismo.

Para Galileu, a tradição e a autoridade dos antigos sábios não eram fontes de conhecimento científico, pois, de acordo com ele, “o livro da natureza é escrito em caracteres matemáticos”. Por suas ideias, Galileu foi perseguido pela Igreja, enquanto Giordano Bruno, por defender a noção de um Universo infinito, foi condenado e morto pela Inquisição.



O mapa apresenta a concepção geocêntrica. Nele, os astros do sistema solar aparecem orbitando a Terra, um corpo fixo.



Nesse mapa, o Sol é apresentado como fixo e a Terra gira ao seu redor.

Assim como os cosmógrafos, outros pensadores se destacaram no contexto renascentista. Entre eles, certamente está René Descartes, que foi um importante filósofo do período e é considerado um dos pais do racionalismo. É dele a máxima “Penso, logo existo”, assim como a elaboração da noção de dúvida metódica. Os ingleses John Locke e Francis Bacon defendiam o empirismo e acreditavam que a experiência e a observação eram caminhos para a verdade. Já o físico Isaac Newton buscou leis universais para o funcionamento do universo a partir da observação de fenômenos particulares.

## Leitura Complementar

### Os vários Renascimentos

Houve vários “Renascimentos” na Idade Média, manifestamente no século XII e de forma mais discreta na época de Carlos Magno. Em ambos os casos, houve uma combinação de feitos artísticos e literários com um reavivar do interesse pela educação clássica, e também, em ambos os casos, houve alguns contemporâneos que descreveram a sua época como sendo de regeneração, renascimento ou renovação. Alguns espíritos mais

audazes, nomeadamente Arnold Toynbee na sua obra *A Study of History*, foram ainda mais longe e descobriram Renascimentos fora da Europa Ocidental, quer em Bizâncio, no mundo islâmico, ou mesmo no Oriente [...] Houve de fato um Renascimento? Se descrevermos o Renascimento em termos de púrpura e ouro, como um milagre cultural isolado, ou como o súbito emergir da modernidade, a minha resposta será “não”. Os arquitetos do Renascimento produziram obras-primas, mas também os mestres maçons do período gótico o fizeram. A Itália do século XVI teve o seu Rafael, mas o Japão do século XVIII teve o seu Hokusai. Maquiavel foi um poderoso e original pensador, mas também o foi o historiador Ibn Khaldun, que viveu no norte de África durante o século XIV. Se, no entanto, o termo “Renascimento” for usado – sem prejuízo para os feitos da Idade Média, ou para os do mundo não europeu – para referir um importante conjunto de mudanças na cultura ocidental, então pode ser visto como um conceito organizador que ainda tem o seu uso.

BURKE, Peter. *O Renascimento italiano - Cultura e Sociedade na Itália*. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

## Exercícios de Fixação

- (UFMG) O Renascimento teve o seu berço na Itália em razão de vários fatores, EXCETO:
  - a existência de uma economia que possibilitou investimentos na produção cultural.
  - a preocupação da burguesia de obter afirmação social, transformando-se nos grandes mecenas.
  - a presença de uma tradição clássica muito forte, pois a região foi o centro do Império Romano.
  - a influência da cultura bizantina e sarracena com a chegada de intelectuais, quando da tomada de Constantinopla em 1453.
  - a supremacia militar do Império Italiano na Europa, o que permitia o controle das principais rotas e do mercado financeiro.

- (UFMG) Leia este trecho, em que se faz referência à construção do mundo moderno:

[...] os modernos são os primeiros a demonstrar que o conhecimento verdadeiro só pode nascer do trabalho interior realizado pela razão, graças a seu próprio esforço, sem aceitar dogmas religiosos, preconceitos sociais, censuras políticas e os dados imediatos fornecidos pelos sentidos.

CHAUI, Marilena. *Primeira filosofia*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 80.

A partir da leitura desse trecho, é CORRETO afirmar que a formação do mundo moderno se caracteriza por

- uma nova postura com relação ao conhecimento, a qual transforma o modo de entendimento do mundo e do próprio homem.
- uma ruptura com as concepções antropocêntricas, a qual modifica as relações hierárquicas senhoriais.
- uma ruptura com o mundo antigo, a qual caracteriza um distanciamento do homem face aos diversos movimentos religiosos.

d) adaptações do pensamento contemplativo, as quais reafirmam a primazia do conhecimento da natureza em relação ao homem.

3. (UFPI–2010) O Renascimento implicaria uma redescoberta do homem, fazendo com que o teocentrismo da Idade Média cedesse lugar ao antropocentrismo [...] O Renascimento não é senão a passagem, lenta e gradual, da Idade Média para a época moderna.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Sobre o Renascimento Cultural na Europa, podemos afirmar que

I. se caracterizou pelo impulso na elaboração de estudos do homem e da natureza. O homem teria capacidade de, utilizando-se da razão, encontrar explicações racionais para os fenômenos naturais.

II. tinha na Antiguidade Oriental, particularmente na cultura bizantina, seu mais sofisticado modelo, sendo a praça de São Marcos, em Veneza, um marco da arquitetura renascentista de inspiração oriental.

III. a Itália foi um dos principais centros de produção cultural renascentista, tendo em Nicolau Maquiavel, Giordano Bruno e Michelangelo nomes de destaque do período.

IV. foi um movimento artístico que atingiu particularmente a produção literária, enquanto as artes plásticas, mesmo na Itália, davam continuidade ao gosto artístico medieval.

Para responder, use a chave adiante.

- a) Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- b) Somente a afirmativa III é correta.
- c) Somente as afirmativas I e III são corretas.
- d) Somente a afirmativa II é errada.
- e) Somente a afirmativa IV é errada.

4. (UFMG) Renascimento, Expansão Marítima e Comercial Europeia, Estado Nacional, Reforma são assuntos que necessariamente devem ser relacionados, pois o processo histórico que envolve a Europa Ocidental na época é globalizante e os fatos se interpenetram. A afirmativa anterior pode ser considerada

- a) VERDADEIRA – pois os fenômenos históricos da época, para a região assinalada, não podem ser tomados em separado, sob pena de não entendimento do processo histórico do Ocidente.
- b) FALSA – pois o Renascimento foi um movimento intelectual, artístico, sem nenhuma relação com o processo da evolução comercial, política ou religiosa europeia.
- c) FALSA – pois o Estado Nacional teve seus fundamentos em etapa posterior, principalmente no século XVIII, com a Revolução Francesa, enquanto os demais movimentos indicados são do século XVI.
- d) VERDADEIRA – se entendermos o Renascimento e a Expansão Marítima e Comercial Europeia como um só fato, o do Renascimento Comercial no Ocidente Mediterrâneo.

e) FALSA – pois o movimento comercial europeu estava ligado exclusivamente ao fechamento do Mediterrâneo pelos turcos, em nada se relacionando com o Renascimento ou a Reforma, questão de fundo religioso.

5. (Unimontes-MG–2007) Leia os textos.

A experiência, que é a madre das coisas, nos desengana e de toda dúvida nos tira.

Duarte Pacheco

Demasiada luz é agressiva; demasiada sombra impede-se que se veja.

Leonardo da Vinci

Não existe beleza extraordinária que não tenha alguma peculiaridade na proporção.

Francis Bacon

Que bela obra de arte é o homem, tão nobre no raciocínio, tão vário na capacidade [...] no entendimento é como um deus.

William Shakespeare

Todos esses autores viveram no início da Idade Moderna e seus pensamentos, expressos nesses textos, revelam a valorização do / da(s).

- a) estética barroca e da crença inabalável nas explicações religiosas.
- b) experimentação, observação, equilíbrio, comprovação dos fatos e humanismo.
- c) teorias acerca do poder dos reis e da origem e do funcionamento do universo.
- d) ressurgimento da vida urbana e da proliferação das universidades.

### Exercícios Propostos

1. (FUVEST-SP–2008) Nos séculos XIV e XV, a Itália foi a região mais rica e influente da Europa. Isso ocorreu devido à

- a) iniciativa pioneira na busca do caminho marítimo para as Índias.
- b) centralização precoce do poder monárquico nessa região.
- c) ausência completa de relações feudais em todo o seu território.
- d) neutralidade da Península Itálica frente à guerra generalizada na Europa.
- e) combinação de desenvolvimento comercial com pujança artística.

2. (UFTM-MG–2007) O Renascimento Cultural teve sua origem nas mudanças políticas, econômicas e sociais ocorridas a partir da Baixa Idade Média. Foram transformações dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições, dos valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e que atingiram a alta burguesia e a nobreza, excluindo os demais segmentos da sociedade.

Entre as transformações a que as autoras se referem, é CORRETO mencionar

- a afirmação dos Estados liberais, sob controle da burguesia, a partir da retomada do estudo do Direito Romano nas universidades.
- o desenvolvimento das atividades mercantis, que fez surgir uma nova camada social interessada em valorizar o indivíduo e a razão.
- o fortalecimento da autoridade dos doutores da Igreja Católica, que defendiam a fé como meio de compreensão da realidade material.
- a ascensão política das camadas populares, que questionaram a visão de mundo centrada em Deus e incentivaram a crítica e a experimentação.
- a consolidação do sistema fabril, substituindo as corporações medievais, devido às novas exigências da economia autossuficiente.

3. (UFG–2007) Não houve preocupação com as consequências da revolução copernicana senão depois de Giordano Bruno ter extraído dela certas consequências filosóficas. Bem depressa Giordano Bruno estava a afirmar a infinidade do mundo. Rejeitava, pois, por completo, a noção de “centro do universo”. O Sol, perdido o lugar privilegiado que Copérnico lhe atribuía, era um sol entre outros sóis, uma estrela entre estrelas.

DELUMEAU, Jean. A civilização do Renascimento. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 147 (Adaptação).

O texto refere-se à importância dos pronunciamentos de Giordano Bruno para a constituição da noção moderna de Universo, que se relaciona com

- a definição de um Universo concebido como fechado e finito.
- o abandono da ideia de um Universo criado por Deus.
- a ruptura da concepção geocêntrica do Universo.
- a percepção de que o Universo é contido numa esfera.
- a compreensão heliocêntrica do Universo.

4. (UFF-RJ–2006) O início dos tempos modernos é associado ao Renascimento, no qual se destacavam, entre outras características, a descoberta do homem e do mundo. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa que MELHOR interpreta o espírito moderno da Renascença em sua relação com a Expansão Marítima e com as grandes descobertas do período.

- O fato de Galileu, no século XV, descobrir a “luneta”, propiciando um novo olhar sobre o mundo e denominando a América de Novo Mundo.
- A combinação entre os conhecimentos da cosmologia do século XII com a ciência da astronomia renascentista que denominou de Novo Mundo ao conjunto formado pela América, África e Ásia.
- A renovação do conhecimento sobre a natureza e o cosmos realizada no Renascimento e que atribui à América a denominação de Novo Mundo.
- A reunião dos novos conhecimentos da Renascença com a cosmologia oriental, explicando o porquê de a

América e a Ásia serem os continentes denominados de Novo Mundo.

e) Os movimentos de circulação de trocas, estruturados a partir das necessidades que o Renascimento tinha de aumentar a sua influência sobre o mundo oriental, fazendo da Ásia o Novo Mundo.

5. (PUC Rio–2011) Meu falecido pai, de memória abençoada, fez todo esforço para que eu pudesse alcançar excelência mental e técnica. O fruto dos meus estudos e trabalhos alcançou o seu desejo mais querido. Mas você pode perceber que, para a educação, as condições não eram favoráveis como são hoje. Nem eu tive professores tão capazes como você. Nós ainda estávamos na idade das trevas. [...] Agora, pela graça de Deus, a luz e a dignidade foram restituídas às letras e eu vivi para vê-lo. Hoje as antigas ciências estão restauradas [...] As línguas restituídas: o grego [...]; o hebraico e o latim [...] Hoje o mundo está repleto de homens sábios [...] Mas lembre-se disso, a sabedoria de nada lhe servirá se você não amar e temer a deus [...] Seu pai, Gargantua.

RABELAIS, François. Carta de Gargantua a Pantagruel, 1532.

São características do humanismo renascentista indicadas nesse texto, EXCETO

- a crítica à Idade Média, percebida como período de trevas.
- a valorização de uma educação laica e a abertura das bibliotecas monásticas.
- o desejo de renovar a fé cristã mediante a tradução e circulação dos textos sagrados.
- a retomada do patrimônio cultural e literário da Antiguidade Clássica.
- o otimismo em relação aos avanços humanos no campo da educação.

6. (UFU-MG) Sempre que se evoca o tema do Renascimento, a imagem que imediatamente nos vem à mente é a dos grandes artistas plásticos e de suas obras famosas [...] As artes plásticas acabaram se convertendo num centro de convergência de todas as principais tendências da cultura renascentista. E, mais do que isso, acabaram espelhando, através de seu intenso desenvolvimento nesse período, os impulsos mais marcantes do processo de evolução das relações sociais e mercantis.

SEVCENKO, Nicolau. O Renascimento. São Paulo: Atual, 1994. p. 25.

De acordo com o trecho anterior, o papel central das artes plásticas na cultura renascentista está relacionado aos “impulsos mais marcantes do processo de evolução das relações sociais e mercantis” porque

I. expressavam o caráter sacro e piedoso do humanismo, revalorizando a tradição medieval e procurando reconciliar razão e fé, que se encontravam dissociadas a partir do predomínio do racionalismo burguês nas transações mercantis.

II. expressavam o desejo da nascente burguesia de construir uma nova imagem da sociedade em que ela teria papel central, contrapondo-se aos valores da sociedade medieval que privilegiavam o clero e a nobreza.

III. expressavam o ideal de beleza relacionado ao sentido de permanência atemporal, imutável, tomado de empréstimo às artes do mundo antigo e que serviam como contraponto à velocidade e à intensidade das inovações e das transformações vividas pelas sociedades europeias modernas.

IV. expressavam como a cultura tornou-se um campo de luta privilegiado, onde a produção artística deveria transmitir valores e princípios importantes para a consolidação da sociedade moderna, como o antropocentrismo, a razão, a positividade da riqueza material, o desejo de conhecimento e o domínio sobre a natureza e sobre o espaço geográfico.

Assinale a alternativa que contém as afirmativas CORRETAS.

- a) Apenas II e III
- b) Apenas I e III
- c) Apenas III e IV
- d) Apenas II e IV

7. (FUVEST-SP-2006) As guerras que, há algum tempo, horrorizaram a Europa, as pestes e fomes na Espanha, as rebeliões na Nova Espanha foram causadas por qual cometa? Nenhum. Portanto, os males que porventura aconteçam não serão causados pelo cometa de agora, ainda que as autoridades se empenhem em prová-lo.

SIGÜENZA Y GONGORA, Carlos de., astrônomo mexicano, 1680.

Com base no texto, é CORRETO afirmar que

- a) essa perspectiva nada tinha de inovadora, pois a ciência moderna já havia sido reconhecida pelas autoridades civis e eclesiásticas na Espanha desde o início do século XVII.
- b) a opinião do autor é de exclusivo caráter político, não se podendo estabelecer relações com debates e posições sobre astronomia e ciência moderna.
- c) a perspectiva crítica sobre a relação entre a passagem dos cometas e as catástrofes terrenas fazia parte dos manuais religiosos dos jesuítas desde o início do século XVII.
- d) a visão do autor surpreende, pois, no México colonial, não havia universidades, imprensa ou uma vida cultural que possa explicar afirmações semelhantes.
- e) a visão do autor era a de um estudioso que, mesmo vivendo no México colonial, tomava posição na defesa dos conhecimentos científicos mais avançados produzidos na Europa.

8. (UFG-2007) Compare as duas imagens.



Iluminura do Saltério de Ingeborg (anterior a 1210)



Cenas da vida da Virgem (1304-1306), de Giotto. (Detalhe)

Um elemento de distinção entre elas, responsável pelo surgimento de uma arte tipicamente renascentista, expressa-se por meio da

- a) introdução da perspectiva ou do efeito de profundidade na composição da pintura.
- b) produção da pintura considerando a figuração bidimensional.
- c) elaboração de imagens antirrealistas, com apelo ao sagrado.
- d) atribuição de destaque às figuras sagradas, conforme a hierarquia religiosa.
- e) composição da pintura com base na representação de figuras sem volume.

9. (UFMG) No amplo conjunto de transformações ligadas ao advento do mundo moderno, destaca-se um fenômeno que pode ser chamado Revolução Científica. Tal processo, relacionado ao trabalho de homens como Kepler, Copérnico e Newton, entre outros, levou a profundas mudanças nas concepções acerca da construção do saber. Considerando-se as condições que tornaram possível o advento da Revolução Científica, é CORRETO afirmar que

- os avanços científicos foram estimulados pelas tendências humanista e racionalista emergentes na época.
- o trabalho dos cientistas foi facilitado pelo processo de crescimento da influência exercida pela Igreja Católica.
- as descobertas da ciência moderna se tornaram viáveis a partir de uma postura de completo rompimento com o passado.
- a renovação da ciência foi estimulada pela queda do absolutismo russo, que abriu a Europa Oriental ao contato com o Ocidente.

10.(UFMG) Observe estas duas figuras:



CELLARIUS, Andreas. Map of the heavens. A book of postcards. The British Library. San Francisco: Pomgranate Artbooks, 1993.

Essas figuras fazem parte da coleção de mapas celestes reunidos, no livro Atlas Celestial da Harmonia, por Andreas Cellarius, que pretendia divulgar as descobertas nas ciências e na arte de seu tempo.

1. Analise a principal diferença entre os dois sistemas de representação do cosmos configurados nesses dois mapas celestes.

---



---



---



---



---

2. Relacione a mudança de concepção do cosmos representada nesses mapas com as transformações que ocorriam, na época, no campo da arte e da ciência.

---



---



---



---



---

### Seção ENEM

1. (Enem–1999) [...] Depois de longas investigações, convenci-me por fim de que o Sol é uma estrela fixa rodeada de planetas que giram em volta dela e de que ela é o centro e a chama. Que, além dos planetas principais, há outros de segunda ordem que circulam primeiro como satélites em redor dos planetas

principais e com estes em redor do Sol. [...] Não duvido que os matemáticos sejam da minha opinião, se quiserem dar-se ao trabalho de tomar conhecimento, não superficialmente mas duma maneira aprofundada, das demonstrações que darei nesta obra. Se alguns homens ligeiros e ignorantes quiserem cometer contra mim o abuso de invocar alguns passos da Escritura (sagrada), a que torçam o sentido, desprezarei os seus ataques: as verdades matemáticas não devem ser julgadas senão por matemáticos.

COPÉRNICO, N. De Revolutionibus orbium caelestium.

Aqueles que se entregam à prática sem ciência são como o navegador que embarca em um navio sem leme nem bússola. Sempre a prática deve fundamentar-se em boa teoria. Antes de fazer de um caso uma regra geral, experimente-o duas ou três vezes e verifique se as experiências produzem os mesmos efeitos. Nenhuma investigação humana pode se considerar verdadeira ciência se não passa por demonstrações matemáticas.

VINCI, Leonardo da. Carnets.

O aspecto a ser ressaltado em ambos os textos para exemplificar o racionalismo moderno é

- a fé como guia das descobertas.
- o senso crítico para se chegar a Deus.
- a limitação da ciência pelos princípios bíblicos.
- a importância da experiência e da observação.
- o princípio da autoridade e da tradição.

2. (Enem–2001) O franciscano Roger Bacon foi condenado, entre 1277 e 1279, por dirigir ataques aos teólogos, por uma suposta crença na alquimia, na astrologia e no método experimental, e também por introduzir, no ensino, as ideias de Aristóteles. Em 1260, Roger Bacon escreveu:

Pode ser que se fabriquem máquinas graças às quais os maiores navios, dirigidos por um único homem, se desloquem mais depressa do que se fossem cheios de remadores; que se construam carros que avancem a uma velocidade incrível sem a ajuda de animais; que se fabriquem máquinas voadoras nas quais um homem [...] bata o ar com asas como um pássaro. [...] Máquinas que permitam ir ao fundo dos mares e dos rios.

apud. BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII, São Paulo: Martins Fontes, 1996. vol. 3.

Considerando a dinâmica do processo histórico, pode-se afirmar que as ideias de Roger Bacon

- inseriam-se plenamente no espírito da Idade Média ao privilegiarem a crença em Deus como o principal meio para antecipar as descobertas da humanidade.
- estavam em atraso com relação ao seu tempo ao desconsiderarem os instrumentos intelectuais oferecidos pela Igreja para o avanço científico da humanidade.
- opunham-se ao desencadeamento da Primeira Revolução Industrial ao rejeitarem a aplicação da matemática e do método experimental nas invenções industriais.
- eram fundamentalmente voltadas para o passado, pois não apenas seguiam Aristóteles, como também baseavam-se na tradição e na teologia.

e) inseriam-se num movimento que convergiria mais tarde para o Renascimento, ao contemplarem a possibilidade de o ser humano controlar a natureza por meio das invenções.

3. As imagens a seguir são de duas esculturas que retratam o mesmo personagem, o herói bíblico Davi. Observe:



Davi, Michelangelo  
(1501)

David, Bernini  
(1623)

A partir da interpretação das obras de arte, depreende-se que ambas

a) são fruto do Renascimento, movimento artístico moderno que, através do naturalismo, valoriza a contemplação da inércia do corpo humano.

b) representam o ateísmo do homem moderno que, em busca da razão, passou a refutar as temáticas ligadas ao cristianismo.

c) buscam se reaproximar dos valores artísticos medievais que prezavam pela representação da simetria humana.

d) podem ser consideradas produtos da genialidade de homens que, por estarem a frente do seu tempo, não representaram valores culturais contemporâneos a si.

e) refletem as constantes mudanças das produções artísticas, que são resignificadas de acordo com o contexto histórico em que estão inseridas.

## Reforma e Contrarreforma

O processo de divisão da cristandade ocidental ocorrido no século XVI, durante a Idade Moderna, recebe o nome de Reforma Protestante. A formação dos Estados Modernos, o fortalecimento da classe burguesa, a crescente valorização da razão e do individualismo e o aperfeiçoamento da imprensa foram fundamentais para o sucesso dos movimentos de contestação à Igreja. O controverso comportamento do clero católico e a dificuldade da Igreja em satisfazer uma espiritualidade cada vez mais complexa também proporcionaram o ambiente para as críticas dos reformistas.

A cisão com a Igreja Católica provocada pela Reforma foi precedida por outras contestações, que, no entanto, não causaram um abalo definitivo na religiosidade da Europa Ocidental. É fundamental, portanto, a compreensão dos fatores que permitiram a eclosão dos movimentos reformistas no século XVI.

## Precursos dos Movimentos Reformistas

Durante o Período Medieval, não foram incomuns as contestações à Igreja. Em 1054, por exemplo, houve a divisão da cristandade. Nesse contexto, foram formadas a Igreja Católica Romana e a Igreja Ortodoxa com sede em Constantinopla, no Império Bizantino. O questionamento da autoridade papal pelos patriarcas de Bizâncio foi um dos principais fatores que levou à ruptura. Além disso, a ação dos iconoclastas, que criticavam a adoração de imagens religiosas e denunciavam a idolatria, também foi fundamental para o Cisma.

Outro ponto de divergência envolvendo os cristãos se relacionou às heresias (termo originário do grego *hairesis*, que significa escolher), que ameaçavam a Igreja desde os seus momentos iniciais. É possível afirmar, porém, que tais manifestações foram mais intensas nos séculos XII e XIII, quando as heresias deixaram de se restringir ao campo filosófico e teórico e passaram a se caracterizar pelo seu cunho popular assentado sobre uma nova visão ética da instituição eclesiástica e do cristianismo como religião vigente na sociedade ocidental. Os cátaros, os valdenses e os franciscanos são exemplos desses grupos que contestavam aspectos da doutrina religiosa.

Diante do avanço das heresias, a Igreja decidiu institucionalizar as formas de repressão. Assim, em 1229, durante o Concílio de Toulouse, foi criado oficialmente o Tribunal do Santo Ofício. Os dominicanos, que compunham uma importante ordem eclesiástica, possuíam papel destacado na organização da nova instituição, cabendo-lhes a tarefa de inquirir e condenar os heréticos.

O processo movido contra o herético muitas vezes era feito de tal modo que o acusado ignorava o nome do próprio acusador, sendo que mulheres, escravos ou crianças podiam servir de testemunhas da acusação, mas nunca da defesa. Para obter a confissão podia-se utilizar métodos que não deixavam de ser, de certa forma, torturas, como, por exemplo, a fadiga, propositalmente provocada, ou o enfraquecimento físico do acusado.

Uma vez apurada a culpa, concedia-se ao réu um prazo para que se apresentasse espontaneamente ao tribunal. Caso isso não ocorresse, poderia ser denunciado pelo inquisidor e ser preso. Em caso de confissão da culpa, dava-se ao acusado a oportunidade de retratar-se, sendo que, neste caso, deveria submeter-se a uma série de penitências, flagelações, peregrinações e, em casos mais graves, à prisão. Porém, como já dissemos anteriormente, se o acusado persistisse em seu pecado, era julgado e entregue ao braço secular que, por sua vez, o conduzia à fogueira.

NACHMAN, Falbel. Heresias Medievais. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.



Cena de Inquisição. A cena apresenta a atuação da Inquisição, presente mesmo no século XIX.

No século XIV, o chamado Cisma do Ocidente voltou a ameaçar a autoridade eclesiástica. Naquele contexto, a autoridade real francesa, em processo de fortalecimento, e a autoridade papal duelaram forças, tanto que, após o episódio conhecido como Cativo de Avignon – quando o papa Clemente V foi mantido à força na cidade de Avignon, na França –, a cristandade conviveu com a existência de dois papas, o romano e o francês. Somente em 1417, ou seja, cerca de 70 anos após o início dos conflitos, durante o Concílio de Constança, o Cisma foi superado. Naquele ano, o papado foi restabelecido em Roma, anulando, assim, a resistência francesa.

Ainda no século XIV, o professor da Universidade de Oxford, John Wycliffe (1324-1384), foi responsável pela primeira tradução da Bíblia para o inglês, o que representava, naquele período, uma ameaça ao monopólio dos textos sagrados pelo clero. Seus seguidores, os lollardos, criticavam a hierarquia da Igreja e acreditavam que a salvação poderia ser obtida pela fé. Em reação à expansão de suas ideias, mesmo após a morte, a Igreja decretou que os textos de Wycliffe fossem destruídos e que seus restos mortais fossem exumados e queimados em cerimônia pública.



Exumação e cremação dos ossos de John Wycliffe. Book of Martyres - 1563

Por fim, vale ressaltar o Movimento Hussita, que foi influenciado pelas contestações de Wycliffe e deve o nome ao seu principal líder, Jan Huss. Nascido na região da Boêmia, o padre criticava o luxo e a corrupção do clero, além de denunciar a venda de indulgências, ou seja, a concessão do perdão mediante o pagamento. A morte de Jan Huss na fogueira, executada após a sua condenação pelo Concílio de Constança (1415), deu início às chamadas Guerras Hussitas.

Como pode se perceber, o alto clero cristão se mostrou intolerante diante daqueles que ameaçavam sua primazia. Ainda assim, a repressão não se mostrou capaz de calar os críticos, tanto que, no século XVI, estes amadurecem seus discursos.

### Antecedentes da Reforma Protestante

Os movimentos reformistas do século XVI aconteceram em um ambiente propício para a divulgação de suas ideias. As contestações produziram efeitos mais incisivos no interior da cristandade e, ao contrário das anteriores, provocaram a divisão da Igreja Católica na Europa Ocidental.

Entre os fatores que facilitaram a disseminação dos ideais reformistas, está a postura renascentista do homem, afinal, a difusão do humanismo permitiu a expansão de uma nova visão sobre o homem e o mundo que o cercava. Essa nova perspectiva refletiu-se na relação entre os homens e o sagrado e permitiu o surgimento de novas concepções religiosas. A postura crítica, principalmente em relação ao Período Medieval, se dirigia também à Igreja e aos membros do clero. Dogmas, como o geocentrismo, passaram a ser contestados a partir da valorização da experiência e da observação em oposição à crença exclusiva nas autoridades religiosas.

O individualismo, que também ganhava força na ocasião, levava à percepção de que a relação entre o homem e Deus poderia existir sem a mediação do clero. A postura individualista incentivou ainda a leitura da Bíblia e o surgimento de novas interpretações dos textos sagrados. Membros do clero, como Erasmo de Rotterdam, influenciados por essa postura, dirigiram suas críticas ao despreparo do clero e ao caráter belicoso de alguns papas.

O desenvolvimento da imprensa de tipos móveis por Gutenberg, ainda no século XV, também colaborou para a expansão das ideias reformistas. A ampliação do público leitor, já que os livros anteriormente eram acessíveis a uma minoria, permitiu o acesso de um maior número de pessoas aos textos bíblicos e aos textos dos reformadores. Apesar dos altos índices de analfabetismo entre os europeus, as leituras individuais se tornaram mais comuns, reforçando, portanto, o individualismo e o surgimento de novas interpretações religiosas.

Ainda no contexto de transição da Idade Média para a Idade Moderna, verificou-se o fortalecimento do poder real, o que representou um obstáculo ao poder

## Principados do Sacro Império Romano-Germânico (1512)



### A eclosão da Reforma

Em 1517, a intensificação da venda das indulgências, decretada pelo papa Leão X com o objetivo de construir a Basílica de São Pedro, despertou a indignação do monge agostiniano Martinho Lutero. No mesmo ano, na véspera do dia de Todos os Santos, foram afixadas nas portas da Igreja de Wittenberg, na região da Saxônia, as 95 teses de Lutero que se opunham à venda de indulgências. O modo como foram tornadas públicas as insatisfações fazia parte de um costume de divulgação de pontos de vista comum naquele período. Além disso, as teses foram escritas em latim, o que significava que teriam leitura restrita. Nas teses, Lutero, além de criticar a venda das indulgências, questionava a autoridade papal para conceder o perdão e defendia que a salvação só poderia ser obtida pela fé.

#### Tese 21

Erram, portanto, os pregadores de indulgências que afirmam que a pessoa é absolvida de toda pena e salva pelas indulgências do papa.

#### Tese 24

Por isso, a maior parte do povo está sendo necessariamente ludibriada por essa magnífica e indistinta promessa de absolvição da pena.

A reação da Igreja ocorreu em 1520. Por meio de uma bula papal, Lutero foi convocado a renegar suas ideias, sob pena de excomunhão. Ao receber a advertência, Lutero se recusou a acatar as ordens do papa e queimou o documento que havia recebido. Assim, como fora

supranacional exercido pela Igreja na Idade Média. Se em alguns casos a Igreja colaborou para tal fortalecimento, justificando o caráter divino dos reis, em outros, a intervenção do papado nos assuntos dos Estados e a cobrança do dízimo eram vistas como ameaças à soberania dos monarcas, favorecendo, assim, a proliferação de religiões reformadas. Vale ressaltar que as riquezas e as terras da Igreja eram alvos de cobiça dos reis e da nobreza europeia. Ao longo da Reforma, portanto, vários nobres conseguiram se apropriar desses bens, que representavam alternativas para o aumento de seu poder.

Outra importante facção social que se indispôs com a Igreja foi a burguesia, afinal, os clérigos condenavam o lucro exagerado e a usura. Tais práticas, consideradas pecaminosas, se expandiam desde a Baixa Idade Média e foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo. A interferência clerical no mundo secular significava, desse modo, um entrave às atividades dos comerciantes.

Por fim, a crítica que mais gerou repercussão entre os europeus se relacionava à venda das indulgências, que despertou a fúria de alguns reformistas, como Martinho Lutero. O monopólio da salvação pelo clero era contestado e a venda do perdão era tida como inadmissível.

Diante de tanta pressão, as contestações se contrastavam com o despreparo e os abusos dos membros do clero, afinal, o desconhecimento das escrituras, a quebra do celibato e a corrupção eram comuns no período.

### Reforma Luterana

#### O Sacro Império Germânico

O Sacro Império Germânico, situado em grande parte na região da atual Alemanha, era marcado pela descentralização política. Apesar da existência do imperador, seu poder era limitado pela atuação dos príncipes que compunham a nobreza de origem germânica. Carlos V, da dinastia dos Habsburgo, que também reinava na Espanha, era o imperador e desejava concentrar o controle dos reinos germânicos nas suas mãos no contexto em que ocorreu a Reforma. Apesar da sua vontade, Carlos V necessitava do consentimento dos demais nobres alemães para intervir diretamente nos assuntos do Sacro Império.

Além da descentralização, persistiam, na região, características do Período Medieval, como a servidão em larga escala. Entre outras consequências, a fragmentação política facilitava as interferências da Igreja, que, além de cobrar impostos, era grande proprietária de terras na região. A venda de indulgências também era comum e a influência da Igreja tendia ao crescimento, já que Carlos V possuía fortes ligações com o papado.

estabelecido pela bula, Lutero foi punido com a excomunhão em 1521. Naquele mesmo ano, a Dieta de Worms, assembleia que contava com a participação dos príncipes do Sacro Império e com a presença de Lutero, foi convocada pelo imperador Carlos V. Na reunião, após reafirmar o teor de suas críticas, Lutero foi obrigado a deixar o território alemão.

Se eu não estiver convencido de erro pelo testemunho das Escrituras ou pela razão clara não posso retratar-me nem me retratarei de coisa alguma, pois não é seguro nem honesto agir contra a própria consciência. Deus me ajude. Amém.

Martinho Lutero

Após decretada sua expulsão, Lutero teve o apoio de Frederico da Saxônia e refugiou-se em suas terras.

O apoio da nobreza alemã foi fundamental para o sucesso do movimento luterano, mas, é válido ressaltar que os nobres estavam interessados na redução do poderio da Igreja, bem como na apropriação das terras clericais. Enquanto esteve refugiado, Lutero dedicou-se a uma de suas principais realizações: a tradução da Bíblia para o alemão.

Assim como Frederico da Saxônia, outros príncipes colaboraram para a Reforma financiando a divulgação dos princípios luteranos. Isso permitiu que as propostas reformistas circulassem e se fortalecessem em outras regiões do Império. Entre os camponeses, tais ideias também passaram a circular, levando ao surgimento de grupos mais radicais, como o dos anabatistas.



Frontispício de um panfleto de Sylvius, Alemanha, 1524.

Foi comum, no período, a divulgação dos ideais religiosos por meio das gravuras. Para a maioria da população analfabeta, as imagens explicitavam as posições da Igreja e dos reformistas. Na primeira imagem, é possível perceber a crítica ao papa e ao clero, retratados de modo monstruoso no momento da venda de indulgências. Na segunda, Lutero, também deformado, aparece de mãos dadas com o Diabo.

Os anabatistas, que acreditavam que o batismo só deveria ser feito após a vida adulta, possuíam uma visão radical a respeito da Reforma. Liderados por homens como Thomas Munzer, os camponeses se levantaram e promoveram invasões a propriedades da nobreza por todo o Império.

No ano de 1524, mais de 300 mil lutaram pelas suas ideias, por acreditarem que:

✓ Era dever do verdadeiro cristão a realização do reino de Deus na Terra com a partilha de riquezas, mesmo que fosse necessário utilizar a violência.

✓ A Igreja dos Apóstolos (cristianismo primitivo) fora corrompida pela Igreja Católica e pelos príncipes.

Apesar da inspiração luterana, a rebeldia camponesa sofreu a oposição de Lutero, que não tinha como objetivo a realização de uma reforma social. Além disso, o apoio aos camponeses poderia significar a perda do suporte dado pela nobreza. O argumento utilizado para condenar tais movimentos afirmava que o

sujeito poderia transformar-se a si mesmo, mas não ao mundo – cujo destino depende da insondável vontade divina. Dessa forma, os movimentos camponeses foram duramente reprimidos pela nobreza alemã em um conflito que levou a, aproximadamente, 100 mil mortes entre os trabalhadores rurais.

## A Doutrina Luterana

Lutero sempre havia se mostrado angustiado com a presença do mal e do pecado no mundo terreno. Para ele, o pecado original era marca indelével da vida do homem e não havia possibilidade de redenção para o homem apenas pelas boas obras. Indigno, o homem só poderia alcançar salvação pela fé. Suas preocupações também foram fruto do desenvolvimento do individualismo. A partir dessa perspectiva, a relação direta com Deus e a consequente abolição da hierarquia eclesiástica foram defendidas por Lutero. A defesa da tradução da Bíblia e do culto também foram reflexos do individualismo no campo religioso.

Em 1530, após a grande disseminação das ideias de Lutero, o imperador Carlos V convocou a Dieta de Augsburg. Nela, foram expostos os principais pontos da doutrina luterana. A Confissão de Augsburg, escrita com a ajuda de Felipe Melancton, foi publicada em 1531 e continha as bases do luteranismo que, naquele momento, já se apresentavam sólidas. Os principais pontos da doutrina luterana são:

- ✓ salvação pela fé;
- ✓ sacerdócio universal e a consequente abolição da hierarquia eclesiástica;
- ✓ tradução e livre interpretação da Bíblia;
- ✓ condenação do culto aos santos, às imagens, e às relíquias;
- ✓ condenação do celibato clerical;
- ✓ existência de apenas dois sacramentos, aqueles citados na Bíblia: batismo e eucaristia;
- ✓ negação da transubstanciação, ou seja, a transformação do pão e do vinho no corpo e sangue de Cristo durante a eucaristia;
- ✓ negação da infalibilidade papal.

## Guerras Religiosas

Os conflitos entre os nobres católicos e os favoráveis a Lutero, chamados de protestantes, se estenderam entre 1530 e 1555. A guerra opunha parte da nobreza, próxima à Igreja Católica e ao imperador Carlos V, aos príncipes protestantes reunidos na Liga de Smalkalde.

Em 1555, pressionado, Carlos V assinou a “Paz de Augsburg”. Por esse documento, ficou estipulado que cada príncipe poderia definir a doutrina a ser seguida em seus domínios, devendo os seus súditos obedecer ao que fosse determinado.

Apesar da trégua estabelecida, os conflitos religiosos voltaram a ocorrer no século XVII, quando as disputas internas levaram à deflagração de um conflito internacional, a Guerra dos Trinta Anos.

## A Reforma Calvinista

Entre as doutrinas protestantes surgidas no contexto da Reforma, o calvinismo pode ser considerado o mais radical. Formulado pelo francês João Calvino e difundido primeiramente na Suíça, o calvinismo se expandiu rapidamente pela Europa. Essa difusão deu-se principalmente, pela aproximação, em termos éticos, entre sua doutrina e a economia capitalista, até então em desenvolvimento.

A região da Suíça era formada por uma série de repúblicas independentes, nas quais o poder se concentrava na mão dos comerciantes. Esse poderio, no entanto, encontrava barreiras nas ações da Igreja na região. O movimento reformista já havia dado os seus primeiros passos com a atuação do luterano Ulrich Zwinglio, mas foi a partir da conversão de Calvino, em 1530, que o processo se consolidou.

O calvinismo tem sua base na noção da predestinação absoluta. Para Calvino, os homens já nascem marcados para a salvação ou para a danação:

Por decreto de Deus, para manifestação de sua glória, alguns homens são predestinados à vida eterna e outros são predestinados à morte eterna.

João Calvino

Ainda de acordo com as ideias de Calvino, o homem não tem a consciência de sua situação, pois os desígnios de Deus são insondáveis. Segundo ele, não há, também, maneira de se mudar o destino, já decidido por Deus antes mesmo da criação do Universo. O que existem são sinais exteriores que apontam para a possível salvação. A partir desses elementos, ter-se-ia uma indicação da condição do sujeito, enquanto condenado ou salvo.

A doutrina calvinista estabelecia para seus adeptos uma vida regrada, disciplinada, dedicada ao trabalho, afastada do ócio, dos vícios e da ostentação. Dentro dessa doutrina, conformar-se a esse ideal de conduta não seria o caminho para a salvação, mas seus resultados visíveis – o sucesso material – dariam ao eleito a confirmação do estado de graça.

Esse código de conduta levou alguns autores a considerar os princípios do calvinismo como fatores que favoreceriam o processo de acumulação capitalista. Nesse sentido, a valorização do trabalho e do conseqüente acúmulo de riquezas estaria diretamente relacionada ao processo de expansão do capitalismo. Teria sido, portanto, essa a razão para a expansão do calvinismo pela Europa, por regiões como Inglaterra, com os puritanos; Escócia, com os presbiterianos; e França, com os huguenotes. O mapa a seguir retrata essa expansão.



## A Reforma Anglicana

A Reforma na Inglaterra deu-se, principalmente, em razão da necessidade do fortalecimento do poder real durante o reinado de Henrique VIII. A ruptura com a Igreja teve por objetivo a consolidação do poderio dos Tudor no interior da sociedade inglesa. O poder real na Inglaterra, desde o século XIII, tinha como contrapartida o Parlamento, estabelecido após a assinatura da Magna Carta. Apesar de não possuir caráter legislativo e por muitas vezes possuir poder apenas nominal, esse órgão limitava o poder dos reis para criar novos impostos. Desse modo, o rompimento com a Igreja poderia significar o acesso às suas terras e aos seus bens, além do fortalecimento da monarquia inglesa.

A alegação usada por Henrique VIII para romper com a Igreja foi a não anulação de seu casamento pelo papa Clemente VII. Casado com Catarina de Aragão, tia de Carlos V da Espanha, o rei inglês se queixava do fato de não ter obtido herdeiros homens. A preocupação se justificava, já que esse fato poderia levar ao trono inglês um nobre ligado ao reino espanhol. Assim, no intuito de viabilizar seu casamento com Ana Bolena, Henrique VIII rompeu com o papa e fundou a Igreja Anglicana. Tal situação foi reconhecida pelo Parlamento em 1534, por meio do Ato de Supremacia, que tornou o monarca inglês chefe supremo da Igreja Anglicana.

Tal medida colaborou para o reforço do poder pessoal do rei, ao conceder-lhe o direito de nomear os ocupantes dos cargos eclesiásticos e de interferir nas questões dogmáticas. Os membros do antigo clero católico que resistiram às mudanças foram expulsos e as terras da Igreja em território inglês foram confiscadas. A venda dessas terras para setores da nobreza e para comerciantes garantiram o apoio político desses grupos à religião reformada.

Os ritos e a estrutura da Igreja Anglicana se aproximavam daqueles da Igreja de Roma, afinal, ao manter a hierarquia eclesiástica, Henrique VIII contribuiu para o reforço de seu poder, já que o rei se

encontrava no topo dessa hierarquia. Ainda assim, do ponto de vista dogmático, o anglicanismo incorporou várias características dos movimentos reformistas, em especial do calvinismo. É possível afirmar, portanto, que ocorreria a fusão de dogmas protestantes com o formalismo dos ritos católicos. Isso não impedia, no entanto, a oposição dos calvinistas à religião anglicana. Os chamados puritanos se opunham ao modo como havia transcorrido a Reforma na Inglaterra.

### Contrarreforma

Preocupada com o avanço das chamadas “heresias protestantes”, a Igreja Católica adotou um conjunto de medidas que visava conter a expansão do protestantismo e reafirmar os dogmas do catolicismo. A busca pela reconquista dos fiéis se materializou no Concílio de Trento (1545-1563), convocado pelo papa Paulo III.

Uma das medidas adotadas pelo alto clero católico para rebater as críticas sofridas foi o reconhecimento da Companhia de Jesus, ordem religiosa criada em 1534 por Ignácio de Loyola, para organizar as forças católicas para a luta contra seus inimigos. Sua atuação mais destacada se deu no trabalho missionário, ou seja, na obra de catequizar os nativos do continente americano. A estrutura da Companhia, baseada na organização militar e sob uma rígida disciplina, levou os jesuítas a serem conhecidos como os soldados de Cristo. A atuação dos jesuítas também se fez por meio do controle de instituições de educação na Europa e na América.

A atuação do Tribunal do Santo Ofício também se fez necessária na luta contra a Reforma. Por mais que fosse uma prática comum antes mesmo da Contrarreforma, a Inquisição atuou julgando e punindo aqueles que fossem considerados hereges. Vários intelectuais e membros de outras religiões foram interrogados pelos inquisidores e, por vezes, condenados à morte na fogueira.

Um importante aliado da Igreja na luta contra os hereges foi o *Index*, lista de livros proibidos para a leitura dos católicos. O *Index* foi atualizado regularmente até o século XX e nele já constaram nomes como os de Galileu Galilei, Nicolau Copérnico, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Rotterdam, Espinosa, John Locke, Denis Diderot, Pascal, Thomas Hobbes, René Descartes, Rousseau, Montesquieu, David Hume e Kant. Dessa forma, os católicos foram privados do acesso a essas obras, sob pena de serem levados à Inquisição.

Ainda atuando na defensiva, a Igreja Católica não abriu mão das suas principais convicções. Assim, dogmas como o culto aos santos, a virgindade de Maria, a infalibilidade papal, os sete sacramentos, o celibato clerical e a salvação pelas boas obras foram reafirmados pelo Concílio de Trento.

Apesar da sua postura conservadora, a Igreja Católica buscou reparar a sua imagem, criando, então, os seminários, escolas especializadas na formação dos membros do clero, que haviam sido acusados de

despreparo. Ainda nesse sentido, vale a pena ressaltar que, durante o Concílio de Trento, o clero optou por proibir a venda de indulgências, ação que, apesar de atenuar uma das principais acusações dos reformistas, não impedia a conversão de muitos fiéis às novas ideologias.

### Exercícios de Fixação

1. (UFLA-MG–2008) O processo de reformas religiosas teve início no século XVI e suas causas podem ser, EXCETO:

- A venda de indulgências incentivada pelos protestantes, que aliavam a sua ética religiosa ao espírito do capitalismo que nascia.
- A mudança na visão de mundo como consequência do pensamento renascentista.
- A presença de padres mal preparados intelectualmente que provocavam insatisfação nos fiéis.
- A insatisfação da burguesia diante da condenação do catolicismo para o lucro e os juros.

2. (UFMG–2008) Leia estes trechos:

I. Assim vemos que a fé basta a um cristão. Ele não precisa de nenhuma obra para se justificar.

II. O rei é o chefe supremo da Igreja [...] Nessa qualidade, o rei tem todo o poder de examinar, reprimir, corrigir [...] a fim de conservar a paz, a unidade e a tranquilidade do reino [...]

III. Por decreto de Deus, para manifestação de sua glória, alguns homens são predestinados à vida eterna e outros são predestinados à morte eterna.

A partir dessa leitura e considerando-se outros conhecimentos sobre o assunto, é CORRETO afirmar que as concepções expressas nos trechos I, II e III fazem referência, respectivamente, às doutrinas:

- católica, anglicana e ortodoxa.
- luterana, anglicana e calvinista.
- ortodoxa, luterana e católica.
- ortodoxa, presbiteriana e escolástica.

3. (UFG–2006) A Reforma Protestante, iniciada por Lutero, foi um movimento de mudanças sociais de caráter fundamentalmente religioso, com importantes desdobramentos políticos e econômicos. No que se refere aos princípios políticos e religiosos, o luteranismo defendia a

- submissão da Igreja ao Estado e a valorização da fé individual.
- implementação de políticas econômicas na Europa e a quebra da autoridade religiosa.
- jurisdição real sobre terras da Igreja e a cobrança de impostos sobre esse patrimônio.
- extinção das rendas feudais e a oposição às pregações morais do clero.
- cessação do poder político-administrativo da Igreja sobre os reinos e o fim da condenação da usura.

4. (UFES) No século XVI, o movimento conhecido como Reforma Religiosa provocou uma grande revolução espiritual na sociedade europeia e uma profunda crise na hegemonia da Igreja Católica. Considere as seguintes informações sobre a Reforma Religiosa:

I. Foi um movimento revolucionário pelo qual os camponeses exigiam a abolição da servidão e a liberação das terras da Igreja para a produção agrícola de mercado.

II. Fundamentou-se nas doutrinas de salvação para assegurar e fortalecer a hierarquia e a unidade do cristianismo.

III. Estabeleceu novos valores morais, econômicos e religiosos, que legitimaram a obtenção de lucro e criaram uma das principais fontes do espírito capitalista. IV. Fortaleceu e divulgou a doutrina do movimento protestante, mediante o Concílio de Trento.

V. Questionou a autoridade dos papas e os dogmas da Igreja, rompendo com os tradicionais padrões católicos. Estão CORRETAS as informações contidas nas afirmativas

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) III e V.

5. (UFAL–2010) Com a fragmentação do feudalismo, a Europa passou por transformações importantes nos seus hábitos e em sua organização social. Na Inglaterra, houve lutas políticas e rompimento com a Igreja Católica. Era o anúncio de mudanças nas relações de poder. Na época do rei Henrique VIII, houve

- a) a fundação da Igreja Anglicana, inspirada nos ensinamentos dos sacerdotes que defendiam o fim do celibato e do batismo.
- b) o fim da interferência da Igreja Católica no governo inglês, com a centralização maior da administração nas mãos do monarca.
- c) a queda do poder da nobreza e mudanças na economia, com adoção, para o comércio, das soluções dos economistas clássicos.
- d) as viagens marítimas para a América, a expansão militar da Inglaterra e uma descentralização administrativa.
- e) o fim do sistema parlamentarista e a adoção do mercantilismo, condenando a escravidão e o livre-comércio.

### Exercícios Propostos

1. (UFJF-MG–2006) No início do século XVI, a Igreja Católica passou por um amplo processo de reformulação doutrinária e administrativa, chamado de Reforma Católica (ou Contrarreforma). Paralelamente, as Coroas de Portugal e Espanha ajudavam no fortalecimento da Igreja Católica, mas também buscavam se transformar em instrumentos para a “salvação da humanidade”, através da conquista e da

colonização de novas terras. Qual dos eventos a seguir NÃO faz parte desse contexto?

- a) O Concílio de Trento, que reuniu diversos religiosos com o objetivo de posicionar-se frente às críticas protestantes e reafirmar os dogmas católicos.
- b) A criação do Index Librorum Prohibitorum, que se constituía numa lista de livros proibidos por atacarem os dogmas católicos ou atentarem contra eles.
- c) A difusão do projeto colonizador, segundo o qual o lucro era legítimo e o trabalho era uma vocação divina e que possibilitava o acúmulo de riquezas, como sinal de predestinação.
- d) O Padroado Real, através do qual os monarcas ibéricos eram autorizados a administrar os assuntos religiosos, tanto no reino como nas terras de Além-Mar.
- e) A fundação da Companhia de Jesus, uma vez que os jesuítas atuavam como educadores e catequizavam os povos nativos nas colônias portuguesas e espanholas.

2. (UFMG) Leia o texto.

[...] é a vida profissional do homem que lhe dá certo treino moral, uma prova de seu estado de graça para a sua consciência, que se expressa no zelo e no método, fazendo com que ele consiga cumprir a sua vocação. Não é trabalho em si, mas um trabalho racional, uma vocação, que é pedida por Deus. A concepção sobre o trabalho descrita nessa passagem é a defendida pelo

- a) anglicanismo, religião cristã originada na Inglaterra, na Reforma ocorrida no século XVI.
- b) calvinismo, religião cristã originada das concepções de João Calvino, no século XVI.
- c) catolicismo, religião cristã, com sede em Roma e obediente à autoridade do papa.
- d) islamismo ou religião muçulmana, originada na Arábia Ocidental, no século VII.

3. (UFES)

Mostra promete entrar para a história [...] Especializado em organizar mostras em que fique nítida a relação entre arte e história, o espanhol Carlos Martinez Shaw diz que o Brasil está recebendo obras que, além da grande qualidade estética, podem ajudar o brasileiro a entender o que acontecia no país naquele momento. “Nenhum período foi mais importante para a Espanha do que este. Nunca houve uma explosão tão grande de criatividade e de riqueza” – explica ele, dizendo que está na história a explicação para o Barroco do país ter tido predominância dos retratos e imagens religiosas. - “Além da Contrarreforma, a pintura gira em volta da nobreza”.

O GLOBO, 11 jul. 2000.

O texto se refere à exposição de pinturas “Esplendores de Espanha” no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. O momento histórico no qual foram produzidas as obras expostas foi marcado pela fase conhecida como Contrarreforma, que visava a

- a) abolir a Inquisição e o Index para flexibilizar a conduta do clero, facilitando a dedicação à arte sacra.

b) reafirmar os princípios fundamentais da Igreja Católica para conter o avanço do protestantismo e exercer maior controle sobre a prática dos fiéis e dos clérigos católicos.

c) extinguir os dogmas e os rituais católicos para atrair fiéis e proporcionar maior liberdade aos artistas.

d) proibir os católicos de seguir as diretrizes do Concílio de Trento, convocado pelos protestantes para divulgar suas crenças e sua produção artística.

e) expulsar da Espanha os jesuítas, que causaram a cisão da Igreja em razão dos abusos que cometiam e das propostas que defendiam.

4. (UFMG) A Reforma Religiosa do século XVI teve como desdobramento

a) a consolidação do poder dos príncipes do Império Germânico.

b) a constituição de mais de uma Igreja cristã no ocidente.

c) a divisão da Igreja em ramos: ortodoxo e romano.

d) a subordinação da Igreja Católica ao Estado.

5. (PUC Minas–2006) Na Alemanha, no século XVI, o monge agostiniano Martinho Lutero levantou-se contra os abusos cometidos pelo papado de Roma, desencadeando um movimento que ficou conhecido por Reforma Protestante. Sobre esse movimento, é INCORRETO afirmar que

a) teve os seus objetivos defendidos, ampliando o poder da burguesia contra a ideologia senhorial.

b) as ideias veiculadas na Europa, no contexto do século XVI, significaram uma brecha importante na estrutura política feudal.

c) a disseminação dos ideais reformadores no seio da população possibilitou a vitória do nacionalismo contra o poder do papado.

d) a revolta dos camponeses contra a cobiça dos grandes senhores feudais pelos bens da Igreja contou com o apoio de Lutero.

6. (UFG–2008) Leia o fragmento.

O ingresso das sociedades ocidentais na cultura escrita foi uma das principais evoluções da Era Moderna.

CHARTIER, Roger. As práticas de escrita. In: História da vida privada no Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 114 (Adaptação).

O fragmento anterior menciona uma transformação nas sociedades ocidentais. Progressivamente, a partir do início da Idade Moderna, observa-se a disseminação da cultura escrita. No século XVI, essa transformação se expressa por meio

a) das novas formas de devoção que afirmam a importância das relações pessoais e diretas do fiel com a Bíblia.

b) do processo inicial de escolarização das sociedades graças à ampliação de estabelecimentos de ensino.

c) da disseminação do uso de diários íntimos e da troca de correspondências.

d) da criação e da multiplicação de jornais diários e da difusão de sua leitura.

e) do crescimento do número de mosteiros, lugar onde os textos manuscritos eram reproduzidos pelos copistas.

7. (UNIRIO-RJ) Em outubro, depois de quatro séculos de separação e de 32 anos de conversações, católicos e luteranos assinam, na Alemanha, acordo que estabelece um consenso sobre a principal questão teológica que os afastou. O documento conjunto vai explicar de que modo as duas denominações encaram hoje a salvação – o instante em que, após a morte, os cristãos se libertariam de todos os pecados e se encontrariam com Deus na eternidade.

FOLHA DE S. PAULO, domingo, 19 set. 1999, p. 17

A tese luterana motivadora dos quatro séculos de separação afirmava que a salvação era

a) objeto exclusivo da graça, isto é, a predestinação.

b) fruto das boas obras e de uma vida virtuosa.

c) obtida somente pela fé.

d) atingida pela combinação da fé e das boas obras.

e) resultado da prática constante das orações.

8. (UFMG) Todas as alternativas apresentam fatores que permitiram o avanço do anglicanismo, EXCETO

a) a fusão de dogmas protestantes ao formalismo dos ritos católicos.

b) o avanço das doutrinas protestantes entre as camadas populares.

c) o fortalecimento do internacionalismo do papa a partir do Vaticano.

d) o interesse pelas propriedades da Igreja, especialmente pelas suas terras.

e) o objetivo do rei de fortalecer seu poder absolutista monárquico.

9. (UFRJ) Os pintores representam às vezes o Cristo sobre um arco-íris com uma espada saindo de sua boca. Mas os pintores não deveriam representar uma vara com flores e sim um bastão. E tanto o bastão quanto a espada deveriam se dirigir para o mesmo lado, para abater os danados: ‘que se quebre o braço do ímpio, que se persiga sua iniquidade e sua maldade não deixará traços’. Essas palavras nos ensinam que é dessa maneira que a autoridade do papa, inspirada pelo anticristo, será destruída. A palavra do Cristo que é o sopro, o bastão e a espada que saem de sua boca, manifestará plenamente para o mundo a tirania e a sedução dessa Igreja.

TRECHO do opúsculo Sincera admoestação a todos os cristãos para que se guardem de toda revolta, escrito em 1522 por Martinho Lutero.

No texto, Lutero ataca duramente a Igreja Católica e o papa, comparado por ele ao anticristo.

Apresente duas críticas formuladas pelo luteranismo à Igreja Católica.

---

---

---

---

---

---

---

---

10. (PUC Rio–2010) Observe a reprodução da gravura Os reformadores: Wycliffe, Huss, Lutero, Zwínglio, Calvino, Melanchton, Bucer e Beza (1886).



Disponível em: <[http://www.virtualmuseum.ca/Exhibitions/Annodomini/THEME\\_13/IT/theme-it-13-1-zoom.html](http://www.virtualmuseum.ca/Exhibitions/Annodomini/THEME_13/IT/theme-it-13-1-zoom.html)>.

a) A imagem sugere que a problemática central desses reformadores era o retorno à Bíblia, às Sagradas Escrituras, traduzidas e consideradas como o único fundamento da fé e da conduta para todos os seres humanos. Explique um motivo pelo qual a adoção desse princípio foi uma das causas das reformas religiosas no século XVI.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

b) Na imagem, Calvino e Lutero estão enfileirados em primeiro plano, ressaltando a importância de suas propostas para a criação de novas igrejas, reformadas, na Época Moderna. Apresente duas diferenças entre o luteranismo e o calvinismo.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Seção ENEM**

1. Analise as duas imagens.



As duas pinturas revelam interpretações diferentes sobre passagens da vida de Cristo. Com base nos conhecimentos sobre a história do cristianismo, pode-se afirmar que

- a) a primeira imagem, ao representar as figuras dos anjos e a da mulher com características próximas à de Cristo, reflete os ideais protestantes.
- b) a visão pessimista da segunda imagem foi típica nas obras do Renascimento, em especial nas representações religiosas.
- c) a primeira imagem não pode ser atribuída ao período da Renascença, já que a religiosidade fora negada pela postura racional dos renascentistas.
- d) a visão pessimista e a ausência de imagens de culto revelam a mentalidade protestante na segunda representação.
- e) as obras de arte possuem características semelhantes, o que impede a identificação dos princípios utilizados em sua produção.

2. Leia os trechos a seguir.

Tem sido hábito, até agora, de certos homens segurarmos como propriedade sua, visto que o Cristo nos libertou [...] Por isso, julgamos estar garantido que seremos libertados da servidão.

MANIFESTO dos camponeses alemães revoltados, 1525.

Deus prefere que existam governos, por piores que sejam, do que permitir à rale que se amotine, por mais razão que tenha.

LUTERO, Martinho, primeira metade do século XVI.

Esses trechos são contemporâneos e exemplificam os ideais de Lutero e dos camponeses que se sublevaram à época da Reforma. A análise comparativa dessas ideias nos leva a constatar que

- a) o catolicismo inflamado dos camponeses os fazia recusar veementemente os propósitos separatistas de Lutero ao iniciar a Reforma, mantendo-se fiéis à autoridade papal.
- b) a consciência política de Lutero, muito mais lúcida que a dos camponeses, o levava a defender o fim das revoltas camponesas contra a Igreja Católica, mesmo tendo sido perseguido por ela.

c) por mais que Lutero e os camponeses alemães tivessem críticas comuns à Igreja Católica da época, seus princípios se chocavam devido ao apoio mútuo existente entre Lutero e os setores da nobreza alemã, que mantinham os camponeses sob servidão.

d) as reivindicações camponesas ilustram o caráter pré-iluminista do movimento desencadeado, justamente, a partir dos reflexos do Renascimento e da Reforma Protestante, que permitiram aos homens do século XVI adotar uma perspectiva mais racional do mundo.

e) a pronta discordância de Lutero em relação ao Manifesto dos camponeses se deve à recusa dos setores populares em ajudá-lo nas lutas em prol da fundação de uma nova doutrina que pudesse libertá-los da opressão servil e católica.

3. A penetração das ideias de Lutero na Inglaterra teve importantes repercussões, que contribuíram para a criação do anglicanismo. Assim, com o apoio da nobreza e da burguesia, há muito desejosas de livrarem-se do pagamento de tributos à Igreja, o rei Henrique VIII desencadeia a Reforma Religiosa no país. O conflito entre o soberano e o papa, suscitado pela recusa deste em anular o casamento de Henrique VIII com Catarina de Aragão, acabou resultando na criação da Igreja Anglicana.

Entre as teses de Lutero apresentadas a seguir, podemos inferir que a que influenciou decisivamente na Reforma Religiosa na Inglaterra foi

a) “Decaído em razão do pecado original, o homem só poderá ser salvo pelos méritos únicos de Jesus Cristo; por isso as obras são inúteis à salvação”.

b) “Deus concede a salvação por graça àquele que acredita na promessa da graça feita por Cristo, pois a alma iluminada pela fé se torna livre em relação a tudo que não seja Deus”.

c) “O papa não pode redimir culpa alguma senão declarando e confirmando que ela foi perdoada por Deus, ou, sem dúvida, remetendo-a nos casos reservados para si”.

d) “Por antecipação, Deus destina uns à vida eterna e outros à eterna maldição, pois eleição e reprovação são atos de Deus inteiramente livres”.

e) “Os magistrados e os príncipes devem insurgir-se contra a tirania de Roma, que fez dos sacramentos o meio da graça, disso se aproveitando para dominar as almas”.

4. Observe as ideias a seguir.

Sem dúvida você está certo em conferir ao homem algum tipo de livre-arbítrio, mas imputar-lhe um arbítrio que seja livre nas coisas de Deus é demais.

Martinho Lutero a Erasmo de Rotterdam, séc. XVI.

Por decreto de Deus, para manifestação de sua glória, alguns homens são predestinados à vida eterna e outros são predestinados à morte eterna.

João Calvino, séc. XVI.

Há uma lei imanente que dirige o mundo; na verdade, leis que se subordinam à Lei Primeira. Sair da ordem natural, o que o homem pode, devido ao seu livre-arbítrio, é ser mau, e é ele por isso responsável.

Tomás de Aquino, séc. XIII.

A análise dessas ideias nos permite concluir que

a) as posturas adotadas pelos reformadores eram divergentes quanto à salvação.

b) a vontade de Deus é soberana, ainda que o homem tenha sua parcela de autonomia.

c) Tomás de Aquino confirma os propósitos luteranos, divergindo do radicalismo calvinista.

d) a postura menos intransigente de Lutero quanto à salvação lhe permitiu a condução da Reforma.

e) o livre-arbítrio é o caminho mais adequado para a salvação, segundo os pensadores.

## Revolução Inglesa

De acordo com o historiador Christopher Hill, “o século XVII é decisivo na história da Inglaterra. É a época em que a Idade Média chega ao fim”. Essa afirmação está relacionada à ocorrência da Revolução Inglesa, que aboliu os direitos feudais e submeteu o rei ao poder do Parlamento. Abria-se, a partir daquele momento, o caminho para a consolidação das relações capitalistas e da monarquia parlamentar como forma de organização política.

Ao final do processo revolucionário, ocorreu a ascensão de novos grupos ao poder político e o fim das tentativas de absolutização do poder real na Inglaterra. A burguesia e a pequena nobreza, identificada com os valores burgueses, a gentry, passaram, por meio da ação no Parlamento, a impor limites à atuação dos monarcas ingleses. O processo de marginalização da Coroa em relação aos assuntos políticos recrudescer, fazendo com que os reis ingleses desempenhassem um papel cada vez mais simbólico.

A partir de então, assiste-se a um reforço dos rituais, cada vez mais suntuosos, fundamentais para a construção da imagem pública dos reis. O gradativo afastamento da atividade política foi compensado pelo incremento das manifestações públicas da monarquia inglesa.



O discurso anual da rainha no Parlamento é um dos rituais reservados à monarquia inglesa.

Antes de discorrer sobre o processo revolucionário como um todo, é importante ressaltar que a Revolução Inglesa é dividida em dois momentos, a Revolução Puritana (1640-1649) e a Revolução Gloriosa (1688), sendo que a segunda pode ser considerada um desdobramento da primeira.

### **Economia Inglesa**

Existia na Inglaterra do século XVII uma estrutura econômica que comportava, simultaneamente, resquícios feudais persistentes e elementos do modo capitalista. Embora a atividade mais dinâmica fosse o comércio, a economia inglesa ainda se mantinha dependente, em grande parte, das atividades agrícolas.

As transformações ligadas ao desenvolvimento da economia capitalista também podiam ser sentidas no mundo rural. Afinal, desde a Idade Média, vinha ocorrendo o processo de transformação da estrutura agrária na Inglaterra. Conhecido como cercamento ou enclosures, esse processo, que consistia na transformação das terras comuns em propriedades privadas, intensificou-se no século XVII.

Em um primeiro momento, os campos comunais eram vinculados a uma relação tradicional com a terra. Nesses locais pouco valorizados, os camponeses mais pobres podiam cortar madeira, colher lenha para a construção, pescar e criar rebanhos. Em muitos casos, as terras eram ocupadas por trabalhadores empobrecidos em busca de residência. Porém, com os cercamentos, esses campos eram reunidos, transformados em propriedade privada, e sua produção era voltada para a economia de mercado.

A inflação, causada pelo afluxo de metais preciosos da América para a Europa, estimulou a produção agrícola e provocou a valorização da terra, contribuindo ainda mais para as transformações na estrutura fundiária. As terras cercadas eram utilizadas para a criação de ovelhas ou para a produção agrícola, visando ao abastecimento das cidades.

Aos camponeses, que anteriormente usufruíam das terras, restava a submissão ao trabalho assalariado no campo ou a fuga em direção às cidades. Nos centros urbanos, esse grupo poderia ser utilizado nas manufaturas inglesas, proletarizando-se ou, mesmo, passando a compor a parcela de marginalizados no interior dessa sociedade.

As transformações na estrutura agrária foram proporcionadas, ainda, pelo confisco, venda e distribuição das terras da Igreja, após a Reforma Anglicana na Inglaterra. A venda e a doação das terras beneficiaram a alta nobreza e a gentry. Além disso, colaboraram para o fortalecimento dos reis ingleses. As consequências dessas transformações fundiárias na Inglaterra foram:

- ✓ A dinamização do capitalismo no mundo rural.
- ✓ O aumento do fornecimento de lã para as manufaturas, devido à criação de ovelhas nas terras cercadas.
- ✓ A formação do proletário urbano.
- ✓ A expansão do trabalho assalariado.
- ✓ A consolidação de grupos ligados à produção agrícola voltada para o mercado, como a gentry e os yeomen.
- ✓ A valorização dos produtos agrícolas.
- ✓ O aumento das tensões sociais no campo e na cidade, devido ao número de desempregados, de marginais e de bandidos, que não encontravam espaço no novo mercado de trabalho.
- ✓ O início da especulação com o valor da terra.
- ✓ O deslocamento de camponeses expropriados para as colônias na América.

Os conflitos gerados pelo processo dos cercamentos fizeram com que os monarcas ingleses, das dinastias Tudor e Stuart, tentassem amenizar a tensão social ao dificultar a apropriação das terras comuns. Ao agir desse modo, no entanto, os reis desagradavam à alta burguesia, pois proporcionavam um entrave ao desenvolvimento capitalista na Inglaterra.

### **Sociedade Inglesa**

Assim como na economia, no interior da sociedade inglesa, ainda era possível verificar, durante o século XVII, a permanência de estruturas remanescentes da sociedade estamental de origem medieval, associadas a relações típicas de uma sociedade capitalista em desenvolvimento. Os principais grupos dessa sociedade eram:

#### **Aristocracia**

Os chamados pares eram representantes da alta nobreza, cuja linhagem remontava ao Período Medieval. Esse grupo era formado por proprietários de terra, que, em muitos casos, haviam conquistado mais propriedades com o processo de cercamentos.

No século XVII, esse grupo passava por momentos de crise e via seu poder declinar em detrimento do aumento da influência da gentry, que, revestida de uma mentalidade mais empreendedora, passou a se fortalecer, enquanto a tradicional aristocracia, protegida pelo monarca, ainda se apegava à exploração tradicional da terra. O declínio da alta nobreza enfraqueceu uma das bases de apoio da monarquia absolutista no contexto da Revolução Inglesa.

## Gentry

A gentry era formada por um grupo de proprietários de terra de mentalidade burguesa.

É importante ressaltar que o status desse grupo não provinha de títulos, era a propriedade de terras e a não necessidade de trabalho que conferia nobreza a esse grupo. Dedicavam-se, principalmente, à produção de lã para as manufaturas inglesas. A ascensão desse grupo devia-se, em parte, ao fato de boa parte de seus membros ser adepta ao calvinismo. A atuação da gentry em busca da ampliação de sua participação política foi fundamental para a eclosão do processo revolucionário.

## Yeomen

Os yeomen constituíam cerca de 1/6 da população inglesa e eram, em sua maioria, pequenos proprietários que trabalhavam em suas terras. Podem ser considerados a classe média rural, sendo que os mais bem-sucedidos haviam lucrado com o processo de mercantilização das terras, enquanto outros lutavam para manter seus terrenos frente à pressão dos grandes proprietários.

## Burguesia

A alta burguesia desfrutava de monopólios e concessões exclusivas concedidos pela Coroa, práticas comuns ao mercantilismo. Esse grupo não queria perder seus privilégios, por isso foi inicialmente a favor da manutenção da monarquia, que lhes concedia uma série de privilégios. Ainda assim, a maior parte dos burgueses defendia a redução dos poderes reais, o que viabilizaria uma maior participação política e a retirada dos entraves ao livre desenvolvimento da economia.

## Trabalhadores urbanos e rurais

Apesar de ser a maioria da população inglesa, esse grupo foi o que mais sofreu com as consequências da exploração capitalista. Parte dos trabalhadores rurais ainda estava submetida à exploração de origem feudal pela alta nobreza e desejava melhorar as suas condições em um momento em que a valorização dos produtos agrícolas elevava o preço dos produtos de primeira necessidade. Muitos trabalhadores rurais, no entanto, já estavam submetidos a formas capitalistas de exploração.

## Religião na Inglaterra

Seguindo os demais movimentos reformistas do século XVI, o Ato de Supremacia ratificado pelo Parlamento em 1534 criou a Igreja Anglicana na Inglaterra e, a partir desse momento, o controle sobre a Igreja constituiu-se em um expressivo instrumento de poder do Estado inglês. A nomeação dos cargos da Igreja, que passou a ser função do Estado, permitiu o fortalecimento do poder real. Parte da aristocracia inglesa aderiu ao anglicanismo, mas um considerável

contingente dos pares se manteve fiel ao catolicismo, demonstrando, assim, sua autonomia.

Além do anglicanismo, o calvinismo também se expandiu de maneira significativa na sociedade inglesa, principalmente entre os setores mais progressistas.

Os presbiterianos, que compunham um desses setores, eram em sua maioria componentes da gentry e acreditavam na necessidade de líderes religiosos e não religiosos (os presbíteros) na condução dos interesses da comunidade.

Já os puritanos – ala também oriunda do calvinismo – defendiam a formação de comunidades com menor controle, nas quais qualquer fiel pudesse assumir a função de pregador, e desejavam reformar (purificar) ainda mais a Igreja Anglicana, que ainda mantinha estruturas do catolicismo. Em geral, a pequena e média burguesia, os yeomen, os trabalhadores urbanos e os camponeses seguiam o puritanismo. Por sua postura radical, os puritanos eram perseguidos pela Coroa inglesa e, por isso, foram fundamentais para o processo revolucionário.

## Política Inglesa

Em meio à Europa absolutista, o poder dos monarcas ingleses encontrava empecilhos na ação do Parlamento. Apesar de não possuir caráter legislativo e por muitas vezes exercer poder apenas nominal, esse órgão limitava o poder dos reis, como no caso da criação de novos impostos.

Bicameral, o Parlamento era composto da Câmara dos Lordes e da Câmara dos Comuns. A Câmara dos Lordes era constituída por membros do clero anglicano e pela aristocracia, grupos que ocupavam também os altos cargos ligados aos reis ingleses. Já a Câmara dos Comuns era composta da burguesia e da gentry.

Durante a dinastia Tudor (1485-1603), a política de conciliação provocou pouca oposição do Parlamento aos interesses dos monarcas ingleses. Os vários setores sociais beneficiados naquele contexto evitaram manifestar sua oposição por meio da ação no Parlamento. A descrição a seguir auxilia na compreensão dessas relações:

A aristocracia beneficiava-se da estabilidade política e social que eliminara os conflitos no seio da própria elite e contivera as rebeliões camponesas, beneficiando-se ainda do exercício de altos cargos públicos e das vendas de terras confiscadas à Igreja Católica. A nobreza empobrecida, em dificuldades econômicas, teve oportunidade de refazer suas posses nos saques realizados no Novo Mundo e legitimados pelo Estado. A alta burguesia, beneficiária da monarquia, recebia os monopólios e os privilégios comerciais e industriais e a concessão de companhias privilegiadas. Artesãos e artífices tinham a garantia dos privilégios corporativos.

Numerosas leis tentavam coibir os abusos dos cercamentos e seus efeitos despovoadores, procurando dar estabilidade ao corpo social.

ARRUDA, José Jobson. *A Revolução Inglesa*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Essa relativa estabilidade, no entanto, seria rompida com a ascensão dos reis Stuart, após a morte de Elizabeth, última rainha Tudor, em 1603.

## Os Reis Stuart

O reinado dos Stuart foi marcado por uma série de conflitos relacionados às tentativas de reforço do poder real. Baseando-se na teoria do direito divino dos reis, a nova dinastia entrou em conflito com o Parlamento e tentou reafirmar o seu poder por meio do controle da hierarquia eclesiástica, desagradando aos puritanos. A perseguição aos puritanos se intensificou, e o conflito entre os monarcas e as forças vinculadas ao Parlamento provocou uma guerra civil na década de quarenta do século XVII, mudando os rumos da história da Inglaterra.

### Jaime I (1603-1625)

Enquanto esteve no poder, Jaime I, o primeiro dos reis Stuart, caracterizou o seu governo por atitudes que visavam à recuperação dos cofres ingleses e ao reforço de seu poder pessoal.

No campo religioso, o reinado de Jaime I registrou o reforço da orientação católica na Igreja Anglicana, provocando reações dos puritanos. Alheio às insatisfações, Jaime promoveu o aumento da repressão religiosa, comandada pelos Tribunais Eclesiásticos e conduzida pelo arcebispo Laud.

Politicamente, as tensões entre o rei e o Parlamento se exacerbaram quando Jaime I lançou mão dos seus preceitos absolutistas, aumentando os impostos e concedendo monopólios sobre produtos de largo consumo, como carvão, sabão, cerveja e manteiga.

A política fiscal, somada à repressão religiosa e à política externa de Jaime I – que se aproximou da Espanha, católica e antiga rival inglesa –, provocou uma grande rivalidade entre o monarca e o Parlamento. As pressões persistiram até a morte do rei em 1625, quando seu filho Carlos I assumiu o poder.

### Carlos I (1625-1649)

Carlos I manteve a política autoritária de seu antecessor, conservando a repressão política e religiosa e, assim, se indispondo com o Parlamento. A oposição, que inicialmente limitava-se ao campo político, ganhou contornos violentos, levando ao desencadeamento do processo revolucionário.

Durante o seu reinado, Carlos I aumentou os gastos com a Corte e distribuiu muitos privilégios aos pares. Para tanto, o monarca fez intervenções na economia, forçando seus súditos a concederem créditos à Coroa ou criando impostos, como o Ship Money, que, inicialmente restrito às zonas portuárias, foi estendido a todo o país por Carlos I.

Visando conter o avanço da política fiscal de Carlos I, o Parlamento exigiu do monarca a aceitação da Petição de Direitos, documento que limitava o seu poder, principalmente no que se referia à cobrança de impostos e à convocação do Exército. Após aceitar, inicialmente, tais restrições, Carlos I dissolveu o Parlamento em 1629, situação que permaneceu por 11 anos.

O autoritarismo de Carlos I ultrapassou os limites da Inglaterra, já que o rei se mobilizou para expandir os ideais reformados pela Grã-Bretanha. A tentativa de imposição do anglicanismo na Escócia, presbiteriana, resultou na invasão da Inglaterra pelas tropas escocesas em 1640. Diante da ameaça, Carlos I convocou o Parlamento na tentativa de aumentar os impostos para a organização do Exército. Para que pudessem retomar seus trabalhos, no entanto, os comuns impuseram uma série de restrições ao poder real, o que fez com que o Parlamento fosse novamente fechado.

Com a vexatória derrota das tropas inglesas para a Escócia, o rei foi forçado a convocar novamente o Parlamento, que, a partir desse momento, assumiu o controle político. Medidas como a revogação de decretos reais, o estabelecimento de uma periodicidade para a convocação do Parlamento e as limitações da ação da Igreja Anglicana deram origem a novas divergências que, dessa vez, desembocaram na Revolução Puritana.

### Revolução Puritana (1640-1649)

Os conflitos entre o Parlamento e Carlos I levaram ao início de uma guerra civil. Os chamados realistas ou cavaleiros apoiavam o rei e, por isso, eram compostos da alta nobreza, e, do ponto de vista religioso, de anglicanos e católicos.

Do outro lado do conflito, encontravam-se os cabeças-redondas, fiéis ao Parlamento e formados por puritanos, recrutados entre a pequena e média nobreza, pela burguesia e por trabalhadores urbanos e rurais.

Após algumas derrotas iniciais, as forças de oposição ao rei obtiveram vitória com o estabelecimento de uma nova forma de organização militar. O Exército de Novo Tipo, ou new model army, foi liderado por um puritano membro da gentry chamado Oliver Cromwell. O Exército revolucionário baseou o seu recrutamento no mérito e na capacidade individual, sendo, portanto, o merecimento, e não a distinção pelo nascimento, o critério para a ascensão militar.

No Exército de Novo Tipo, os oficiais eram voluntários e deviam suas promoções ao valor pessoal. Até mesmo partidários do Parlamento se escandalizaram com a promoção de “plebeus” aos cargos de oficiais. Mas os construtores da organização sabiam que, com aqueles homens humildes, unidos pela religião, submetidos a uma rígida disciplina e forjados em combate, derrotariam os “cavaleiros” – o termo com que eram desdenhosamente designadas as tropas reais. Como observou Oliver Cromwell, organizador e líder do Exército de Novo Tipo: “Prefiro um capitão trajado de panos grosseiros, mas que sabe pelo que está lutando, àqueles a quem chamais de gentis-homens e que disso não passam. Honro um cavaleiro que se comporta como tal. [...] Se escolherdes homens honestos e de bem para capitais de cavalaria, os homens honestos os seguirão”.

HILL, Christopher. O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Após uma série de confrontos, a vitória das tropas do Parlamento sobre as forças de Carlos I se deu na batalha de Naseby, em 1645. O vazio de poder deixado pela vacância do trono inglês deu início a um longo e

complexo conflito entre diversas facções políticas formadas durante o processo revolucionário.

Setores mais conservadores do Parlamento, como os presbiterianos, desejavam diminuir a influência do Exército e, para isso, juntaram-se ao rei, que, em meio àquele processo conturbado, desejava enviar os militares para conter uma rebelião na Irlanda, região dominada pelos ingleses. Os levellers, setores mais radicais ligados ao Exército, impediram tal ação.

Chamados de niveladores, os levellers se comprometeram a não desmobilizar as forças do Exército até que suas reivindicações fossem atendidas. Eles defendiam a democratização, a maior igualdade perante a lei e o regime republicano. Os mais radicais eram a favor da extinção da Câmara dos Lordes, da implementação do sufrágio universal masculino, do estabelecimento do livre-comércio, do fim dos monopólios, da proteção da pequena propriedade e da execução do rei.

Ao mesmo tempo em que as forças revolucionárias disputavam a composição do poder, o rei organizava a contrarrevolução. Assim, após uma tentativa real fracassada, as forças lideradas por Cromwell desmobilizaram as forças leais ao rei e o levaram a julgamento em 1648. A condenação feita pela Câmara dos Comuns dizia:

Ficou provado pela experiência que a função do rei neste país é inútil, onerosa e um perigo para a liberdade, a segurança e o bem-estar do povo; por isso, de hoje em diante, tal função fica abolida.

Fazendo cumprir a sentença, no dia 30 de janeiro de 1649, Carlos I foi executado e, no mesmo ano, foi proclamada a República na Inglaterra.



Execução de Carlos I

### República Puritana (1649-1660)

Após a execução do rei, o comando da Inglaterra foi delegado ao líder da facção vitoriosa na guerra, Oliver Cromwell. A República de Cromwell, ou Commonwealth, foi responsável pela eliminação dos resquícios feudais e pela consolidação dos valores liberais comuns à burguesia e à gentry. Inicialmente, o poder esteve dividido entre o Parlamento e o Exército, mas foi gradativamente se concentrando nas mãos do líder militar Oliver Cromwell.

Uma das primeiras ações de Cromwell foi eliminar as facções políticas mais radicais, como os levellers e os diggers, que desejavam a formação de cooperativas nas quais os bens produzidos seriam apropriados de forma comum.

Ainda no âmbito político, o novo líder inglês suprimiu os privilégios feudais e até dissolveu o Parlamento em 1653. Tal ação por parte de Cromwell o caracterizou como um ditador que advogava em favor da burguesia, tanto que o novo Parlamento, aberto posteriormente, lhe concedeu o título de lorde protetor da Inglaterra.

Cromwell usou, ainda, seu autoritarismo para beneficiar a Inglaterra internacionalmente. Suas ações se voltaram principalmente para a Irlanda e para a Escócia, acusadas de abrigar realistas e contrarrevolucionários.

Por fim, é importante ressaltar que Oliver Cromwell também foi muito importante para o crescimento econômico inglês, visto que estimulou o comércio, a produção artesanal e o livre-cambismo. Ainda assim, a grande realização de Cromwell foi a edição dos Atos de Navegação.

Essas leis fortaleceram o comércio exterior e visaram combater a principal rival da Inglaterra nos oceanos, a Holanda. Pelos Atos, ficava determinado que as mercadorias importadas deveriam seguir para a Inglaterra em navios ingleses ou nas embarcações dos seus países de origem.

Após a morte de Oliver Cromwell em 1658, seu filho Richard assumiu o poder, mas a sua falta de habilidade política inviabilizou a sua permanência no poder. O temor de novos conflitos pelos grupos conservadores e da emergência de novos grupos radicais gerou um clima propício para que a dinastia Stuart, juntamente com a monarquia, pudesse ser restaurada na Inglaterra.

### Restauração e Revolução Gloriosa

Com o apoio dos grupos conservadores à restauração monárquica, Carlos II (1660-1685), filho exilado de Carlos I, assumiu o trono e manteve relações menos tensas com o Parlamento, temendo seguir o mesmo destino de seu pai.

Em seu governo, no entanto, o monarca exigiu a exumação do corpo de Cromwell e enforcou o cadáver em praça pública. Em seus 25 anos de reinado – marcados pela expansão comercial inglesa –, Carlos II submeteu-se à maioria das imposições do Parlamento e foi sucedido por seu irmão, Jaime II.

Com uma postura diferente do seu antecessor, Jaime II (1685-1688) estabeleceu uma política favorável à aristocracia, que teve parte dos seus bens restituída. Outro segmento beneficiado pelo monarca foi o do catolicismo, religião pela qual Jaime II havia se convertido. Dessa forma, os católicos passaram a gozar de alguns benefícios fiscais e a ocupar importantes cargos políticos.

A tensão política gerada pela intransigência de Jaime II e a ameaça da eclosão de um novo movimento revolucionário levaram parte da elite dominante e do clero anglicano a promover um golpe palaciano. O processo, denominado de Revolução Gloriosa, por não ter levado a uma nova guerra civil, retirou Jaime II do trono.

A abdicação deu-se em favor de seu genro, Guilherme de Orange, nobre protestante de origem holandesa. Declarado rei pelo Parlamento, Guilherme I foi

submetido à Declaração dos Direitos, ou Bill of Rights, documento que estabeleceu a hegemonia do Parlamento sobre a monarquia e concedeu a tolerância religiosa aos puritanos.

### Bill of Rights (Declaração dos Direitos)

Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento. Que, do mesmo modo, é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para dispensar as leis ou o seu cumprimento, como anteriormente se tem verificado, por meio de uma usurpação notória. Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio. Que o ato de levantar e manter dentro do país um exército em tempo de paz é contrário à lei, se não proceder autorização do Parlamento.

Estavam estabelecidas, portanto, as bases para a monarquia parlamentar e a consolidação da ordem liberal que passaria a vigorar na Inglaterra a partir de então.

### Exercícios de Fixação

1. (UFRRJ) Leia o texto a seguir, sobre algumas das razões que levaram à chamada Revolução Gloriosa, e responda à questão a seguir. Satisfeitos com a política de Carlos II contra a Holanda, os capitalistas ingleses não se sentiam entretanto contentes com a sua atitude, e ainda menos com a de Jaime II, em relação à França, que se transformara na mais temível concorrente da Inglaterra no comércio e nas colônias. [...] A luta econômica contra a França, a luta por uma religião mais adaptada ao espírito capitalista, provocaram a revolução de 1688.

MOUSNIER, R. História geral das civilizações: os séculos XVI e XVII. São Paulo: Difel, 1973. v. 9 p. 324.

Sobre a Revolução Gloriosa de 1688/1689, pode-se afirmar que ela

- representou a vitória de setores reacionários no espectro político inglês e o retorno à descentralização política típica do mundo medieval.
- significou, após a afirmação temporária de governos protestantes, um retorno à tradição britânica de governos católicos.
- foi o momento no qual o anglicanismo afirmou-se definitivamente como religião de Estado na Inglaterra.
- representou uma derrota da teoria do direito divino e o triunfo da teoria do contrato entre o soberano e o povo.
- representou a vitória da teoria da separação dos três poderes e de um Estado democrático baseado no sufrágio.

2. (UNESP) Nas outras monarquias da Europa, procura-se ganhar a benevolência do rei; na Inglaterra, o rei procura ganhar a benevolência [da Câmara] dos Comuns.

DELEYRE, Alexandre. Tableau de l'Europe, 1774.

Essa diferença entre a monarquia inglesa e as do continente deve-se

- ao rei Jorge III que, acometido por um longo período de loucura, tornou-se dependente do Parlamento para governar.
- ao fato de a casa de Hannover, por sua origem alemã, gozar de pouca legitimidade para impor aos ingleses o despotismo esclarecido.
- ao início da rebelião das colônias inglesas da América do Norte contra o monarca, que o obrigou a fazer concessões.
- à peculiaridade da evolução política inglesa a qual, graças à Magna Carta, não passou pela fase da monarquia absolutista.
- às revoluções políticas de 1640 (Puritana) e de 1688 (Gloriosa), que retiraram do rei o poder de se sobrepor ao Parlamento.

a) (PUC-SP-2010) O Ato de Navegação de 1651 foi editado por Oliver Cromwell, no contexto das chamadas Revoluções Inglesas do século XVII. Era uma forma de assegurar mercado consumidor para produtos ingleses e impedir a concorrência de novas potências industriais, como a França e a Alemanha.

b) obter maior controle sobre a circulação marítima comercial e, dessa forma, ampliar a presença britânica sobre os mares.

c) beneficiar os interesses da nobreza britânica, que finalmente conseguia se impor à burguesia nas lutas religiosas, sociais e políticas internas.

d) impedir as exportações francesas para a América do Norte e, dessa forma, impedir a autonomia econômica das colônias inglesas na região.

e) facilitar o acesso às colônias do norte da África, para assegurar o fornecimento de carvão e de minérios para as fábricas inglesas.

4. (UFMG) O século XVII é decisivo na história da Inglaterra. É a época em que a Idade Média chega ao fim.

HILL, Christopher. O eleito de Deus. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 13.

Considerando-se que o marco tradicional do final da Idade Média é o século XV, tal afirmação sobre esse período da história inglesa justifica-se em razão da

- derrota da Igreja Católica, com a ascensão do anglicanismo e sua adoção como religião oficial do Estado.
- instauração da república liberal e presidencialista, que se consolidou no poder, apesar da oposição monárquica.
- unificação da Inglaterra que, sob um monarca absoluto, superou a fragmentação política feudal.
- vitória da Revolução Inglesa, que aboliu direitos feudais e submeteu o rei ao poder do Parlamento.

5. (PUC-Campinas-SP) Os conflitos político-sociais do século XVII foram o meio pelo qual a Inglaterra

- transformou o absolutismo de direito em absolutismo de fato.

- b) promoveu a substituição do Estado liberal-capitalista pelo Estado absolutista.
- c) organizou o Exército do Parlamento, conferindo postos de comando, segundo o critério de origem familiar e não pelo merecimento militar.
- d) consolidou os interesses da nobreza agrária tradicional rompendo com os ideais da burguesia.
- e) diluiu os obstáculos para o avanço capitalista, marcando o início da desagregação do absolutismo monárquico.

### Exercícios Propostos

1. (UFJF-MG–2007) Leia o fragmento a seguir: O século XVII é decisivo na história da Inglaterra. Os problemas desse país não lhe são privativos. Toda a Europa enfrentava uma série de conflitos, revoltas e guerras civil. [...] Contudo, apenas na Inglaterra ocorreu uma ruptura decisiva no século XVII.

- HILL, C. O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. Essa ruptura ficou conhecida como Revolução Inglesa, um processo que se estendeu de 1640 a 1660. A respeito desse processo, é INCORRETO afirmar que
- a) foi decisivo na derrocada do absolutismo na Inglaterra.
  - b) consolidou um mercado nacional, com um governo que priorizava as questões comerciais.
  - c) privilegiou os interesses dos setores agrários e da Igreja Católica, que passaram a ser financiados pelo governo.
  - d) as decisões tomadas durante esse processo garantiram que a Inglaterra fosse governada por uma assembleia representativa.
  - e) foi marcado por manifestações no campo contra as mudanças no regime de propriedade da terra, com destaque para grupos como os diggers e levellers.

2. (UNESP) [...] o período entre 1640 e 1660 viu a destruição de um tipo de Estado e a introdução de uma nova estrutura política dentro da qual o capitalismo podia desenvolver-se livremente.

- HILL, Christopher. A Revolução Inglesa de 1640. O autor do texto está se referindo
- a) à força da Marinha inglesa, maior potência naval da Época Moderna.
  - b) ao controle pela Coroa Inglesa de extensas áreas coloniais.
  - c) ao fim da monarquia absolutista, com a crescente supremacia política do Parlamento.
  - d) ao desenvolvimento da indústria têxtil, especialmente dos produtos de lã.
  - e) às disputas entre burguesia comercial e agrária, que caracterizaram o período.

3. (FGV) O século XVII é decisivo na história da Inglaterra [...] Toda a Europa enfrentava uma crise em meados do século XVII e ela se expressava por meio de uma série de conflitos, revoltas e guerras civis.

- HILL, Christopher. O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. p. 13.  
A esse respeito, é CORRETO afirmar:

- a) Durante o século XVII, a Inglaterra foi a única região que passou ao largo das turbulências político-sociais que sacudiram as monarquias europeias.
- b) A “Declaração de Direitos” (Bill of Rights), elaborada em 1689, estabeleceu a monarquia absolutista na Inglaterra, condição fundamental para o poderio britânico que se verificaria nos séculos XVIII e XIX.
- c) A chamada Revolução Gloriosa de 1688 consolidou a emergência dos grupos radicais, denominados niveladores e cavadores, em detrimento do poder da aristocracia senhorial inglesa.
- d) O resultado final da Revolução Inglesa foi a adoção de um pacto político e religioso entre a burguesia e a nobreza proprietária de terras, que garantiu o reconhecimento da supremacia papal sobre os assuntos religiosos da monarquia.
- e) Após a chamada Revolução Puritana, que resultou na execução do rei Carlos I, e da Revolução Gloriosa, que levou à deposição de Jaime II, a monarquia teve seu poder limitado, tendo que cumprir as leis votadas pelo Parlamento.

4. (FGV-SP) A Declaração de Direitos de 1689 (Inglaterra) é o (a)

- a) documento que legitima o poder absoluto da monarquia após a Revolução Gloriosa.
- b) base jurídica da República Puritana do Governo Cromwell.
- c) estopim do conflito que leva a Inglaterra à guerra civil.
- d) documento que instaura a subordinação do rei ao Parlamento.
- e) documento fundador da curtíssima experiência republicana inglesa após a Revolução Gloriosa.

5. (UFMG) Durante a Revolução Inglesa, no século XVII, foi formado o Exército de Novo Tipo, liderado por Oliver Cromwell, de que participavam, além da classe mercantil, da gentry, dos pequenos proprietários camponeses e de trabalhadores urbanos, segmentos mais radicais, que defendiam reformas profundas no Estado inglês. É CORRETO afirmar que esses segmentos eram constituídos

- a) pelos tories, que visavam ao fechamento do Parlamento e à instituição de um governo popular, e pelos whigs, defensores da abolição da propriedade privada.
- b) pelos levellers, que reivindicavam a democratização, a extensão do sufrágio e uma maior igualdade perante a lei, e pelos diggers, defensores da posse comum das terras.
- c) pelos landlords, que buscavam a implantação do sufrágio universal e a extensão do voto às mulheres, e pelos warlordists, que pregavam a luta armada do povo contra o Parlamento.
- d) pelos saint-simonistas, que defendiam o fim do sistema monárquico, e pelos owenistas, defensores da abolição da Câmara dos Lordes.

6. (FGV) [...] nenhuma mercadoria produzida ou fabricada na África, Ásia e América será importada na

Inglaterra, Irlanda ou País de Gales, Ilhas Jersey e Guernsey, e cidade de Berwick sobre o Tweed, outros navios senão nos que pertencem a súditos ingleses, irlandeses ou galeses e que são comandados por capitães ingleses e tripulados por uma equipagem com três quartos de ingleses [...] nenhuma mercadoria produzida ou fabricada no estrangeiro e que deve ser importada na Inglaterra, Irlanda, País de Gales, Ilhas Jersey e Guernsey deverá ser embarcada noutros portos que não sejam aqueles do país de origem [...]

ENGLISH historical documents. apud DEYON, Pierre. O mercantilismo Esses são fragmentos do Ato de Navegação, que traz como decorrência para a Inglaterra

- a) a perda de vastos territórios coloniais para a Holanda e Portugal, pois a Marinha inglesa de guerra ficou inferiorizada.
- b) o apoio, de forma decisiva, na formação dos Estados Gerais da República das Províncias Unidas, hoje Holanda.
- c) o acirramento das rivalidades econômicas com os holandeses e o fortalecimento do comércio exterior inglês.
- d) o reforço do absolutismo da dinastia Tudor e a eclosão da Revolução Puritana, liderada pelos levellers.
- e) a garantia da presença do capital inglês na exploração do ouro e das pedras preciosas em Minas Gerais.

7. (UNESP) Gerald Winstanley, líder dos escavadores da Revolução Puritana na Inglaterra (1640-1660), definiu a sua época como aquela em que “o velho mundo está rodopiando como pergaminho no fogo”. Embora os escavadores tenham sido vencidos, a Revolução Inglesa do século XVII trouxe mudanças significativas, entre as quais destacam-se a

- a) instituição do sufrágio universal e a ampliação dos direitos das Assembleias populares.
- b) separação entre Estado e religião e a anexação das propriedades da Igreja Anglicana.
- c) liberação das colônias da Inglaterra e a proibição da exploração da mão de obra escrava.
- d) abolição dos domínios feudais e a afirmação da soberania do Parlamento.
- e) ampliação das relações internacionais e a concessão de liberdade à Irlanda.

8. (UFES) A “Declaração de Direitos”, assinada pelos soberanos ingleses Guilherme II e Maria, resultado concreto da Revolução Inglesa, comprometia-os com cláusulas, como obrigações de cumprir leis votadas pelo Parlamento, sem ter direito a veto; impedimento de lançar impostos sem a aprovação dos representantes populares; proibição de manter um exército permanente, em tempo de paz, sem a anuência do Parlamento. Em relação à Revolução Inglesa, podemos afirmar que

- a) concretizou a preponderância católica irlandesa sobre o protestantismo britânico.
- b) enfraqueceu o poder político do Parlamento inglês, aumentando o do soberano Guilherme II.

- c) introduziu uma crescente influência política francesa sobre o Parlamento inglês.
- d) proporcionou a ocupação dos principais cargos políticos pelos católicos.
- e) representou a vitória definitiva do sistema parlamentar britânico sobre o absolutismo monárquico.

9. (UFMG–2009) A Revolução Inglesa, no século XVII, foi longa e bastante significativa para a consolidação do mundo político moderno. Nesse processo revolucionário, podem ser identificados dois grandes momentos: a Revolução de 1640, ou Revolução Puritana, e a Revolução de 1688, ou Revolução Gloriosa.

a) O adjetivo utilizado para identificar, ou nomear, cada um desses dois momentos da Revolução Inglesa é bastante sugestivo para a caracterização deles. Explique o que, em cada uma das duas fases, levou ao uso do respectivo adjetivo para a identificação do momento.

---

---

---

---

---

---

b) Analise duas implicações políticas decorrentes do processo revolucionário inglês do século XVII.

---

---

---

---

---

---

10. O Absolutismo Inglês firmou-se, principalmente, durante o reinado de Elizabeth I (1558-1603). Com a ascensão dos Stuart, inicia-se um período de tensão que desencadeou uma fase revolucionária, em muitos aspectos, típica dos conflitos políticos da modernidade. Acerca da Revolução Puritana (1649-1660), responda: Qual a liderança que organizou o Exército puritano na luta contra o absolutismo? Identifique os aspectos políticos e sociais da Revolução Puritana.

---

---

---

---

---

---

## Seção ENEM

1. Leia os trechos a seguir:

No Exército de Novo Tipo, os oficiais eram voluntários e deviam suas promoções ao valor pessoal. Até mesmo partidários do Parlamento se escandalizaram com a promoção de “plebeus” aos cargos de oficiais. Mas os construtores da organização sabiam que, com aqueles homens humildes, unidos pela religião, submetidos a uma rígida disciplina e forjados em combate, derrotariam os ‘cavaleiros’ – o termo com que eram desdenhosamente designadas as tropas reais. Como observou Oliver Cromwell, organizador e líder do Exército de Novo Tipo: “Prefiro um capitão trajado de panos grosseiros, mas que sabe pelo que está lutando, àqueles a quem chamais de gentis-homens e que disso não passam. Honro um cavaleiro que se comporta como tal. [...] Se escolherdes homens honestos e de bem para capitais de cavalaria, os homens honestos os seguirão.

HILL, Christopher. O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

Os soldados eram tratados como homens e a regra absoluta de promoção por méritos (que significavam distinção na batalha) produziu uma hierarquia simples de coragem. Por outro lado, o Exército era uma carreira como qualquer outra das muitas abertas ao talento pela revolução burguesa, e os que nele obtiveram sucesso tinham um interesse investido na estabilidade interna como qualquer outro burguês.

HOBSBAWM, Eric. A Era das Revoluções.

A visão apresentada sobre o Exército em ambos os textos corrobora a noção de que

- os padrões aristocráticos de origem medieval serviam como base para a formação até os momentos retratados em ambos os textos.
- as noções de promoção pelo valor pessoal e de carreira aberta ao talento se chocavam com a mentalidade burguesa.
- as ideias liberais tiveram repercussão limitada, sendo a sua presença restrita às relações entre os burgueses na esfera econômica.
- a bravura e a capacidade militar eram medidas de acordo com a posição que os indivíduos ocupavam na sociedade.
- a ascensão militar não possuía relação com as transformações ocorridas nas sociedades europeias nos períodos mencionados nos textos.

2.



A gravura é uma cópia de uma sátira holandesa do século XVII e mostra Oliver Cromwell na armadura, desgastando um casaco da Coroa e controlando a

espada da Justiça e a esfera da soberania. Atrás, uma descrição da execução de Carlos I.

A construção de uma imagem pejorativa de Cromwell pelos holandeses se justifica pelo (a)

- oposição holandesa à execução de Carlos I, considerado o legítimo monarca inglês.
- apoio inglês à Insurreição Pernambucana, ou seja, à expulsão holandesa do Brasil.
- crítica aos Atos de Navegação, responsáveis pela redução do comércio flamengo nos mares.
- aliança entre Holanda e Espanha no combate ao avanço do protestantismo britânico.
- insatisfação com o extermínio de milhares de católicos pelos protestantes na ilha da Irlanda.

## Iluminismo

O Iluminismo, também conhecido como Ilustração, foi o conjunto de ideias que, no século XVIII, serviu de base teórica para as contestações que levaram à queda do Antigo Regime. Os filósofos iluministas formularam uma série de propostas que abrangiam os campos da política, da sociedade, da economia e da religião.

Por meio da publicação de seus textos (muitas vezes de forma clandestina) em livros, jornais e panfletos, os iluministas defendiam alguns temas que servem de fundamento, ainda hoje, para a vida em sociedade. Apesar de esses pensadores divergirem em vários pontos, pode-se definir algumas características comuns desse movimento.

As críticas dos iluministas se voltavam, principalmente, para a organização do Estado absolutista e sua política econômica mercantilista, tendo sido a Igreja também um dos alvos das contestações. Pode-se dizer, de modo geral, que esses pensadores defendiam a liberdade de forma intransigente, fosse ela política, de comércio, de expressão ou religiosa.

De acordo com esses pensadores, o Estado absolutista e suas rígidas hierarquias sociais impediam a garantia dos direitos inalienáveis do homem. Isso se tornava inadmissível para os iluministas, que acreditavam que os homens eram portadores de direitos naturais dos quais não podiam ser privados, como a liberdade, a igualdade e a propriedade privada. Desse pensamento resulta o fato de as monarquias absolutistas e a Igreja serem os principais alvos dos ataques.

Como princípio do movimento, os iluministas reafirmavam a razão como a base do conhecimento, radicalizando, desse modo, as mudanças em relação ao pensamento medieval provocadas pelo Renascimento e pela Revolução Científica. O predomínio da razão conduziria, inevitavelmente, ao progresso e asseguraria ao homem a liberdade para a busca de sua felicidade. Em uma só frase, o filósofo Diderot, em carta a Voltaire, sintetiza os pontos comuns desse vasto conjunto de ideias que é o Iluminismo:

Nossa divisa é: sem quartel aos supersticiosos, aos fanáticos, aos ignorantes, aos loucos, aos perversos e aos tiranos... será que nos chamamos de filósofos para nada?

## Contexto

O Iluminismo pode ser enquadrado em um processo mais amplo, de libertação da razão, que teve suas origens no final da Idade Média. O Renascimento e, posteriormente, a Revolução Científica teriam iniciado esse processo, no qual o conhecimento humano seria, gradativamente, afastado da influência da Igreja e da religião.

Alguns importantes pensadores do século XVII serviam de inspiração para o Iluminismo, que viveu o seu auge no século XVIII, também chamado de Século das Luzes. Foi principalmente a partir da França que o pensamento da Ilustração se irradiou para o restante do continente europeu e do planeta.

O Iluminismo apresenta íntima relação com o fortalecimento da burguesia, pois o desenvolvimento econômico desse grupo, desde o final de Idade Média, não havia sido acompanhado pela tomada do controle político dos Estados Modernos. Isso ocorreu porque a sociedade do Antigo Regime ainda era marcada por práticas que mantinham privilégios para o grupo menos produtivo da sociedade, a nobreza. A defesa dos direitos inalienáveis passou a ser encampada pela burguesia e serviu de justificativa para a tomada do poder político por essa classe.

Associado ao individualismo burguês, o ideário iluminista, que defendia a liberdade política e econômica, serviu como base para os movimentos que destruíram as estruturas do Antigo Regime. As revoluções burguesas na Europa e as lutas por independência nas Américas são exemplos do alcance e das transformações provocadas por essas ideias. Tais movimentos foram precedidos por uma transformação na maneira do homem de enxergar o mundo e a sociedade em que vivia.

Por fim, é importante lembrar a distância existente entre as teorias e os ideais defendidos pelos iluministas e sua efetiva realização. Tomado o poder pela burguesia, as ideias mais radicais foram relativizadas e, apesar da consolidação da ordem liberal burguesa, a participação política ficou restrita à alta burguesia, que buscou meios de preservar a propriedade privada.

## Pensadores Do Século XVII

Ainda no século XVII, é possível notar na obra de alguns pensadores certos pontos que compuseram o corpo teórico do Iluminismo. Nesse contexto, destacam-se:

### Francis Bacon (1561-1626)

Nascido na Inglaterra, Bacon escreveu livros como: *Novum organum*, *Instauratio magna* e *Nova Atlântida*.

Bacon afirmava a necessidade de se contestar o saber transmitido pelo passado, apontando suas críticas para a tradição e para a escolástica, de origem medieval. Desenvolveu a ideia do método indutivo, valorizando a

observação da natureza e a busca de fatos como fontes do conhecimento.

### René Descartes (1596-1650)

Francês, considerado um dos pensadores mais influentes da história, Descartes concedeu uma importante colaboração para o desenvolvimento da Ciência, da Filosofia e da Matemática Moderna. Em sua obra mais importante, *Discurso sobre o método*, ele defende o racionalismo como forma de conhecimento e ressalta o método dedutivo como modo de acesso à verdade. Através da dúvida metódica, o homem seria capaz, de acordo com Descartes, de alcançar verdades incontestáveis, como a existência de Deus e o fato de o homem ser um animal pensante. A partir dessas questões, surge a frase mais célebre do filósofo: “Penso, logo existo”.

### John Locke (1632-1704)

Filósofo inglês, Locke contribuiu de forma significativa para a ciência ao valorizar a experiência como forma de construção do conhecimento. A esse método, que, além da experimentação, busca uma verdade através da utilização dos sentidos e da percepção sensorial, é dado o nome de empirismo.

Apesar da sua contribuição para a ciência, foi na política que Locke alcançou maior repercussão, sendo inclusive considerado o pai do liberalismo político. Sua influência pode ser notada na Revolução Inglesa, na Independência das Treze Colônias e na Revolução Francesa.

Em seu *Segundo Tratado sobre o governo civil*, o pensador utiliza a teoria do contrato social, que também serviu de base para Thomas Hobbes. No entanto, enquanto a teoria de Hobbes serviu para justificar o poder absoluto dos reis, as ideias de Locke colaboraram para justificar a fundação do Estado liberal. Para ele, o Estado deve existir para garantir os direitos inalienáveis do homem. No estado de natureza, tais direitos não estariam completamente assegurados. Dessa maneira, os homens deveriam realizar um contrato, formando governos capazes de manter a propriedade, a liberdade e a vida do homem. Caso o governante falhasse na garantia desses direitos naturais, os governados deveriam destituí-lo do poder. Para Locke, o poder político não deveria se concentrar na mão de um só homem, sendo necessária a existência do Poder Legislativo e de uma Constituição que regulasse o Poder Executivo.



John Locke

A influência das ideias de Locke são evidentes, por exemplo, na Declaração de Independência dos Estados Unidos, na qual se lê:

Creemos como verdades evidentes por si próprias que todos os homens nasceram iguais, que receberam de seu Criador alguns direitos inalienáveis; que entre esses direitos estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade; que é para assegurar esses direitos que os governos foram instituídos entre os homens e seu justo poder advém somente do consentimento dos governados; todas as vezes que uma forma de governo torna-se destruidora desses fins, o povo está no direito de modificá-la ou aboli-la e instituir um novo governo [...]

Preâmbulo da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, 4 jul. 1776.

### Isaac Newton (1643-1727)

Físico e matemático inglês, Newton colaborou para a construção dos fundamentos da Física Moderna. Defendia a ideia de que a natureza não era governada por leis insondáveis e sim por leis racionais, bastando aos homens descobri-las através do raciocínio matemático. Os iluministas, posteriormente, procuraram leis racionais e universais para explicar não apenas os fenômenos físicos, mas também a política, a economia e a vida em sociedade.

### Filósofos Iluministas

O Iluminismo encontrou seu apogeu na França durante o século XVIII, quando as contestações ao Antigo Regime e a luta pela garantia dos direitos naturais e da busca pela felicidade do homem se intensificaram. Nesse contexto, destacam-se as obras dos seguintes filósofos:

### Voltaire (1694-1778)

François-Marie Arouet, mais conhecido por seu pseudônimo Voltaire, era crítico ferrenho do absolutismo, da nobreza e da religião. Influenciado pelas ideias de Locke, com as quais teve contato durante o seu exílio na Inglaterra, defendia que os direitos naturais do homem deveriam ser garantidos pelo governo. Não era, contudo, um democrata, sendo

suas ideias seguidas pelos chamados déspotas esclarecidos.

Em *Cândido*, ou *O otimismo*, sua obra mais importante, Voltaire demonstra a importância da razão e expõe suas críticas a tudo que limitasse o seu desenvolvimento, seja a Igreja, os costumes franceses ou a autoridade política. Apesar de suas críticas à religião, não era ateu, e sim, deísta, ou seja, acreditava na existência de um deus racional, arquiteto do universo.

Voltaire se destacou nas lutas contra a tortura, as prisões arbitrárias e a pena de morte. Além disso, foi defensor radical da liberdade de expressão. É atribuída a ele a frase: “Posso não concordar com nenhuma das palavras que você diz, mas defenderei até a morte o direito de você dizê-las”.

### Montesquieu (1689-1755)



Charles Louis Secondat, o barão de Montesquieu, escreveu anonimamente o livro *Cartas Persas*, em que narra a viagem de dois persas à França de Luís XIV, retratando de maneira crítica e irônica os costumes e os abusos cometidos pelo Estado francês e pela Igreja. Outra das suas obras, o *Espírito das Leis*, influenciou tanto a Independência das Treze Colônias quanto a Revolução Francesa. Nela, Montesquieu afirma não haver um governo ideal, mas que as formas de se governar e as leis devem surgir a partir do contexto histórico e da realidade concreta. Clima, costumes e tamanho do território devem influir na forma como cada Estado se organiza.

Montesquieu foi responsável pela formulação da teoria do equilíbrio entre os poderes. Para ele, é natural que o homem abuse do poder, sendo possível, desse modo, que os governos acabem se convertendo ao despotismo. Para que isso não ocorra, deveria haver, portanto, um equilíbrio entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, de forma a garantir a liberdade e impedir que um dos poderes tenha força excessiva.

### Denis Diderot (1713-1784)

Filósofo e escritor, Diderot criticava a Igreja e os excessos da tirania. Sua mais conhecida afirmação teria sido: “O homem só será livre quando o último déspota for estrangulado com as entranhas do último padre”. Sua principal obra foi a Enciclopédia, que, organizada, juntamente com Jean D’Alembert (1718-1783), em

dezenas de volumes, tentava abranger todo o conhecimento humano. Contando com textos de Montesquieu, Voltaire e Rousseau, sua intenção era divulgar o pensamento iluminista e as ideias racionais, o que acabou levando à censura da obra. A importância da Enciclopédia reside no fato de a obra proporcionar uma forma de conhecimento desvinculada das autoridades políticas e religiosas.

### Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)

Considerado um dos mais radicais dos homens do Iluminismo, o pensador de origem suíça se afastou, em alguns pontos, das ideias de seus contemporâneos. Seus ideais serviram de inspiração para a radicalização política ocorrida na fase jacobina da Revolução Francesa.

Diferentemente dos demais iluministas, Rousseau contestava a excessiva valorização da razão e realçava a importância das paixões para a conservação da vida do homem. Acreditava que a sociedade havia corrompido o homem, que, naturalmente, era bom. Em *Emílio*, romance pedagógico, por exemplo, o autor mostra como a educação pode tornar a criança um adulto bom, evitando que ela seja corrompida pela vida em sociedade. Tais fatos colaboraram, portanto, para a formação do mito do “bom selvagem” e fizeram de Rousseau um dos precursores do Romantismo.

Suas críticas à propriedade privada, presentes em seu livro *Discurso sobre a origem e fundamento da desigualdade*, também contrariavam o que defendiam os demais iluministas. Considerava que o surgimento da desigualdade se relacionava à instauração da propriedade e era a razão de muitos dos males da vida em sociedade.

Em *Do Contrato Social*, Rousseau, assim como Hobbes e Locke, utiliza a teoria contratualista. No entanto, nesse caso a teoria justificava surgimento de um Estado de caráter democrático, no qual o povo seria soberano, prevalecendo sempre a vontade geral. Dessa forma, a corrupção seria evitada, e a liberdade seria garantida para a população em geral. A ideia de vontade geral foi fundamental para a formação do conceito democrático moderno de governo da maioria.

### Iluminismo e Economia

No campo econômico, as críticas do Iluminismo se voltaram, principalmente, para a excessiva intervenção do Estado na economia, típica prática mercantilista. Vinculadas ao desenvolvimento da economia industrial, tais críticas atacavam um dos pilares do Estado absolutista, na tentativa de promover o livre desenvolvimento da economia capitalista. Os representantes do chamado liberalismo econômico se dividiram em duas vertentes:

#### Fisiocracia

A Escola Fisiocrata, ou Naturalista, teve entre seus principais pensadores François Quesnay (1694-1774) e

Turgot (1727-1781). Ambos encaravam o sistema econômico como um organismo submetido a algumas leis de funcionamento, e que, por isso, seria passível de estudo. Criticavam a intervenção do Estado, considerando-a um entrave ao livre funcionamento da economia. A excessiva regulamentação das atividades agrícolas era, também, alvo de críticas dos fisiocratas. Estes acreditavam que a agricultura era a maior fonte de riqueza, sendo ela a fornecedora de matéria-prima para a indústria e o comércio.

Os fisiocratas defendiam ainda o livre funcionamento do mercado, pois este seria regulado por leis naturais. Tal corrente ideológica foi claramente expressa através da frase: “Laissez faire, laissez passer, le monde va de soi même”, que significa: “deixai fazer, deixai passar, o mundo anda por si próprio”.

#### Escola Clássica

Surgida na Inglaterra, a Escola Clássica, ou de Manchester, está intimamente ligada ao desenvolvimento industrial inglês, principalmente na segunda metade do século XIX. Seu principal representante foi Adam Smith (1723-1790), pensador escocês que sintetizou seu pensamento no livro *A riqueza das nações*.

Assim como os fisiocratas, Smith considerava a intervenção estatal na economia prejudicial, posicionando-se, por isso, a favor da livre-circulação das mercadorias. De acordo com o autor, existiria uma espécie de mão invisível que regularia as relações econômicas através de leis próprias, como a da oferta e da procura. Criticava, por consequência, o monopólio colonial, dizendo que este não prejudicava apenas a economia da colônia, mas também a indústria da metrópole.

Os membros da Escola Clássica considera o trabalho como a fonte de riqueza do indivíduo e de uma nação. Além disso, defendiam o individualismo e consideravam a propriedade privada um direito sagrado do homem.

Ainda em sua obra, Adam Smith reconheceu o papel da divisão e a racionalização do trabalho no aumento da produção industrial, pois tal especialização provocaria, inevitavelmente, um aumento na produtividade do trabalho e, conseqüentemente, um maior acúmulo de riquezas. Por fim, é válido ressaltar que Adam Smith reconhecia a necessidade da participação do Estado apenas naquelas atividades as quais o capital privado não apresentasse interesse em desenvolver.

#### Despotismo Esclarecido

As ideias iluministas foram incorporadas também pelas monarquias europeias. Na segunda metade do século XVIII, alguns soberanos, na tentativa de manter o poder absoluto, submeteram seus reinos a uma série de reformas baseadas em alguns pontos do Iluminismo, desde que estes não descaracterizassem os seus regimes despóticos. Tais monarcas ficaram conhecidos, portanto, como déspotas esclarecidos.

Marcadas pelo autoritarismo, tais medidas visavam retirar os Estados de sua condição de atraso em relação às demais nações. Seus principais representantes foram José II, da Áustria; Catarina, a Grande, da Rússia; Carlos III e o ministro Aranda, da Espanha, e D. José I e seu ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, o marquês de Pombal, de Portugal.

### Exercícios de Fixação

1. (Cesgranrio) A Revolução Científica foi fundamental no questionamento de visão de mundo oriunda do imaginário medieval. Um dos vários pensadores que se destacaram nesse movimento foi

- Isaac Newton, pelos seus estudos acerca da calorimetria e do movimento celeste.
- Galileu Galilei, pelos debates acerca da mecânica dos corpos.
- Kepler, pelo aprimoramento da teoria heliocêntrica.
- René Descartes, pela criação das bases teóricas para desenvolvimento do cálculo binário.
- Charles Darwin, pela criação da teoria evolucionista das espécies.

2. (FGV-SP) Sobre as descobertas científicas do século XVII, é CORRETO afirmar que

- romperam com o sistema hermético de Galileu Galilei, impondo um modelo experimental para verificação dos modelos naturais.
- recuperaram o modelo aristotélico de universo, rompendo, portanto, com a concepção propagada pela Igreja Medieval de corpos celestes estáticos.
- a partir do modelo experimental romperam com o sistema hermético de Aristóteles sustentado pela Igreja Medieval.
- recuperaram o modelo aristotélico de cosmo, rompendo, portanto, com a concepção propagada pela Igreja Medieval do Universo em movimento.

3. (Cesgranrio) Os começos do desenvolvimento científico moderno se identificam com a Revolução Científica do século XVII – o aparecimento de novas maneiras de pensar voltadas principalmente para o problema do conhecimento, tal como o demonstram as obras de Galileu, Bacon, Descartes, etc. Constituíram elementos característicos dessa Revolução:

- a substituição da importância da autoridade e da tradição pelo valor da observação e da experimentação.
- a valorização da especulação racional em função da redescoberta das obras de Aristóteles.
- o triunfo do pressuposto racionalista acerca da racionalidade e inteligibilidade de um universo “escrito em linguagem matemática”.
- a superioridade filosófica e científica do racionalismo cartesiano, dedutivo, sobre o empirismo de Locke e Hume.

Assinale

- se somente os itens I e II estão corretos.
- se somente os itens III e IV estão corretos.
- se somente os itens I e III estão corretos.
- se somente os itens II e IV estão corretos.
- se somente os itens I, II e IV estão corretos.

4. (UFF-RJ) O Iluminismo do século XVIII abrigava, entre seus valores, o racionalismo. Tal perspectiva confrontava-se

com as visões religiosas do século anterior. Esse confronto anunciava que o homem das luzes encarava o mundo e tudo nele contido: o homem e a natureza. O Iluminismo era claro, com relação ao homem: um indivíduo capaz de realizar intervenções e mudanças na natureza para que essa lhe proporcionasse conforto e prazer. Seguindo esse raciocínio, pode-se dizer que, para o homem das luzes, a natureza era

- misteriosa e incalculável, sendo a base da religiosidade do período, o lugar onde os homens reconheciam a presença física de Deus e sua obra de criação.
- infinita e inesgotável, constituindo-se um campo privilegiado da ação do homem, dando em troca condição de sobrevivência, principalmente no que se refere ao seu sustento econômico.
- apenas reflexo do desenvolvimento da capacidade artística do homem, pois ajudava-o a criar a ideia de um progresso ilimitado relacionado à indústria.
- um laboratório para os experimentos humanos, pois era reconhecida pelo homem como a base do progresso e entendimento do mundo; daí a fisiocracia ser a principal representante da industrialização iluminista.
- a base do progresso material e técnico, fundamento das fábricas, sem a qual as indústrias não teriam condições de desenvolver a ideia de mercado.

5. (UFPR–2010) A respeito do Iluminismo, movimento filosófico que se difundiu pela Europa ao longo do século XVIII, considere as seguintes afirmativas:

I. Muitos filósofos franceses, entre eles Montesquieu, Voltaire e Diderot, foram leitores, admiradores e divulgadores da filosofia política produzida pelos ingleses, como John Locke com sua crítica ao absolutismo.

II. Quanto à organização do Estado, os filósofos iluministas não eram contra a monarquia, mas contra as ideias de que o poder monárquico fora constituído pelo direito divino e de que ele não poderia ser submetido a nenhum freio.

III. A descoberta da perspectiva e a valorização de temas religiosos marcaram as expressões artísticas durante o Iluminismo.

IV. Em Portugal, o pensamento iluminista recebeu grande impulso das descobertas marítimas.

Assinale a alternativa CORRETA.

- Somente a afirmativa I é verdadeira.
- Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.
- Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.
- Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.

### Exercícios Propostos

1. (FUVEST-SP) A autoridade do príncipe é limitada pelas leis da natureza e do Estado [...] O príncipe não pode, portanto, dispor de seu poder e de seus súditos

sem o consentimento da nação e independentemente da escolha estabelecida no contrato de submissão [...]

DIDEROT, artigo Autoridade política, Enciclopédia, 1751.

Tendo por base esse texto da *Enciclopédia*, é CORRETO afirmar que o autor:

- pressupunha, como os demais iluministas, que os direitos de cidadania política eram iguais para todos os grupos sociais e étnicos.
- propunha o princípio político que estabelecia leis para legitimar o poder republicano e democrático.
- apoiava uma política para o Estado, submetida aos princípios da escolha dos dirigentes da nação, por meio do voto universal.
- acreditava, como os demais filósofos do Iluminismo, na revolução armada como único meio para a deposição de monarcas absolutistas.
- defendia, como a maioria dos filósofos iluministas, os princípios do liberalismo político que se contrapunham aos regimes absolutistas.

2. (Mackenzie-SP-2010) O sistema financeiro, coração da economia global, não será mais o mesmo depois do colapso iniciado pela falência do banco americano Lehman Brothers. [...] Economistas do primeiro time recomendam ao presidente americano a estatização provisória do sistema financeiro. Eles não são comunistas, revolucionários ou radicais. São fervorosos adeptos da economia de mercado – uma economia que precisa agora negar seus princípios sagrados para sobreviver.

JORNAL MUNDO, Mar. 2009.

Entre os princípios sagrados do capitalismo, mencionados no texto, considere I, II, III, IV a seguir.

I. Lei da oferta e da procura e livre iniciativa.

II. Livre-concorrência e não intervenção estatal na economia.

III. Estatização da indústria de base e protecionismo.

IV. Planificação e coletivização.

São CORRETAS somente

- I e IV.
- I e II.
- I, II e III.
- II e IV.
- III e IV.

3. (UNIRIO-RJ) Os “déspotas esclarecidos” procuravam modificar os métodos e objetivos de ação do Estado. Em geral, apresentavam-se, apenas como “os primeiros servidores do próprio Estado”. Entre as manifestações de “despotismo esclarecido”, pode-se incluir:

- Adoção de uma fraseologia dos filósofos do Iluminismo para a modernização de seus respectivos Estados.
- Seu sucesso em países onde a burguesia era muito forte e atuante.
- Durabilidade e coerência de suas reformas implantadas nos países da Europa Ocidental.
- Adaptação de princípios novos a Estados de condições socioeconômicas e políticas bastante avançadas.

e) Destruição da religião revelada e da autoridade da Igreja, através de precoces ideias do materialismo histórico.

3. (UFRRJ) O texto a seguir se refere ao liberalismo econômico. A Escola de Manchester, conhecida também como Escola Clássica, desenvolveu o pensamento econômico dominante na época do capitalismo industrial e liberal. Coube a Adam Smith formular em *A riqueza das nações*, que foi publicado em 1776, as ideias iniciais do liberalismo econômico, igualmente defendido por Davi Ricardo em *Princípios da economia política e do imposto*, e por Thomas Robert Malthus em *Ensaio sobre o princípio da população*.

AQUINO, S. L. de A. et al. *História das sociedades modernas às atuais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1995. p. 1281.

A obra *A riqueza das nações* (1776), fundamental na evolução do pensamento econômico, defendia, entre outras, a ideia de que

- a grandeza de um Estado exige a planificação e o dirigismo econômico.
- o trabalho é a fonte de riqueza, baseando-se no valor da lei da oferta e da procura.
- a riqueza deve basear-se, fundamentalmente, na exploração dos recursos da natureza.
- a “mais-valia”, resultado da exploração do trabalhador, deve ser suprimida.
- a socialização dos meios de produção e distribuição aumentam a eficiência da economia.

5. (UFV-MG) O liberalismo econômico se constituiu numa doutrina política do capitalismo industrial e financeiro. Qual das alternativas a seguir NÃO reflete um de seus princípios fundamentais?

- Fortalecimento do mercantilismo
- Livre-concorrência
- Defesa da propriedade privada
- Explicação científica dos fatos econômicos
- Liberdade de contrato

5. (UFMG / Adaptado) Os princípios liberais, definidos a partir do século XVII, serviram aos interesses da emergente burguesia, na medida em que

- propunham a unificação territorial e a centralização política do Estado Nacional.
- lutavam pela manutenção de um sistema de trabalho com base no produtor independente.
- enfatizavam as relações contratuais entre os indivíduos e a livre iniciativa.
- postulavam o critério do nascimento como princípio de ordenação social.

7. (UFF-RJ) Conhecido como um dos mais importantes teóricos do liberalismo econômico do século XVIII, Adam Smith afirmava que, ao promover o interesse pessoal, o indivíduo contribuía para o interesse geral e coletivo. Nesse sentido, o principal impacto de seu livro, *O ensaio sobre a riqueza das nações*, foi o de justificar fortemente a busca desenfreada do enriquecimento individual. Com base nessa afirmativa,

a) Indique duas características do liberalismo econômico.

---

---

---

b) Analise o papel do Estado no liberalismo econômico.

---

---

8. (UFU-MG) A revolução intelectual que se efetivou na Europa no século XVIII, divulgada principalmente a partir da edição da Enciclopédia, dirigida por Diderot e D'Alembert, ficou conhecida como Iluminismo. A esse respeito, responda:

a) Qual o significado histórico do Iluminismo?

---

---

b) Qual a relação entre as ideias iluministas e a Revolução Americana de 1776 e Revolução Francesa de 1789?

---

---

09. (Unicamp-SP) Para os pensadores do século XVII, precursores do Iluminismo, a busca do conhecimento deveria ser guiada pela razão.

a) Aponte três características do pensamento científico do século XVII.

---

---

b) Cite dois precursores do Iluminismo.

---

---

## Seção ENEM

1. (Enem-2003) Observe as duas afirmações de Montesquieu (1689-1755), a respeito da escravidão:

A escravidão não é boa por natureza; não é útil nem ao senhor, nem ao escravo: a este porque nada pode fazer por virtude; àquele, porque contrai com seus escravos toda sorte de maus hábitos e se acostuma insensivelmente a faltar contra todas as virtudes morais: torna-se orgulhoso, brusco, duro, colérico, voluptuoso, cruel.

Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de tornar escravos os negros, eis o que eu diria: tendo os povos da Europa exterminado os da América, tiveram que escravizar os da África para utilizá-los para abrir tantas terras. O açúcar seria muito caro se não

fizéssemos que escravos cultivassem a planta que o produz.

MONTESQUIEU. O espírito das leis.

Com base nos textos, podemos afirmar que, para Montesquieu,

- a) o preconceito racial foi contido pela moral religiosa.
- b) a política econômica e a moral justificaram a escravidão.
- c) a escravidão era indefensável de um ponto de vista econômico.
- d) o convívio com os europeus foi benéfico para os escravos africanos.
- e) o fundamento moral do direito pode submeter-se às razões econômicas.

2. (Enem-2000) O texto a seguir, de John Locke (1632-1704), revela algumas características de uma determinada corrente de pensamento.

Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a utilização do mesmo é muito incerta e está constantemente exposto à invasão de terceiros porque, sendo todos senhores tanto quanto ele, todo homem igual a ele e, na maior parte, pouco observadores da equidade e da justiça, o proveito da propriedade que possui nesse estado é muito inseguro e muito arriscado. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.

OS PENSADORES. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

Do ponto de vista político, podemos considerar o texto como uma tentativa de justificar

- a) a existência do governo como um poder oriundo da natureza.
- b) a origem do governo como uma propriedade do rei.
- c) o absolutismo monárquico como uma imposição da natureza humana.
- d) a origem do governo como uma proteção à vida, aos bens e aos direitos.
- e) o poder dos governantes, colocando a liberdade individual acima da propriedade.

3. Quando numa só pessoa, ou num mesmo grupo de governantes, o Poder Legislativo se acha reunido ao Poder Executivo, não poderá existir a liberdade, porque se poderá temer que o mesmo monarca ou o mesmo Senado criem leis tirânicas, para executá-las tiranicamente. Também não existirá liberdade, quando o poder de julgar não estiver separado do Poder Legislativo e do Executivo. Se o Poder Executivo estiver unido ao Poder Legislativo, o poder sobre a vida e a liberdade dos cidadãos seria arbitrário, porque o juiz

seria o legislador. E, se estiver unido ao Poder Executivo, o juiz poderá ter a força de um opressor.

MONTESQUIEU. Do espírito das leis. Livro XI, capítulo VI. Rio de Janeiro: Ediouro, sd. p. 133. Documento de 1748 (Adaptação).

As ideias de Montesquieu influenciam de modo impactante o modelo político contemporâneo. A correta aplicação desse sistema pode ser exemplificada no (a)

- a) democracia ateniense, durante a época de Péricles.
- b) monarquia inglesa, após a assinatura da Carta Magna.
- c) república norte-americana, fundada no século XVIII.
- d) governo socialista de Joseph Stálin, na Rússia.
- e) terceiro Reich criado por Adolf Hitler.

4.

### Texto 1

O pensamento iluminista do século XVIII tem na *Enciclopédia*, dirigida por Diderot e D'Alembert, uma obra de 35 volumes, editada entre 1751 e 1780, que procurou reunir a totalidade dos conhecimentos da época. Por usarem os princípios da razão para questionar os fundamentos da sociedade em que viviam, os enciclopedistas foram considerados defensores de um pensamento revolucionário.

### Texto 2

No reinado de D. José I, a Universidade de Coimbra sofreu uma profunda alteração. Em 1772, o rei ratifica os novos estatutos (Estatutos Pombalinos), que marcam o início da Reforma. Esta manifestava, sobretudo, um grande interesse pelas ciências da natureza e pelas ciências do rigor, que tão afastadas se encontravam do ensino universitário.

Os textos permitem concluir que

- a) Pombal era um forte opositor do Iluminismo e barrou seus ideais na reforma da Universidade de Coimbra.
- b) as reformas na Universidade de Coimbra, introduzidas por Pombal, demonstram um espírito iluminista.
- c) as reformas pombalinas na Universidade de Coimbra estavam de acordo com o ideário da Igreja Católica.
- d) Pombal combateu o anticlericalismo e criou o padroado nas reformas que realizou na Universidade de Coimbra.
- e) as reformas feitas na Universidade de Coimbra demonstraram que a administração de Pombal foi reacionária.

## Povos Africanos

A integração entre o Brasil e o continente africano representa uma das mais extraordinárias etapas de formação da nossa nação. O deslocamento de aproximadamente 4 milhões de africanos para o exercício do trabalho escravo nas mais variadas atividades econômicas do Brasil assegurou a profunda integração entre os dois lados do Atlântico. Cabe destacar que esse singular contato foi impactante na configuração do povo brasileiro, visto que, além do exercício da mão de obra, os africanos introduziram elementos culturais, sociais e religiosos que permanecem ativos em nossa nação. Mesmo com todos esses laços, é surpreendente notar o profundo desconhecimento de parcelas da sociedade brasileira acerca da história africana e a relativa indiferença quanto aos elementos históricos e contemporâneos daquela importante parcela do globo. A reprodução dos preconceitos que transformaram milhões em cativos se reafirma na indisposição de melhor compreender os traços culturais e históricos da sociedade africana.



Representação estilizada de mulheres no mercado

### Diversidade

A África não pode ser compreendida como uma, afinal, há grandes variações de língua e de religião, bem como diversidade de povos e de espaços geográficos. As próprias transformações sofridas pelos povos africanos, quando do contato com outras regiões do planeta, geraram uma reconfiguração das estruturas internas desse continente. Os complexos elementos que formam essa sociedade são, na contemporaneidade, objetos de estudo de amplas pesquisas, nos mais variados setores.



Mapa com a atual distribuição geopolítica africana

As diferenças entre as diversas regiões africanas também podem ser percebidas através da geografia do continente, que permite delimitar duas regiões profundamente distintas: a África Setentrional e a Subsaariana. Entre esses espaços, forma-se uma faixa limítrofe conhecida pelo nome de Sahel, ou borda do deserto, que cruza a África da costa do Atlântico até o Mar Vermelho.

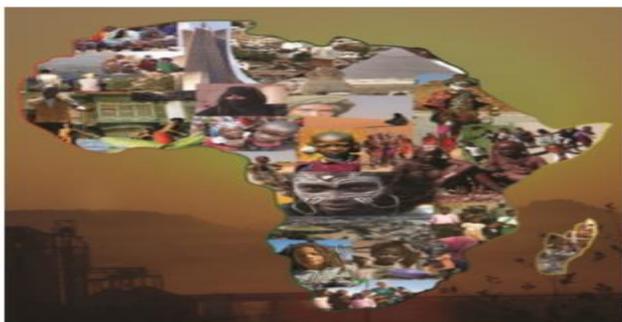
A África Setentrional abriga sete países que apresentam traços semelhantes aos dos povos do Oriente Médio, devido à ocupação árabe na região, a partir do século VII. Com o clima desértico e a predominância da religião islâmica, esse território se mostra isolado do centro-sul da África pelo gigantesco Deserto do Saara, que ocupa um terço do território continental.

Já a África Subsaariana, parte mais extensa do continente, concentra a maior parte da população negra daquela região. Está presente nesse território grande parte dos problemas sociais da África, oriundos da instabilidade política, da precariedade econômica, dos baixos investimentos tecnológicos para a superação das barreiras impostas pela geografia inóspita de algumas áreas e do histórico de exploração do continente a partir do período moderno.

Atualmente, apesar de disputas políticas e militares, pode-se afirmar que a África é composta de 53 países, distribuídos em uma área de 30,2 milhões de quilômetros quadrados de extensão que comporta 986,6 milhões de habitantes, com uma taxa de crescimento demográfico de 2,3% ao ano, conforme o Fundo de População das Nações Unidas. Sua economia se distancia dos padrões existentes em outros continentes, respondendo por, aproximadamente, apenas 2,3% do PIB mundial. A ênfase econômica nos setores primários, como a extração do petróleo e a agricultura de exportação, não configuram possibilidades de grandes investimentos na região, apesar dos esforços empreendidos por nações como França, Inglaterra, EUA e China.

Apesar da redução dos conflitos, quando comparada às últimas décadas do século passado, a região ainda registra diversos problemas políticos atrelados às rivalidades tribais, além de conflitos de fronteiras e guerras movidas por temáticas religiosas. Essa lamentável situação leva mais da metade da população da África Subsaariana a viver abaixo da linha de pobreza, com rendimentos inferiores a 1 dólar por dia. A disseminação de doenças como a AIDS e a malária, mundialmente conhecidas, é responsável pela morte de milhares de pessoas todos os dias na região.

## Formação



Diversidade africana

A diversidade étnica da África é um dos aspectos mais extraordinários do continente. O reflexo desse cenário é uma riqueza cultural que se reafirma e se integra de maneira intensa, apesar do lado perverso dos conflitos

diretamente conectados a essa profunda variação populacional.

Entre os vários povos africanos, destacam-se:

✓ **Bantos:** Predominantes na região sul da África, representam o grupo mais numeroso do continente, apesar de ser possível dividi-los em centenas de subgrupos. Possuem a mesma estrutura linguística e ocupam, nos dias de hoje, dezenas de países da África.

✓ **Pigmeus:** Caracterizados por apresentarem pele negra e pequena estatura, os pigmeus se concentram na região da África Equatorial. Dedicam-se às atividades de coleta e de caça, apresentando uma estrutura socioeconômica primitiva.

✓ **Sudaneses:** Dedicados à agricultura, os sudaneses habitam as savanas localizadas entre a região do Atlântico até o vale do Rio Nilo. Chegaram a apresentar um elevado estágio de civilização no contexto das Grandes Navegações. Como os bantos, os sudaneses contribuíram para a dinâmica econômica da América Portuguesa e do Brasil Império na condição de mão de obra forçada.

✓ **Nilotas:** Habitam a região sul do Rio Nilo e são caracterizados por apresentarem pele negra e elevada estatura.

✓ **Koikoi:** Concentrados no sudoeste da África são conhecidos pelos europeus como hotentotes. Ocupavam uma extensa faixa no sul da África, mas hoje estão restritos a pequenos grupos que se destacam pelo exercício da caça.

✓ **Berberes:** Conjunto de povos que vivem no Norte da África e que falam as línguas berberes. Convertidos ao islamismo a partir do século VIII, essa população se insere nas mais variadas etnias que caracterizam o norte do continente.

O contato desses povos com os europeus ocorreu desde a Antiguidade, principalmente no norte da África. Porém, foi somente a partir das Grandes Navegações do século XV, período marcado pelo esforço luso de empreender o périplo africano, que as duas civilizações se integraram de modo intenso. O advento das práticas mercantis e o condenável comércio de escravos representam a base para essa associação de continentes, provocando o deslocamento de milhões de nativos para as áreas coloniais fundadas na região da América.

## Reinos Africanos

A África apresentou, ao longo dos séculos, importantes reinos que exerceram profunda influência nos processos políticos e sociais do continente. As extraordinárias narrativas dos egípcios na região do Rio Nilo reafirmam essa ideia. Neste estudo, concentraremos nossas atenções nos reinos fundados na África Subsaariana, em especial na região da costa do Atlântico.

## Reino de Gana



Reino de Gana

Formado a partir do século III da Era Cristã, o reino de Gana se destacou por se desenvolver em uma área distante do litoral Atlântico e fora do gigantesco Deserto do Saara. Seu território se concentra nas atuais regiões de Mali e Mauritânia. Por meio da domesticação do camelo, os povos da região realizaram um intenso comércio com os pastores berberes do Saara, que migravam para o território em períodos de climas desfavoráveis. Entre os povos dessa sociedade, destacavam-se os soninquês, que habitavam a região às margens dos rios Níger e Senegal. Para esses povos, a formação de um reino foi necessária para fazer frente aos ataques de nômades que buscavam saquear a agricultura desenvolvida naquele território.

A intensa produção de ouro formava o pilar de sustentação do reino de Gana. Cidades importantes foram desenvolvidas, como a capital Kumbi Saleh e o importante centro comercial de Audagoste. O apogeu dessa civilização ocorreu entre os séculos VII e IX, quando as atividades de extração de ouro e o comércio de vários produtos, como sal, tecidos, cavalos e tâmaras, permitiram a integração econômica do reino com as regiões do norte da África, Egito e Sudão.

O monarca do reino de Gana garantia seu poder por meio da exploração do ouro, que era escoado para os comerciantes árabes empreenderem a cunhagem de moeda.

A desestruturação do reino ocorreu a partir do século XIII, com o progressivo esgotamento da produção aurífera e as sublevações dos povos dominados. Foi nesse contexto que o território passou a ser dominado pelo reino de Mali.

## Reino de Mali

Desenvolvido entre os séculos XIII e XVI, o reino de Mali se constituiu nos atuais territórios da República de Mali, Senegal e Guiné. Os imperadores do Mali, conhecidos por Mansas, dominavam o território na Bacia do Rio Níger, garantindo intensa atividade comercial com outros povos da região, com destaque para os árabes do norte do continente. A fundação do reino de Mali foi realizada por Sundiata Keita, responsável por transformar a cidade de Niani em centro de seu império. Outras cidades destacavam-se no reino de Mali, como Tombuctu, importante centro cultural devido às suas amplas bibliotecas e ricas

mesquitas, servindo de atração para artistas e intelectuais de várias regiões.



Reino de Mali

O apogeu do reino de Mali ocorreu durante o reinado do Mansa Mussa, marcado pela expansão das fronteiras do império, ocupando as regiões da costa do Atlântico até o Rio Níger. Muitas são as lendas em torno das grandezas desse rei, que ampliou o comércio com os árabes e manteve intenso contato com os povos muçulmanos, chegando a promover uma suntuosa peregrinação à cidade de Meca, em 1325.

Após a morte do Mansa Mussa, o reino de Mali entrou em lento declínio por conta da dificuldade de seus sucessores em manterem o controle de tão extenso território. Assim, o reino de Songhai, povo da região noroeste da Nigéria, passou a assumir o controle das províncias do Mali. No século XV, o poder de Mali já havia desaparecido frente à força dos Songhai.

## Império Songhai



Reino de Songhai

Fundado por Sonni Ali Ber, O Grande, no contexto do declínio do reino de Mali em torno do século XV, esse império se estendia da costa do Atlântico aos territórios entre a Bacia do Rio Níger e o Lago Chade. Sua capital política e militar ficava na cidade de Gao.

Sonni Ali Ber foi responsável pela conquista das cidades de Tombuctu (1468) e Djenne (1473), o que estimulou o monarca a traçar mapas de seu extenso império. A expansão empreendida pelos sucessores de Ali Ber garantiu a extensão da área de domínio Songhai por mais de dois mil quilômetros, de Teghazza ao país dos Mossi (norte a sul), de Agades a Tekrur (leste a oeste).

A estrutura política do império girava em torno do imperador, responsável pelo controle de uma numerosa Corte. Por tradição, todos que se aproximavam do líder supremo deveriam cobrir a cabeça de pó. Um cuspe do imperador não poderia cair no chão, sendo recolhido na manga de seda de qualquer um de seus setecentos acompanhantes.

A economia se orientava pelo trabalho escravo. Calcula-se que uma terra com duzentos escravos fosse capaz de produzir, aproximadamente, 250 toneladas de arroz por ano. O ouro e o sal eram comumente utilizados como referência monetária, mas a principal moeda era o cauris, conchas de moluscos utilizadas como moeda da África à China até meados do século XIX. Os núcleos urbanos eram numerosos, servindo de importantes centros religiosos e de estudo, sendo a educação intensa nas áreas de domínio islâmico. Calcula-se que a Universidade de Sankore abrigava 25 mil estudantes já no século XII.

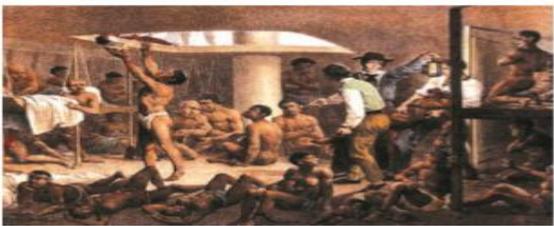
Em torno do século XVI, o império de Songhai começou a sofrer a opressão dos Estados muçulmanos, como o reino de Marrocos, que buscava as minas de sal e de ouro em regiões vizinhas. O avanço europeu pela costa africana em busca de escravos e de riquezas contribuiu para a decadência da região.

Além dos reinos de Gana, Mali e Songhai, muitos outros impérios se desenvolveram na África. A riqueza destes transcende as limitadas concepções ocidentais do continente, possibilitando a apreensão de ricos elementos sociológicos ainda não valorizados.

## Escravidão Negra

A integração entre Brasil e África fundamentou-se no exercício do trabalho escravo realizado pelos africanos, violentamente arrancados de suas comunidades e forçados a exercerem tarefas árduas em regiões longínquas. Desde o século XVI, milhões de negros africanos foram explorados nas mais variadas atividades econômicas da América Portuguesa.

Os escravos eram conduzidos ao Brasil Colônia após serem capturados por portugueses ou por inimigos tribais, na região da costa africana. Os lusos incentivavam os conflitos no continente, visando garantir a rivalidade responsável pelo fornecimento de numerosos escravos por chefes locais, conhecidos por sobas, que recebiam em troca tabaco, cachaça, armas ou qualquer iguaria valorizada pelas comunidades.



Representação de Rugendas acerca da precariedade das condições do transporte de escravos nos navios tumbeiros. (1835)

Colocados em embarcações precárias, os chamados tumbeiros, muitos africanos pereciam antes mesmo de chegarem aos locais de destino. Calcula-se que aproximadamente 15 a 20% dos negros morriam nas viagens devido à falta de alimentos, às condições subumanas de higiene, à ausência de cuidados médicos e às acomodações indevidas.

A viagem para o Brasil chegava a durar mais de trinta dias, podendo alcançar até quatro meses, caso a região

fosse muito distante. Alguns navios levavam mais de 500 escravos em condições absolutamente precárias.

Calcula-se que, até o século XIX, 25 milhões de africanos foram submetidos à escravidão na América, sendo que mais de 4 milhões foram transportados para o Brasil. Os negros que vieram para a América Portuguesa pertenciam aos seguintes grupos étnicos:

- ✓ **Bantos:** Região do Congo, Angola e Moçambique.
- ✓ **Sudaneses:** Nigéria, Daomé e Costa do Marfim.
- ✓ **Maleses:** Sudaneses convertidos ao islamismo.

O universo escravocrata não era homogêneo. Era comum a distinção entre os escravos recém-chegados da África, conhecidos por boçais, e os ladinos, ou seja, aqueles que já haviam se adaptado ao universo cultural português. Esses dois grupos eram tratados de modo distinto dos que haviam nascido na América Portuguesa. A mestiçagem ampliou ainda mais essa distinção, subdividindo mulatos – quase sempre originados da união entre brancos e negras, escravos de peles mais claras –, preferidos para as atividades domésticas, em detrimento dos negros vindos da África, encarregados das tarefas mais pesadas.



A mão de obra escrava foi utilizada nas mais variadas atividades da economia colonial, tanto no meio urbano como no rural. O padre Antonil, importante cronista colonial, definiu os cativos como “as mãos e os pés do senhor”. A opressão de todas as ordens buscava obter o controle da escravaria, com destaque para o capitão do mato, responsável pela aplicação dos castigos e pela captura dos cativos que tentavam fugir.



Debret expõe o autoritarismo e a violência presentes nas relações sociais escravistas.

Muitos senhores buscavam reduzir as tensões existentes na relação de domínio por meio de concessões aos escravos, como a premiação pela realização de alguma atividade (escravos de ganho) ou com a autorização do uso da terra para plantio em horários previamente definidos (brecha camponesa). Esses esforços, no entanto, não inibiram as ações de resistência por parte dos cativos. Nesse sentido, destacaram-se as revoltas, os suicídios, as conspirações e as fugas para os quilombos ou mocambos.

## Palmares

Entre as centenas de organizações quilombolas do Brasil Colonial, destaca-se o Quilombo dos Palmares. Localizado na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas, o principal núcleo de resistência negra ocupou uma área de aproximadamente 350 km. O número de habitantes na região é divergente, girando entre 6 a 20 mil pessoas, distribuídas em dez agrupamentos, tendo o Mocambo do Macaco como principal núcleo. Sua história percorreu todo o século XVII, sendo a segunda metade desse século o período de maior expansão do quilombo, devido ao fato de milhares de escravos aproveitarem-se do quadro de conflitos entre luso-brasileiros e holandeses como possibilidade de fuga.

A força de Palmares criou condições para a derrota de importantes expedições portuguesas que visavam dismantelar o quilombo, como a conduzida pelo sargento-mor Manoel Lopez Galvão em 1677. No final do século XVII, o núcleo de amotinados passou a ser conduzido por Zumbi, responsável pela liderança de milhares de escravos que resistiam a qualquer negociação com as autoridades portuguesas, desejosas de pôr um fim ao núcleo de negros.



Apesar da resistência, a falta de entendimento entre os habitantes de Palmares levou a um desfecho trágico para o quilombo, que foi destruído pela ação do bandeirante Domingos Jorge Velho e seus companheiros, no ano de 1695. Zumbi foi morto e degolado, sendo sua cabeça exposta na cidade de Recife.

## Leitura Complementar

### Alforria

[...]

Em geral, a escravidão poderia terminar pela morte natural do escravo ou pela alforria. No caso da alforria, havia três modos legais de um ex-escravo comprovar seu estado de forro: a carta ou “papel da liberdade”, assinada somente pelo senhor ou por outro, a seu rogo, algumas vezes registrada em cartório em livros de notas, outras somente como um papel particular; o testamento ou codicilo; a pia batismal.

Os estudiosos da escravidão, de maneira geral, têm como certa a vontade dos negros em deixar de serem escravos. Os mecanismos variavam, desde assumir maior carga de trabalho para juntar o equivalente a seu preço e pagar ao senhor, no caso das manumissões onerosas, até uma dedicação especial ao amo, na esperança de obtê-la gratuitamente. No entanto, mesmo

tendo o escravo a quantia equivalente ao seu valor, o senhor não estava obrigado a concedê-la.

Herança do direito romano presente no direito consuetudinário português, o ato de alforriar era considerado uma concessão senhorial. [...]

É difícil o cálculo sobre o número de escravos que obtiveram a liberdade por meio da alforria, pois são poucas as áreas que dispõem de mapas estatísticos sobre a população. Alguns estudos estimam, no entanto, que poucos eram os escravos capazes de ter acesso à liberdade, sendo possível estimá-los entre 0,5 % e 2% da população escrava. [...]

Uma das poucas unanimidades entre os historiadores é a de ter sido privilegiada a mulher no acesso à alforria, apesar de ela ser bem menos numerosa na população escrava. Em que pese a constatação empírica, as explicações sobre o fato variam. A primeira seria o seu preço, inferior ao do homem, por isso mais fácil de ser pago. Outra explicação diria respeito à sua maior possibilidade de estabelecer laços afetivos com seus senhores, pois atuavam como domésticas, amas-de-leite, prostitutas ou amantes. Uma terceira pressuporia o fato de que, sendo ela a responsável pela reprodução da escravidão, através do princípio romano de partus sequitur ventrem, sua família (consanguínea ou por via do compadrio) centraria mais esforços em libertá-la do que ao homem.

VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

## Exercícios de Fixação

1. (UFMG) Congregando segmentos variados da população pobre ou dirigindo-se às áreas de mineração, onde se concentravam enormes contingentes de escravos, as vendeiras e negras de tabuleiro seriam constantemente acusadas de responsabilidade direta no desvio de jornais, contrabando de ouro e diamantes, prática de prostituição e ligação com os quilombos.

FIGUEIREDO, Luciano. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

A partir da leitura e análise desse trecho, é CORRETO afirmar que a escravidão nas Minas Gerais se caracterizava por

um perfil rural e patriarcal, o que fazia com que as cativas e as forras ficassem reclusas, em casa, sob controle masculino.

uma comunidade igualitária, o que se expressava na liberdade com que os negros circulavam pelas ruas.

uma grande diversidade de formas de exploração do trabalho escravo, situação característica de um contexto mais urbano.

uma relativa flexibilidade, o que se expressava no livre trânsito dos comerciantes entre as cidades e os quilombos.

2. (PUC Rio–2009) Sobre as características da sociedade escravista colonial da América Portuguesa, estão corretas as afirmações a seguir, à EXCEÇÃO de uma. Indique-a.

- a) O início do processo de colonização na América Portuguesa foi marcado pela utilização dos índios – denominados “negros da terra” – como mão de obra.
- b) Na América Portuguesa, ocorreu o predomínio da utilização da mão de obra escrava africana, seja em áreas ligadas à agroexportação, como o Nordeste açucareiro a partir do final do século XVI, seja na região mineradora a partir do século XVIII.
- c) A partir do século XVI, com a introdução da mão de obra escrava africana, a escravidão indígena acabou por completo em todas as regiões da América Portuguesa. Em algumas regiões da América Portuguesa, os senhores permitiram que alguns de seus escravos pudessem realizar uma lavoura de subsistência dentro dos latifúndios agroexportadores, o que os historiadores denominam de “brecha camponesa”.
- d) Nas cidades coloniais da América Portuguesa, escravos e escravas trabalharam vendendo mercadorias como doces, legumes e frutas, sendo conhecidos como “escravos de ganho”.

3. (FUVEST-SP) No Brasil Colonial, a escravidão caracterizou-se essencialmente

- a) por sua vinculação exclusiva ao sistema agrário exportador.
- b) pelo incentivo da Igreja e da Coroa à escravidão de índios e negros.
- c) por estar amplamente distribuída entre a população livre, constituindo a base econômica da sociedade.
- d) por destinar os trabalhos mais penosos aos negros e os mais leves aos índios.
- e) por impedir a emigração em massa de trabalhadores livres para o Brasil.

4. (PUC-Campinas-SP) No Período Colonial brasileiro, a implantação do trabalho escravo dos africanos deveu-se

- a) ao desconhecimento de técnicas de produção agrícola pelos indígenas, à fácil adaptação do negro às condições de trabalho e à necessidade de ocupar o território.
- b) à passividade do negro, à facilidade de produzir tabaco e aguardente e à aceitação por parte dos jesuítas do trabalho compulsório.
- c) à pouca distância entre o Brasil e a África, à belicosidade dos grupos indígenas e ao desinteresse dos portugueses na produção agrícola.
- d) ao pequeno crescimento demográfico da metrópole, à proteção dos indígenas nas missões jesuíticas e à facilidade de extração do ouro de aluvião.
- e) à abundância de terra, à necessidade de produzir em alta escala um produto de grande aceitação no mercado europeu e à alta lucratividade do tráfico.

(UFRRJ) Não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e paixão de Cristo, que o vosso em um desses engenhos. Em um engenho sois imitadores de Cristo crucificado [...] Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isso se compõe a

vossa imitação, que se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio.

VIEIRA, Antônio. Sermões. Apud BOSI, Alfredo. A dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 172.

O texto representa mais uma das inúmeras justificativas para a escravidão durante o período de colonização da América Portuguesa. Sobre essa questão, é CORRETO afirmar que

- a) durante o primeiro século de colonização, a escravidão indígena foi empregada em várias regiões da colônia. Porém, com a adoção da mão de obra africana, ela foi completamente extinta, levando os indígenas a se internarem nos sertões do Brasil.
- b) a Companhia de Jesus, assim como outras ordens religiosas, procurava manter índios e negros afastados da sociedade colonial, nas missões, a fim de preservá-los da escravidão.
- c) a utilização da mão de obra africana articulava-se diretamente aos interesses mercantilistas de setores da burguesia comercial e da Coroa portuguesa.
- d) a capacidade de trabalho do ameríndio superava em muito a do africano, o que levou à sua escravização sistemática até a sua extinção, por volta de meados do século XVII.
- e) a Igreja Católica dedicou-se, nos primeiros tempos da colonização da América, a evitar a escravização dos negros, já que estes, ao contrário dos ameríndios, teriam alma, sendo, por isso, passíveis de conversão.

### Exercícios Propostos

1. (PUC Rio–2008) Costumam alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana para plantarem para si, mandando algumas vezes com eles o feitor para que não se descuidem. E isto serve para que não padeçam fome, nem cerquem cada dia a casa de seu senhor pedindo-lhes a ração de farinha. Porém não lhes dar farinha nem dia para a plantarem, e querer que sirvam de sol a sol no partido, de dia e de noite com pouco descanso no engenho, como se admitirá no Tribunal de Deus sem castigo?

ANTONIL. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, 1711. A partir da citação anterior e de seus conhecimentos sobre a sociedade colonial da América Portuguesa, examine as afirmativas a seguir.

- I. Na sociedade colonial, o prestígio social residia em ser senhor de terras e de homens, e a possibilidade de riqueza vinha da atividade comercial.
- II. Os senhores de engenho permitiam que alguns de seus escravos possuíssem uma lavoura de subsistência, inclusive com direito à venda de excedentes.
- III. Apesar da violência que marcava o cotidiano dos engenhos, os escravos conseguiram, em certa medida, criar e recriar laços culturais próprios, vários deles herdados de suas raízes africanas.
- IV. Diante do risco de punições pelos senhores – surras, aprisionamento com correntes de ferro, aumento do trabalho, etc. – as tentativas de fugas escravas diminuíram ao longo do Período Colonial.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Somente as afirmativas I e II estão corretas.

- b) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

2. (UFMG) Em pouco mais de cem anos, a ênfase passa do controle dos moradores para o dos escravos fugidos, do olhar metropolitano ao colonial, e uma figura central emerge: a do capitão-do-mato [...]. O termo capitão-do-mato já aparece em diversos documentos coloniais desde meados do século XVII [Contudo o cargo foi normatizado apenas no início do século XVIII.] Que terá acontecido no período que vai de meados do século XVII às primeiras décadas do século XVIII para que essa ocupação se estabelecesse tão firmemente na vida colonial?

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 85.

Considerando-se as informações desse texto, é CORRETO afirmar que o crescente fortalecimento do cargo de capitão do mato, entre meados do século XVII e início do século XVIII, se explica como consequência da

- a) interiorização da população em direção à área das drogas do sertão, o que resulta numa ocupação desordenada desses espaços produtivos por brancos e negros.
- b) explosão demográfica ocorrida na região das minas dos Goias e de Cuiabá, que implica um adensamento populacional propício às desordens e violência, sobretudo as praticadas por escravos fugidos.
- c) urbanização do Nordeste, derivada da crise açucareira, gerada pela expulsão dos holandeses, crise que promove, nas vilas e arraiais, a concentração de escravos, que, até então, trabalhavam nos engenhos.
- d) dificuldade das campanhas para a destruição do Quilombo de Palmares e a possibilidade do surgimento de novos e resistentes núcleos de quilombolas tanto no Nordeste quanto em outras áreas de interesse metropolitano.

3. (FUVEST-SP-2007) No Brasil, os escravos

- 1. trabalhavam tanto no campo quanto na cidade, em atividades econômicas variadas.
- 2. sofriam castigos físicos, em praça pública, determinados por seus senhores.
- 3. resistiam de diversas formas, seja praticando o suicídio, seja organizando rebeliões.
- 4. tinham a mesma cultura e religião, já que eram todos provenientes de Angola.
- 5. estavam proibidos pela legislação de efetuar pagamento por sua alforria.

Das afirmações apresentadas, são VERDADEIRAS apenas

- 1, 2 e 4.
- 3, 4 e 5.
- 1, 3 e 5.
- 1, 2 e 3.
- 2, 3 e 5.

4. (FGV-SP) Oh, se a gente preta tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conhecera bem quanto deve a Deus e a Sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativo e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre!

VIEIRA, Padre Antônio. Sermão XIV. Apud ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 183.

Sobre a escravidão no Brasil no Período Colonial, é CORRETO afirmar:

- a) O tráfico de escravos no século XVIII era realizado por comerciantes metropolitanos e por “brasílicos” que saíam do Rio de Janeiro, Bahia e Recife com mercadorias brasileiras e realizavam trocas bilaterais com a África.
- b) A produção econômica colonial era agroexportadora, baseada na concentração fundiária e no uso exclusivo do trabalho escravo.
- c) O tráfico de escravos para o Brasil, no século XVIII, era realizado exclusivamente por comerciantes metropolitanos. A oferta de mão de obra escrava era contínua e a baixos custos.
- d) O tráfico de escravos no século XVIII era realizado apenas por comerciantes “brasílicos”. A oferta de mão de obra, contudo, era descontínua e a altos custos.
- e) O século XVII marcou o auge do tráfico de escravos no Brasil, para atender à demanda do crescimento dos engenhos de açúcar, com uma oferta contínua e a altos custos.

5. (UFAC-2011) Com a leitura dos dois textos seguintes, que analisam a escravidão, fica demonstrado que:

### Texto I

Na simbologia europeia da Idade Média, a cor branca estava associada ao dia, à inocência, à virgindade; já a cor preta representava a noite, os demônios, a tristeza e a maldição divina. Essa dicotomia entre branco e preto, claro e escuro, foi transferida pelos europeus para os seres humanos quando os portugueses chegaram à África em meados do século XV. [...] Assim, a pigmentação escura da pele foi inicialmente apontada como uma doença ou um desvio da norma. Como os africanos apresentavam ainda traços físicos, crenças religiosas, costumes e hábitos culturais diferentes dos que predominavam na Europa, autores europeus passaram a caracterizá-los como seres situados entre os humanos e os animais. Todas essas visões eurocêntricas fizeram com que os negros fossem considerados culturalmente inferiores e propensos à escravidão [...]

AZEVEDO, Gislane Campos; SERIACOPI, Reinaldo. *História*. São Paulo: Ática, 2008. p. 199.

### Texto II

Desde os cinco anos merecera eu a alcunha de ‘menino diabo’; e verdadeiramente não era outra coisa; fui dos mais malignos do meu tempo, arguto, indiscreto,

traquinas e voluntarioso. Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce ‘por pirraça’; e eu tinha apenas seis anos. Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia – algumas vezes gemendo – mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um – ‘ai, nhonhô!’

– ao que eu retorquia: – ‘Cala a boca, besta!’

ASSIS, Machado de. Memórias Póstumas de Brás-Cubas. São Paulo: Globo, 2008. p. 62.

a) No texto I, apresenta-se o etnocentrismo como elemento de justificação do tráfico negreiro. Ao passo que, no texto II, demonstram-se as relações de dominação dos escravos dentro dos espaços domésticos brasileiros durante o Período Imperial.

b) A chegada dos portugueses à África, no século XV, foi pontuada por um estranhamento cultural, religioso e físico, marcado no texto I. Enquanto que, no século XVI, no Período Imperial brasileiro, de que trata o texto II, ocorria plena e pacífica integração social entre negros e brancos.

c) Ambos os textos pontuam os estranhamentos culturais entre brancos europeus e negros afro-brasileiros, que culminaram com a substituição total do trabalho de escravos africanos pela força de trabalho dos “negros da terra”.

d) O texto I expõe perspectivas eurocêntricas, em que se justifica a escravidão do africano por ser diferente do branco europeu. Ideia que é retomada no texto II, na obra de Machado de Assis, que apresenta o defunto narrador como abolicionista.

e) Tanto no texto I quanto no texto II, percebe-se a preocupação dos autores em expor os tratamentos respeitosos a que eram submetidos os povos com características físicas e culturais diferentes dos europeus.

6. (UFMG–2010) Observe esta imagem:



DEBRET, Jean-Baptiste. Os refrescos do Largo do Palácio.

A partir da observação dessa imagem e considerando outros conhecimentos sobre o assunto, caracterize a escravidão urbana no Brasil.

---

---

---

---

---

7. (UERJ–2009) O trabalho na colônia:

- 1500-1532: período chamado pré-colonial, caracterizado por uma economia extrativa baseada no escambo com os índios;
- 1532-1600: época de predomínio da escravidão indígena;
- 1600-1700: fase de instalação do escravismo colonial de plantation em sua forma “clássica”;
- 1700-1822: anos de diversificação das atividades em função da mineração, do surgimento de uma rede urbana, mais tarde, de uma importância maior da manufatura – embora sempre sob o signo da escravidão predominante.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). História geral do Brasil. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

A partir das informações do texto, verificam-se alterações ocorridas no sistema colonial em relação à mão de obra. Apresente duas justificativas para o incentivo do Estado português à importação de mão de obra escrava para sua colônia na América.

---

---

---

---

8. (Unicamp-SP) Um dos maiores problemas nos estudos históricos no Brasil acerca da escravidão é seu relativo desconhecimento da história e da cultura africanas. Aí, a história do Congo tem muitas lições a dar, quer para os interessados no estudo da África, quer para os estudiosos da escravidão e da cultura negra na diáspora colonial. Afinal, a região do Congo-Angola foi daquelas que mais forneceram africanos para o Brasil, especialmente para o Sudeste, posição assumida no século XVII e consolidada na virada do século XVIII para o XIX.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Marina de Mello e. Catolização e poder no tempo do tráfico: o reino do Congo da conversão coroada ao movimento Antoniano, séculos XV-XVIII, Tempo. n. 6, 1998. p. 95-96 (Adaptação).

a) O que foi a diáspora colonial citada no texto anterior?

---

---

---

---

b) Identifique duas influências africanas no Brasil atual.

---

---

---

---

c) Nomeie e explique, no Brasil atual, uma decorrência da prática da escravidão negra.

---

---

---

---

---

9. (UFRN) Diversos documentos do Período Colonial nos permitem afirmar que os negros reagiram à escravidão. O fragmento textual a seguir se refere a algumas dessas atitudes dos escravos no Brasil, no século XVIII. Já dei conta a V. Maj. em carta de 13 de junho do ano passado da soltura com que nestas minas viviam os negros, e especialmente os fugidos, que juntos nos mocambos se atreviam a fazer todo gênero de insultos sem receio do castigo e também ponderei a V. Maj., a importância desta matéria por me parecer com algum fundamento que poderia os negros encaminhar a fazer algumas operações semelhantes as dos Palmares de Pernambuco.

CARTA de 20 abr. 1712, do capitão-general da capitania de Minas Gerais, conde D. Pedro de Almeida, a Sua Majestade, sobre a Soltura dos negros naquela capitania. Apud GOULART, José Alípio. Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil. Rio de Janeiro: Conquista, INL, 1972. p. 284.

Comente três formas de resistência do negro à escravidão durante o Período Colonial.

---

---

---

---

---

10. (FGV-SP) Alguns moradores daqueles distritos, por temerem os danos que recebiam e segurarem as suas casas, famílias e lavouras dos males que os negros do Palmares lhes causavam, tinham com elas secreta confederação, dando-lhes armas, pólvora e balas, roupas, fazendas da Europa e regalos de Portugal, pelo ouro, prata e dinheiro que traziam do que roubavam, e alguns víveres dos que nos seus campos colhiam, sem atenção às gravíssimas penas em que incorriam, porque o perigo presente os fazia esquecer do castigo futuro [...]

ROCHA PITA, S. da. História da América Portuguesa. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1976. p. 215.

Essa é uma das mais antigas descrições sobre o Quilombo dos Palmares, publicada em 1730 e elaborada por um luso-brasileiro que acompanhou, de Salvador, a sua destruição ao final do século XVII. Apresente uma definição para quilombo.

---

---

---

---

---

Análise as relações de Palmares com a sociedade colonial.

---

---

---

---

---

11. (UFMG) Leia os versos.

Seiscentas peças barganhei  
– Que pechincha!  
– no Senegal A carne é rija, os músculos de aço,  
Boa liga do melhor metal.  
Em troca dei só aguardente, Contas, latão  
– um peso morto!  
Eu ganho oitocentos por cento  
Se a metade chegar ao porto.

HEINE, Heinrich apud BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

a) Identifique a atividade a que se referem esses versos.

---

---

---

---

---

b) Cada uma das estrofes desenvolve uma ideia central. Identifique essas ideias.

---

---

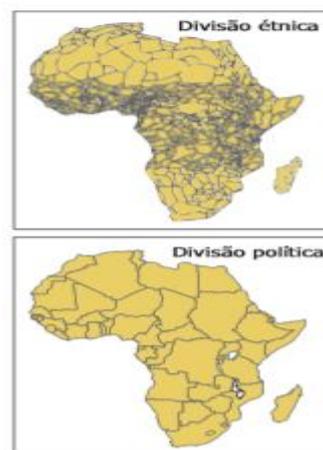
---

---

---

### Seção ENEM

1. (Enem–2005) Um professor apresentou os mapas a seguir numa aula sobre as implicações da formação das fronteiras no continente africano.



ATUALIDADES/VESTIBULAR 2005, 1º sem., ed. Abril, p. 6.

Com base na aula e na observação dos mapas, os alunos fizeram três afirmativas:

I. A brutal diferença entre as fronteiras políticas e as fronteiras étnicas no continente africano aponta para a artificialidade em uma divisão com objetivo de atender apenas aos interesses da maior potência capitalista na época da descolonização.

II. As fronteiras políticas jogaram a África em uma situação de constante tensão ao desprezar a diversidade étnica e cultural, acirrando conflitos entre tribos rivais.

III. As fronteiras artificiais criadas no contexto do colonialismo, após os processos de independência, fizeram da África um continente marcado por guerras civis, golpes de Estado e conflitos étnicos e religiosos.

É verdadeiro apenas o que se afirma em

- a) I.
- b) I e II.
- c) II.
- d) II e III.
- e) III.

2. Os maracatus são desfiles de natureza real, que se repetem no Nordeste do Brasil. Ao ritmo dos tambores, marcham o rei e a rainha sob enormes guarda-sóis, como na África, no meio de seus súditos. À frente dos soberanos, dança uma jovem que traz na mão uma boneca. Esta boneca chama-se calunga – e é um símbolo de poder, o lunga ou calunga, entre os pendes e outros povos de Angola. Até recentemente – ignoro se isto continua a dar-se –, antes da saída do Maracatu, cada figurante ia até a boneca, tocava-a e fazia um gesto de veneração. Está aí o sinal de que o desfile, sob disfarce da festa, devia encobrir antigamente uma outra realidade, não só religiosa, mas também política, o que nos faz suspeitar de que o rei do Maracatu, no passado, era um rei africano, a mostrar-se aos seus súditos no exílio e a chefiar, sem que os senhores disso suspeitassem, uma rede de ajuda mútua, uma comunidade que podia estar dispersa entre várias propriedades rurais e vários bairros urbanos, mas procurava, a seu modo e como lhe era permitido, preservar e continuar a África no Brasil.

SILVA, Alberto Costa e. Um rio chamado Atlântico. p. 162.

Com base nas informações contidas no texto, pode-se concluir que

- a) o Maracatu é uma festa religiosa que se realiza no Nordeste brasileiro todos os anos, na qual comunidades afrodescendentes procuram recordar seu passado de lutas nos quilombos brasileiros.
- b) as festas dos escravos no Brasil colonial revelavam um enorme sincretismo cultural que se manifesta até os dias de hoje nos Maracatus, isto é, desfiles religiosos em homenagem aos santos católicos e aos deuses africanos.
- c) em suas manifestações culturais, os escravos se apresentavam como poderosos senhores, como pode ser verificado em seus desfiles religiosos denominados Maracatus.
- d) embora escravos, os reis africanos continuaram, no Brasil, a receber respeito e homenagens de seus súditos.
- e) a boneca calunga, símbolo de poder entre os povos angolanos, constitui uma representação de Nossa Senhora do Rosário nos Maracatus brasileiros.

## Brasil Colônia: economia açucareira

Ainda no século XVI, a América Portuguesa encontrou sua principal vocação: a economia canavieira. Transportadas para o Brasil a partir da ilha da Madeira, as primeiras mudas de cana-de-açúcar chegaram por meio do donatário Martim Afonso de Souza. A opção pela cultura da cana-de-açúcar foi feita levando-se em consideração uma série de fatores, entre eles, a experiência lusa nas ilhas da costa africana, o clima favorável das novas terras, a disponibilidade de terra com solo propício, além dos recursos econômicos oriundos de investidores de várias regiões da Europa.

As áreas produtoras de maior destaque no Brasil foram a Bahia e Pernambuco. Cabe destacar ainda que outras regiões, como a capitania de São Vicente, também empreenderam esforços para o desenvolvimento da lavoura açucareira.

### Engenhos no final do século XVI



PILETTI, Nelson. História do Brasil. São Paulo: Ática, 1999.p.53.

A produção do açúcar exigia elevados investimentos, dada a necessidade de se montar uma estrutura complexa para a obtenção de lucros. A unidade produtora desse sistema era conhecida por engenho, que apresentava uma gigantesca propriedade fundiária obtida por meio da doação de sesmarias. O engenho contava com a moenda, responsável por extrair o caldo da cana-de-açúcar. Aqueles engenhos que utilizavam energia hidráulica eram os mais valorizados, sendo classificados de engenhos reais. Já os engenhos de trapiche usavam força animal ou humana para mover a moenda. Também fazia parte da composição produtora a casa das caldeiras, local onde havia enormes fornalhas que engrossavam o caldo da cana até transformá-lo em melaço, e a casa de purgar, espaço de descanso do açúcar após ter sido armazenado em grandes potes. Após alguns dias, a produção era retirada e os torrões, chamados de pães de açúcar, eram encaixotados e enviados a Portugal. A estrutura do engenho ainda contava com a Casa-Grande e a senzala, locais de descanso e convivência dos senhores – junto aos seus

agregados – e dos escravos, respectivamente. A Casa-Grande e a senzala, em sua relação antagônica, simbolizavam a hierarquização social colonial.



Engenho – Século XVII

O elevado custo para a instalação de um engenho impedia alguns senhores de construírem o complexo sistema produtivo para o processamento do açúcar. A solução nessas situações era moer a cana em fazendas vizinhas, pagando com parte da produção o uso dos equipamentos. Muitos senhores também dedicavam-se à fabricação de aguardente. Eram as “engenhocas” ou “molinetes” que produziam a cachaça para o consumo interno ou mesmo para o comércio de escravos na região da costa africana.

A estrutura social era hierarquicamente controlada pelo senhor de engenho. Durante o Período Colonial, a posição ocupada por esses senhores era ambicionada por toda a sociedade, já que representava o topo do modelo social vigente. O reflexo de tamanho poder era a profunda influência econômica e política exercida dentro e fora da colônia.

Já as forças produtivas ficavam a cargo da escravaria, composta de indígenas e negros importados da África. Aos escravos cabia a complexa função de mover todo o sistema do engenho por meio de jornadas de trabalho longas e exaustivas.

A maioria dos engenhos apresentava, em média, 65 escravos, sendo que aproximadamente 15% das fazendas chegavam a ter entre 100 e 150 cativos. As atividades eram diversas, não ficando limitadas ao exercício da agricultura. A complexidade do engenho promoveu um cenário de especialização, fazendo com que essa unidade assumisse a feição de uma manufatura. Cabe lembrar que essa situação exigia a presença de alguns grupos intermediários, como os mestres do açúcar, comerciantes, religiosos, capitães do mato e muitos outros que intensificaram a dinâmica social do período.



O comércio do açúcar brasileiro na Europa apresentava curiosa complexidade. Após chegarem ao reino luso, os carregamentos eram embarcados para Amsterdã, nos Países Baixos, local onde se processaria o refino e a

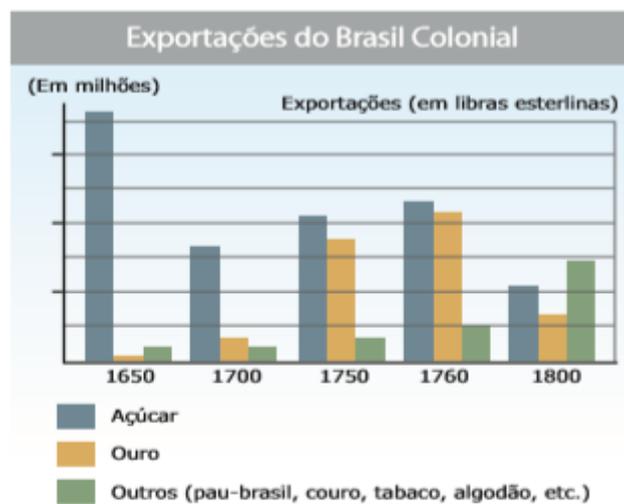
distribuição do produto em solo europeu. A participação dos holandeses na atividade do açúcar era tão intensa que, durante o século XVII, os flamengos chegaram a invadir as colônias portuguesas Além-Mar, após terem sido impedidos de manter sua influência devido às relações políticas do período.

Os engenhos se espalharam pelo Brasil de maneira intensa nas primeiras décadas da colonização. Em 1570, já haviam sido fundadas 60 fazendas de cana-de-açúcar, sendo que, em 1610, já eram mais de 400.

A expansão dessa atividade se justifica por sua elevada lucratividade em associação com a expansão do mercado consumidor europeu.

Sem dúvida, a produção açucareira foi a mais lucrativa atividade econômica do Período Colonial português.

Apenas como comparação, no final do século XVIII, mesmo durante uma época de crise da cana no Brasil, a atividade do açúcar mostrou-se mais rentável que a economia aurífera. Ainda hoje, é possível afirmar que a cana é um produto importante para a economia brasileira, afinal, produtos extraídos da cana, como o álcool e o açúcar, possuem relevância na balança comercial brasileira.



## Escravidão

As relações de trabalho que predominaram na agricultura de exportação do Brasil foram orientadas pelo trabalho escravo. Aliás, cabe ressaltar que esse tipo de trabalho representou a base da economia brasileira até o final do século XIX, décadas após o processo de Independência.



Uma das possíveis práticas de trabalho no cotidiano escravista.

É curioso perceber que a escravidão nunca foi abandonada durante a Idade Média, apesar da predominância da servidão na Europa. Dessa forma, a escravidão moderna foi ativada durante a Expansão Marítima, quando os navegantes portugueses iniciaram as incursões na costa africana com o objetivo de empreender o périplo africano. O apoio da Igreja Católica a essa iniciativa veio por meio da bula papal *Dum Diversas*, de 1452, que permitia aos portugueses atacar e conquistar os sarracenos e pagãos, tomando suas posses e reduzindo-os à escravidão perpétua.

Outras bulas publicadas nas décadas seguintes vieram a confirmar o apoio da Santa Sé a esse tipo de trabalho.

A escravidão alcançou o Brasil logo no início do processo colonizador. Basta lembrar que o Foral, documento que determinava direitos e deveres dos capitães donatários, concedia aos portugueses o direito de escravizar os nativos. A oposição da Igreja a esse tipo de exploração, inibidora do projeto da catequese, estimulou uma série de conflitos durante toda a história colonial, acabando por reduzir a exploração do indígena com o decorrer das décadas de colonização. Historiadores justificam a substituição do trabalho indígena pelo africano por outros fatores:

- ✓ indolência indígena (Varnhagen e Capistrano de Abreu);
- ✓ dificuldade para adaptação à vida sedentária nos engenhos (Gilberto Freyre);
- ✓ baixa resistência e aversão ao trabalho agrícola (Caio Prado Junior);
- ✓ ausência de um número populacional razoável para a implantação do regime colonial (Celso Furtado);
- ✓ lucro do tráfico de escravos africanos (Fernando Novais).

A introdução do trabalho escravo africano na América Portuguesa não foi um inibidor da utilização dos indígenas, também chamados de “negros da terra”, durante grande parte do Período Colonial. A sobrevivência econômica de algumas regiões, como a capitania de São Vicente e as áreas mais longínquas do Norte, somente foi garantida pelo trabalho dos indígenas, que se refugiavam cada vez mais no interior da colônia para escaparem das violentas incursões dos lusos e seus descendentes. A eliminação definitiva do trabalho escravo do gentio foi garantida por ordem do marquês de Pombal em 1757.

## Leitura Complementar

### Cana-de-açúcar e escravidão

A economia açucareira criou no Brasil uma sociedade de senhores e escravos, cujos valores éticos, étnicos e morais ponteiavam a atualidade. Sociedade autoritária, aristocrática e violenta, onde se tocavam antípodas. O açúcar era branco, o trabalho era negro. Havia doçura nas mesas e sofrimento nos engenhos; riqueza nas casas-grandes e miséria nas senzalas.

O poderoso senhor de engenho ocupava o ápice da pirâmide social, sobre a imensa massa de escravos

africanos. Condiçionava-se um tipo patriarcal de vida e a formação de comunidades caracterizadas por uma estrutura social rigidamente estratificada, onde as grandes distâncias sociais eram acentuadas pelos componentes étnicos.

O escravismo colonial não foi simplesmente um conjunto de relações de trabalho, ou mera instância jurídica. Implicou a constituição de personalidade social própria, onde o escravo negro era a medida de todas as coisas. Todos os momentos do cotidiano do açúcar marcavam-se pela presença do escravismo. A liberdade, aspiração suprema do cativo, confundia-se, então, com o ócio. Ser livre era não ser obrigado a trabalhar.

E, ao lado da função disciplinadora do trabalho, [...] estava a visão preguiçosa da liberdade.

Referencial da sociedade açucareira, era o negro a moeda para a obtenção de terras e de poder. O número de escravos definia o status de um branco. Sem escravos, um que fosse, nenhum colono poderia ser considerado, realmente, um homem livre.

E mesmo as famílias mais pobres tinham o seu negro, que muitas vezes ganhava o sustento de todos.

Nada se fazia sem escravos. Saía-se à rua carregado em liteiras por escravos. Para montar, para vestir, para comer, para banhar-se, para tudo era mister escravos. Era ele o moleque de brinquedos, o negro de recados, a mucama da casa, a ama-de-leite, o trabalhador, “o pau-para-toda-obra”, o culpado pelas desgraças, o objeto de prazer sexual.

O branco só se definia em contraposição ao negro, onipresente. Mas ao contrário da visão da democracia racial que muitos tentaram imprimir, essa intimidade com o negro apenas interiorizava as diferenças e estabelecia distâncias, cristalizando as posições de senhor e de cativo, enegrecendo o trabalho manual e branqueando o poder e a riqueza.

Sociedade de senhores porque sociedade de escravos, era na sujeição do negro que se definia a personalidade do senhor. E sob relações paternalistas estava mascarada a extrema violência do escravismo. Donos da vida e da morte em seu mundo, aos senhores cabia velar pelos negros, nutrindo-os, vestindo-os e castigando-os. Pão, pano e pau eram os elementos fundamentais das obrigações do proprietário para com seus escravos. Pouca comida, vestuário miserável, castigo duro e contínuo, a realidade.

A rígida hierarquia dessa sociedade não significou, em absoluto, acalmia social. Nos três séculos de vida colonial, as regiões do açúcar foram palco de tensões e conflitos entre senhores e escravos, entre brancos e índios, entre colonos e agentes metropolitanos, entre proprietários de engenho e lavradores e comerciantes, que marcaram com sangue a apenas aparentemente plácida História do Brasil.

FERLINI, Vera Lúcia. A civilização do açúcar. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 15-17.

### Senhor de engenho – Padre Antonil – Século XVII

[...] O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e

respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de engenho, quanto proporcionalmente se estima os títulos de fidalgos do reino. Porque engenhos há na Bahia que dão ao senhor quatro mil pães de açúcar e outros pouco menos, com cana obrigada à moenda, de cujo rendimento logra o engenho ao menos a metade, como de qualquer outra, que nem livremente se mói; e em algumas partes, ainda mais que a metade. [...]

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.

## Exercícios de Fixação

1. (UFMG) Leia este trecho de documento: [...], pois o Brasil, e não todo ele, senão três capitanias que são a de Pernambuco, a de Tamaracá e a da Paraíba, que ocupam pouco mais ou menos, no que delas está povoado, cinquenta ou sessenta léguas de costa, as quais habitam seus moradores, com se não alargarem para o sertão dez léguas, e somente neste espaço de terra, sem adjutório de nação estrangeira, nem de outra parte, lavram e tiram os portugueses das entranhas dela, à custa de seu trabalho e indústria, tanto açúcar que basta para carregar, todos os anos, cento e trinta ou cento e quarenta naus [...]

DIÁLOGOS das grandezas do Brasil. Texto anônimo escrito por volta de 1613-1618.

Com base na leitura desse trecho, é CORRETO afirmar que o sistema de exploração econômica implantado no Brasil nos primeiros séculos de colonização caracterizou-se por

- concentrar, nos incipientes meios urbanos, toda a estrutura de controle e comercialização da cana-de-açúcar, produto, em geral, comercializado em estado bruto.
- distribuir contingentes populacionais ao longo de toda a costa brasileira e desenvolver, sobretudo, o extrativismo vegetal da espécie conhecida como pau-brasil.
- favorecer o desenvolvimento da agricultura baseada na exploração da cana-de-açúcar, estimulando a fixação populacional, inicialmente, na faixa da mata nordestina.
- incrementar o processo de colonização a partir do estímulo à vinda e fixação de contingentes populacionais, que aqui se estabeleciam em pequenas propriedades agrícolas.

2. (UFMG) Analise este quadro:

### Evolução do número de engenhos de açúcar em cada capitania

Capitania	1570	1583	1612	1629
Pará, Ceará, Maranhão	-	-	-	-
Rio Grande	-	-	1	-
Paraíba	-	-	12	24
Itamaracá	1	-	10	18
Pernambuco	23	66	99	150
Sergipe	-	-	1	-
Bahia	18	33	50	8
Ilhéus	8	3	5	4
Porto Seguro	5	1	1	-
Espírito Santo	1	6	8	8
Rio de Janeiro	-	3	114	60
São Vicente, Santo Amaro	4	6	-	-
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>118</b>	<b>201</b>	<b>350</b>

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDUHURI, Kirti. História da expansão portuguesa. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. p. 316.

A partir dessas informações sobre a evolução do número de engenhos açucareiros no Brasil, entre 1570 e 1629, é CORRETO afirmar que

- a expulsão dos holandeses da Bahia provocou a retração da produção açucareira nessa capitania.
- a invasão holandesa no Nordeste açucareiro destruiu a base produtiva instalada pelos portugueses na região.
- a substituição do trabalho escravo indígena pelo africano não alterou a produção de açúcar na região de São Paulo.
- a expansão da área açucareira em Pernambuco ocorreu, de forma significativa, durante o período da União Ibérica.

3. (PUCPR-2009) O açúcar – que se fez acompanhar sempre do negro – adotou tantos aspectos da vida brasileira que não se pode separar dele a civilização nacional. Deu-nos as sinhás de engenho. As mulatas dengosas. Os diplomatas maneirosos, tipo barão de Penedo, barão de Itamaracá, Sérgio Teixeira. Os políticos baianos – os mais melífluos e finos do Brasil. As toadas dos cambiteiros. Os cantos das almajarras. As variações brasileiras da arte do papel rendilhado de tabuleiro de bolo e do doce de dia de festa. Os poetas de madrigais mais suaves. Alguns pregões brasileiríssimos: ‘Sorvete, iaiá! É de maracujá’.

FREYRE, Gilberto. Açúcar. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 55.

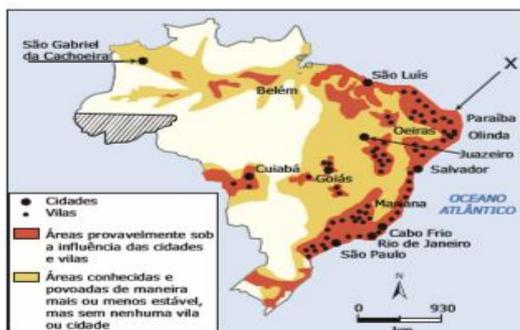
Sobre a economia e a sociedade do Brasil Colonial, marque a alternativa CORRETA.

- Do ponto de vista econômico e social, o cultivo e a exportação do fumo ultrapassava em importância e quantidade a produção do açúcar brasileiro.
- A instalação de um engenho era um empreendimento caro. Eram necessários vários itens: propriedade, gado, pastagens, escravos, equipamentos, entre outros.
- A atividade de maior prestígio e importância nessa época era o comércio, deixando em segundo plano o desejo de ser senhor de engenho.
- A maior parte da população nesse período estava nas cidades, em especial nas regiões Sul e Sudeste.
- Desde o início da produção de açúcar – décadas de 1530-1540 –, o Brasil sofreu a concorrência do cultivo

do açúcar nas Antilhas. Essas lavouras eram dominadas especialmente pelos espanhóis.

4. (PUC-Campinas-SP)

### A marcha do povoamento



VESENTINI, José William. Geografia: série Brasil. São Paulo: Ática, 2003. p. 181(Adaptação).

No que se refere à faixa escura a leste, é **CORRETO** afirmar que a ocupação e o povoamento dessa faixa

a) ocorrem desde a vinda das expedições exploratórias no litoral e ligam-se à exploração econômica do pau-brasil.

b) têm início em meados do século XVIII e associam-se ao sucesso das capitânicas do Nordeste e do Sudeste.

c) vêm desde a época colonial e expressam a ligação econômica em relação aos centros mundiais do capitalismo, desde sua formação.

d) resultam da invasão do litoral pelos imigrantes europeus e associam-se à desestruturação econômica do feudalismo.

e) têm origem econômica na indústria açucareira e ligam-se à integração gradativa do índio e do negro à sociedade brasileira.

5. (UFSCar-SP) O principal porto da capital [de Pernambuco], que é o mais nomeado e frequentado de navios que todos os mais do Brasil, [...] está ali uma povoação de 200 vizinhos, com uma freguesia do Corpo Santo, de quem são os mareantes mui devotos, e muitas vendas e tabernas, e os passos do açúcar, que são umas lojas grandes, onde se recolhem os caixões até se embarcarem nos navios.

SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil – 1500-1627.

O texto refere-se ao povoado de Recife. A partir do texto, é **CORRETO** afirmar que um aspecto histórico que explica a condição do povoado na época foi

a) o investimento feito pelos franceses na sua urbanização.

b) a concorrência econômica com São Vicente, o que justifica seu baixo índice de população.

c) a relação que mantinha com o interior do país, sendo o principal entreposto do comércio interno da produção de subsistência.

d) o fato de ser próspero economicamente por conta da produção de açúcar para exportação.

e) a presença da Igreja Católica, estimulando romarias e peregrinações de devotos.

### Exercícios Propostos

1. (UFSM-RS) Diz-se geralmente que a negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira [...]. É absurdo responsabilizar-se o negro pelo que não foi obra sua [...], mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente. Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime. [...] Não era o negro [...] o libertino: mas o escravo a serviço do interesse econômico e da ociosidade voluptuosa dos senhores. Não era a 'raça inferior' a fonte de corrupção, mas o abuso de uma raça por outra.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & senzala. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 372 e 375.

Considerando o texto, é **CORRETO** afirmar que a degradação moral da sociedade açucareira do Nordeste brasileiro tinha como eixo

a) a estrutura frágil da Igreja colonial e seu reduzido trabalho na disseminação dos valores cristãos.

b) as relações de poder entre a metrópole e a colônia, desfavoráveis a essa última quanto aos preços dos seus produtos.

c) a complexa formação étnica da sociedade açucareira, misturando raças em detrimento dos costumes portugueses.

d) a natural corrupção do ser humano, que jamais encontra limites, seja na Igreja ou polícia, para a expressão dos instintos.

e) as relações sociais de produção do engenho açucareiro, base da ordem social colonial.

2. (Fatec-SP) O engenho foi um marco dentro do Brasil Colonial. Podemos dizer que ele era o símbolo

a) do poderio dos senhores de terras e erguia-se como modelo de organização da colônia.

b) da resistência negra, pois lá os negros se organizavam e realizavam seus constantes levantes contra os brancos.

c) da luta contra a monarquia, uma vez que os senhores de terras desejavam o livre-comércio, proibido pelos imperadores.

d) do movimento republicano, já que os senhores há muito tempo buscavam liberdades, como o fim da escravidão e da monarquia.

e) do capitalismo colonial, uma vez que valorizava a mão de obra assalariada, captada da corrente imigratória do século XIX.

3. (FUVEST-SP-2011) É assim extremamente simples a estrutura social da colônia no primeiro século e meio de colonização. Reduz-se em suma a duas classes: de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; doutro, a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres. Da simplicidade da infraestrutura econômica – a terra, única força produtiva, absorvida pela grande exploração agrícola – deriva a da estrutura social: a reduzida classe de proprietários e a grande massa, explorada e oprimida. Há naturalmente no seio desta massa gradações, que assinalamos. Mas, elas não

são, contudo bastante profundas para se caracterizarem em situações radicalmente distintas.

PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993 [1942]. p. 28-29.

Neste trecho, o autor observa que, na sociedade colonial,

a) só havia duas classes conhecidas, e que nada é sabido sobre indivíduos que porventura fizessem parte de outras.

b) havia muitas classes diferentes, mas só duas estavam diretamente ligadas a critérios econômicos.

c) todos os membros das classes existentes queriam se transformar em proprietários rurais, exceto os pequenos trabalhadores livres, semilivres ou escravos.

d) diversas classes radicalmente distintas umas das outras compunham um cenário complexo, marcado por conflitos sociais.

e) a população se organizava em duas classes, cujas gradações internas não alteravam a simplicidade da estrutura social.

4. (UFTM-MG–2011) Observe a tabela.

#### Evolução do número de engenhos de açúcar por capitania (1570-1629)

Capitania	1570	1583	1612	1629
Rio Grande	–	–	1	–
Paraíba	–	–	12	24
Itamaracá	1	–	10	18
Pernambuco	23	66	99	150
Sergipe	–	–	1	–
Bahia	18	33	50	80
Ilhéus	8	3	5	4
Porto Seguro	5	1	1	–
Espírito Santo	1	6	8	8
Rio de Janeiro	–	3	14	60
São Vicente, Santo Amaro	4	6	–	–
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>118</b>	<b>201</b>	<b>344</b>

BETHENCOURT, Francisco.; CHAUDHURI, Kirti. *História da expansão portuguesa*, 1998.

A tabela expressa

a) o processo de expansão dos engenhos, no decorrer do século XVII, na porção nordeste do Império Português na América.

b) a fertilidade do continente americano, que contribuiu para a ocupação equilibrada de áreas litorâneas e do seu interior.

c) o declínio da produção açucareira, que enfrentou a concorrência da produção aurífera, mais barata e lucrativa.

d) o crescimento da produção no Rio de Janeiro, que incentivou a transferência da capital de Salvador para o Centro-Sul.

e) o abandono das faixas próximas ao litoral e a interiorização em direção ao Sertão, para garantir a expansão das culturas.

5. (UFC–2009) Ao contrário da América Espanhola, a América Portuguesa não apresentou, no princípio, abundância de metais preciosos. Na falta de riqueza mineral, foi o açúcar que, em termos econômicos, tornou viáveis os primeiros passos da colonização. Sobre o contexto da produção de açúcar nos engenhos

coloniais portugueses, no século XVI, assinale a alternativa CORRETA.

a) A existência de um solo ideal para o cultivo da cana-de-açúcar levou as capitanias situadas nas atuais regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil a experimentarem um maior desenvolvimento.

b) A organização da produção açucareira no Brasil estava voltada para o atendimento da crescente e rentável demanda do mercado europeu, não atendida pelos engenhos da colônia portuguesa dos Açores.

c) A autoridade do senhor de engenho se restringia aos limites de sua propriedade, estando fora dela submetida às leis e normas da Coroa portuguesa, defendidas na colônia por um forte aparato militar e judiciário.

d) Os senhores de engenho, em comparação com os barões do café, tratavam seus escravos com menos violência, pois estes eram tidos como mercadorias de alto valor e de difícil reposição.

e) O alto valor do açúcar no mercado internacional promoveu um grande acúmulo de riqueza na colônia, que logo superou, em volume, a economia da metrópole.

6. (UNIFESP) De acordo com um estudo recente, na Bahia, entre 1680 e 1797, de 160 filhas nascidas em 53 famílias de destaque, mais de 77% foram enviadas a conventos, 5% permaneceram solteiras e apenas 14 se casaram. Tendo em vista que, no Período Colonial, mesmo entre pessoas livres, a população masculina era maior que a feminina, esses dados sugerem que

a) os senhores de engenho não deixavam suas filhas casarem com pessoas de nível social e econômico inferior.

b) entre as mulheres ricas, a devoção religiosa era mais intensa e fervorosa do que entre as mulheres pobres.

c) os homens brancos preferiam manter sua liberdade sexual a se submeterem ao despotismo dos senhores de engenho.

d) a vida na colônia era tão insuportável para as mulheres que elas preferiam vestir o hábito de freiras na metrópole.

e) a sociedade colonial se pautava por padrões morais que privilegiavam o sexo e a beleza e não o status e a riqueza.

7. (Fatec-SP) As colônias eram uma das mais importantes fontes de riquezas das quais as monarquias nacionais europeias lançavam mão para se consolidar como Estados fortes e centralizados. Sobre o Brasil Colônia, é CORRETO afirmar:

a) Na sociedade colonial brasileira, existiram relações feudais de produção, especialmente na submissão das populações nativas.

b) Entre as atividades voltadas para exportação, estava a pecuária, que abastecia as diferentes regiões brasileiras e a metrópole.

c) A administração colonial era descentralizada, cabendo às Câmaras Municipais governar o país.

d) No séc. XVIII, a região das Minas Gerais iria sofrer um declínio populacional devido às restrições feitas por

Portugal, que temia perder o controle da lavra e da fundição do ouro.

e) Com a cana-de-açúcar ocorreu efetivamente o processo de povoamento e de instalação da estrutura político-administrativa portuguesa, no Brasil.

8. (UFRN) No Período Colonial, a vida socioeconômica do Brasil agrário baseava-se na grande propriedade rural. Pode-se afirmar que essa propriedade

a) proporcionava, a qualquer investidor, rápido enriquecimento e ascensão, garantidos pela fácil mobilidade social.

b) era herdada pelo filho primogênito, que, obrigado pelo Foral e pela Carta de Doação, deveria responsabilizar-se pelo sustento dos familiares.

c) gerava riquezas e prestígio social, garantindo, também, ao proprietário, condições de angariar os votos dos seus familiares e dependentes.

d) fornecia alimentação, moradia e proteção à família senhorial, que incluía aparentados e agregados, todos sob a autoridade do proprietário.

9. (UFRN) O texto a seguir analisa as relações entre o homem e a mulher no Brasil, no período da colônia e do império.

Muitas mulheres foram enclausuradas, desprezadas, vigiadas, espancadas, perseguidas. Em contrapartida, várias reagiram às violências que sofriam. Parte da população feminina livre esteve sob o poder dos homens, outra parte rompeu uniões indesejáveis e tornou-se senhora do próprio destino. As práticas consideradas “mágicas” foram uma das maneiras pelas quais as mulheres enfrentaram as contrariedades do cotidiano. Chegaram até mesmo a causar temor entre os homens. Acreditava-se que as “feiticeiras” tinham o poder de “cura” ou o poder sobre o amor e a fertilidade masculina e feminina, através de “poções mágicas”.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. História: das cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Moderna, 1997. p. 239 (Adaptação).

A partir do texto, é POSSÍVEL concluir que, na sociedade brasileira colonial e imperial,

a) as mulheres ocupavam o centro decisório das famílias, mesmo que homens praticassem atos violentos contra elas, ferindo o estabelecido pela lei.

b) o modelo de família patriarcal, apesar de dominante, era subvertido por vários procedimentos adotados pelas mulheres.

c) o rompimento de uma relação matrimonial por parte da mulher era considerado um ato de feitiçaria, passível de punição pela Inquisição católica.

d) as mulheres tinham poder de decisão quanto ao número de filhos, satisfazendo, assim, o modelo feminino característico da sociedade patriarcal.

10. (UNESP) A cana-de-açúcar começou a ser cultivada igualmente em São Vicente e em Pernambuco, estendendo-se depois à Bahia e ao Maranhão a sua cultura, que onde logrou êxito – medíocre como em São Vicente ou máximo como em Pernambuco, no Recôncavo e no Maranhão – trouxe em consequência

uma sociedade e um gênero de vida de tendências mais ou menos aristocráticas e escravocratas.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala.

Tendo por base as afirmações do autor,

a) Cite um motivo do maior sucesso da exploração da cana-de-açúcar em Pernambuco do que em São Vicente.

---

---

---

---

b) Explique por que o autor definiu “o gênero de vida” da sociedade constituída pela cultura da cana-de-açúcar como apresentando “tendências mais ou menos aristocráticas”.

---

---

---

---

11. (Unicamp-SP) No século XVII, o Rio de Janeiro era um dos principais polos econômicos do Império ultramarino português. Na segunda metade do século, a região era grande produtora e exportadora de açúcar e consumidora de escravos, sendo que seus comerciantes atuavam intensamente no tráfico negreiro com a África e no acesso à prata das zonas espanholas na América, através do Rio da Prata. A despeito de tudo, seus moradores viviam oprimidos com as pesadas taxações que eram obrigados a pagar para a manutenção das tropas de defesa.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida.

O Império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império colonial português. Séculos XVII e XVIII. In:

FURTADO, Júnia Ferreira. (Org.) Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império ultramarino português. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/ Humanitas, 2001. p. 207.

a) Identifique os principais polos que demarcam a extensão territorial do Império ultramarino português no século XVII.

---

---

---

---

b) Quais atividades desenvolvidas na América Portuguesa sustentaram sua importância econômica durante o século XVII?

---

---

---

---

c) Explique de que maneira o fisco era um problema na América Portuguesa.

---

---

## Seção ENEM

1. Observe as duas imagens a seguir produzidas em épocas distintas:



Século XIX



Século XXI

A comparação das imagens produzidas em épocas tão distantes na atividade do plantio da cana-de-açúcar nos permite concluir que

- o lucro alcançado com a cana por meio da produção do açúcar sempre foi a meta central dos produtores.
- o tipo de relação de trabalho que vigorava no Período Colonial é o mesmo estabelecido nos dias de hoje.
- a legislação trabalhista garante ao trabalhador melhores condições de trabalho na atividade canavieira.
- a opressão do trabalhador na atividade canavieira representa traço comum nos dois processos.
- o tipo de solo presente nas duas imagens confirma a ideia do Nordeste como a principal região canavieira.

2.

### Texto 1

O plantio da cana-de-açúcar foi realizado em grandes propriedades rurais denominadas de latifúndio monocultor ou plantation. Essas propriedades também ficaram conhecidas como engenhos, porque, além das plantações, abrigavam as instalações apropriadas e os equipamentos necessários para o refino do açúcar: a moenda, a caldeira e a casa de purgar. Para o processo de produção e comercialização do açúcar ser lucrativo ao empreendimento colonial, os engenhos introduziram a forma mais aviltante de exploração do trabalho humano: a escravidão. A introdução do trabalho escravo nas grandes lavouras baixava os custos da produção.

Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1689u14.jhtm>

### Texto 2

[...] Se na última safra – 2006/07 – os brasileiros cortaram e moeram mais de 425 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, este ano as estimativas prevêem uma produção 10% maior. [...]. Relatório do Ministério do Trabalho [...], divulgado no início do mês de março [2007], mostra que só no ano passado 450 trabalhadores do setor sucroalcooleiro morreram nas usinas. Alguns foram assassinados, mas muitos morreram em consequência de banais acidentes de transporte. Outros foram carbonizados durante as queimadas. Vários perderam a vida simplesmente por excesso de trabalho. [...]

ISTOÉ. A morte por trás do etanol. Disponível em: [www.terra.com.br/istoe/](http://www.terra.com.br/istoe/). Acesso em: mar. 2007.

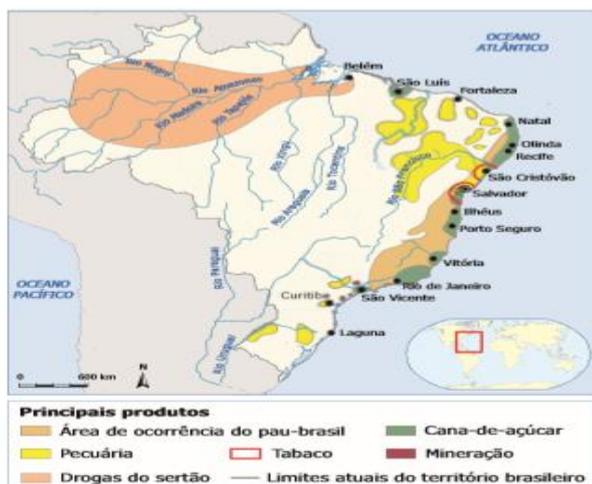
Os textos anteriores apresentam a economia agrícola brasileira em momentos históricos distintos. Pode-se perceber nas duas situações que

- o Brasil não rompeu com o modelo agrícola, negligenciando alternativas econômicas nos séculos que seguiram sua descoberta.
- a agricultura de exportação foi um caminho histórico e seguro para a colocação do Brasil no cenário econômico internacional.
- a riqueza associada ao projeto agrícola mostrou-se tradicionalmente vinculada a um quadro de exploração e miséria do trabalhador.
- o consumo de açúcar continua movendo a economia brasileira apesar dos séculos que nos separam do Período Colonial.
- a justiça social brasileira está distante daquilo que ONGs e forças públicas desejam para o país.

## Brasil Colônia: atividades econômicas complementares

Durante o Período Colonial brasileiro, a preocupação central da Coroa portuguesa foi o desenvolvimento de atividades econômicas que coincidissem com o ideal mercantilista, ou seja, no projeto de acumulação de divisas que atendessem ao Estado lusitano.

### Principais atividades econômicas do Brasil no século XVII



A opção pelo plantio da cana-de-açúcar e o estabelecimento do monopólio real na exploração do pau-brasil são alguns exemplos das ações mercantilistas empreendidas na área colonial. A mineração, que assumiu papel de destaque nos interesses da metrópole no século XVIII, também foi uma atividade muito rentável para os portugueses. Porém, cabe ressaltar que essas atividades econômicas foram acompanhadas de outras de menor relevância para a Coroa portuguesa, mas que podem ser consideradas fundamentais para a estruturação do modelo colonial proposto. Entre essas atividades, podem ser destacadas a pecuária e a extração das drogas do sertão, por exemplo.

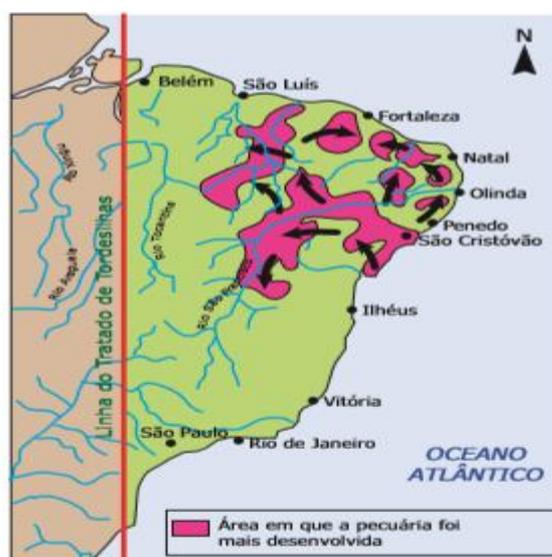
### Pecuária

Transferida para o Brasil nas primeiras décadas do século XVI, a pecuária bovina era desconhecida dos povos indígenas na América. O governador Tomé de Souza foi um dos responsáveis por trazer alguns animais originados das ilhas de Cabo Verde com o objetivo de suprir a alimentação dos colonos na cidade de Salvador. Além de garantir a subsistência por meio da carne, do leite e da manteiga de garrafa, o gado bovino contribuiu para a força motriz dos engenhos, sendo utilizado como meio de transporte e, a partir de seu couro, confeccionavam-se calçados, roupas, móveis e os mais variados objetos.

A destinação das terras férteis às atividades da cana-de-açúcar, com o decorrer das décadas, no entanto, obrigou os criadores a buscarem nas regiões interioranas pastagem para o gado que se multiplicava. A própria

Coroa portuguesa notou a necessidade de separar a criação de gado e a agricultura exportadora, ao decretar, na Carta Régia de 1701, a proibição da criação de currais na faixa de 50 km da costa. Porém, bem antes da notificação oficial, o gado teve seu caminho natural no interior da colônia, irradiando seu avanço a partir das regiões da Bahia, Pernambuco e Maranhão. As margens do Rio São Francisco se transformaram em espaço ideal para a fundação de fazendas de gado, passando inclusive a ser conhecido como o Rio dos Currais. No início do século XVIII, a região de Pernambuco já apresentava aproximadamente 800 mil cabeças de gado espalhadas em mais de oitenta currais, que, somadas as 500 mil cabeças de gado da Bahia, garantiam o abastecimento dos núcleos urbanos e das fazendas em expansão.

### Primeiros movimentos de expansão da pecuária



A presença da mão de obra livre foi mais comum nessa atividade, apesar da baixa qualificação social dos envolvidos, que em geral eram indígenas, mestiços e negros alforriados. Geralmente, os vaqueiros eram recompensados com o recebimento de parte das crias obtidas pelo rebanho, o que permitia uma relativa ascensão social. No entanto, a criação extensiva e o caráter nômade da pecuária inviabilizavam uma sofisticação social e patrimonial então vigente nas estruturas produtivas da cana-de-açúcar. Esse cenário, no entanto, não impediu o enriquecimento de muitos proprietários com a atividade da pecuária no Brasil. Cabe ressaltar também a possibilidade de faturamento por meio da exploração do couro, que chegou a ser destaque nas exportações brasileiras durante o Período Colonial. A respeito da importância desse produto na dinâmica econômica da América Portuguesa, o historiador Capistrano de Abreu escreveu:

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água; o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar roupa, mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era

levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.

ABREU, Capistrano de. Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Brasília: Ed. da Univ. de Brasília, 1963. p. 149.

## Pecuária do Sul

O gado foi introduzido na região Sul da colônia portuguesa por meio dos jesuítas, que utilizavam os animais para a subsistência nas missões fundadas ainda no século XVI. No contexto da União Ibérica, o Nordeste brasileiro e as praças africanas foram invadidos pelos holandeses, provocando a escassez do escravo negro nas regiões não dominadas pelos flamengos, como a capital Salvador. Diante dessa demanda, os paulistas perceberam a possibilidade de enriquecimento e começaram a atacar as missões jesuíticas do sul para capturar os índios que pudessem ser comercializados nas áreas sedentas de braços escravos.

A destruição das missões acabou por provocar o surgimento do gado selvagem, que se espalhou com facilidade pela região em virtude da abundância de pastagem natural que as áreas do Rio Grande do Sul forneciam. Após a União Ibérica (1640), enfim, portugueses e nativos notaram o próspero cenário de lucratividade e, dessa forma, capturavam os animais para a obtenção do couro, objeto de interesse dos exportadores das cidades de Buenos Aires e Sacramento, cidade portuguesa fundada na margem posterior do Rio da Prata e dedicada às atividades ilícitas em pleno território colonial espanhol.



Armazém de carne seca

A consolidação da pecuária no Sul ocorreu apenas a partir da primeira metade do século XVIII, quando do início da atividade de mineração na região das Minas Gerais. A maioria dos mineradores focava seus esforços na extração do ouro e do diamante, passando a depender do abastecimento externo ao universo mineiro. O gado do Sul passou a ser essencial para a dinâmica econômica e social da região mineira, sendo o preço dos animais vivos muito elevado. Nesse contexto, formou-se a atividade do tropeiro, responsável pelas tropas de peões que capturavam e comercializavam os animais nas diversas regiões do Brasil.

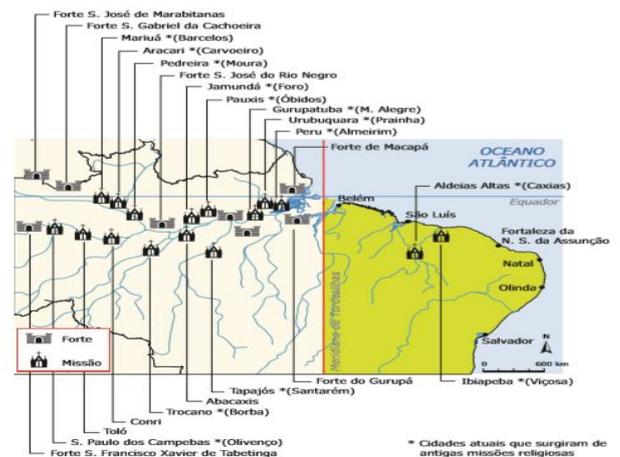
Avanço do século XVIII marcou a extinção do gado selvagem e o gaúcho foi obrigado a fundar fazendas de criação para manter as atividades econômicas de abastecimento de outras áreas coloniais. Eram as

chamadas estâncias, comuns na região platina e intensificadas no extremo sul do Brasil por incentivo da Coroa portuguesa, preocupada em garantir a ocupação desses territórios e evitar as ameaças nas fronteiras com a América Espanhola. Mesmo assim, a intensificação da atividade de plantio de trigo e produção do charque não evitou contendas e escaramuças com o Império Espanhol, e, posteriormente, com as nações platinas, perdurando até a segunda metade do século XIX, já no Período Imperial brasileiro.

## Drogas do Sertão

O interior do território colonial brasileiro, comumente classificado sertão, também contribuiu, mesmo que de modo tímido, para a dinâmica econômica nos séculos de domínio português. Entre as principais atividades desenvolvidas na região, destacou-se a exploração das drogas do sertão, expressão utilizada para designar alimentos e plantas medicinais que passaram a ser extraídas da atual região amazônica. A dificuldade de se ocupar esse território, presente ainda nos dias de hoje, indica a fragilidade dessa atividade econômica. Somase a isso a distância da região em relação aos principais centros consumidores europeus, dificultando a regularidade do comércio de produtos como cravo, castanha, canela, cacau, guaraná, entre outros. A mão de obra era indígena e recrutada pelos jesuítas, que foram responsáveis pela fundação de dezenas de missões na Bacia do Rio Amazonas. Nesse sentido, a ocupação religiosa da região foi de extrema importância para garantir, no século XVIII, a expansão das fronteiras luso-brasileiras para além do Tratado de Tordesilhas, reconhecidas por meio do Tratado de Madri de 1750.

## Missões religiosas e fortes militares na Amazônia



Cabe ainda ressaltar que o estímulo à extração dessas plantas na região amazônica se vinculava ao interesse europeu pelas folhas exóticas do Novo Mundo, visto a precariedade dos conceitos medicinais na Europa Moderna. Sendo assim, a extração das drogas do sertão atendia aos interesses mercantilistas portugueses, afinal, o alto preço atribuído a esses produtos beneficiava os metropolitanos.

## Tabaco

Planta típica da América, o tabaco era muito utilizado pelas comunidades indígenas. A sua utilização era comum nas experiências do dia a dia e nas importantes cerimônias das tribos tupis, sendo a aspiração da fumaça do tabaco estimuladora para o transe místico nas celebrações religiosas. Até os dias de hoje, algumas comunidades descendentes dos ameríndios mantêm a tradição de fumar em eventos festivos.

Com a chegada dos portugueses, o cultivo do tabaco se transformou em importante atividade econômica. Segundo o padre Antonil, português que circulou pelas terras coloniais no final do século XVII, o tabaco representava a segunda principal atividade agrícola em solo brasileiro, perdendo apenas para o cultivo da cana-de-açúcar. A Coroa portuguesa chegou a criar a Junta do Tabaco em 1674 com o intuito de melhor gerenciar essa atividade econômica.

O mercado do tabaco se concentrava no exterior, sendo a região da costa africana o principal centro comercial.

O tabaco era utilizado como moeda de troca nas comunidades africanas que forneciam seus adversários como cativos em troca de qualquer produto que lhes parecesse vantajoso.

A Europa também se deixou levar pelos maléficos prazeres do tabaco, apesar das insistentes proibições papais. Esse lucrativo negócio apresentava outra vantagem, além do vasto mercado: o baixo custo para obtenção do fumo. De modo geral, os investimentos eram reduzidos quando comparados com a atividade canavieira, sendo que as pequenas e médias propriedades ligadas ao plantio tinham em torno de 5 a 10 escravos.

Gradativamente, as lavouras fumageiras se espalharam por toda a América Portuguesa, mas se mantiveram concentradas na região do Recôncavo Baiano. Destacam-se a região de Cachoeira, Inhambupe e o atual estado de Sergipe, então comarca da Bahia.

## Algodão

Também conhecido pelos povos nativos, o algodão era utilizado para tecer redes de dormir e objetos do cotidiano. Com a intensificação da presença lusitana em solo brasileiro, a partir do século XVII, fez-se necessário o desenvolvimento da agricultura do algodão com o intuito de se produzir tecido cru para a dinâmica interna da área colonial. As fazendas produtoras de algodão se destacaram nas regiões dos atuais territórios do Pará e do Maranhão, mas se tem notícias desse tipo de atividade na longa faixa litorânea que vai da capitania de São Vicente até o Ceará. Até a capitania de Minas Gerais, no contexto da decadência da mineração, desenvolveu a atividade produtora de algodão como alternativa em meio à crise aurífera.

A produção de algodão garantia a fabricação de redes, chapéus, vestimentas para a escravaria e, em alguns momentos, de panos finos que concorriam com os tecidos oriundos da metrópole. A crise do sistema colonial português no final do século XVIII contribuiu

para que a produção de algodão do Brasil atingisse mercados externos, sedentos de matéria-prima para as manufaturas e indústrias em plena expansão. Não foi por acaso que, em 1785, a rainha portuguesa Maria I expediu um alvará proibindo manufaturas no Brasil, contribuindo para a falência de muitos produtores de algodão.

## Leitura Complementar

Paralelamente à produção açucareira, foram desenvolvidas outras atividades que a complementavam. Essas atividades atendiam à demanda do mercado interno, da própria lavoura açucareira, além de também se inserirem no contexto do comércio de exportação.

Entre os produtos que coexistiam com o açúcar, o fumo assumiu uma singular importância. Tal fato decorreria da sua participação no comércio de exportação, sendo superada apenas pela do açúcar.

O tabaco era cultivado em propriedades que, em sua maioria, possuíam menos hectares, mas raramente empregavam mais do que vinte escravos.

Além disso, o baixo custo da lavoura de fumo (em torno de um terço do da cana) permitiu a participação de portugueses e brasileiros com baixos recursos financeiros. O percentual de brancos com lavoura de tabaco foi se reduzindo, até que, por volta de 1780, mulatos e negros livres já constituíam cerca de 30% dos produtores.

O crescimento do comércio de tabaco estimulou, como contrapartida, o contrabando do produto. Em consequência, a Coroa criou, em 1674, a Junta da Administração do Tabaco, que procurava assegurar o monopólio régio sobre o comércio do fumo. Além disso, criaram-se superintendências que aferiam a qualidade do fumo junto aos principais portos de exportadores. Para Lisboa eram encaminhadas as melhores partidas do produto.

Ao longo do domínio português no Brasil, o tabaco manteve-se como importante e rentável produto nas exportações, principalmente após a abertura dos portos, em 1808, favorecendo o comércio direto com mercados europeus, eliminando a intermediação de Portugal.

Embora inexistissem provas concretas, pode-se afirmar que a produção de cachaça no Brasil iniciou-se simultaneamente ao cultivo da cana-de-açúcar. A cachaça é um subproduto da refinação do açúcar, obtido através da destilação do melão.

Utilizada como bebida pelos escravos, a cachaça criava uma sensação de reconforto diante da fadiga resultante do trabalho pesado, além de aquecê-los face ao forte frio das regiões das minas. Além de sua utilização como fonte complementar da alimentação dos escravos, a cachaça passou também a ser consumida pelos portugueses em substituição ao vinho, cujo preço era bem mais alto.

Em 1534, Ana Pimentel, esposa de Martim Afonso de Souza, introduziu o gado na capitania de São Vicente. Desta, foi levado para a Bahia por Tomé de Souza. Inicialmente, o gado encontrava-se estreitamente

vinculado à produção açucareira, com o proprietário rural assumindo a posse sobre os rebanhos.

A criação de gado estava dirigida para atender à alimentação dos engenhos, fornecer tração animal para a moenda e à utilização do couro no vestuário. Com a mineração, o gado ampliou sua área de atuação, atravessando o sertão nordestino, os campos vicentinos e integrando o sul da colônia ao mercado interno.

Entretanto, no próprio século XVI, o gado havia sido obrigado a buscar novas áreas de pasto em virtude da expansão da lavoura canavieira, que demandava maiores extensões de terras livres para o cultivo.

Com isso, os criadores de gado foram levados a buscar novos pastos no interior da colônia, em geral, seguindo o curso de grandes rios, como o São Francisco.

Mandioca, uma raiz tropical conhecida como cassava e aipim, tornou-se a principal fonte de alimentação na colônia, em especial para os escravos e colonos portugueses empobrecidos. Para atender ao mercado interno, surgiram zonas especializadas na produção da mandioca, como, por exemplo, Maragogipe, Jaguaripe, Cairu e Camamu, localizadas no litoral e nos recôncavos baianos, que abasteciam Salvador e cidades próximas.

Apesar disso, a fome fez parte do cotidiano da população no Brasil Colônia. Visando reduzir os gastos com a alimentação dos escravos, alguns proprietários liberavam uma pequena parcela da terra para que os mesmos cultivassem alimentos para si. A chamada brecha camponesa permitiu aos escravos produzirem alimentos para a sua subsistência e também um excedente negociado no próprio engenho, ou mesmo nos mercados urbanos. Os ganhos arrecadados pelos escravos permitiam a compra da liberdade. A própria Igreja encorajava a compra da liberdade pelos negros, com o que poupassem vendendo excedentes. O dinheiro recebido era empregado na compra de outros escravos.

FERNANDO, Aquino. Sociedade Brasileira: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 152-155.

## Exercícios de Fixação

1. (Cesgranrio) A pecuária, apesar de ter desempenhado importante papel na ocupação de determinadas áreas do território brasileiro, conservou seu caráter complementar na economia colonial especializada para a exportação, disso decorrendo

- seu equilíbrio em relação às atividades agrícolas e extrativas na ocupação efetiva do território.
- sua subordinação ao capital comercial europeu.
- a exportação da produção de abastecimento, o que gerou superávit no comércio colonial.
- a direção estatal da metrópole sobre a pecuária por força do monopólio régio sobre o sal e a carne.
- constantemente crises de abastecimento dos alimentos, cuja produção era preterida pelas culturas de exportação.

2. (FUVEST-SP) No século XVIII, o governo português incorporou a maior parte da Amazônia ao seu

domínio. A ampliação dessa fronteira da colônia portuguesa deveu-se

- aos acordos políticos entre Portugal e França.
- às lutas de resistência das populações indígenas.
- ao início da exploração e exportação da borracha.
- à expulsão dos jesuítas favoráveis à dominação espanhola.
- à exploração e comercialização das drogas do sertão.

3. (PUC RS) Responda à questão com base no mapa a seguir, sobre a criação de gado no Período Colonial brasileiro.



A partir da observação do mapa, pode-se concluir que

- a criação de gado era atividade exclusiva das regiões litorâneas do Brasil, sendo esse levado para a feira de Sorocaba, de onde partia para o mercado externo, grande consumidor de charque e couro.

- a criação de gado se concentrava no Norte do Brasil, devido à inadequação do solo e do clima dessa região para o cultivo da cana-de-açúcar, não havendo integração com as demais áreas coloniais.

- a região Sul do Brasil tinha na criação de gado uma importante fonte de renda, e levava seus derivados para serem comercializados na feira de Sorocaba, proporcionando uma integração econômica com a região mineradora.

- a pecuária só se desenvolveu no Brasil Colonial em função do ciclo canavieiro, tendo por único objetivo abastecer de carne e couro a população litorânea, carente desses produtos.

- o gado criado no Rio Grande do Sul não tinha boa aceitação no mercado interno colonial, por seu alto custo, devido à enorme distância que separava o Sul do Sudeste minerador, além da concorrência da carne estrangeira, de melhor qualidade.

4. (UNIFESP–2008) Entre aproximadamente 1770 e 1830, a região maranhense conheceu um ciclo de prosperidade econômica, graças

- à produção e exportação do algodão, matéria-prima então muito requisitada por causa da Revolução Industrial em curso na Inglaterra.

- à criação da pecuária e à indústria do charque, para abastecer o mercado interno então em expansão por causa da crise do sistema colonial.

- ao extrativismo dos produtos florestais, cuja demanda pelo mercado internacional teve lugar exatamente naquele momento.

d) à produção e exportação de arroz, cacau e fumo, cujos produtos começaram a ter aceitação no mercado mundial de matérias-primas.

e) à produção e exportação do açúcar, o qual, com o aumento da demanda, exigiu novas áreas de cultivo, além da nordestina.

(FUVEST-SP-2009) A criação, em território brasileiro, de gado e de muars (mulas e burros), na época da colonização portuguesa, caracterizou-se por

a) ser independente das demais atividades econômicas voltadas para a exportação.

b) ser responsável pelo surgimento de uma nova classe de proprietários que se opunham à escravidão.

c) ter estimulado a exportação de carne para a metrópole e a importação de escravos africanos.

d) ter-se desenvolvido, em função do mercado interno, em diferentes áreas no interior da colônia.

e) ter realizado os projetos da Coroa portuguesa para intensificar o povoamento do interior da colônia.

### Exercícios Propostos

1. (UFPI-2008) Considerando-se o Período Colonial brasileiro (1500-1822) e tomando-se, nesse recorte, aspectos do cotidiano da sociedade colonial, é CORRETO afirmar que

a) os sobrados eram armazéns destinados à venda de produtos importados da Europa, sendo sua denominação decorrente do modo como, pejorativamente, alguns brasileiros igualavam esses armazéns às “sobras” do comércio europeu.

b) a Casa-Grande, além de encarnar simbolicamente o poder dos senhores de escravos e engenhos, expandiu-se também, no Brasil Colônia, como símbolo patriarcal.

c) a miscigenação étnica, decorrente de condições históricas típicas no Brasil, contribuiu para a ausência de conflitos entre colonizador e colonizados.

d) uniões formais e duradouras entre nativas indígenas e colonizadores portugueses comprovam a tese, presente em parte da historiografia sobre o Brasil, da cordialidade brasileira.

e) o concubinato nas relações amorosas no Brasil, mais comum na região da capitania de São Vicente, restringiu-se ao Período Colonial, tendo sido completamente banido a partir do início do século XIX.

2. (FUVEST-SP-2008) A atividade extrativista desenvolvida na Amazônia, durante o Período Colonial, foi importante, porque

a) garantiu a ocupação da região e aproveitou a mão de obra indígena local.

b) reproduziu, na região, a estrutura da grande propriedade monocultora.

c) gerou riquezas e permitiu a abertura de estradas na região.

d) permitiu a integração do Norte do Brasil ao contexto andino.

e) inviabilizou as aspirações holandesas de ocupação da floresta.

3. (UNESP-2007) Observe o mapa e responda.



a) O meridiano de Tordesilhas, enquanto esteve em vigor, obstruiu a efetiva ocupação do interior do território brasileiro.

b) As riquezas do vice-reinado do Rio da Prata atraíram muitos aventureiros em busca de fortuna fácil e que acabaram por se fixar na região Sul do Brasil.

c) A busca por pau-brasil e terras férteis para a cana-de-açúcar impulsionou a derrubada da Mata Atlântica e a fixação do colonizador no sertão nordestino.

d) Apesar do aspecto extensivo da atividade, a pecuária desempenhou importante papel no processo de interiorização da ocupação.

e) O intenso povoamento da região Norte causou sérios problemas para a metrópole, que não dispunha de meios para abastecer a área.

4. (UFPR-2007) Moradores dos “sertões”, instalados além das cidades coloniais, transformaram tais espaços físicos em espaços humanos. [...] A presença desses nossos antepassados é de fundamental importância para entendermos por que, no Brasil Colônia, houve mais do que a pura e simples plantation de cana. A “visão plantacionista”, que considera todas as atividades não voltadas para a exportação como irrelevantes, embaçou durante muito tempo a contribuição que milhares de agricultores – responsáveis pela agricultura de subsistência ou pelo abastecimento do mercado interno – deram à história de nosso mundo rural.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. Uma história da vida rural no Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. p. 47-48.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a organização social do Brasil no Período Colonial, é CORRETO afirmar:

Os autores do texto destacam um elemento característico da vida social durante a colônia: a inexistência de núcleos econômicos situados além das cidades coloniais.

Confirma-se no texto a exclusividade da lavoura exportadora como atividade responsável pela ocupação dos espaços agrícolas nacionais.

No Brasil Colônia, uma característica fundamental da agricultura de alimentos foi a variedade de técnicas e de ferramentas utilizadas para o manejo das terras.

A atividade agrícola dos moradores dos sertões era essencial para a produção e o mercado colonial de gêneros alimentícios.

A imensa disponibilidade de terras não cultivadas contribuiu para uma ocupação intensiva do solo, o que evitou a dispersão demográfica pelo território nacional.

5. (UNIFESP) Com relação à economia do açúcar e da pecuária no Nordeste durante o Período Colonial, é CORRETO afirmar que

- a) por serem as duas atividades essenciais e complementares, portanto as mais permanentes, foram as que mais usaram escravos.
- b) a primeira, tecnologicamente mais complexa, recorria à escravidão, e a segunda, tecnologicamente mais simples, ao trabalho livre.
- c) a técnica era rudimentar em ambas, na agricultura por causa da escravidão, e na criação de animais por atender ao mercado interno.
- d) tanto em uma quanto em outra, desenvolveram-se formas mistas e sofisticadas de trabalho livre e de trabalho compulsório.
- e) por serem diferentes e independentes uma da outra, não se pode estabelecer qualquer tentativa de comparação entre ambas.

6. (PUC RS) O processo de colonização portuguesa sobre o Brasil tem como um de seus pressupostos básicos a manutenção do pacto colonial, que regula as relações entre colônia e metrópole. Esse pacto pode ser definido como um

- a) acordo celebrado entre os portugueses recém-chegados ao Brasil e os nativos, com o objetivo de viabilizar a exploração de pau-brasil e a utilização da mão de obra indígena para a realização desse trabalho.
- b) acordo feito entre os proprietários de terras na colônia, os governadores-gerais e o rei de Portugal, com o objetivo de evitar a concorrência econômica entre metrópole e colônia, definindo-se os bens que cada parte produziria.
- c) instrumento de dominação e de imposição religiosa, muito utilizado pelos jesuítas em sua missão de evangelização e de conversão dos indígenas ao catolicismo, o que veio a facilitar a criação das Reduções, como a de São Miguel Arcanjo, no Rio Grande do Sul.
- d) instrumento de dominação política e econômica exercida pela metrópole, que se caracterizava pelo monopólio do comércio colonial e pela complementaridade da produção colonial em relação à metrópole, sendo proibida a criação de manufaturas na região colonizada.
- e) acordo celebrado entre Portugal, Espanha e suas respectivas colônias, a fim de se evitarem os conflitos territoriais e de se garantir uma maior produtividade das regiões exploradas, evitando-se a concorrência entre elas, que deveriam produzir bens complementares entre si.

7. (UEL-PR) [...] ela foi responsável pelo povoamento do sertão nordestino, da Bahia ao Maranhão. Foi um

excelente instrumento de expansão e colonização do interior do Brasil. Com ela surgiram muitas feiras que deram origem a importantes centros urbanos, como, por exemplo, a Feira de Santana, na Bahia. Ao instrumento de expansão a que o texto se refere, pode ser associada a

- a) pecuária.
- b) mineração.
- c) economia extrativa.
- d) economia mineira.
- e) produção açucareira.

8. (UFRN) Os fragmentos textuais a seguir se referem ao processo de avanço da colonização portuguesa, no início do século XVIII, rumo ao interior, distanciando-se do litoral. O primeiro foi escrito por um historiador; o segundo, por um frei carmelita.

Os primeiros colonos evitavam os catingais; nos requerimentos de sesmaria, alegam sempre que as terras não têm pastos suficientes, por causa das caatingas. Mais tarde, porém, acomodaram-se com elas.

ABREU, Capistrano de. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. São Paulo: Xerox do Brasil/Câmara Brasileira do Livro, 1996. p. 79-80. (Ed. fac-similar da edição Sociedade Capistrano de Abreu/Livraria Briguiet, 1930)

Não só nas margens agradáveis desses rios se foram estabelecendo grandes missões, mas, pelo interior de áridos e desabrigados sertões, se fizeram povoações que ainda hoje conservam os nomes de seus primeiros fundadores e são cidades populosas.

PRAT, Frei André. Notas históricas sobre as missões carmelitanas no extremo norte do Brasil – séculos XVII e XVIII. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2003. p. 36-37. (fac-símile da edição original de 1940)

A partir da leitura dos fragmentos, explique os motivos que levaram os portugueses a penetrar no interior do Rio Grande do Norte, no início do século XVIII.

---

---

---

---

---

---

9. (UFV-MG) Leia o trecho a seguir. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado no chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.

ABREU, Capistrano de. Capítulos de história colonial. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. p. 153.

Com base no texto anterior, que se refere a uma importante atividade econômica do Período Colonial, e também em seus conhecimentos, responda:

- a) Qual é essa atividade?

---

---

---

---

---

---

---

b) Em que região da colônia ela se tornou mais expressiva?

---

---

---

---

---

---

---

c) Qual a relação de trabalho predominante nessa atividade?

---

---

---

---

---

---

---

11. (FUVEST-SP) RIO JAPURÁ – Neste rio, próximo do Içá, dá-se o mais bárbaro e desumano tráfico de índios. Ordinariamente, nos meses de janeiro e fevereiro, sobe aquele rio número considerável de canoas com carregamentos de machados, facas, terçados, missangas, espelhos, etc., com o fim especial de trocarem tais mercadorias com índios que passam a servir aos negociantes como escravos. [...]

De Tefé, Fonte Boa, Coary e Calderão, território brasileiro, partem as expedições para aquele tráfico: e de volta a esses pontos são novamente vendidos por 100\$000 ou mais. CORREIO PAULISTANO, 11 out. 1878.

A partir do artigo do jornal, e usando seus conhecimentos de História, identifique:

a) A região onde se realizava esse tipo de comércio escravista e em quais atividades econômicas era utilizada a mão de obra indígena.

---

---

---

---

---

---

---

b) Alguns dos principais conflitos, no Brasil, desde o período colonial, em relação à escravização indígena.

---

---

---

---

---

---

---

12. (UFES) O mapa reproduz uma área, no Brasil Colônia, de predominância de duas atividades

importantes, que deram origem à sociedade do engenho e à sociedade do couro.



RELACIONE a agroindústria açucareira com a pecuária, no Nordeste brasileiro, considerando:

a) a mão de obra utilizada;

---

---

---

b) o papel social na vida da colônia.

---

---

---

### Seção ENEM

1. Leia o texto:

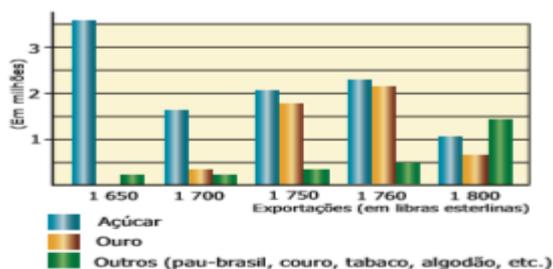
Drogas O dicionário Moraes e Silva (1789) apresenta, como significado de “droga”, “todo o gênero de especiaria aromática, tintas, óleos, raízes oficiais de tinturaria e botica”. As “drogas do sertão” ficaram conhecidas, na historiografia, como os produtos nativos ou aclimatados, do Amazonas, Pará e Maranhão, muito procurados na Europa como drogas medicinais, temperos ou tinturaria.

VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

A exploração das drogas do sertão pelos jesuítas, na região amazônica no Período Colonial, nos permite compreender a possibilidade de conciliação de interesses diversos no processo de ocupação da América. Na situação apresentada, pode-se observar a relação entre os interesses:

- a) cultural cristão e social indígena.
- b) econômico europeu e religioso cristão.
- c) reformista protestante e político lusitano.
- d) expansionista ibérico e renascentista europeu.
- e) moralista luso e mercantil britânico.

## Exportações do Brasil Colonial



ISTOÉ BRASIL: 500 anos. São Paulo: três, 1998.

A economia colonial brasileira foi orientada sobre dois pilares: a mineração e a atividade açucareira. Porém, a dinâmica econômica existente da América Portuguesa permitiu o aparecimento de outras atividades, conforme os dados anteriores.

Assim, a observação do gráfico nos permite concluir que

- a mineração, a partir do século XVIII, foi a atividade econômica mais rentável do Período Colonial.
- a cana-de-açúcar foi a única atividade produtiva desenvolvida no Brasil no século XVI.
- as atividades complementares aos eixos principais da economia apresentaram elevação constante no Período Colonial.
- a economia açucareira foi marcada por uma expansão contínua entre os séculos XVI e XVIII.
- a mineração não se caracterizou por um sistema de ciclo econômico, visto a sua constante expansão.

### Brasil Colônia: invasões estrangeiras

Durante o erguimento do Império colonial português no Além-Mar, muitos países europeus reagiram às excessivas aquisições territoriais dos povos ibéricos em vários continentes. O Tratado de Tordesilhas (1494) não era considerado válido por nações como Inglaterra, França e Holanda, que se dispuseram, por meio de ações bélicas e diplomáticas,

a ferir seus fundamentos e a tentar povoar as terras americanas, asiáticas e africanas controladas por Portugal e Espanha. Assim, a América Portuguesa, desde as primeiras décadas do século XVI, enfrentou a constante ameaça estrangeira. Destacam-se, nesse sentido, as invasões francesas e as holandesas na região.

### Invasões Francesas

#### França Antártica

Nos últimos anos do século XV e no início do século XVI, a presença francesa na costa do Brasil era intensa. A contestação ao Tratado de Tordesilhas vinha acompanhada de um sólido comércio de pau-brasil, praticado por meio do escambo com os indígenas, que se relacionavam muito bem com os franceses. Na medida em que essa presença estrangeira se mostrava incômoda, o Império Português se dispôs a promover a ocupação territorial, utilizando, para isso, o sistema de capitanias hereditárias. Apesar do empenho luso de

impedir a entrada de outros países na região, os franceses acabaram por fundar uma comunidade na região da Baía de Guanabara por volta do ano de 1555. Era a chamada França Antártica.

A fundação dessa colônia se associou aos conflitos religiosos ocorridos na França no início do século XVI. Apesar de ser um país profundamente católico, a França assistia a um considerável avanço da religião protestante. A atuação dos seguidores do calvinismo, conhecidos na França por huguenotes, atingia todos os grupos sociais, chegando inclusive a influenciar alguns setores da estrutura governamental do país. Esse cenário ficava ainda mais complexo na medida em que o protestantismo representava uma ameaça ao princípio do direito divino dos reis, já que este se orientava pelos fundamentos do catolicismo, demarcando, inclusive, a aliança entre a monarquia francesa e a Igreja Católica. O auge desses atritos na França ocorreu em 24 de agosto de 1572, na famosa noite de São Bartolomeu, quando trinta mil protestantes foram massacrados após uma fracassada tentativa de pacificação na relação das duas religiões por meio do casamento entre a princesa católica Margot de Valois e o príncipe protestante Henrique de Navarra.

Um dos reflexos desses atritos religiosos foi a opção de um grupo de calvinistas em migrar para as áreas americanas com o objetivo de professar a fé protestante e fugir dos conflitos religiosos que se intensificavam na França. O grupo estava sob a liderança do almirante Coligny, contando com o apoio do capitão Nicolas Durand de Villegagnon. A opção pela América Portuguesa se fundamentou no contato dos franceses com a região devido ao comércio do pau-brasil nos primeiros anos de colonização. Soma-se a isso a falta de vigilância da Coroa lusitana em suas colônias, diferentemente dos espanhóis, que temiam ataques estrangeiros nas regiões de exploração da prata.



Mapa da França Antártica – século XVI

Chegando em 1555 ao território da atual cidade do Rio de Janeiro, os franceses se fixaram em uma das ilhas da Baía de Guanabara. Lá empreenderam um intenso comércio de trocas com os índios tupinambás, que forneciam madeiras, alimentos e índios inimigos que eram comercializados como escravos. Em troca, os nativos recebiam anzóis, panelas, machados e tecidos.

O protestantismo norteava as estruturas sociais e religiosas da região, sendo Villegagnon profundamente radical em seus posicionamentos perante os companheiros. Durante mais de dez anos, aproximadamente, 500 franceses moraram na região.

O fracasso da França Antártica se explica por fatores internos e externos. O radicalismo religioso de alguns membros da sociedade acabou por enfraquecer a ordem vigente, levando alguns franceses a serem expulsos para a área continental. Porém, foram os ataques empreendidos pelas tropas portuguesas lideradas por Estácio de Sá, sobrinho do então governador-geral Mem de Sá, o elemento determinante para o fim da colônia francesa em 1567. Estácio de Sá aproveitou o sucesso militar e fundou a vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, iniciando a longa história portuguesa na região.

### França Equinocial

No início do século XVII, período no qual Portugal esteve sob o domínio espanhol, os franceses tentaram novamente ocupar o Brasil. Diferentemente da primeira oportunidade, essa nova colônia contou com o efetivo apoio do governo francês, então sob o controle da regente Maria de Médicis. A nova ocupação se iniciou em 1612 na região do Maranhão. O objetivo era fundar uma vila que garantisse a criação de uma estrutura para a invasão do vice-reino do Peru, principal região fornecedora dos metais preciosos da Espanha na América. O esforço francês ficou a cargo de Daniel de La Toche, que fundou a cidade de São Luís, em homenagem ao importante monarca francês do século XVI. A nova empreitada, no entanto, teve curta duração, já que a reação luso-espanhola acabou por expulsar os franceses da região em 1615, três anos depois do início da ocupação.

### Invasões Holandesas

### Hegemonia espanhola

O século XVI foi marcado pela hegemonia espanhola nas relações internacionais. A força econômica do Império Hispano-Americano, fornecedor de prata e inúmeras riquezas, era acompanhada de um considerável aparato militar, tendo a frente a “Invencível Armada”, e de sólidas relações diplomáticas, a começar pelo papado, simpático à defesa da religião católica exercida pelo Império Castelhana. A influência em várias regiões europeias, ainda no século XVI, também contribuiu para a força da Espanha, que controlava os Países Baixos e dominava o reino português por meio da União Ibérica.

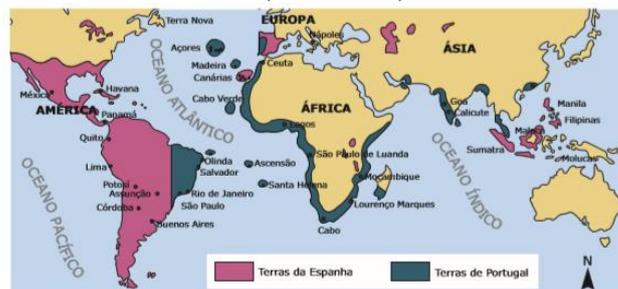
A apropriação do reino lusitano pela Coroa espanhola ocorreu em meio a uma crise sucessória em Portugal.

Em 1578, o jovem monarca D. Sebastião desaparecera no norte da África em meio a uma batalha religiosa contra os árabes islâmicos que povoavam a região. A ausência de um herdeiro fez com que o reino fosse controlado pelo então tio de Sebastião, o cardeal D.

Henrique. A idade avançada de D. Henrique e a ausência de um herdeiro fizeram da nova situação um problema para Portugal. A apropriação do reino luso pela Espanha era o maior temor da sociedade portuguesa, já que os esforços expansionistas de Filipe II ascendiam em consonância com o fortalecimento espanhol. Mesmo com toda a pressão para transferir o controle do reino para um novo sucessor, D. Henrique manteve-se no trono e, com sua morte, as pretensões espanholas se confirmaram. Reza a tradição que assim cantaram os portugueses nas ruas após a morte do rei:

“Que viva Dom Henrique no inferno muitos anos por deixar Portugal nas mãos dos castelhanos”.

### Imperialismo ibérico na época da União dos reinos (1580-1640)



A posse do reino de Portugal pela Espanha, chamada de União Ibérica (1580-1640), veio acompanhada de uma prerrogativa legal: a manutenção da integridade territorial do reino português por meio do Juramento de Tomar. Assim, não ocorreu uma união verdadeira entre os dois países, mas, sim, uma apropriação do trono português por Filipe II, que passou a ser conhecido como Filipe I no reino que conquistara. Na prática, porém, o Juramento de Tomar teve validade restrita, já que o controle de todas as áreas era realizado pela Corte castelhana, e a dita autonomia portuguesa nunca chegou a existir.

Curioso notar que o controle do reino português pela Espanha acabou por consolidar o mito sebastianista, ou seja, a esperança da sociedade portuguesa no retorno do jovem monarca que desaparecera no norte da África. Durante a União Ibérica, o sebastianismo foi estimulado por dezenas de jovens que, interessados em uma fácil projeção política, juraram ser o monarca Sebastião. O mito, alimentado durante décadas, perdurou na história portuguesa e acabou sendo estendido a todos os recantos do reino no Além-Mar. Até os dias de hoje, comunidades cantam a esperançosa vinda de D. Sebastião como solução para aplacar a opressão e o sofrimento, como no caso de algumas comunidades no interior do Maranhão.

### Atritos com a Holanda

Paralelamente ao processo da União Ibérica, os holandeses iniciaram seus esforços para promover a sua independência em relação ao reino espanhol. O obsessivo esforço de Filipe II em impor o culto católico à região, marcada pela tolerância religiosa e por uma considerável presença de protestantes e judeus,

contribuiu para a declaração da independência dos Países Baixos em 1581. Era o início de décadas de conflitos que apenas seriam encerrados nos acordos do final da Guerra dos Trinta Anos em 1648, quando a Espanha reconheceria definitivamente a separação da região. Nesse longo caminho, muitos foram os conflitos bélicos e diplomáticos envolvendo a Espanha e a região da Holanda. Entre as graves questões, inclui-se a influência holandesa no comércio colonial.

Marcados por desenvolverem um mercantilismo pouco produtivo, os holandeses se empenhavam no comércio de produtos oriundos de várias regiões do globo, que, ao serem comercializados, garantiam a riqueza da região. Com a independência holandesa decretada no final do século XVI, os espanhóis iniciaram um claro boicote às práticas holandesas, prejudicando substancialmente a economia dos Países Baixos. A solução para essa situação foi a fundação de companhias comerciais que iriam empreender esforços para tomar as áreas até então controladas pela Espanha. Como exemplo, em 1602, os holandeses fundaram a Companhia das Índias Orientais, responsável pela invasão das áreas asiáticas e africanas controladas pelos castelhanos.

O sucesso da empreitada estimulou a criação da Companhia das Índias Ocidentais em 1621, que seria responsável pela invasão do Nordeste brasileiro, área também controlada pela Espanha em virtude da União Ibérica. O boicote espanhol, imposto aos holandeses, à comercialização do açúcar produzido na América Portuguesa já havia provocado muitos prejuízos aos holandeses desde o início da União Ibérica. Caberia à Companhia das Índias Ocidentais, portanto, organizar a ocupação do Brasil para retomar o lucrativo comércio do açúcar e recuperar investimentos anteriormente realizados na região.

### Invasões Holandesas



Foram duas as tentativas de ocupação do Brasil Colonial por parte dos holandeses. A primeira foi em 1624, quando estes tentaram ocupar a capital Salvador com 26 navios e aproximadamente três mil homens chefiados pelo comandante Jacob Willekens. Apesar dos esforços empreendidos pelos flamengos, a expedição não conseguiu sucesso, sendo os holandeses rechaçados no ano seguinte, após sucessivas batalhas. Mesmo com o fracasso, os flamengos continuaram atacando possessões espanholas na América por cinco

anos, chegando a saquear importantes navios carregados de prata oriunda das regiões coloniais. Curiosamente, a Companhia das Índias Ocidentais foi considerada a primeira empresa de capital aberto, utilizando a venda de ações para os interessados em patrocinar a invasão das áreas de domínio espanhol. Segundo alguns registros, foram encontradas ações da Companhia até no reino português. Com todos esses recursos e riquezas provenientes dos saques, os holandeses invadiram a capitania de Pernambuco em 1630. A opção pela região se justifica pelo rico comércio de açúcar, com destaque para as cidades de Olinda e Recife. Apesar dos grandes esforços empreendidos pelas forças de resistência, os holandeses conseguiram assumir o controle do território. A pacificação da região só se consolidou plenamente em 1635, contando, para isso, com o auxílio de líderes locais, como o mulato Calabar, que se dispuseram a apoiar o projeto dominador holandês no Nordeste açucareiro. A respeito desse apoio, o historiador Florival Cáceres escreve:

[...] O mulato Calabar [aliou-se] aos holandeses. Conhecedor da região, ele teria possibilitado a derrota dos luso-espanhóis. Muitos manuais de história do Brasil acusam Calabar de traidor. É bem verdade que o contrabandista mulato Calabar foi importante na vitória holandesa. Mas Calabar seria traidor contra quem?

Os luso-espanhóis que dominavam o Brasil? Calabar estava entre dois senhores: ibéricos e flamengos. Para os portugueses, era um fora-da-lei. Era contrabandista. Além do mais, os holandeses prometiam liberdade aos índios e negros que lutassem a seu lado, o que não estava nos planos dos luso-brasileiros. Os holandeses eram progressistas, permitiam a liberdade religiosa, e por isso conquistaram a adesão de muitos cristãos-novos e judeus. E há que se imaginar os sentimentos pessoais de Calabar.

CÁCERES, Florival. História do Brasil. 1. Ed. São Paulo: Moderna.

Fixados na porção mais rica da colônia portuguesa, caberia aos holandeses fortalecer as atividades produtivas com o intuito de cumprir o objetivo da ocupação da região. Para essa função, foi nomeado o conde Maurício de Nassau, que passou a administrar a área de domínio holandês a partir de 1637.



Maurício de Nassau

O controle político exercido por Nassau na região se notabilizou pela profunda harmonia com os produtores açucareiros e a relativa tolerância empreendida na administração da região. Por meio de empréstimos aos senhores de engenho, a atividade canavieira foi retomada. O abastecimento da região com os escravos

negros foi garantido, já que as praças africanas também haviam sido invadidas pelos holandeses. A construção de teatros, zoológico, observatório astronômico e obras de embelezamento arquitetônico transformaram Recife em uma das principais cidades da América Portuguesa. A chegada de pintores como Frans Post e Albert Eckhout permitiu a criação das mais extraordinárias imagens produzidas no Período Colonial brasileiro, possibilitando melhor compreensão do universo açucareiro do século XVII.

Além das obras de arte, os registros científicos feitos por naturalistas como Georg Marcgraf também contribuíram para a difusão de forma mais clara e realista da fauna e da flora do Novo Mundo, conferindo um olhar mais próximo da realidade colonial. Maurício de Nassau também estabeleceu a liberdade de culto, favorecendo a vinda de judeus e protestantes para a área colonial. A restrição religiosa só recaiu sobre os jesuítas, defensores ferrenhos da Igreja Católica e incompatíveis com o clima de tolerância proposto pelo governo de Nassau. No âmbito político, foram criadas as Câmaras dos Escabinos, órgão municipal que contava com a participação dos grandes senhores de engenho. Tantas foram as transformações na cidade de Recife, que ela chegou a ser denominada Mauritzstadt, ou seja, cidade de Maurícia, em homenagem ao realizador das reformas.



Mameluca – Século XVII

## Restauração Portuguesa

Enquanto Nassau buscava exercer seu governo pessoal no nordeste açucareiro, importantes transformações ocorriam na Europa. Em 1640, a União Ibérica chegava ao fim, através da restauração do trono português com a ascensão da dinastia de Bragança. A resistência espanhola em aceitar a separação exigiu que o reino luso promovesse acordos diplomáticos para confirmar a ascensão da nova dinastia. O apoio holandês não foi difícil de ser obtido, porém, o preço a ser pago foi a assinatura da trégua dos 10 anos, que permitiu o controle da região nordestina pelos flamengos. Esse novo cenário garantiu uma exploração do território sem os gastos excessivos empreendidos por Nassau, que foi afastado do controle da região em 1644.

Apesar de anos mais harmoniosos favorecidos pelo governante holandês, a resistência ao domínio dos flamengos nunca desapareceu. Após o afastamento de Nassau, a Companhia das Índias Ocidentais optou por resgatar os empréstimos concedidos e aumentar o controle das regiões invadidas, adotando práticas de feição mercantilista, sendo estes fatores que desencadearam diversos focos de resistência por parte dos nordestinos. A Insurreição Pernambucana (1645-1654) foi o principal movimento, conseguindo, depois de muitos conflitos, expulsar os holandeses da rica região açucareira.

O sucesso dos insurretos nordestinos também foi garantido por dois episódios internacionais. O primeiro seria a fragilidade dos holandeses, em virtude da intensa guerra empreendida contra os ingleses por discordarem dos Atos de Navegação de 1651, decretados pelo ditador Oliver Cromwell. Os Atos definiam que qualquer mercadoria que entrasse na Inglaterra ou dela saísse deveria ser transportada por navios ingleses ou de seu país de origem. Essa situação prejudicava substancialmente a Holanda, já que a nação apresentava uma predileção pelo comércio, em especial, marítimo. Em segundo lugar, cabe ressaltar que o sucesso da Insurreição Pernambucana ocorreu por meio do apoio português que, rompendo com a trégua dos 10 anos assinada com os flamengos, enviou navios de guerra ao território colonial. Além de intencionar retomar o controle das regiões gerenciadas pelos holandeses, o novo governo português temia que a luta dos pernambucanos pudesse culminar em um processo emancipatório. A vitória final dos luso-brasileiros ocorreu na conhecida batalha de Campina do Taborda.



A Batalha dos Guararapes – Uma das mais importantes batalhas na derrota holandesa no Brasil para as forças luso-portuguesas.

O sucesso da Insurreição Pernambucana estimulou a criação de um sentimento de resistência à opressão que se manifestou em outras circunstâncias na região nordestina, tanto no Período Colonial quanto no Imperial. Além disso, o quadro de crise econômica ficou evidenciado, já que os longos anos de guerra comprometeram a produção açucareira, que também passou a enfrentar, a partir da segunda metade do século XVII, a concorrência da região holandesa, da francesa, da espanhola e da britânica na região do Caribe.

## Leitura Complementar

### O brilho e o fausto do Brasil nassauviano

Maurício de Nassau foi um homem, um governante, um humanista-renascentista acima do que a interessada Companhia das Índias e o selvagem Brasil do século XVII mereciam? Uns elevam-no a culminâncias; outros preferem apontar seus conluios, ganhos extras em negócios pouco esclarecidos. Rocha Pombo considerou-o “um desses grandes espíritos que raro assomam na História”. Capistrano de Abreu descreveu-o “fidalgo de raça, capaz de sentir uma injustiça e repará-la, amante de festas e esplendores, inclinado a farsas e nem sempre do gosto mais delicado... está provado o seu conluio em contrabandos...”. Hélio Vianna completa: “Não foi, como o demonstram seus atos, o extraordinário administrador que se quer apresentar. Não se sustenta a tese de que tentou instalar Câmara de Escabinos, equivalente à de Vereadores usual em Portugal, nem foi liberal em matéria religiosa quanto proclamam admiradores”. Salienta Hélio Vianna que Nassau expulsou franciscanos, beneditinos, carmelitas para inviabilizar o culto católico e insinua que, se beneficiou a pregação calvinista, o fez por ter como amante a filha do pastor. Poderia fazê-lo, e à larga, porém sem tornar a relação uma prática confessional.

Algumas verdades lhe são favoráveis. Trouxe, no séquito, 46 cientistas, artistas, artífices, eruditos, o que levou alguns admiradores a imaginar que entre as suas intenções figurava a de instalar no Recife uma universidade aberta. Chamou ao Brasil de “belo país que não tem igual sob o céu.”.

O que os “artistas e cientistas” de Nassau fizeram, integrou-se no melhor da cultura brasileira e a respeito do Brasil. O conde teve o sentido e o bom senso de, por exemplo, chamar às simples fileiras de mercenários aqueles dotados de alguma atividade intelectual. Caso de Zacharias Wagener, aventureiro alemão, que deixou centenas de litogravuras e aquarelas sobre a fauna. Tornado escrevente de Nassau, teve liberdade para pintar e pintou largamente, influenciando, inclusive, a obra do grande Albert Eckhout. Este, ao lado de Frans Post, deu com seus pincéis maior brilho aos sete anos de Nassau do que os coronéis dos regimentos. E houve os naturalistas Georg Marcgraf e Willem Piso, autores da *Historia Naturalis Brasiliae*. Marcgraf montou em sua residência aquele que terá sido o primeiro observatório astronômico do continente, provavelmente em 1637, Também atuaram Johann Benning, catedrático de ética e física de Leiden, o botânico Elias Heckman; o médico Servaes Carpentier.

DONATO, Hernâni. Brasil – 5 séculos. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 2000.

### Exercícios de Fixação

1. (UFPE) A presença holandesa no Brasil Colonial é tema que se destaca nos estudos historiográficos. Sobre o governo de Nassau (1637-1644) e sua época, sempre

surtem comentários e debates; porém, podemos afirmar que

a) a recuperação da autonomia política de Portugal, nesse período, deu mais condições para esse país desenvolver relações com os holandeses no Brasil.

b) Nassau não teve qualquer conflito com os nativos; apenas se desentendeu com o comando europeu da Companhia das Índias.

c) a atuação de Nassau em nada modificou as relações dos holandeses com os senhores de engenho, fracassando, porém, na expansão militar e na exportação de açúcar.

d) sua administração se restringiu a fazer benefícios à parte central do Recife, onde habitava com a sua família e onde construiu as obras mais importantes.

e) não houve na sua administração nenhuma preocupação com as conquistas militares; seus interesses se voltavam sobretudo para a arte renascentista.

2. (FGV-SP) A administração de Maurício de Nassau sobre parte do Nordeste do Brasil, no século XVII, caracterizou-se

a) por uma forte intolerância religiosa, representada, principalmente, por meio do confisco das propriedades dos judeus e dos católicos.

b) pela proteção às pequenas e médias propriedades rurais, o que contribuiu para o aumento da produção de açúcar e tabaco em Pernambuco.

c) por uma ocupação territorial limitada a Pernambuco, em função da proteção militar efetuada por Portugal nas suas colônias africanas.

d) por inúmeras vantagens econômicas aos colonos e pela ausência de tolerância religiosa, representada pela imposição do calvinismo.

e) pela atenção aos proprietários luso-brasileiros, que foram beneficiados com créditos para a recuperação dos engenhos e a compra de escravos.

3. (Fatec-SP) Em relação ao período da ocupação holandesa no Nordeste brasileiro, afirma-se:

I. A invasão deveu-se aos interesses dos comerciantes holandeses pelo açúcar produzido na região, interesses esses que foram prejudicados devido à União Ibérica (1580-1640).

II. Foi, também, uma consequência dos conflitos econômicos e políticos que envolviam as relações entre os chamados Países Baixos e o Império Espanhol.

III. As medidas econômicas de Nassau garantiam os lucros da Companhia das Índias Ocidentais e os lucros dos senhores de engenho, já que aumentaram a produção do açúcar.

IV. A política adotada por Nassau para assentar os holandeses na Bahia acabou por deflagrar sua derrota e o fim da ocupação holandesa, graças à resistência dos índios e portugueses expulsos das terras que ocupavam. São VERDADEIRAS as proposições

a) I e II.

b) II, III e IV.

c) II e IV.

d) I, II e III.

e) I, III e IV.

4. (PUC RS) Em 1640, com o fim da União Ibérica, Portugal se defronta com vários problemas e desafios para administrar o Brasil Colonial e desenvolver a sua economia. Entre esses problemas, NÃO pode ser arrolada

- a) a expulsão dos holandeses da região açucareira do Nordeste.
- b) a destruição do Quilombo de Palmares, que desafiava a ordem escravista.
- c) a escassez de metais preciosos e a queda dos preços do açúcar.
- d) a expulsão dos jesuítas que dificultavam a escravização dos indígenas no estado do Grão-Pará.
- e) a reorganização administrativa da colônia e de sua defesa.

5. (UFV-MG) O período que se estende de 1624 a 1654 é caracterizado por tentativas de colonização costeira do Brasil e pelo efetivo domínio holandês no Nordeste. Sobre as Invasões holandesas, nesse momento da história colonial brasileira, é INCORRETO afirmar que elas

- a) se iniciaram pela Bahia, de onde os holandeses foram expulsos, mas expandiram-se em direção a Recife até atingir o entorno de São Luís, região estratégica para o ataque às frotas oriundas das minas espanholas que por lá passavam carregadas de ouro e prata.
- b) estavam relacionadas com a União Ibérica e a consequente guerra pela autonomia das Províncias Unidas dos Países Baixos frente ao domínio espanhol, que interferiu nas relações políticas e comerciais entre portugueses e holandeses.
- c) contaram com a participação da Companhia das Índias Ocidentais, empresa responsável pela administração do território holandês conquistado e que, em troca de apoio, ofereceu vantagens aos senhores de engenhos de Pernambuco.
- d) entraram em decadência a partir de 1642, devido à nova política adotada pela Companhia das Índias Ocidentais, que obrigou os senhores de engenho a aumentar a produção de açúcar para que conseguissem pagar suas dívidas com os holandeses.
- e) propiciaram a substituição da mão de obra escrava pela livre nas lavouras canavieiras do Nordeste, durante o governo do conde Maurício de Nassau, também conhecido por implementar a urbanização e o embelezamento do Recife.

### Exercícios Propostos

1. (PUC RS) As invasões holandesas no Brasil, no século XVII, estavam relacionadas à necessidade de os Países Baixos manterem e ampliarem sua hegemonia no comércio do açúcar na Europa, que havia sido interrompido

- a) pela política de monopólio comercial da Coroa portuguesa, reafirmada em represália à mobilização anticolonial dos grandes proprietários de terra.

b) pelos interesses ingleses que dominavam o comércio entre o Brasil e Portugal.

c) pela política pombalina, que objetivava desenvolver o beneficiamento do açúcar na própria colônia, com apoio dos ingleses.

d) pelos interesses comerciais dos franceses, que estavam presentes no Maranhão, em relação ao açúcar.

e) pela Guerra de Independência dos Países Baixos contra a Espanha, e seus consequentes reflexos na colônia portuguesa, devido à União Ibérica.

2. (FGV-SP-2011) “Nascido da dor, nutrindo-se da esperança, ele é na história o que é na poesia a saudade, uma feição inseparável da alma portuguesa”. Desta maneira, o historiador português João Lúcio de Azevedo dimensionou a importância do sebastianismo para a cultura e para a história de seu país. Acerca desse fenômeno, é CORRETO afirmar:

- a) Trata-se de uma tendência literária vinculada à poesia barroca, que influenciou fortemente a cultura lusitana desde o início do século XVI.
- b) Trata-se de uma corrente da ilustração portuguesa desenvolvida no século XVIII e ligada a Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal.
- c) Trata-se de uma vertente do pensamento liberal português contemporâneo baseada nas obras do matemático José Sebastião e Silva.
- d) Trata-se de uma heresia protestante desenvolvida em Portugal, no século XVII, e muito difundida nas possessões coloniais, baseada no culto a São Sebastião.
- e) Trata-se de uma crença messiânico-milenarista vinculada ao desaparecimento do rei Dom Sebastião no norte da África, em 1578.

3. (UFPEL-RS-2007) [...] da amizade dos índios depende em parte o sossego e a conservação da colônia do Brasil e que se tendo isto em vista deve-se-lhe permitir conservar a sua natural liberdade, mesmo aos que no tempo do rei de Espanha caíram ou por qualquer meio foram constrangidos à escravidão, como eu próprio fiz libertando alguns.

Devem-se dar ordens, também, para que não sejam ultrajados pelos seus “capitães”, ou alugados a dinheiro ou obrigados contra sua vontade a trabalhar nos engenhos; ao contrário deve-se permitir a cada um viver do modo que entender e trabalhar onde quiser, como os da nossa nação [...]

FRAGMENTO do relatório de Maurício de Nassau aos diretores da Companhia das Índias Ocidentais, em 1644.

O documento demonstra que, durante

- a) a Insurreição Pernambucana, a Companhia das Índias Ocidentais era contrária a qualquer trabalho escravo na produção açucareira.
- b) a União Ibérica, os holandeses proibiram o tráfico de escravos para o Brasil e promoveram a liberdade aos indígenas.
- c) o Período Colonial, a escravização indígena foi inexistente, devido aos interesses estratégicos e comerciais dos europeus.
- d) as ocupações francesas, no Nordeste do Brasil, ocorreram transformações nas relações dos europeus

com as populações nativas, no que se refere ao trabalho cativo.

e) a ocupação holandesa, no Nordeste brasileiro, foi combatida a escravização indígena promovida pelos ibéricos.

#### 4. (FUVEST-SP-2007)



Esse quadro, pintado por Franz Post por volta de 1660, pode ser corretamente relacionado

- a) à iniciativa pioneira dos holandeses de construção dos primeiros engenhos no Nordeste.
- b) à riqueza do açúcar, alvo principal do interesse dos holandeses no Nordeste.
- c) à condição especial dispensada pelos holandeses aos escravos africanos.
- d) ao início da exportação do açúcar para a Europa por determinação de Maurício de Nassau.
- e) ao incentivo à vinda de holandeses para a constituição de pequenas propriedades rurais.

5. (FGV-SP) Guerreado por Madri e pela Holanda, posto em quarentena pela Santa Sé, Portugal busca o apoio de Londres, preferindo a aliança com os distantes hereges à associação com os vizinhos católicos. Dando seguimento vários tratados bilaterais, os portugueses facilitam o acesso dos mercadores e das mercadorias inglesas às zonas sob seu controle na Ásia, África e América.

ALENCASTRO, L.F. de. A economia política dos descobrimentos. In: NOVAES, A. (Org.). A descoberta do homem e do mundo. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 193.

O trecho do texto de Alencastro refere-se

- a) ao período inicial da Expansão Marítima portuguesa, no qual as rivalidades com a Espanha em torno da partilha da América levaram a uma aproximação diplomática entre Portugal e Inglaterra.
- b) à época da Restauração, que se seguiu à união dinástica entre as monarquias ibéricas e que obrigou a Coroa portuguesa a enfrentar tropas espanholas na Europa e holandesas na África e na América.
- c) à época napoleônica, que acabou por definir o início da aproximação diplomática de Portugal com a Inglaterra, em virtude da articulação franco-espanhola que ameaçava as colônias portuguesas na América.
- d) ao período de Guerras de Religião, durante o qual a monarquia portuguesa, por aproximar-se dos calvinistas ingleses, passou a ser encarada com suspeitas pelo poder pontifício.
- e) à época das primeiras viagens portuguesas às Índias, quando muitas expedições foram organizadas em conjunto por Inglaterra e Portugal, o que alijou

holandeses e espanhóis das atividades mercantis realizadas na Ásia.

6. (Mackenzie-SP) [...] o número de refinarias, na Holanda, passara de 3 ou 4 (1595) para 29 (1622), das quais 25 encontravam-se em Amsterdã, que se transformara no grande centro de refino e distribuição do açúcar na Europa.

Elza Nadai e Joana Neves

A respeito do aumento de interesse, por parte dos holandeses, não apenas na refinação do açúcar brasileiro, mas também no transporte e distribuição desse produto nos mercados europeus, acentuadamente no século XVII, é CORRETO afirmar que

- a) com a União Ibérica (1580-1640) os holandeses desejavam conquistar militarmente o litoral nordestino para obter postos estratégicos na luta contra a Espanha.
- b) a ocupação de Salvador, em 1624, por tropas flamengas, foi um sucesso, do ponto de vista militar, para diminuir o poderio de Filipe II, rei da Espanha.
- c) a criação da Companhia das Índias Ocidentais foi responsável pela conquista do litoral ocidental da África, do Nordeste brasileiro e das Antilhas, visando obter mão de obra para as lavouras antilhanas.
- d) o domínio holandês, no Nordeste brasileiro, buscava garantir o abastecimento de açúcar, controlando a principal região produtora, pois foi graças ao capital flamengo que a empresa açucareira pôde ser instalada na colônia.
- e) a Companhia das Índias Ocidentais, em 1634, na luta pela conquista do litoral nordestino, propõe a proteção das propriedades brasileiras submetidas à custódia holandesa, porém, em troca, os brasileiros não poderiam manter sua liberdade religiosa.

7. (FUVEST-SP-2011) Quando os holandeses passaram à ofensiva na sua Guerra dos Oitenta Anos pela independência contra a Espanha, no fim do século XVI, foi contra as possessões coloniais portuguesas, mais do que contra as espanholas, que os seus ataques mais fortes e mais persistentes se dirigiram. Uma vez que as possessões ibéricas estavam espalhadas por todo o mundo, a luta subsequente foi travada em quatro continentes e em sete mares e esta luta seiscentista merece muito mais ser chamada a Primeira Guerra Mundial do que o Holocausto de 1914-1918, a que geralmente se atribui essa honra duvidosa. Como é evidente, as baixas provocadas pelo conflito ibero-holandês foram em muito menor escala, mas a população mundial era muito menor nessa altura e a luta indubitavelmente mundial.

BOXER, Charles. O império marítimo português, 1415-1825. Lisboa: Edições 70, s.d. p. 115.

Podem-se citar como episódios centrais dessa “luta seiscentista” a

- a) conquista espanhola do México, a fundação de Salvador pelos portugueses e a colonização holandesa da Indonésia.
- b) invasão holandesa de Pernambuco, a fundação de Nova Amsterdã (futura Nova Iorque) pelos holandeses e a perda das Molucas pelos portugueses.

- c) presença holandesa no litoral oriental da África, a fundação de Olinda pelos portugueses e a colonização espanhola do Japão.
- d) expulsão dos holandeses da Espanha, a fundação da colônia do Sacramento pelos portugueses e a perda espanhola do controle do Cabo da Boa Esperança.
- e) conquista holandesa de Angola e Guiné, a fundação de Buenos Aires pelos espanhóis e a expulsão dos judeus de Portugal.

8. (FGV-SP) As tentativas francesas de estabelecimento definitivo no Brasil ocorreram entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII. As regiões que estiveram sob ocupação francesa foram
- a) Rio de Janeiro (França Antártica) e Pernambuco (França Equinocial).
  - b) Pernambuco (França Antártica) e Santa Catarina (França Equinocial).
  - c) Bahia (França Equinocial) e Rio de Janeiro (França Antártica).
  - d) Maranhão (França Equinocial) e Rio de Janeiro (França Antártica).
  - e) Espírito Santo (França Equinocial) e Rio de Janeiro (França Antártica).

9. (Fatec-SP) Os holandeses permaneceram no Brasil, em Pernambuco, de 1630 até 1654; conquistaram terras, desenvolveram a indústria açucareira e urbanizaram Recife.

É CORRETO afirmar, ainda, que

- a) foram traídos por Domingos Fernandes Calabar quando invadiram o Brasil.
- b) invadiram primeiramente o Rio de Janeiro, onde fundaram o Brasil Holandês, uma colônia totalmente formada por protestantes.
- c) dominaram grande parte dos senhores de engenho preocupados não só em escravizar os índios para trabalhar na lavoura, mas também em destruir o Quilombo de Palmares.
- d) fundaram o Arraial do Bom Jesus, de onde partiram e dominaram por completo os brasileiros.
- e) tiveram em Maurício de Nassau a maior figura holandesa no Brasil, pois foi ele quem reorganizou a vida econômica, após ter garantido a ocupação do território.

10. (UEL-PR) Se determinais Deus meu dar estas mesmas terras aos piratas de Holanda, por que não as destes enquanto eram agrestes e incultas, senão agora? Tantos serviços vos tem feito essa gente pervertida e apóstata, que nos mandasses primeiro cá por seus aposentadores, para lhe lavrarmos as terras, para edificarmos as cidades e depois de cultivadas e enriquecidas lhes entregardes? Assim se hão de lograr os hereges, e inimigos da fé, dos trabalhos portugueses e dos suores católicos [...]

VIEIRA, A. Obras completas. Porto: Lello & Irmãos, 1951. v. XIV. p. 315. Com base no texto e em seus conhecimentos sobre a presença holandesa no Brasil, é CORRETO afirmar:

- a) O domínio holandês no Brasil constituiu o episódio central dos conflitos entre Portugal e Países Baixos pelo

controle do açúcar brasileiro, do tráfico de escravos africanos e das especiarias asiáticas.

- b) Senhores de engenho, escravos e índios converteram-se ao calvinismo e recusaram-se a participar do movimento de expulsão dos holandeses da Bahia e de Pernambuco.

- c) A intolerância religiosa holandesa para com os católicos, impedindo as tradicionais festas religiosas, procissões e missas, determinou a expulsão dos calvinistas do Brasil.

- d) Os portugueses renderam-se aos holandeses por acreditarem que os batavos fundariam mais cidades no Brasil.

- e) Para os portugueses, o domínio holandês no Brasil representou uma disputa religiosa sem implicações políticas e econômicas para o Brasil e Portugal.

11. (UFG) No período da União Ibérica (1580-1640), o domínio espanhol sobre Portugal provocou também mudanças político-econômicas importantes no Império colonial português. Explique uma das mudanças ocorridas na América Portuguesa, resultante da dominação espanhola.

---



---



---



---



---

12. (FUVEST-SP) Depois de permanecermos ali pelo espaço de dois meses, durante os quais procedemos ao exame de todas as ilhas e sítios da terra firme, batizou-se toda a região circunvizinha, que fora por nós descoberta, de França Antártica. [...]

Em seguida, o senhor de Villegagnon, para se garantir contra possíveis ataques de selvagens, que se ofendiam com extrema facilidade e também contra os portugueses, se estes alguma vez quisessem aparecer por ali, fortificou o lugar da melhor maneira que pôde.

THEVET, André. As singularidades da França Antártica, 1556.

Tendo por base o texto, indique:

- a) A qual região brasileira o autor se refere e por que afirma ter sido “por nós descoberta”.

---



---



---



---



---

- b) Quais foram os resultados do estabelecimento da França Antártica.

---



---



---



---



---

- 13.(UFRJ) [...] Assim, antes de partir de França, Villegagnon prometeu a alguns honrados personagens

que o acompanharam fundar um puro serviço de Deus no lugar em que se estabelecesse. E depois de aliciar os marinheiros e artesãos necessários, partiu em maio de 1555, chegando ao Brasil em novembro, após muitas tormentas e toda a espécie de dificuldades. Aí aportando, desembarcou e tratou imediatamente de alojar-se em um rochedo na embocadura de um braço de mar ou rio de água salgada a que os indígenas chamavam Guanabara e que (como descreverei oportunamente) fica a 23° abaixo do equador, quase à altura do Trópico de Capricórnio. Mas o mar daí o expulsou. Constrangido a retirar-se avançou quase uma légua em busca de terra e acabou por acomodar-se numa ilha antes deserta, onde, depois de desembarcar sua artilharia e demais bagagens, iniciou a construção de um forte, a fim de garantir-se tanto contra os selvagens como contra os portugueses que viajavam para o Brasil e aí já possuem inúmeras fortalezas.

LÉRY, Jean. De viagem à terra do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 1961. p. 51.

[...] Por esse tempo, agitava-se importante controvérsia entre os dirigentes da Companhia (Cia. Das Índias Ocidentais), a qual se travou principalmente entre as câmaras da Holanda e da Zelândia. Versava sobre se seria proveitoso à Companhia franquear o Brasil ao comércio privado, ou se devia competir a ela tudo o que se referisse ao comércio e às necessidades dos habitantes daquela região. Cada um dos dois partidos sustentava o seu parecer. Os propugnadores do monopólio escudavam-se com o exemplo da Cia. Oriental, usando o argumento de que se esperariam maiores lucros, se apenas a Cia. comerciasse, porque, com o tráfico livre, dispersar-se-ia o ganho entre muitos, barateando as mercadorias pela concorrência.

BARLÉU, Gaspar. História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1974. p.90.

Ao longo dos séculos XVI, XVII e início do XVIII, várias potências europeias invadiram a América Portuguesa. Houve breves invasões e atos de pirataria ao longo do litoral no início do século XVI. Posteriormente, outras invasões iriam adquirir características diferenciadas. As formas de invasão e ocupação, assim como estratégias e interesses econômicos seriam diversos.

a) Aponte duas razões para a invasão e o estabelecimento colonial de franceses (a França Antártica) no litoral do Rio de Janeiro entre 1555 e 1567.

---

---

---

---

---

---

b) Identifique o principal interesse da Cia. das Índias Ocidentais na invasão de Pernambuco, em 1634.

---

---

---

---

---

---

14.(Unicamp-SP-2009) A união de Espanha e Portugal, em 1580, trouxe vantagens para ambos os lados. Portugal era tratado pelos monarcas espanhóis não como uma conquista, mas como um outro reino. Os mercados, as frotas e a prata espanhóis revelaram-se atraentes para a nobreza e para os mercadores portugueses.

A Espanha beneficiou-se da aquisição de um porto atlântico de grande importância, acesso ao comércio de especiarias da Índia, comércio com as colônias portuguesas na costa da África e contrabando com a colônia do Brasil.

STUART B. Schwartz. Da América Portuguesa ao Brasil. Lisboa: Difel, 2003. p. 188-189 (Adaptação).

a) Segundo o texto, quais foram os benefícios da União Ibérica para Portugal e para a Espanha?

---

---

---

---

---

---

b) No contexto da União Ibérica, o que foi o sebastianismo?

---

---

---

---

---

---

## Seção ENEM

1. (Enem-2001) Rui Guerra e Chico Buarque de Holanda escreveram uma peça para teatro chamada *Calabar*, pondo em dúvida a reputação de traidor que foi atribuída a Calabar, pernambucano que ajudou decisivamente os holandeses na invasão do Nordeste brasileiro, em 1632.

– Calabar traiu o Brasil que ainda não existia? Traiu Portugal, nação que explorava a colônia onde Calabar havia nascido? Calabar, mulato em uma sociedade escravista e discriminatória, traiu a elite branca?

Os textos referem-se também a esta personagem.

## Texto I

[...] dos males que causou à pátria, a História, a inflexível História, lhe chamará infiel, desertor e traidor, por todos os séculos

Visconde de Porto Seguro, In: SOUZA JÚNIOR, A. Do Recôncavo aos Guararapes. Rio de Janeiro: Bibliex, 1949.

## Texto II

Sertanista experimentado, em 1627 procurava as minas de Belchior Dias com a gente da Casa da Torre; ajudara Matias de Albuquerque na defesa do Arraial, onde fora ferido, e desertara em consequência de vários crimes praticados [...] (os crimes referidos são o de contrabando e roubo).

CALMON P. História do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

Pode-se afirmar que

- a) a peça e os textos abordam a temática de maneira parcial e chegam às mesmas conclusões.
- b) a peça e o texto I refletem uma postura tolerante com relação à suposta traição de Calabar, e o texto II mostra uma posição contrária à atitude de Calabar.
- c) os textos I e II mostram uma postura contrária à atitude de Calabar, e a peça demonstra uma posição indiferente em relação ao seu suposto ato de traição.
- d) a peça e o texto II são neutros com relação à suposta traição de Calabar, ao contrário do texto I, que condena a atitude de Calabar.
- e) a peça questiona a validade da reputação de traidor que o texto I atribui a Calabar, enquanto o texto II descreve ações positivas e negativas dessa personagem.

2. (Enem–2009 / Prova anulada) Quando tomaram a Bahia, em 1624-1625, os holandeses promoveram também o bloqueio naval de Benguela Luanda, na costa africana. Em 1637, Nassau enviou uma frota do Recife para capturar São Jorge da Mina, entreposto português de comércio do ouro e de escravos no litoral africano (atual Gana). Luanda, Benguela e São Tomé caíram nas mãos dos holandeses entre agosto e novembro de 1641. A captura dos dois polos da economia de plantações mostrava-se indispensável para o implemento da atividade açucareira.

ALENCASTRO, L.E Com quantos escravos se constrói um país? In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, ano 4, dez. 2008 (Adaptação).

Os polos econômicos aos quais se refere o texto são

- a) as zonas comerciais americanas e as zonas agrícolas africanas.
- b) as zonas comerciais africanas e as zonas de transformação e melhoramento americanas.
- c) as zonas de minifúndios americanas e as zonas comerciais africanas.
- d) as zonas manufactureiras americanas e as zonas de entreposto africano no caminho para Europa.
- e) as zonas produtoras escravistas americanas e as zonas africanas produtoras de escravos.

3. (Enem–2003) Jean de Léry viveu na França na segunda metade do século XVI, época em que as chamadas guerras de religião opuseram católicos e protestantes. No texto abaixo, ele relata o cerco da cidade de Sancerre por tropas católicas.

[...] desde que os canhões começaram a atirar sobre nós com maior frequência, tornou-se necessário que todos dormissem nas casernas. Eu logo providenciei para mim um leito feito de um lençol atado pelas suas duas pontas e assim fiquei suspenso no ar, à maneira dos selvagens americanos (entre os quais eu estive durante dez meses) o que foi imediatamente imitado por todos os nossos soldados, de tal maneira que a caserna logo ficou cheia deles. Aqueles que dormiram assim puderam confirmar o quanto esta maneira é apropriada tanto para evitar os vermes quanto para manter as roupas limpas [...]

Neste texto, Jean de Léry

- a) despreza a cultura e rejeita o patrimônio dos indígenas americanos.
- b) revela-se constrangido por ter de recorrer a um invento de “selvagens”.
- c) reconhece a superioridade das sociedades indígenas americanas com relação aos europeus.
- d) valoriza o patrimônio cultural dos indígenas americanos, adaptando-o às suas necessidades.
- e) valoriza os costumes dos indígenas americanos porque eles também eram perseguidos pelos católicos.